

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da
História na Coleção *Terra Brasilis* de Eduardo Bueno**

Mestrando: Rodrigo Bragio Bonaldo
Orientação: Temístocles Cezar
Maio de 2010

RODRIGO BRAGIO BONALDO

**Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da
História na *Coleção Terra Brasilis* de Eduardo Bueno**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 3 de maio de 2010 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Temístocles Cezar (orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a. Raquel Glezer

Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre

Maio de 2010

“É claro”, ele diz, “não temos idéia, agora, de quem ou o que os habitantes de nosso futuro podem ser. Nesse sentido, não temos futuro. Não no sentido de que nossos avós tiveram futuro, ou acreditaram ter. Futuros culturais totalmente imaginados foram o luxo de outra era, uma era na qual o “agora” ainda possuía grande duração. Para nós, é claro, coisas podem mudar de modo tão abrupto, tão violento, tão profundo, que o futuro como nossos avós conheceram teria um ‘agora’ insuficiente. Não temos futuro porque nosso presente é muito volátil”. Ele sorri, uma versão de Tom Cruise com dentes demais, e maiores, mas ainda assim muito brancos. “Temos apenas gerenciamento de riscos. O giro do cenário de um determinado momento. Reconhecimento de padrões”.

Cayce pisca.

“Nós ainda possuímos passado, então?” Stonestreet pergunta.

“A História é a melhor narrativa que conseguimos supor sobre o que e onde aconteceu”, diz Bigend, seus olhos estreitos. “Quem fez aquilo para quem. Com o quê. Quem venceu. Quem perdeu. Quem mudou. Quem acabou extinto.”

“O futuro está ali”, Cayce ouve a si mesma falar, “olhando de costas para nós. Tentando compreender a ficção que nos teremos tornado. E de onde eles estão, o passado atrás de nós não vai se parecer em nada com o passado que imaginamos por trás de nós.”

“Sua fala parece obscura”. Dentes brancos.

“Só o que sei é que a única constante na história é a mudança. O passado muda. Nossa versão do passado vai interessar ao futuro na mesma extensão em que estamos interessados no passado que os homens da era victoriana acreditavam. Simplesmente não vai parecer tão interessante assim.”

William Gibson, Pattern Recognition

Resumo

O que fabrica o jornalista quando escreve sobre história? Esta dissertação de mestrado reflete sobre o fenômeno atual dos jornalistas-historiadores. Foca-se no caso de seu representante mais bem sucedido no Brasil, o escritor gaúcho Eduardo Bueno (também conhecido como Peninha), oferecendo uma análise de sua obra de maior fôlego intelectual e mercadológico: a coleção *Terra Brasilis*. A hipótese central deste estudo é a de que os jornalistas - livres da carga ou memória disciplinar que recai sobre os historiadores profissionais - estão mais bem capacitados à tarefa de escrever sínteses históricas (mesmo que as consideremos conceitualmente errôneas, pois são avessas aos instrumentos de mediação com o passado), conceber mais diretamente a continuidade, respondendo, assim, às demandas da memória. O efeito dessas *narrativas jornalísticas da história*, como as venho chamando, é, pois, o de desenvolver uma representação do passado que se quer atrelada ao presente.

Abstract

What do journalists really fabricate when they “make history”? The present dissertation suggests a reflection on the contemporary Brazilian phenomenon of the historian-journalist. Focusing on its most successful representative – the southern writer Eduardo Bueno – this text offers a critic of his so far major work: the *Terra Brasilis* collection. This study’s main hypothesis argues that the journalist (free from the weight of a theoretical framework imposed over the professional historian) is well allowed to write simplistic historical synthesis, apart from any academical objection, thereby conceiving direct representations of continuity. Replying to the demands of memory, the effect of these journalistic accounts on history would be to develop a historical representation which is organically and wittingly attached to the present time agenda.

Sumário

Agradecimentos	p 8
Introdução	p 11
Capítulo 1: Um Fardo do Presente.....	p 18
1.1. Formas de lembrança e construção de identidades	p 19
1.2 Do divórcio da memória aos não acadêmicos	p 21
1.3 Da política pública da memória ao abandono de seu projeto.....	p 27
1.4 Uma era comemorativa brasileira?.....	p 29
1.5 Projetos editoriais e a lógica das comemorações	p 33
1.6 A economia midiática do presente	p 36
1.7 Uma proposta de síntese em múltiplas origens	p 41
1.8 Simplificar pela via do presente; Presentificar pela via da simplificação.....	p 42
Capítulo 2: Da Aventura do Descobrimento à Tragédia da Colonização.....	p 47
2.1 O “gancho” como problema historiográfico.....	p 48
2.2 A questão da objetividade.....	p 50
2.3.1 Autorizar a representação; representar a realidade.....	p 54
2.3.2 A ação mediada	p 59
2.3.3 A ação interrompida	p 62
2.3.4 A ação positivada e a exclusão de alternativas.....	p 63
2.4 A “grande viragem historiográfica” e o “turning-point jornalístico”	p 66
2.5 Sobre a implicação ideológica liberal: notas para uma hipótese.....	p 72
Capítulo 3: Técnicas de Presentificação do Real e Engenharia Mnemônica.....	p. 78
3.1 O paradoxo da narração simultânea.....	p 79
3.2 Mais uma das muitas mortes e ressurreições do realismo	p 83
3.3 O chamado “Novo Jornalismo”	p 86
3.4 O realismo como técnica	p 90
3.5 Abrindo o caminho para uma narrativa jornalística da história.....	p 93
3.6 Experiência do tempo e modos de narrar o passado.....	p 96

3.7 Presentificação do passado.....	p 101
3.8 Enfim, as origens	p 108
Considerações finais	p 112
Anexos	p 123
O Relógio dos 500 anos	p 124
Vendagens dos livros de Eduardo Bueno	p 125
Índice de referências citadas na <i>Coleção Terra Brasilis</i>	p 126
Tabela de predicados e descrições atribuídas a historiadores.....	p 128
Tabela de predicados, adjetivos e descrições atribuídas a personagens.....	p 129
Entrevista ao Autor.....	p 130
Bibliografia.....	p 158

Agradecimentos

Nunca fui muito hegeliano, sequer “francês” do tipo “dialético”, ou que simplesmente gosta de definir uma coisa por um irritante jogo de oposições – o que é “mentalidade”? Ah, antes vamos dizer o que *não é* “mentalidade”! Mas alguns fatos recorrentes durante as últimas semanas de escrita desta dissertação de mestrado levaram-me à necessidade de inscrever-me nessa tradição petulante, enfadonha e pouco criativa...

Vejamos então a quem *não devo agradecer*:

- À vizinha do 401, que durante longos e melancólicos meses realizou uma estrondosa reforma no piso, no teto e na parede do apartamento imediatamente superior ao meu, com foco carinhoso e especial ao aposento que se inicia logo acima de minha área de estudo.
- Aos motociclistas que não regulam o escapamento de seus veículos e aos caminhões de transporte perdidos no meio do Bom Fim.
- Aos cortadores de grama e aos trabalhadores que dançam altivos com esses equipamentos escandalosos, dias e mais dias, ensurdecendo o que resta de meus pobres ouvidos. Quem demora 4 horas para aparar um gramado de menos de 5 metros quadrados?
- Ao aquecimento global, não por ter incendiado nossa querida Forno Alegre, mas por ter com isso banalizado o uso do ar-condicionado, fazendo-me sentir ainda pior por parecer o único a não ter condições financeiras de adquirir tão sonhado objeto de consumo.
- Por fim, e mais importante de tudo, à Xerox Corporation, cujo modelo *phaser 3124* teve cerca de um ano e meio para acusar defeito, mas resolveu fazê-lo durante os últimos segundos de minha Via Crúcis acadêmica. Sei que parece uma desculpa do tipo “o cachorro comeu meu dever de casa”, mas garanto que a história é verdadeira. Tão verdadeira que sinto vontade de incluir aqui uma nota de rodapé. Melhor apenas parafrasear Bart Simpson dizendo: eu não sabia que impressoras *realmente* faziam isso...

Agora, os agradecimentos de verdade:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição que defendo de modo efusivo, irracional e violento, contra quaisquer impropérios ou comentários minimamente negativos, seja a respeito dos professores, funcionários e alunos, seja aos turistas-hippies da geologia, seja aos cachorros sarnentos que secretamente levam o nome de nossos decanos. A UFRGS sofreu como um mártir nos sombrios anos de 1990, mesmo início dos 2000, com prédios abatidos pelo tempo, endêmica falta de professores, cortes de gastos em todas as esferas possíveis. Hoje temos doutores recém contratos, edifícios sendo erguidos, salas melhores do que as utilizadas no setor privado, alunos de todas as cores e classes sociais. Para mim, a UFRGS é uma torre de marfim cheia de portas e janelas; o Campus do Vale, muito mais importante do que a Escola de Atenas – afinal, não sou grego, nunca fui à Grécia, lugar de todo muito quente, nem nasci ou quis nascer há dois mil anos usando aquelas roupinhas estranhas.

Ao Dr. Alexandre Bonaldo, meu irmão, maior especialista em aracnídeos do país. Para um anti-humanista como eu, sendo que existem muito mais aranhas do que pessoas no Brasil, Alexandre é uma figura mais proeminente do que qualquer jornalista, cientista-social, historiador ou camisa-cinco do *Grêmio Foot Ball Porto Alegrense* (na ordem inversa, as profissões que mais preso no planeta) conseguiriam ser. Biólogo, o Dr. Bonaldo sempre me incentivou a seguir-lhe os passos na vida acadêmica, mesmo que realizados em área tão distinta.

Ao Prof. Dr. Temístocles Cezar, não apenas pela orientação, mas pela formação que recebi ainda como graduando. Suas lições de *Teoria da História*, as primeiras que tive na UFRGS, com certeza ajudaram a modificar para sempre meus interesses intelectuais – embora talvez ele mal possa saber disso. *Sejamos livres pensadores*, frase repetida por ele em diversas daquelas aulas, é um conselho aparentemente simples (embora muitos de nós não o sigam) que teve e continua tendo profundo impacto em minha carreira.

Ao Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt, que com suas aulas, conversas e indicações bibliográficas me ensinou quase a totalidade do que sei a respeito de memória e comemoração. Seu artigo de 1997 também foi inspiração inicial para o projeto de mestrado que resultou nesta dissertação acadêmica.

A jornalista e doutoranda em História Clarice Gontarski Esperança, não apenas por ter escrito aquele importante artigo de 2006, mas também por ter me emprestado valioso material para esta pesquisa (o qual ainda não devolvi).

Aos meus colegas Nauber Gavski, Fernando Cauduro Pureza e Ginter Tlajia Leinritz que, apesar de três “céticos antitermidorianos” (um eufemismo presentista para *comunistas raivosos*), sempre se mostraram muito pacientes diante de minhas idéias conflitantes e de meus pontos-de-vista pouco ortodoxos.

Devo mencionar também Gabriel Kluck. O “Spiff”, como é vulgarmente conhecido nos botecos mais fedorentos da cidade, poucos sabem, é engenheiro. Ele foi o responsável por computar as estatísticas que rasurei, transformando-as nos gráficos bem montados como anexos desta dissertação. “Engenharia!”, diria Sheldon Cooper, “o lugar no qual trabalhadores semi-qualificados executam a visão daqueles que pensam e sonham”. “Olá, *Oompa-Loompa* da ciência” – Ficam aqui meus sinceros agradecimentos!

Nenhuma lista de reconhecimentos ficaria completa sem menção a meus pais, Edison e Marise Bonaldo, que até hoje garantem parte considerável da minha subsistência. E, também, a Victória Piffero, que soube apoiar-me aproximando-se nos momentos difíceis, mas, também, afastando-se nos tempos mais críticos. Designer e hábil ilustradora, Victória ainda vai me ajudar a lotar de “figurinhas” meus futuros textos de história...

Ao Eduardo Bueno, o notável Peninha, por receber-me em sua casa e permitir que utilizasse seus depoimentos como parte integrante e fundamental de minha pesquisa de mestrado.

Ainda que tenha esquecido alguém, ficam aqui minhas palavras de gratidão, mesmo que soltas, sem rumo específico, com certeza estarão cheias de significado.

Por fim, devo agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de mestrado, assim como ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, entidades que tornaram esta pesquisa viável.

Rodrigo Bonaldo, Março de 2010

Introdução

O que fabrica o jornalista quando escreve sobre história? Transfigura-se magicamente em historiador ou apenas reduz o corpo de explicações a uma interpretação grosseira do passado? Sentado, mesmo sem “ir às fontes”, debruçando-se entrementes sobre pilhas de produção historiográfica, ele não perde o seu “faro pela notícia”. Eu me questiono, ao lançar as bases da problemática desta dissertação, acerca dos curiosos espaços delegados à produção jornalística sobre a história. Pretendo atentar este estudo aos escritos do mais bem sucedido representante do gênero no Brasil. Busco suas relações com a historiografia, também com os entendimentos da comunicação social e, como não poderia deixar de fazê-lo, com a mediação técnica da atividade jornalística¹.

Eduardo Bueno foi repórter, tradutor e editor. Iniciou sua carreira aos 17 anos de idade, precocidade que lhe rendeu a alcunha de Peninha, funcionário do jornal *A Patada*, do universo de Walt Disney. Traduziu e editou diversas obras literárias². Mais tarde chegou a publicar alguns livros próprios, dentre eles um dedicado ao Grêmio, seu clube de futebol, e outro sobre o grupo musical Mamonas Assassinas³. Começou desde cedo a escrever e acabou, finalmente, por redigir textos de história.

Ele tinha contatos editoriais, conhecimento do mercado e uma boa capacidade de redação – vantagens que freqüentemente se associam aos jornalistas – enquanto que o Brasil preparava-se para o aniversário dos 500 anos do descobrimento. O resultado foi a coleção *Terra Brasilis*, que sem demora revelou-se um *best seller*. Contar a velha história do descobrimento e dos primeiros anos da colonização brasileira – “em ritmo de

¹ Faço uma referência aqui à passagem – hoje já clássica para os estudos de história da história – que marca o início da “operação historiográfica” de Michel de Certeau. Cito: “O que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas”. CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2 ed. 2000. p 65.

² Dentre elas, a mais célebre foi com certeza o clássico da geração *beatnik*: KEROUAC, Jack. “On the Road – Pé Na Estrada”, Porto Alegre. L&PM Editores. 1984.

³ BUENO, Eduardo. “Grêmio: nada pode ser maior”. Porto Alegre. Ediouro. 2005. ; BUENO, Eduardo. “Blá, Blá, Blá: a biografia autorizada dos Mamonas Assassinas”. Porto Alegre, L&PM Editores. 2000.

aventura, graças ao dinamismo da narrativa” – garantiu-lhe fama nacional. Foi elogiado por políticos, celebridades e intelectuais⁴. Sem falar, é claro, dos grandes periódicos⁵.

Mas nem todo mundo gostou. Ainda em 1998, a revista *Veja* – “patética e repugnante revista *Veja*”⁶ – atacou os livros de Eduardo Bueno. Essa seria uma das primeiras críticas negativas que ele recebeu, e também uma das que mais visivelmente lhe indignara. Diogo Mainardi – na época ainda pouco conhecido – escreveu que Peninha não fazia história, mas, em vez disso, limitava-se a uma descrição factual sem maiores pretensões, carecendo de referencial teórico, potencial explicativo e pesquisa em fontes primárias⁷. Ironicamente, aquela resenha antecederia os argumentos de certos profissionais da história. A partir dela, abriu-se também espaço na grande imprensa para críticas mais freqüentes, que em seu tempo passariam, igualmente, a levar a assinatura de historiadores⁸.

Logo a seguir, Luís Roberto Lopes ensaiava sua ofensiva à obra de Eduardo Bueno. Crítico da efeméride sobre os 500 anos, o então professor da UFRGS maltratou a obra do jornalista, acusando-o de enfatizar apenas o pitoresco e o trivial. Para Lopes, negligenciava-se a oportunidade única de encetar uma discussão séria sobre os “500 anos da globalização neoliberal, da alienação”⁹. Fernando Teixeira da Silva, da Unicamp, também censurou Bueno por apenas recontar a história através de uma “perspectiva conservadora”, embora admitisse o valor de divulgação da obra do jornalista¹⁰.

É possível que grande parte da resistência demonstrada por certos historiadores em relação ao autor que estudo parta não da leitura de seus livros, mas da figura

⁴ Revista CONTEXTO, 28/10/00. Apud TEIXEIRA, Rosane Siqueira. *Norteando o gosto do leitor*. Grupo de Estudos História e Educação. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara – SP. Disponível em <<http://www.franca.unesp.br/>> acesso em 11/9/07

⁵ A revista IstoÉ por diversas vezes publicou matérias positivas a respeito da obra de Peninha. A primeira delas aparece já em 24/02/99. “É certamente o trabalho mais interessante publicado com relação aos 500 anos do descobrimento”, elogiou Celina Côrtes, repórter do periódico.

⁶ Terra Chat com Eduardo Bueno, disponível em: <http://chat.terra.com.br/chat/peninha_02.htm> Acesso em 18/09/07.

⁷ MAINARDI, Diogo. *História sem graça*. Revista VEJA, 09/12/98.

⁸ A primeira menção que encontrei a uma crítica feita por um historiador (e publicada na grande imprensa) à coleção *Terra Brasilis* remete ao Jornal da Tarde, do Estado de São Paulo, de 02/10/99. Cito Bueno: “Na verdade, houve uma crítica séria, e bem feita, publicada no Jornal da Tarde de SP, sábado passado. Foi feita por um historiador e dizia que, na opinião dele, o livro era superficial demais”. Terra Chat com Eduardo Bueno, disponível em: <http://chat.terra.com.br/chat/peninha_02.htm> Acesso em 18/09/07.

⁹ “Livros enfatizam lado pitoresco das comemorações”. Revista Extra Classe, Abril de 2000.

¹⁰ Entrevista com Fernando Teixeira da Silva. Disponível em <<http://www.aprendebrasil.com.br/entrevistas/entrevista0011.asp>> Acesso em 30/9/07

assumidamente “caricata e histriônica” que ele insiste em incorporar¹¹. Não é mesmo estranho ouvir que “pop, Eduardo Bueno seja a cara da mídia”, como aferiu um dos seus desafetos¹². De fato, não existe um, mas vários Buenos.

Eduardo Bueno no Fantástico – ao lado de Pedro Bial, o ex-grande-correspondente-europeu que acompanhou a queda do Muro de Berlim e cobriu olimpíadas, hoje senhor do espetáculo, apresentador do Big Brother. Em um recente quadro televisivo, os dois, no horário nobre dos horários nobres da televisão brasileira de maior audiência. Vestido de Dom Pedro I, proclamando a independência em uma espécie de “Dia de Fúria” (*Falling Down*, 1993, quase um Michael Douglas), como dizia o título de um dos episódios, só que adicionando intensas dores de ventre.

Eduardo Bueno – fanático torcedor gremista e estereótipo do porto-alegrense “mala”, das gírias sarcásticas e paroquialistas, autor de dois livros sobre o seu time e um DVD contando as bravuras da “Batalha dos Aflitos”¹³. Esse adora ser odiado, torce para o Uruguai e não gosta nem de chegar perto de um jogo da seleção brasileira. Solta frases como “futebol arte é coisa de veado” ou elabora teses acerca do estilo *rugbier* e violento do seu clube do coração¹⁴. Recentemente foi processado por Carlos Simon. Incluiu o dito “assoprador-de-apitos” na lista da “infame estirpe dos juizes que surrupiaram o Grêmio”; perdeu a causa, mas promete recorrer¹⁵.

Eduardo Bueno no mundo lisérgico – o ex-hippie que colhia da própria terra o alimento do corpo e da mente, é há décadas vegetariano convicto. Um espírito *beat* que traduziu *On The Road* para o português brasileiro, tremeu as canelas ao entrevistar Bob Dylan, ídolo de sua geração e de tudo que simbolizou. Fácil de encontrá-lo em

¹¹ BUENO, Eduardo. Entrevista para EXTRA Classe. Disponível em < <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/nov00/entrevista.asp> > (Abril,2000) Acesso em 09/02/09 Ver também BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010. Disponível em anexo desta dissertação.

¹² SILVA, Juremir Machado da. *A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Porto Alegre, editora Vozes. 2000. p 144.

¹³ Épico jogo de futebol ocorrido entre Grêmio e Náutico em dezembro de 2005. A equipe porto-alegrense, com 7 jogadores em campo e após assistir seu goleiro defender duas penalidades máximas, venceu com um gol nos minutos finais. O certame garantiu o retorno do *Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense* à Série A do campeonato brasileiro.

¹⁴ “Futebol-arte, todo mundo sabe, é coisa de veado. Não é à toa que já houve quem o tenha chamado, muito propriamente, de ‘futebol-bailarino’. Afinal, quem joga futebol-arte mais cedo ou mais tarde acaba dançando... (...) Os praticantes (e os amantes) do futebol-arte desconhecem – ou no mínimo pervertem – a essência do mais nobre dos esportes. Futebol é um jogo de sangue, suor e lágrimas, que deve ser praticado com dentes rangendo. O futebol – o verdadeiro futebol – é uma metáfora da vida: árduo, eventualmente sombrio, repleto de altos e baixos, dor, superação e glória redentora.” BUENO, Eduardo. *Grêmio: nada pode ser maior*. Porto Alegre. Ediouro. 2005. pp 11-12

¹⁵ A polêmica pôde ser acompanhada no jornal Zero Hora ao longo das primeiras semanas de Abril de 2009. Parte dela é passível de acesso através do blog do jornalista Wianey Carlet. http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC_blog.BlogDataServer.getBlog&pg=1&template=3948.dwt&tp=§ion=Blogs&blog=217&tipo=1&coldir=1&topo=3994.dwt

Garopaba ou na Praia da Gamboa. Gosta de viajar... Mochila... Estrada, estrada, estrada...

Eduardo Bueno “Istoriador” – Assim mesmo, com “I” maiúsculo, em uma “piada preferencial” sobre si mesmo. Sentiu-se desautorizado a repeti-la, entretanto, depois que Eric Hobsbawn em pessoa saudou-o como um historiador reconhecido. Palestra em Parati, os dois no mesmo encontro, e o marxista britânico assina uma dedicatória com um honrável “de um historiador para outro”¹⁶.

Eduardo Bueno como repórter – alguém que desde cedo buscou uma identidade heterodoxa. Grande fã de Truman Capote, Norman Mailer e Tom Wolfe. Revoltou-se contra os vendedores de roncões, seja na redação, seja na academia, tentando recuperar a narrativa envolvente do Novo Jornalismo da década de 60 e 70. Adora detalhes, descrições, técnicas ficcionais próprias do realismo do século XIX aplicadas a textos de não ficção¹⁷.

Eduardo Bueno – em síntese, construiu uma série de personagens para si mesmo, aparece por vezes como um, por outras como outro. Quer ser polêmico, quer causar impacto, quer ser único... Quer ser... o Peninha. “Agora, o seguinte: eu sou assim, gosto de ser assim e eu gosto de incomodar careta, gosto mesmo”¹⁸. Mas o mais interessante é que quem vence a barreira e resolve ler os seus textos sobre história, depara-se, talvez com certa surpresa, com um estilo sóbrio e até certo ponto bastante sério. Muito mais “sério”, diga-se de passagem, do que suas fanfarrônicas midiáticas talvez nos levassem a crer. “Só acreditem no que escrevo”, é uma das frases que mais gosta de repetir em suas entrevistas.

Sim! Bueno deve ser entendido como um jornalista. Mas não o jornalista do *lead* e da pirâmide invertida – do “o que, quem, como, onde, por que” da narrativa em ordem decrescente de importância. É verdade que Michel de Certeau, autor a qual este trabalho deve muito, “enfatizou menos a subjetividade dos autores, as decisões pessoais do que o não-dito do estatuto social da história enquanto instituição de saber”, de modo que, se quiséssemos transportar sua matriz a cá, deveríamos mudar o valor “história” para

¹⁶ Entrevista com Eduardo Bueno. Revista VIP. Editora Abril. São Paulo. (Abril 2007) “Istoriador, com I maiúsculo era minha piada preferencial sobre mim mesmo, só que ela acabou. Eu me apresentei assim em uma palestra em Parati e, ao terminar, o Eric Hobsbawn falou: ‘a piada é boa, mas você não vai mais poder usá-la porque o autógrafo que vou te dar é um rito de passagem’. E escreveu: ‘De um historiador para outro’. Eu também não me acho historiador. Mas não é o que diz o Hobsbawn, o maior historiador vivo” Ver também BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010. Disponível em anexo.

¹⁷ Ver, por exemplo, BUENO, Eduardo. *O velho new journalism está de volta*. Zero Hora, Porto Alegre, 10 abr. 1994, Segundo Caderno, p 7-10.

¹⁸ Entrevista para EXTRA Classe

“jornalismo”¹⁹. Essa fórmula de Certeau é clara, mas, sua operação, dificilmente mecânica. Para entender Bueno, não bastaria trocar a variável “lugar social” da *academia* para a *redação*. Por isso é preciso estudar os limites da influência das determinações tópicas. Saber até quando o valor *redação-jornalismo* contribuiu na produção textual. Perceber em que ponto, e a partir de qual momento, a própria academia não o influenciou. E finalmente, aproximar-se dos interesses culturais e literários do autor (*cultura pop, beatnik, new journalism*). Por sorte, quando a própria identidade que o liga a seu lugar é marcada por elementos heterodoxos, como parece ser o caso de Bueno, abre-se a possibilidade de entendermos essa “subjetividade” através de uma série de referentes concretos. De posse deles, compreenderemos suas técnicas ficcionais, aplicadas a um texto de não ficção, como calculadas estratégias de fazer crer.

Não proponho com isso tão somente uma crítica da obra de Eduardo Bueno, como se quisesse encontrar, aqui e acolá, elementos, fatos ou interpretações que não estejam conformes com os produtos mais refinados de nossa historiografia atual. Não, não quero apenas corrigi-lo inspirado num desdém mandarinesco de uma memória disciplinar, na leitura ilustrada de meus pares que podem (ou não) contradizê-lo. Proponho, ao contrário, uma crítica das leis silenciosas, das regras não ditas que norteiam sua escrita da história, dos princípios de legitimidade de um texto que se apresenta como uma narrativa jornalística sobre eventos do passado, e dos critérios deontológicos que acompanham sutilmente a sua hábil retórica. Com isso, com essa crítica, busco compreender não somente suas asserções, interpretações ou comentários, mas antes suas implicações epistemológicas mais profundas.

Eduardo Bueno hoje possui uma vasta obra historiográfica. Atualmente dirige sua própria casa editorial, a *Buenas Idéias Metalivros*, que escreve por encomenda de grandes empresas ou grupos empreendedores²⁰. Chegou a produzir, inclusive, uma síntese da história do Brasil²¹. Porém, seus textos mais densos – tanto em conteúdo e fontes, quanto em tiragem e vendas – são aqueles que formam a já citada *Coleção Terra Brasilis*. Após o sucesso inicial de sua *História do Brasil*, publicada em fascículos pelos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora de Porto Alegre, foi *A Viagem*

¹⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 2007 p 177.

²⁰ Poderíamos citar: BUENO, Eduardo. *Caixa: uma história brasileira*. Porto Alegre: Buenas Idéias Metalivros. 2002. BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Indústria de Ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Buenas Idéias Metalivros. FIERGS/CIERGS. 2009. E, também, BUENO, Eduardo. *Passado a Limpo*. São Paulo: Gabarito. 2007.

²¹ BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História. A incrível saga de um país*. São Paulo. Ática. 2003.

do *Descobrimento*, primeiro número da *Coleção*, que tornou o jornalista gaúcho uma celebridade nacional²².

A *Coleção Terra Brasilis*, que com seus quatro números vendeu até hoje impressionantes 935 mil exemplares, é o foco desta dissertação de mestrado²³. O seu primeiro número foi dedicado ao descobrimento do Brasil e lançado dois anos antes da efeméride nacional. O segundo – intitulado *Náufragos, Traficantes e Degredados: as primeiras expedições* – apareceu logo a seguir, propondo uma narrativa centrada nas “três décadas perdidas” do século XVI²⁴. Depois, apareceram os *Capitães do Brasil*, livro que conta a *saga dos primeiros colonizadores*, compilando uma grande quantidade de informações a respeito dos donatários lusitanos²⁵. Por último, vimos surgir – já em 2006, em meio aos escândalos do mensalão – *A Coroa, a Cruz e a Espada*, trabalhando o estabelecimento dos governos gerais, vistos como os patriarcas da *lei, ordem e corrupção no Brasil*²⁶.

Os três capítulos deste trabalho são estruturados de forma a corresponderem, respectivamente, às três fases da escrita da história segundo a leitura que Paul Ricoeur faz das teses sobre a operação historiográfica de Michel de Certeau²⁷. Na primeira parte, reflito sobre as condições de emergência do fenômeno recente dos jornalistas-historiadores, dos quais Eduardo Bueno parece a figura mais representativa. Meu interesse inicial é trabalhar a problemática das comemorações, as noções de história relacionadas a elas e, assim, entender a *elaboração do corpus documental* da *Coleção Terra Brasilis*. Ao compreender quais historiadores interessam a essa compilação, entendo-a igualmente como uma forma de lembrar o passado.

No segundo capítulo, exploro elementos da prática jornalística presentes na *Coleção*, com zelo especial à questão do gancho. A partir dali, observo a articulação das

²² BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. Porto Alegre: Zero Hora/RBS Jornal. 1997 e BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. Na reimpressão de 2006 o subtítulo mudou para *um outro olhar sobre a expedição de Cabral*. Uma explicação dessa mudança foi-me oferecida por Eduardo Bueno na entrevista que segue anexada.

²³ Preparei uma tabela com os índices de vendas dos principais livros de Eduardo Bueno. Ver Anexo II

²⁴ “Os trinta primeiros anos do Brasil – as três décadas perdidas”. BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. “Décadas perdidas”, como Peninha explica na entrevista em anexo, é uma alusão aos anos 1980.

²⁵ BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999

²⁶ BUENO, Eduardo. *A coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006

²⁷ Ou seja, a fase documental, a fase explicativa-compreensiva e a fase literária. Sobre a questão, ver RICOEUR, Paul. *L'écriture de l'histoire et la représentation du passé*. Annales HSS, Paris, n.4, jul/août. 2000. p 737-742. Essa formatação também é utilizada em RICOEUR, Paul. 2007. pp 141-296

referências bibliográficas de Eduardo Bueno, como ele selecionou autores, deixou outros de lado, frisou passagens, esqueceu de algumas, incorporou sentidos, reinterpretou noções. Nesse movimento de seleção e descarte, assimilação e interpretação, busco *identificar os modos de explicação-compreensão* esboçados na obra de Peninha.

O terceiro e último capítulo é dedicado à *fase literária da escrita da história*, essa espécie de síntese operacional do labor historiográfico²⁸. Nele, discuto o problema de representar a continuidade histórica, de como certas tendências literárias norte-americanas dos anos 60 e 70 influenciaram Eduardo Bueno no emprego de técnicas ficcionais a textos de não ficção. Trabalho, por fim, especificamente com a estruturação de uma estória, *suas composições narrativas*, o clima que é ambientado através de *descrições baseadas em autópsias*²⁹.

Todos os três capítulos flertam com a idéia de que os jornalistas – livres da carga ou memória disciplinar que recai sobre os historiadores profissionais – estão mais bem capacitados à tarefa de escrever sínteses históricas, conceber mais diretamente a continuidade, respondendo, assim, às demandas da memória³⁰. Nesse sentido, a hipótese geral desta dissertação diz que nas *narrativas jornalísticas da história* desenvolve-se uma representação do passado que se quer espelho de um *suposto* “interesse público” do (e pelo) presente. Essa noção *presentista*, advinda de certa aversão aos instrumentos de mediação com o passado é, como veremos, a força e a fraqueza desse gênero historiográfico de divulgação.

²⁸ Ou ainda, uma representação do passado, *estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa*, como queria WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Edusp. São Paulo, 1992. p 11.

²⁹ Jacques Rancière certa vez lamentou: “É uma feliz homonímia própria a nossa língua que designa com um mesmo nome a experiência vivida, seu fiel relato, sua ficção mentirosa e sua explicação erudita”. O português brasileiro – bem menos despudorado em assimilar influências anglo-saxãs do que a língua francesa parece ser – já reconhece o vocábulo “estória”, equivalente ao inglês *story* que opõe *history*. Os alemães, como se sabe, “ciosos de explorar na sua especificidade a espessura da experiência vivida e as condições de construção do discurso (...) separam *Historie e Geschichte*.” Ver RANCIÈRE, Jacques. *Uma Batalha Secular*. In: Os Nomes da História: Um Ensaio de Poética do Saber. Educ/Pontes: São Paulo. 1994. p 11. É com o mesmo espírito que utilizo o termo “estória”, composição narrativa ou relato da experiência, em oposição à “história”, entendida como ciência disciplinar.

³⁰ “Memória disciplinar” é uma expressão que pensei a partir de GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

Um Fardo do Presente?

O jornalista entre a história e a memória

A história é épica: refulge nas batalhas e nas galés, nos plenários e nas veredas, nos quartéis e nos cadafalsos. A história frequentemente é trágica (...) é drama, é fluxo, é sangue.

Eduardo Bueno, *História do Brasil*

“Vamos atear fogo nessa coisa”, diz um homem de cabelos raros e brancos, passos vagarosos, braços hesitantes, um tanto trêmulos, com certeza cansados de carregar quatro toras de madeira recolhidas sabe-se lá aonde. Carregava-as como o fardo da vida, como o peso do passado, para que com elas pudesse incendiar, antes tarde, os “500 anos de opressão”, de mentiras, de injúrias, de “dominação patronal”, de farsa e de tragédia. Ele não era o único.

Do outro lado do protesto, gritando palavras de ordem razoavelmente ordenadas, ficam as tendências do PT, com suas “bombas incendiárias”, um tanto fajutas, preparadas às pressas. Mais à esquerda, bem mais à esquerda, longe das margens insalubres do Guaíba, a militância de base do PSTU precisa ser contida, junto aos próprios anarquistas da UFRGS, para não começar a quebradeira antes do prazo planejado. Cantam, gritam, vão o Hino Nacional, atiram pedras e gritam de novo.

A data? Sábado, 22 de Abril do último ano do século passado. O “Relógio dos 500 Anos”, uma grotesca estrutura de plástico, lona e metal, construída pela Rede Globo de Televisão e idealizada pelo designer austríaco Hans Donner, marcava o tempo do calendário. Era dia de comemorar.

Logo atrás dos manifestantes, formando uma espécie de orla exterior, uma pequena multidão assiste incrédula às chamas irromperem na base do monumento. As lascas de madeira ascendem ao primeiro lançar de óleo e álcool, coquetéis molotov e fósforos; e os observadores, não, não deveria estar acontecendo, os olhos vermelhos de irritação, a expressão de conforto e os aplausos efusivos quando a Polícia Militar tenta conter os militantes mais exacerbados. Acaso prefeririam, como adereços do tom comemorativo, que caravelas quinhentistas singrassem a ponte do Guaíba? Um senhor

de ancas largas, olhos fundos no rosto pálido, barba enevoada, roupa de época e luneta em mãos, posando como Pedro Álvares?

De todo modo, a ação da polícia e a reação de alguns não bastou. O fogo consumiu a estrutura plástica do monólito kitsch, adicionando tons revoltosos de vermelho ao cinza-metálico global e ao pindorama verde-amarelo. Um rastro de fumaça pôde ser visto serpenteando os céus da cidade, para depois sumir lentamente na noite outonal. O “Relógio dos 500 Anos” foi destruído. Mas não era aquele o “Relógio do Atraso”?³¹

1.1 Formas de lembrança e construção de identidades

O quebra-quebra do Relógio, ocorrido em Porto Alegre no cenário comemorativo dos 500 anos, funciona senão como uma anedota, um episódio exemplar, metáfora do confronto entre duas maneiras diametralmente opostas de se contar a História do Descobrimento e, por que não, do próprio Brasil. De um lado, a história romanesca, vazada como *aventura*, contracenada por uma infinidade de personagens concretos, individuais, a narrar seu esforço para alcançar novas terras, cruzar mares tenebrosos, vencer os desafios da inanição, do medo, da fadiga, “transcender”, enfim, “o mundo da experiência”³². Trata-se de um drama de auto-identificação que condiciona a estória rumo ao nascimento de um sujeito abstrato: o brasileiro. Do outro, a história vazada como *tragédia*, como queda do herói (os excluídos? a classe trabalhadora?), explorado, contradito, imerso numa realidade que conspira contra toda força de agir, tornando seus expectadores conscientes das “condições que devem labutar no mundo.”

33

Se a marca da primeira é a liberdade de ação, o conseqüente alargamento da expectativa, o sinal da segunda deve ser o da sucessão de experiências e, como veremos no próximo capítulo, da “exclusão de alternativas”. O que não significa, outrossim, que a própria dinâmica interna dessas formas de enredo não dependa em parte do jogo entre experiência e expectativa, movimento capaz de livrar o leitor dos contornos arquetípicos do voluntarismo e do fatalismo.

³¹ Para compor a narrativa que se seguiu, recorri não apenas aos jornais porto-alegrenses da época, como a Zero Hora e o Correio do Povo de 23/4/2000, mas também e primordialmente lancei mão de minha memória pessoal de observador atento e *in loco* dos eventos.

³² WHITE. 1992. p 24.

³³ Idem. p 25.

Tanto a aventura quanto a tragédia compõe intrigas capazes de orientar a existência humana no tempo (ou são orientadas por ela?), e o fazem de modo prático. O Estado brasileiro nunca se esquivou da tarefa de narrar suas origens no modo épico, ilustrando os feitos heróicos, a expectativa identitária gerada frente aos grandes vultos. Os movimentos indígenas e afro-descendentes, é verdade, não festejaram o descobrimento, mas o comemoraram – no sentido de relembrá-lo em conjunto – como forma de afirmar sua identidade no presente, sua atenção ao acúmulo de experiências, através das quais sustentam quem são e exprimem quem pensam ser os outros³⁴.

São formas diferentes de lembrança que organizam a seu modo as recorrências e descontinuidades, harmonias e conflitos, e que encontram no momento *co-memorativo* uma efeméride propiciadora. “O sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo”, escreveu Jörn Rüsen³⁵. Hoje em dia, diga-se de passagem, quem conta essas histórias muitas vezes não são historiadores. Outrora “guardiães da memória dos povos”, os profissionais da historiografia viram-se nas últimas décadas cercados por grupos particulares demandando suas histórias específicas³⁶. Esse quadro já foi inclusive chamado de “momento memorial”³⁷.

Relembrar o passado é crucial para o nosso senso de identidade. Modos diferentes de fazê-lo – maneiras distintas de acessar a memória coletiva – tendem a resultar na fragmentação das identidades, cuja relação com as experiências vividas é igualmente racionada entre diferentes grupos. Com isso modifica-se a topografia do passado, antes quase uno, agora dividido entre as constelações de interesses existentes no presente. Tal “espacialização do tempo” já fora intuída décadas atrás pelo trabalho

³⁴ Comemoração não é necessariamente sinônimo de festa ou celebração, mesmo que assim seja tratada inclusive dentro dos meios acadêmicos. Comemorar significa, em primeiro lugar, relembrar coletivamente. Sobre a questão, ver SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, n 44. 2002. Negros e indígenas, por sua vez, foram excluídos do projeto oitocentista de definição da Nação brasileira, transformados no “outro” interno, “por não serem portadores da noção de civilização”. Ver GUIMARÃES, M.L.S. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N. 1. 1988. p 7

³⁵ RÜSEN, Jörn. *A razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Editora UNB. Brasília. 2001. p 125.

³⁶ Segundo a tese já clássica de NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire*. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, v. 1. P XXIX. “A passagem da memória para a história demandou que cada grupo social redefinissem sua identidade através da revitalização de suas próprias histórias. (...) Todo grupo estabelecido (...) sentiu a necessidade de sair em busca de suas origens.” Todas as citações, quando referenciadas em língua estrangeira, foram por mim traduzidas.

³⁷ Segundo a expressão de NORA, Pierre. *L'ére de la commémoration*. In: *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992/1997, v. 3. p 4697. A frase é repetida por DOSSE, François. *Entre Histoire et Mémoire: une histoire sociale de la mémoire*. In: *Raison présente*. Paris, Centre National du Livre. Sep. 1998. p 7.

clássico de Maurice Halbwachs. Não é por nada que esse possível não equilíbrio entre a multiplicidade das memórias coletivas, sinal de uma certa *tendência federativa da memória*, tenha sido considerado pelo sociólogo francês – como bom discípulo que era de Émile Durkheim – enquanto um sintoma de anomia social³⁸.

Pesadelo dos funcionalistas, essa tendência, ironicamente, parece hoje ser uma realidade estrutural. *Federação da memória*, um termo que vai nos acompanhar do início ao fim desta dissertação: como pensa Jacy Seixas, ele figura entre os “fenômenos maiores da nossa atualidade”³⁹. É essa diversificação das subjetividades que possibilita a implosão interna dos modos de representação, das formas de pensar, narrar e agir sobre, por exemplo, os 500 anos do Brasil.

Seria possível, então, imaginar uma narrativa histórica que responda a esse quadro de fragmentação da memória, que fale aos anseios de um e de outro grupo, que, fazendo um conjunto de associações, oscile, de modo espontâneo ou retoricamente planejado, entre enredos correspondentes à formação de diferentes identidades sociais, propondo com eles alguma sorte de síntese integradora?

Difícilmente encontraríamos algo assim dentro da academia.

1.2 Do divórcio da memória aos não acadêmicos

O paulatino abandono de conceitos como Estado e Nação, ao longo do século XX, em especial através da história das mentalidades e da história cultural que a seguiu, retirou do discurso acadêmico seu outrora central *princípio explicativo*. Ao invés de narrar o desdobramento da nação, esperar-se-ia agora que o historiógrafo esboce “a sensação do passado”, *l’authenticité du direct*, intimando o leitor a experimentar “o solo debaixo dos sapatos de alguém, a pesada mão do demônio no ano 1000 ou o fedor das cidades oitocentistas”⁴⁰.

³⁸ “Tendência federativa da memória”, para usar o vocabulário de HALBWACHS, M. *Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994. p 290. Jacy Alves de Seixas cita essa expressão e compreende-a como uma “formidável intuição halbwachiana da modernidade e da pós-modernidade. Ou seja, a análise de Halbwachs aponta para a *multiplicidade das memórias coletivas*, fenômeno que é preciso sempre pensar no plural, pois em toda sociedade haverá tantas memórias coletivas quanto forem os grupos sociais que nela agem.” SEIXAS, Jacy Alves de. *Halbwachs e a memória-reconstrução do passado*. In: História, São Paulo, 20. 2001 p 107.

³⁹ “Essa fragmentação, essa verdadeira ‘tendência federativa da memória’ delinea justamente um dos fenômenos maiores de nossa atualidade, base de formação das subjetividades, múltiplas e diferenciadas”. SEIXAS. Idem. Ibidem.

⁴⁰ NORA. 1984. p XXXI

No Brasil, José Murilo de Carvalho reconhece que uma das modificações mais fundamentais da escrita da história ao longo do século XX foi, precisamente, a perda da temática do “Estado Nacional”. Em oposição à agenda historiográfica oitocentista, caracterizada pela construção do Estado, e sua sucessora dos inícios do século XX, afeita aos debates formadores da Nação, a fase atual pensaria a constituição da sociedade⁴¹.

Afastando-se dos temas nacionais, os acadêmicos, no processo de constituir sua autoridade científica, negligenciaram não apenas seus antigos “interesses antiquaristas”, mas, também, como demonstrou Stephen Bann, criaram instrumentos conceituais capazes de limitar o “acesso imediato à percepção”, combinados como eram, a sua maneira, dentre fortes elementos emocionais⁴². Em outras palavras, a história divorciou-se da memória.

O desamparo da memória-nação foi inclusive visto, por Pierre Nora, como a última instância de unificação entre memória e história⁴³. Pela interpretação que sugere ainda Michael Pollak, na “herança do XIX que considera a história como sendo em essência uma história nacional”, a historiografia contemporânea perdera, ao longo do XX, a sua função originária, a do “trabalho de enquadramento visando a formação dessa história nacional”. Com ela estava perdida uma valiosa forma de moldar a identidade social⁴⁴.

Por trás de tudo isso talvez esteja uma concepção de história que foi tanto relativizada pela academia, mas que ao que indica continua muito viva no senso comum. Ora, mesmo o historiador profissional, quando precisa vender um projeto a um público não especializado, corre o risco de ser pego cantarolando a melopéia ciceroniana da *historia magistra vitae*. Ainda mais uma vez, mesmo com certo ar de

⁴¹ CARVALHO, José Murilo. *O historiador às vésperas do terceiro milênio*. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p 451. Esse ponto de vista é na verdade muito parecido com o de Pierre Nora, para quem a história foi transformada – de uma tradição memorialista baseada na dupla Estado e Nação – em um conhecimento baseado na dupla estado e sociedade. Ver NORA. 1984. p XXII

⁴² BANN, Stephen, *The Inventions of History: Essays on the Representation of the Past* (Manchester University Press), New York, 1990 p 109-110. Para um comentário da obra de Stephen Bann, ver ZAMMITO, John H. *Are We Being Theoretical Yet? The New Historicism, the New Philosophy of History, and "Practicing Historians"* *The Journal of Modern History*, Vol. 65, No. 4. (Dec., 1993), principalmente pp 803-806

⁴³ NORA, Pierre. 1984, pp XVII-XXIII.

⁴⁴ Ver POLLAK. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, v. 5, n.10. 1992. P 6. Importante notar que o vocábulo “enquadramento”, elevado a conceito por Pollack, remeta à relação entre as noções halbwachsianas de “quadro” (grupo) e memória. Dentro dessa tradição intelectual, a memória é vista exclusivamente como um fenômeno coletivo, sendo a lembrança individual um mero “ponto de vista” dessa memória coletiva (determinado pela posição do sujeito dentro do grupo), que em nada pode diferir dela substancialmente. Ver HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo. Vértice. 1990.

constrangimento, falamos da “História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro”, escrúpulos certamente íntimos “àqueles que no Brasil se lançaram”, um dia, “à tarefa de escrever uma história nacional”⁴⁵.

O papel da história como mestra da vida é hoje muito questionável. O desenvolvimento disciplinar da historiografia, como explicado por Reinhart Koselleck, levou ao reconhecimento de “diferentes períodos de experiência, passíveis de alternância”. Esses novos intervalos, caracterizados pela descontinuidade, tomaram o lugar que antes era reservado ao “passado entendido como exemplo”⁴⁶. Afinal, para que os feitos de ontem sirvam de modelo às platéias de hoje é preciso que “todas as ações, passadas e presentes, assemelhem-se entre si”⁴⁷. A natureza humana era vista, por esse raciocínio, como uma constante quase a-histórica.

Tal coisa talvez não seja tão bem aceita atualmente. Precisamos admitir, no entanto, que esse *topos* – seja por sua presença esmagadora num tempo de longa duração, seja por seu caráter simples e pedagógico – possui uma respeitável capacidade de sedução diante dos grandes públicos. Não parece haver nada mais transparente para se definir o papel da história e, de uma só vez, orientar os homens no tempo. O uso de sua fórmula nós dá um senso prático que hoje claramente falta à prosa acadêmica. E, se os acadêmicos não usam mais o passado dessa maneira, ou não lançam mão de seus artifícios, nada impede que outros o façam.

“A cientifização não colocaria o pensamento histórico em contradição com sua função de orientação da vida prática?”⁴⁸. A questão levantada por Rüsen remete ao relacionamento do historiador com as grandes audiências, do cientista com o senso comum. Na medida em que o vocabulário do especialista, seus procedimentos metodológicos e sua carga conceitual afastam mais e mais o público de sua memória, centrando-se em descontinuidades capazes de transformar o passado num país estranho, então a função historiográfica de suprir as carências de orientação dos homens no tempo corre o risco de se tornar uma quimera irrealizável.

⁴⁵ Sobre o papel da história mestra da vida na historiografia oitocentista brasileira, ver GUIMARÃES. M.L.S. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N. 1. 1988. Principalmente pp 12, 14 e 15.

⁴⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos tempos históricos. Contraponto, PUC-rio. Rio de Janeiro, 2006. P 47 Neste capítulo, o historiador alemão mostra como a velha história [*Historie*], centrada na fórmula pedagógica dos exemplos, cedeu lugar a uma nova história [*Geschichte*], dotada de uma qualidade temporal própria, organizada cada vez mais através de argumentos objetivos.

⁴⁷ HARDENBERG, Von Freiherrn. Apud KOSELLECK. 2006. p 45

⁴⁸ RÜSEN. op. cit. p 126.

Toda escrita da história – unindo-se, quem sabe, à alta literatura, à arte de vanguarda ou mesmo à filosofia – serviria doravante para promover a perversão das identidades tradicionais?⁴⁹ Como se ao historiador coubesse a tarefa indecorosa – ou mesmo enfadonha – de sussurrar constantemente nos ouvidos da memória “ei, não foi bem assim”?

Talvez não. O desenvolvimento da historiografia acadêmica, de seu lugar social, modo de recrutamento e procedimentos de análise específicos, possibilitou, por uma determinação negativa, a demanda por um tipo não pretensamente científico de redação sobre o passado. Definidos por aquilo que eles não são, esses historiadores não-acadêmicos derivariam sua função daquilo que os profissionais não fazem, não interessam fazer, ou simplesmente não pretendem mais fazer. Ao menos é o que pensa Nicholas Lemann, jornalista americano e autor de diversos livros sobre história. Convidado a escrever para a *American Historical Review*, Lemann destacou que “os não-acadêmicos tão somente preenchem um vazio criado de livre e espontânea vontade pela própria academia”: a das narrativas, biográficas ou não, centradas em figuras de destaque⁵⁰.

Estaria esse tipo de representação do passado novamente tocando no problema dos exemplos, como se quisesse reeditar a concepção segundo a qual a história seria “um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico”⁵¹? Não é preciso muita reflexão para responder positivamente. Mas o que há de errado, de todo modo – se o país demonstra – como se justifica o escritor – querer e dar resposta a esses livros?⁵²

A maioria dos não-acadêmicos, acrescenta Lemann, passou considerável parte de suas carreiras ganhando a vida como repórteres. Providos de um instinto jornalístico pela estória, não buscam primordialmente contribuir para a disciplina ou o discurso histórico, mas sobretudo atrair leitores. Duas preocupações fundamentais seriam por eles reveladas. A primeira é compor seus textos em uma estrutura narrativa (entendida pelo autor como aquela dotada de sujeitos da ação concretos e individuais, isto é,

⁴⁹ NORA. 1992/1997. p 4712

⁵⁰ LEMANN, Nicholas. *History solo: non-academic historians*. The American Historical Review, Vol 1. 100, No.3. (Jun, 1995). p 790.

⁵¹ KOSELLECK, Reinhart. op. cit. 2006. p 42.

⁵² LEMANN, Nicholas. 1995. p 790.

“personagens” no sentido mais usual). A segunda, e ainda mais importante, alinhar esses escritos a temáticas e problemas “obviamente relevantes para o tempo presente”⁵³.

Margaret MacMillan, historiadora canadense, chamou a atenção para o fato de que a “história, e não necessariamente a do tipo que os historiadores profissionais estão fazendo, seja amplamente popular na atualidade”⁵⁴. A autora lamenta, entretanto, que no exato momento em que o estudo do passado se torna “mais e mais importante em nossas discussões públicas, os historiadores profissionais estejam abandonando o campo aos amadores”. MacMillan critica a postura “auto-referencial” da disciplina, defendendo que os acadêmicos “tem o dever de não render seu território tão facilmente”⁵⁵.

Beatriz Sarlo por sua vez oferece algumas impressões muito interessantes sobre o que chama de “história de grande circulação”. Para a intelectual argentina, esses modos de escrita são sempre sensíveis “às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência”. Eles procedem assim, justamente, porque precisam encontrar resposta na esfera pública atual. “Nas narrações históricas de grande circulação”, prossegue, “um fechado círculo hermenêutico une a reconstituição dos fatos à interpretação de seus sentidos e garante visões globais”. Visões globais que, nas grandes histórias do século XIX, “foram as sínteses consideradas [hoje] ora impossíveis, ora indesejáveis e, em geral, conceitualmente errôneas”⁵⁶. A retomada dessas sínteses, pensa Sarlo, reduziria o campo de hipóteses sustentando o interesse público ao produzir uma clareza explicativa da qual a história acadêmica carece.

Em nosso país, Benito Bisso Schmidt dedicou um artigo ao estudo das relações entre o fazer jornalístico e historiográfico no que se refere aos estudos biográficos. Ao refletir sobre as razões do surgimento do gênero, o historiador brasileiro chegou a lançar a hipótese de que a perda das referências morais e ideológicas que designam as sociedades contemporâneas tenha como resultado “a busca, no passado, de trajetórias individuais que possam servir como inspiração para os atos e condutas vivenciados no

⁵³ LEMANN. op. cit. p 790-792.

⁵⁴ MACMILLAN, Margaret. *Dangerous Games: The Uses And Abuses of History*. New York: Modern Library Chronicles. 2009. p 3.

⁵⁵ Isso porque, segundo ela, a história amadora pode vir a ser muito ruim, demandando demais de seus protagonistas, lançando mão de generalizações grosseiras e incorporando suas narrativas a modelos morais de explicação que não captam o passado em toda sua complexidade. Idem. pp 36-43.

⁵⁶ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007. Respectivamente, pp 13 e 12.

presente”⁵⁷. O retorno do interesse pelas histórias de vida (associadas à busca mais ou menos velada pela utilidade prático-pedagógica de seus exemplos) mantém-se evidente.

Raquel Glezer e Sara Albieri também reconhecem que a popularização das biografias foi o primeiro indicativo do que chamam de “surto atual de obras fronteiriças”, ou obras de “quase história”⁵⁸. As autoras fazem uma das apreciações mais positivas que já pude encontrar acerca desse tipo de texto (no qual se destacam figuras oriundas da prática jornalística), inclusive considerando o potencial propedêutico que carregam aos estudos históricos. Para elas essas publicações dizem respeito, por um lado, à atualidade da (re)demarcação de fronteiras disciplinares, relacionada a uma “crise de paradigmas” e, por outro, às *demandas de identidades fragmentadas* dentro de um mercado editorial em expansão⁵⁹.

Recentemente, Mateus Henrique de Faria Pereira propôs um estudo sobre as relações entre jornalismo, história e tempo presente no *Almanaque Abril*. Sua hipótese mais geral é a de que a narrativa do passado esboçada nas páginas da publicação “esteve situada no cruzamento entre o discurso jornalístico, o conhecimento histórico acadêmico e a história ensinada”⁶⁰. Pereira reconhece que a historiografia profissional tem por característica “uma tentativa deliberada e secular de afastar e colocar em oposição história e memória” e que, ao contrário, a escrita jornalística distingue-se da produzida nas universidades por representar o passado, “na maioria das vezes, de um modo mais próximo à memória do que à história”. Como resultado, essas modalidades aproximam-se freqüentemente de temáticas mais tradicionais, as quais possuem a vantagem de doar aos seus leitores o conforto de um “sentido de continuidade à história e à existência”, embora reeditem os temas de acordo com a lógica tributária da “opinião ou atualidade”⁶¹.

Como fazer eco a esse cenário cada vez mais complexo das identidades sociais, com suas demandas por histórias particulares, senão invocando a simplificação do passado nas tais “sínteses conceitualmente errôneas”?⁶² Como suprir essas

⁵⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, 1997. p 4.

⁵⁸ GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. *O campo da história e as 'obras fronteiriças': algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 48, p. 13-30, 2009. pp 19-20

⁵⁹ Idem. p 25-29. Grifos meus

⁶⁰ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A Máquina da Memória: almanaque abril. O tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru, SP. Edusc. 2009. p 134. A hipótese é inicialmente lançada na página 20.

⁶¹ Idem. respectivamente p 228, p 27, p 271 e 225.

⁶² SARLO. Idem. Ibidem.

reivindicações, uma vez integradas em uma economia midiática, sem recorrer, de todas as maneiras, aos exemplos, à aliança com a memória, ao *sentido de continuidade* próprio ao *momento do sujeito que lembra*, ou seja, àquilo que for “obviamente relevante para o *tempo presente*”⁶³?

1.3 Da política pública da memória ao abandono de seu projeto

Nesse sentido, as efemérides, essas datas que obrigam a lembrar o passado toda vez que nos deparamos com seus múltiplos de cinco – 100 da *Origem das Espécies* de Darwin, 55 anos da Segunda Guerra Mundial, 20 anos da queda do Muro de Berlim... – dispõe ocasiões comemorativas. Ao proporcionar oportunidades de lembrar coletivamente, fazem na verdade mais do que isso: elas atualizam o passado.

“A virada do século XIX”, como explica Lucia Lippi Oliveira, fora marcada pelo “processo de criação e reestruturação dos Estados nacionais”⁶⁴. Em 1900, na ocasião das festividades do IV Centenário do Descobrimento, ao público geral coube participar dos eventos realizados pelo Estado e, aos letrados, acompanhar as publicações organizadas sob a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Relacionado a um projeto estatal de construção da nacionalidade, deveríamos assim lembrar-nos do *Livro do centenário* que, em quatro volumes lançados pela Imprensa Nacional, tinha como carro chefe o trabalho do historiador Capistrano de Abreu⁶⁵.

No final da década, já frente ao aniversário de cem anos do traslado da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, caberia mencionar Oliveira Lima e seu *D. João VI no Brasil*⁶⁶. Com essa obra, o historiador e diplomata desafiou a emergente memória republicana, a qual atacava o Império dos Bragança e pintava a caricatura, ainda usual no senso comum e na mídia, de seus personagens mais proeminentes. Nota-se que a escrita da história, por motivo das efemérides, era orientada como um uso público da

⁶³ LEMANN. Idem. Ibidem. Grifos meus.

⁶⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 14, n 26. 2000. p 183.

⁶⁵ *Livro do centenário 1500-1900* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, publicação da Associação do Quarto Centenário. 4 vol.) apud Oliveira, Op Cit. p 200. Sobre as comemorações do IV centenário, ver ROCHA, Wanderley Marcelo da. “Jubileu Nacional”: a comemoração do quadricentenário do descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional (1900). UFRJ. Dissertação de Mestrado.

⁶⁶ Oliveira Lima, biógrafo de El Rey, tentara passar a imagem de um D. João VI popular promovendo um lobby no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para reconhecê-lo como o “verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira” LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1996. p 21

memória. Nesse sentido, as comemorações já foram inclusive estudadas como política de identidade nacional⁶⁷.

Muito recentemente, a academia, em geral, e os historiadores, em particular, mostraram-se todavia reticentes diante dos desígnios da comemoração. “*O que comemorar?*” não era questionamento incomum em revistas, encontros e textos de ciências humanas durante a efeméride dos 500 anos⁶⁸. Com certeza também não foi um fenômeno exclusivamente nacional. “A disciplina sim quer comemorar”, escreveu Eelco Runia, “mas mantém-se com um pé atrás pelo medo de que, de algum modo, seja um tanto impróprio ceder a esse desejo”⁶⁹.

O historiador brasileiro José Jobson de Andrade Arruda talvez apareça como um exemplo dessa hesitação. O seu *trágico V centenário do descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*, em todos os aspectos um panfleto anti-comemorativo, pode ser encarado como uma instância paradigmática desse posicionamento intelectual⁷⁰. Arruda classifica as pulsões comemorativas a partir de seus conjuntos lexicais, de suas palavras de ordem próprias. Esse “elenco integrado de expressões” funciona ordenando as pronúncias, as questões norteadoras do rito identitário, que apontam os termos pelos quais a nação deve comungar. Na era salazarista, portanto, os portugueses falavam em civilização, missão, epopéia, saga, heroísmo ou descobrimento⁷¹. Já durante as comemorações à época da redemocratização ouviam-se vocábulos como cultura, pluralidade, confronto cultural, encontro com o outro etc.⁷²

A “tragédia” do V centenário brasileiro seria a de, ao começar falando em *descobrimento*, partir de um léxico valorativo muito mais próximo da “primeira fórmula comemorativa portuguesa do que da segunda”, fato corroborado pelo caminho autoritário e elitista que os eventos tomaram. “A comemoração não visa lembrar”, polemiza Arruda, “pelo contrário, no sentido de reificar a permanência, comemora-se, em última instância, o próprio presente”⁷³.

Conjurar o passado, assinalar identidades, propor origens, celebrar a comunhão memorial em torno de nosso presente: seriam esses projetos conciliáveis diante da carga

⁶⁷ JOHN. Gillis (org). *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princenton: Princenton University Press. 1994.

⁶⁸ Bom exemplo seria: CHAUI, Marilena. *O que comemorar?* In: Projeto História, 20. Sentidos da comemoração. São Paulo, 4/2000.

⁶⁹ RUNIA, Eelco. *Burying the dead, creating the past*. In: History and Theory, 46. October 2007. P 315.

⁷⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico V Centenário do Descobrimento do Brasil. Comemorar, celebrar, refletir*. São Paulo, Edusc, 1999.

⁷¹ ARRUDA. Op. Cit. p 14.

⁷² Tal foi a “a primeira celebração post-mortem do império português.” Idem. p 17.

⁷³ Idem. Respectivamente p 38 e p 45.

teórico-metodológica desenvolvida pela ciência histórica ao longo do último século? A verdadeira tragédia da historiografia parecia ser, agora, a necessidade de conviver com as demandas inadimplíveis da memória, com esse fardo indesejável do presente.

1.4 Uma era comemorativa brasileira?

A “era das comemorações” de que nos fala Pierre Nora possui algo de efetivamente diverso das efemérides do “achamento”, dos 100 anos da chegada da família real e, mesmo antes, dos festejos cívicos inaugurados na França ou nos Estados Unidos. A “era das comemorações” aparece com certo ar reativo, como se fosse uma resposta arquitetada contra o “terrorismo da memória historicizada”, contra a reificação da lembrança enquanto objeto historiográfico, a taxidermização do ontem nos *lugares de memória*; ou, ainda, apresenta-se como uma reação do traslado da memória para o lugar social acadêmico, científico, próprio ao seu estudo e dissecação analítica, mas dificilmente inclinado a seduzir-se por seus encantos e sortilégios⁷⁴.

Não, a memória não se daria por vencida. Pelo contrário, foi o projeto de uma história de cunho contracomemorativo, no reboque dos *lieux de mémoire*, que aparentemente naufragou⁷⁵. “À segurança do tom do primeiro capítulo”, comenta Paul Ricoeur, “sucede a exasperação suscitada pelo confisco do tema por parte da paixão de comemoração”⁷⁶. Os lugares de memória – esse insólito fenômeno da materialização do lembrar, da espacialização do tempo em calendários, bandeiras, arquivos, bibliotecas, dicionários e museus – vieram, em outras palavras, se juntar à pulsão comemorativa. Termo da moda, muitos o usavam, de políticos a jornalistas, historiadores a donas de casa: todo o mundo parecia ter o seu *lugar de memória*! “O instrumento forjado para sublinhar a distância crítica”, lamentava Nora, “é agora o principal instrumento da comemoração”⁷⁷.

Comemorações diferentes, essas da passagem do milênio. Para retomar Oliveira, “a virada do século XX pode ser caracterizada pela consciência da globalização e da

⁷⁴ NORA. 1984. p XXIX. “A produção indiscriminada de arquivos é um efeito agudo de uma nova consciência, a clara expressão do *terrorismo da memória historicizada*. Essa forma de memória nos chega vinda de fora; nós a interiorizamos como uma restrição individual porque ela não é mais uma prática social”. Idem. p XXVII. Grifos meus. Entendo esse conceito da seguinte maneira: se um grupo ainda possui determinada prática (como produzir vinho artesanalmente), não possui necessidade, a princípio, de dedicar a essa atividade um museu, de empalhá-la num lugar.

⁷⁵ Uma história que “por virtude de seu conceito (...) seja uma história do tipo contracomemorativo”. NORA, Pierre. 1992/1997. p 4697.

⁷⁶ RICOEUR. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 2007. p 412

⁷⁷ NORA, Pierre. 1992/1997. p 4687

velocidade do tempo” e sua aparência não era mais desenhada pelo Estado Nação, mas sim pela mundialização de capitais, avanço das telecomunicações, encurtamento das distâncias e derrubada dos muros⁷⁸. Eram tempos de neoliberalismo e privatizações. Eram tempos de aceleração histórica, de um “rápido e crescente deslize do presente num passado histórico que já foi tarde”, seguido da “percepção geral de que todas as coisas podem desaparecer”⁷⁹. Seguido, em outras palavras, por ondas de memória e comemoração, debates sobre patrimônio e preservação ambiental. Seguido, em outras palavras, por um certo *desejo de presença*, continuidade material, sensível ou mesmo sensorial desse passado ameaçado pela aceleração, pela mudança frenética, pelo consumismo da novidade e pelo descarte do obsoleto⁸⁰.

Na última década do século XX, as sociedades ocidentais atravessavam um período de liberalização econômica, acompanhado pelo desenvolvimento de uma “cultura de abrangência transnacional” cujos padrões ultrapassavam “as fronteiras dos Estados nacionais”⁸¹. No Brasil, contavam menos de seis meses que o mais jovem político a ser eleito presidente havia renunciado. Seu mandato fora caracterizado, para além das memoráveis denúncias de corrupção, por cortes sistemáticos nos gastos públicos, reduções da burocracia estatal, demissão de funcionários, planos de privatização e, igualmente, por considerável abertura do mercado interno para produtos importados, além de outros incidentes mais pitorescos...

O presidente empertigou-se, fungou, franziu o cenho, fungou de novo e garantiu que iria punir todos os culpados. Para reformar a disposição justiceira, fungou outra vez e assegurou que estava disposto a cumprir a lei “duela a quien duela”. Na histórica noite de 25 de agosto de 1992, Fernando Collor precisou recorrer a um portunhol de corar secundarista porque estava concedendo para a TV argentina uma entrevista que, em tese, não seria exibida no Brasil. Mas, havia meses, Collor vivia uma espécie de inferno astral e a transmissão acabou sendo captada por acaso pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre.⁸²

Meses depois, 12 de maio de 1993, a Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento do Brasil (CNVC) seria criada por decreto. Ela foi oficialmente incumbida de planejar os festejos que se anunciavam ao final do milênio. Em uma era

⁷⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 2000. p 183.

⁷⁹ NORA. 1984. I

⁸⁰ “Desejo de presença” é um termo que devo a GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p XV.

⁸¹ Idem. p 184

⁸² BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História. A Incrível Saga de um País*. São Paulo. Ática. 2003. p 408

de grandes temas transnacionais – de desafios à idéia mesma de Estado Nação, diriam alguns, de metamorfose de uma consciência histórica nacional para uma consciência de si de tipo patrimonial, ventilam outros – a Comissão lançava-se à tarefa de reeditar uma política pública da memória⁸³.

Ainda em 1996, a CNVC seria transferida para o Ministério das Relações Exteriores. No segundo semestre de 1997, ela viu definida seu regulamento e composição – um representante de cada uma das pastas do governo, dois representantes do Senado, dois representantes da Câmara e um representante do Judiciário. Entre seus objetivos diretos podemos citar o incentivo à criação de células estaduais e municipais, a integração das iniciativas de diferentes órgãos governamentais, assim como a *clipagem* do material comemorativo veiculado pelos meios de comunicação⁸⁴.

Às vésperas das comemorações dos 500 anos, para a surpresa de muitos, a Comissão foi “considerada assunto de esporte e turismo”, sendo “entregue a um sorridente ministro de Estado que acreditava ser prova de amor pátrio decorar em verde e amarelo seu apartamento funcional de Brasília”⁸⁵.

Dizem que os desafetos de Rafael Greca riam às escondidas de idéias suas. “Alguns chegaram a sugerir”, inclusive, que o Ministro do Esporte e Turismo “pensou em comprar cuecas cor de pele para os índios”⁸⁶. Essas informações, divulgadas pela grande imprensa, deram a entender a existência de alguma espécie de conflito burocrático dentro da CNVC. Ajudaram, sem dúvida, a formar a opinião de que seu presidente era com certeza inapto para o cargo e que, como consequência, os festejos preparados pelo Estado se mantinham no rumo do fracasso⁸⁷. Mas elas não foram as únicas.

⁸³ “É a própria dinâmica da comemoração que se inverteu”, sustentava Pierre Nora, “o modelo memorial levou a melhor sobre o modelo histórico e, com ele, um uso completamente diferente do passado” NORA. 1992/1997. P 4696. Essa questão que foi um dos pilares do diálogo estabelecido com Nora por François Hartog. Para Hartog, o império da globalização, da aceleração e de um “futuro que já chegou”, gerou a demanda por um *tempo real*, de modo que ao lado da *World Economy*, apareceu, patrocinada pela UNESCO, uma *World Heritage*. O patrimônio surgia como uma espécie de alterego da memória. Ver HARTOG, François. *Régimes d'historicité: Présentisme et Expériences du Temps*. Paris: Éditions Du Seuil. 2003. Principalmente o capítulo 5. p 163-206

⁸⁴ OLIVEIRA. op. cit. pp 192-193 Por clipagem entende-se o processo de pesquisa controlada sobre notícias acerca de temas específicos.

⁸⁵ NEVES, Margarida de Souza. *De Intérpretes e Interpretações*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 14, n 26. 2000. p 293.

⁸⁶ LIMA, Maria; ANDERSON, Carter. *Comemorações debaixo de críticas*. In: www.globo.com e VASCONCELOS, Adriana; FERNANDES, Diana. *Nau de Greca afunda*. In: www.globo.com Apud HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, C.A.M. *E La Nave Va... As Celebrações dos 500 anos no Brasil: afirmações e disputas no espaço simbólico*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 14, n 26. 2000. p 213.

⁸⁷ Idem. p 204

Em 17 de maio de 1999, da sua coluna na revista *Época*, o jornalista gaúcho Eduardo Bueno criticava a performance da Comissão Nacional para as Comemorações. Não foi sem gracejos que o colunista insinuava a incompetência do governo. O “novo ministro” não escapou de jogos de palavras, com sua comissão “fazendo água”, lançando dinheiro ao mar, enquanto que a equivalente portuguesa navegava, essa sim, “de vento em popa”. O corte no orçamento da CNVC, “enxugado de R\$ 70 milhões para R\$16 milhões”, era um dos ganchos da matéria. Enquanto isso, Rafael Greca ainda não havia “se reunido com suas comissões”. “Presume-se que esteja ocupado: com o olho pregado no relógio de Hans Donner”, disparava Bueno⁸⁸.

Outros jornalistas apropriavam-se inclusive da autoridade de acadêmicos para reprovar a condução das comemorações oficiais. Chamado para opinar “no calor da hora”, em meio aos acontecimentos comemorativos, José Murilo de Carvalho comparava-os a “um baile da Ilha Fiscal piorado”, cuja única novidade em relação àquele símbolo da decadência aristocrática era, de todo modo, a reação popular⁸⁹. Evaldo Cabral de Mello foi entrevistado por Elio Gaspari, colunista de *O Globo* que mais tarde faria sucesso com suas *Ditaduras*. No espaço de Gaspari, o historiador aparecia dizendo ser “uma pena que o Brasil, com sua cultura precária, só consiga se expressar por meio de efemérides”⁹⁰.

Ao que parece, com o distanciamento da academia em relação às questões identitárias e de afirmação da nacionalidade, “o consenso, a unidade nacional”, como escreveu Lucia Lippi Oliveira, “não dependiam mais dos intelectuais patriotas, mas substancialmente dos índices de audiência”⁹¹. A mídia, seja impressa ou televisiva, assumiu o papel de mestre-de-cerimônias, com as organizações Globo destacando-se dentre as demais empresas de comunicação⁹². Eneida Leal Cunha tem visão semelhante. “Apenas quando foram convocadas as redes de TV”, lembra, “os ‘500 Anos’ se tornaram um fato com repercussões no todo social”⁹³. Para a crítica, esse recurso

⁸⁸ BUENO, Eduardo. *O velho almirante e o novo ministro. A celebração dos 500 anos já está atrasada*. In: Revista *Época*, 17 de Maio de 1999. N 52. p 55

⁸⁹ LIMA; ANDERSON. Apud HERSCHMANN. 2000. p 204.

⁹⁰ *O Globo*, 16 de abril de 2000. Apud OLIVEIRA. 2000. p 186

⁹¹ OLIVEIRA. op. cit. pp 194-196.

⁹² RODRIGUES, Laécio Ricardo de Aquino. *Intelectuais, Mídia e Estado nas Comemorações dos “500 Anos” do Brasil*. Ten. Mund, Fortaleza, V. 3. N. 5. Jul/dez. 2007. p 182-183

⁹³ Ver CUNHA, Eneida Leal. *O Brasil ao alcance de todos: imagens da nacionalidade e comemorações dos 500 anos do descobrimento*. In: Semear 5. Rio de Janeiro. P 7 Cunha vincula esse trabalho ao projeto “Reconfigurações do imaginário e reconstruções de identidades: produções simbólicas e relações político-culturais contemporâneas que (re)articulam Brasil e Portugal”. Projeto que reuniu um amplo material publicado na imprensa (brasileira e portuguesa) acerca dos 500 anos do Brasil. No Brasil, “Veja, Isto É, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil (RJ) e, a partir de 1999, A Tarde (BA) foram consultados; em

permitiu às celebrações serem rapidamente “assimiladas pelo discurso publicitário, *com algumas soluções estéticas e mercadológicas*”⁹⁴.

Com parte considerável da opinião pública cada vez mais desconfiada dos festejos oficiais (ou pelo menos assim imaginavam diversos “homens da mídia”), essas *soluções estéticas* não demorariam por ter seu caminho livre de obstáculos *mercadológicos*. “Como fruto da exigência de formatação do discurso científico como uma imposição do campo jornalístico”, afirmava Denise Cogo, “emerge ainda, no campo enunciativo dos 500 anos, o jornalista-historiador”, segundo a autora “espécie de híbrido ao qual é atribuído, de forma privilegiada, a tarefa de revitalização da historiografia”⁹⁵.

1.5 Projetos editoriais e a lógica das comemorações

Por essa época, uma grande quantidade de reportagens eram planejadas pelos principais veículos de comunicação brasileiros. O grupo Abril lançou sua própria “Coleção Brasil 500 anos”, com encartes e sobrecapas inseridos nas principais revistas da empresa. A semanária *IstoÉ*, seguindo a tendência, publicou um *Atlas Histórico*. Documentários, programas e especiais eram preparados por diversos canais de televisão do país. A Rede Globo desenvolveu um ambicioso projeto comemorativo, o qual, segundo Laércio Rodrigues, se manteve em harmonia “com o ideário dos ‘500 anos’ delineado pelo governo federal: celebração da diversidade cultural e étnica do país, sem espaço para os conflitos e desigualdades que pontuaram nossa história”⁹⁶.

Muitos ainda devem recordar daqueles ponteiros no meio de uma esfera azulada, horas e minutos em cor branca, segundos em amarelo, o último com a forma de uma flecha que apontava para o mapa do Brasil. Mostruário do imenso relógio, o território brasileiro, a saltar aos olhos nas cores da natureza, era o centro simbólico do mundo (Ver figura no Anexo I). Com o “olho pregado” nas setas comemorativas, cujo passo

Portugal, o jornal diário Público e o periódico quinzenal Jornal de Letras e Artes.” Conferir: CUNHA, Eneida Leal. *As comemorações dos descobrimentos na mídia*. In: ComCiência. 2001. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/501anos/br15.htm>. Acesso em 19/09/2009.

⁹⁴ Idem. p 3 Grifos meus

⁹⁵ COGO, Denise. *Mídia e multiculturalismo: a produção de sentido sobre os 500 anos de Descobrimto do Brasil*. In: Rastros: revista virtual de estudos em comunicação. Disponível em: <http://redebonda.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/rastros02/rastros0204.html> Acesso em 16 de outubro de 2009. p 8-9. A autora cita BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1996. Apesar do título, o texto é, na verdade, uma crítica da deontologia e dos princípios legitimadores da prática jornalística.

⁹⁶ RODRIGUES. op. cit. p 186.

contava os dias que faltavam para o 22 de Abril, esquecia-se facilmente que nem todos se sentiam agraciados com a herança de cinco séculos. Outras setas, essas saídas de arcos indígenas, logo alcançariam um dos 27 monólitos globais plantados em cada uma das capitais brasileiras⁹⁷.

A TV Globo, assumindo o papel de “historiadora”, não conseguia integrar todos os habitantes da *federação da memória* em sua narrativa das origens⁹⁸. De todo modo, a efeméride dos quinhentos anos, sua comemoração – recebida ora com um consentimento lúdico, ora com ares trágicos – ganhava forma rapidamente através da mídia; dos debates televisivos às colunas de jornal, das entrevistas alongadas ao evocar incessante dos intelectuais chamados à opinião, sempre *fast thinkers*, mas nem sempre com algo relevante para dizer.

Com toda a imprensa em breve pautando-se pela efeméride, o mercado editorial começou a se animar com antecedência. Publicações de história logo varreriam os quatro cantos do Brasil, e os editores sabiam disso. Poucos anos antes do aniversário do descobrimento, uma dessas publicações, originalmente pensada para um matutino regional, chamaria a atenção de jornais do centro do país. Eduardo Bueno, que ainda trabalhava para a Zero Hora de Porto Alegre, propôs aos seus editores uma coleção de fascículos contando a história do Brasil, do pré-Descobrimento aos dias atuais. Dotado de um projeto gráfico e edição repleta de imagens, fotos, *colunas laterais* e ilustrações a cores, a publicação teve importante sucesso, sendo inclusive reeditada pela Folha de São Paulo e O Globo⁹⁹.

“O gancho era a proximidade dos 500 anos”, explica seu autor. Bueno coordenava o setor dos colecionáveis da Zero Hora, comprava seus direitos no exterior, organizava suas traduções, seus projetos gráficos, sempre com grande apelo visual. A idéia era produzir uma série de textos próprios sobre a História do Brasil, seguindo os mesmos padrões editoriais, escritos numa narrativa que escapasse do “ranço didático e de alguns aspectos eventualmente pernósticos da produção acadêmica”¹⁰⁰.

O projeto de *História do Brasil*, embora publicado pela Zero Hora/Grupo RBS, era levado adiante como uma iniciativa pessoal de seu idealizador. E nem tudo

⁹⁷ “índios descarregaram sua fúria sobre o relógio dos 500 anos”. Zero Hora, 24 de abril 2000, p 48.

⁹⁸ “A TV Globo assume o papel de historiadora”. RODRIGUES. op. cit. p 187

⁹⁹ Como explica o próprio Eduardo Bueno, em entrevista anexa: “aquelas notinhas laterais são um achado, porque elas escapam da mesmice da nota de rodapé e ao mesmo tempo permitem um hipertexto” BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010

¹⁰⁰ BUENO, Eduardo. *Contador de histórias*. Entrevista para EXTRA Classe. Disponível em <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/nov00/entrevista.asp>> (Abril,2000) Acesso em 09/02/09. Grifos meus.

aconteceu de acordo com o planejado. “Como sou um péssimo empresário”, desabafa, “me vi arruinado e tive um saldo negativo de R\$ 70 mil”. Além disso, sentia-se cansado da vida de jornalista, da correria das redações, de não poder viajar tanto quanto gostaria. *A Coleção Terra Brasilis*, um projeto ainda mais bibliograficamente ambicioso, embora limitado ao período colonial, poderia ser uma forma de conquistar rumos mais independentes na carreira.

Eduardo Bueno decidiu fazer uso dos contatos editoriais, da inserção no mundo do livro, do qual há anos já fazia parte, com seu tempo como editor da LP&M e tradutor de *On the Road*, dentre outros trabalhos. Tomou um ônibus para o Rio de Janeiro e ofereceu a coleção para Roberto Feith, diretor da Objetiva, na época editora de ninguém menos do que Paulo Coelho. Começaria uma parceria que ia resultar, até o presente momento, em quatro livros de grande vendagem, do total de sete previstos pelo contrato inicial¹⁰¹.

Já a partir de 10 de maio de 1999 a revista *Época* iniciou a publicação de uma coluna especial dedicada aos quinhentos anos do Brasil, apresentada e escrita por ele mesmo, Eduardo Bueno. No momento em que criticava a performance do governo nas comemorações do descobrimento, já havia publicado os dois primeiros livros da coleção *Terra Brasilis*. Juntos, tinham vendido até então mais de 150 mil exemplares, e a “proximidade das festas do Descobrimento” exigiam-lhes constantes e sucessivas reimpressões¹⁰². (Acompanhe as vendagens em tabela anexa)

Mais “iniciativa do que diretiva”, a “presença do Estado” na lógica comemorativa contemporânea era, aos olhos dos jornalistas, assim como foi aos do historiador Pierre Nora, muito discreta se comparada à ação da imprensa aliada a todas as suas mídias: televisiva, radiofônica, digital e, porque não, editorial impressa¹⁰³. De uma política pública da memória, chegamos às comemorações como parte de uma economia midiática do presente.

¹⁰¹ A narrativa que descrevi tem como base sua entrevista já citada para a revista Extra Classe. A coleção *Terra Brasilis* possui até o momento em que escrevo quatro livros publicados: “*A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*”(1998), “*Náufragos, traficantes e degradados: as primeiras expedições ao Brasil*”(1998), “*Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*”(1999) e “*A coroa a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia*” (2006) Todos os volumes tiveram a consultoria técnica de Ronaldo Vainfas, à exceção do último, que contou com a historiadora Sheila Siqueira de Castro Faria. Esse livro era para ser intitulado “Canibais, jesuítas e donatários”, mas, como se vê, teve seu nome alterado. A próxima publicação será, muito provavelmente, a respeito do episódio da França Antártica.

¹⁰² Carta do Editor. *Bem vindos a bordo*. Revista *Época*. 10 de maio de 1999. N 51. p 7.

¹⁰³ NORA. 1992/1997. p 4692.

1.6 A economia midiática do presente

Fernando Henrique Cardoso plantando árvores em Porto Seguro? Rafael Greca, quase um poeta, dizendo que "Comemorar é conhecer e ninguém ama o que não conhece"?¹⁰⁴ Isso pouco interessou à imprensa, senão como curiosidades e desdouros de um circo de horrores federal montado à sombra dos coqueiros de Cabrália. Uma vez inaugurada pelo governo, a lógica comemorativa acabou nas mãos dos senhores do acontecimento. Ora, não é mais a escola o lugar onde se afirma a identidade, mas os meios de comunicação¹⁰⁵. Com o Estado assistindo a descentralização daquilo que um dia já se ousou chamar de *aparelhos ideológicos*¹⁰⁶, com a carga didática do passado pulverizada na mão de um sem número de veículos de imprensa, a comemoração brasileira, para usar o vocabulário de Pierre Nora, entra em sua era patrimonial. O fenômeno se emancipa do espaço da tradição, da “expressão concentrada de uma história nacional”, e entra nos domínios de uma memória ainda capaz de garantir a filiação e o sentimento de herança¹⁰⁷. “Há hoje uma memória nacional”, escreve Nora, “mas cuja unidade é feita por uma reivindicação patrimonial dividida, em permanente multiplicação e busca de coesão”¹⁰⁸. Dividida? Multiplicada? Seria justo transportar o problema para o cenário brasileiro e, tomando nosso caso extremo, arriscar-lhe dizer, ainda que grafando algumas aspas, memória “privatizada”?

A réplica da nau capitania de Pedro Álvares vale um bom exemplo. Ela foi construída pelo Clube Naval do Rio de Janeiro. Custou aos cofres públicos cerca de R\$ 2,5 milhões. Sua missão era reeditar a glória do traslado quinhentista, da intrépida jornada lusitana, da conquista de um mundo ainda desconhecido. Mas o destino da embarcação mostrou-se bem menos honroso. “Após tentativas algo bisonhas de lançar lá ao mar em tempo oportuno, terminou por tornar-se uma espécie de nau dos insensatos a vagar pelo litoral brasileiro, símbolo às avessas das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil”¹⁰⁹.

¹⁰⁴ “‘Temos que marcar esses 500 anos de forma que as gerações futuras não esqueçam o seu passado’, disse o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca”. *Sala dos professores*. Disponível em <http://www.aomestre.com.br/01/old/09sl/17.htm> acesso em 10/12/2009

¹⁰⁵ NORA. 1992/1997. p 4694

¹⁰⁶ ALTHUSSER, L. P. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

¹⁰⁷ Idem. p 4703-4704.

¹⁰⁸ Idem. p 4713 Nora opõe “história nacional” (*histoire nationale*) à “memória nacional” (*mémoire nationale*), esta última, segundo ele, um fenômeno recente e relacionado à “Era das Comemorações”. A oposição pode parecer estranha à historiografia brasileira, que desde cedo usou o termo “memória nacional” para outros fins.

¹⁰⁹ NEVES. 2000. p 293

Quando finalmente conseguiu aportar, tripulação mareada e velas soltas ao vento, uma comissão do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia “descobriu” que o “responsável pela construção do navio não tinha registro em nenhum dos conselhos da categoria no Brasil”¹¹⁰. A caravela que não navegou serviu como um dos muitos símbolos do fracasso das comemorações. Ou assim seria divulgada pela imprensa, dando a entender a futilidade, o caráter ridículo da tentativa; ridícula e imprópria, com certeza onerosa ao bem público e ao “bolso do contribuinte”.

Mesmo quando cheios de críticas em relação às desventuras governamentais, às naus que mal boiavam e às comissões que faziam água, os colunistas mais ativos da imprensa não estavam longe de receber incentivos e adulações dos próprios mandantes de Brasília. O que pensa de Fernando Henrique: “do meu leitor, Fernando Henrique Cardoso, você quer dizer?”, repetia Eduardo Bueno em diversas entrevistas. Pedro Parente, Ministro da Casa Civil, depois executivo da Rede Brasil Sul (afilhada local da TV Globo), também lhe rendeu alguns elogios. Sem falar, como talvez devêssemos, dos artistas, cineastas, celebridades e empresários em geral¹¹¹.

Por outro lado, os jornalistas tiveram de conviver (e de certo modo responder) a freqüentes artigos, materiais e manifestações que questionavam de forma independente da imprensa os preparativos das comemorações e mesmo a própria história do país. O movimento *outros 500* enfatizou “a denúncia da existência de um ‘outro Brasil’, esquecido e sufocado”, assim como a necessidade de “lhe dar visibilidade pública e mesmo legitimidade numa hora em que o país ocupava um lugar de destaque no cenário internacional”¹¹². O grupo era organizado pela CUT e sindicatos autônomos, com alguns membros em alas do PT e outros partidos de esquerda. Seus integrantes propunham uma “leitura de nossa história a partir de um lugar definido – dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e exploração de classe”¹¹³. Eles pretendiam lembrar o passado de uma maneira não tradicional, contando “a história do povo brasileiro a partir dele mesmo (...), não somente pela história oficial da classe dominante ou de uma ‘fatia da sociedade que deu certo’”. Zumbi dos Palmares,

¹¹⁰ *Naufração completo*. In: www.odia.com.br. Acesso em 8/6/2000, e *Capitania, o mico da festa* in: www.odia.com.br, acesso em 29/4/2000. Apud HERSCHMANN. op. cit. 214.

¹¹¹ Ver TEIXEIRA, Rosane Siqueira. *Norteando o gosto do leitor*. Grupo de Estudos História e Educação. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara – SP. Disponível em <<http://www.franca.unesp.br/>> acesso em 11/9/07

¹¹² HERSCHMANN. op. cit. p 208

¹¹³ *Manifesta Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* In: www.globo.com Apud HERSCHMANN. Idem.

opressão colonial, resistência, história das greves e dívida externa: esses eram os tópicos que pautavam a cronologia e seus temas de interesse¹¹⁴.

Mas o grupo social com maior respaldo “anti-comemorativo” foi, sem dúvida, composto por indígenas. Em Cabrália, no auge das comemorações, quando o alto escalão de Brasília havia transferido suas atividades para Porto Seguro, uma marcha que reunia índios, sem-terra, anarco-punks, estudantes e integrantes do movimento negro entrou em choque com a segurança dos chefes de Estados que acampavam nas praias da Bahia. A repercussão internacional do conflito foi a pior possível. “Uma foto de um índio ajoelhado e de braços abertos, pedindo clemência ao policial agressor, divulgada em vários veículos de comunicação, virou uma espécie de ícone do fracasso da festa”¹¹⁵.

Após a virulenta repressão aos manifestantes, com balas de borracha zumbindo em suas orelhas, bombas de efeito moral pipocando sobre seus ombros, o presidente da Funai, pouco antes de pedir demissão, declarou “que aconteceu, em uma semana, o mesmo que ocorreu nestes 500 anos”. De acordo com seus organizadores, a intenção da marcha era demandar que “índios e negros fizessem parte de uma história que *não começou com Pedro Álvares Cabral*”¹¹⁶.

Múltiplas origens: essa era a principal demanda dos habitantes da *federação da memória* brasileira. O fardo de um presente fendido, orientado, especializado em diversos grupos, era ter de atualizar um passado que parecia ter sua identidade, por si só, fragmentada. “A economia midiática do presente” que não cessa de “produzir e consumir o acontecimento” transformou o próprio tempo em mercadoria¹¹⁷. Enquanto filão mercadológico, essas reivindicações da memória (sua urgência por suprir a carência de orientação dos homens numa narrativa que representasse sua continuidade no fluxo do tempo) tendem a ser atendidas por aqueles que possuem as melhores condições materiais de supri-las.

Esse esforço envolve – de modo jamais desconexo – contatos editoriais, disponibilidade de vender sua força de trabalho intelectual, “capacidade de redação” (ou sua adequação estética aos padrões do mercado) e sensibilidade às questões do presente.

¹¹⁴ OLIVEIRA. op. cit. p 198.

¹¹⁵ HERSCHMANN. op. cit. 209

¹¹⁶ Idem. Ibidem. Grifos meus.

¹¹⁷ HARTOG. 2003. p 127

Como escreveu Pierre Nora, notamos que “a história do presente faz conscientemente surgir o passado no presente (e inconscientemente surgir o presente no passado)”¹¹⁸.

1.7 Uma proposta de síntese em múltiplas origens

Eduardo Bueno já teria o Brasil indígena e pré-cabralino descrito nos *fascículos* dos tempos de Zero Hora. Chegou mesmo a participar de conversas organizadas pelo movimento “Outros 500”, afirmando que, “na verdade, a questão do Descobrimento pode ser vista por dois ângulos: a perspectiva da proa, dos homens chegando aqui, e a perspectiva da praia, dos homens que estavam lá vendo a chegada daquelas naves espantosas e que modificariam para sempre suas vidas”. Escrever a história do “ponto de vista dos povos indígenas”, conta, era inclusive o motivo do surgimento de seus livros¹¹⁹. Mais tarde, afirmaria que a “verdadeira gênese da coleção” *Terra Brasilis* fora mesmo sua obsessão por contar a história indígena, no Brasil, com a mesma dramaticidade que Dee Brown havia pintado o “massacre final das tribos do oeste americano” em *Bury my heart at wounded knee*¹²⁰.

Embora não tenha dedicado um estudo específico ao tema, seus fascículos, depois reeditados em livro, traziam também os indícios de uma “nação erguida por seis milhões de braços escravos – e sobre três milhões de cadáveres”¹²¹. Depois deles, como se sabe, narrou o Descobrimento oficial com detalhes em *A verdadeira história*. Mais adiante, os *Náufragos, Traficantes e Degradados* tinham sido introduzidos como se fossem, literalmente, os “primeiros brasileiros”¹²². A saga dos lusitanos pioneiros da colonização não se fez esquecer nos *Capitães do Brasil*. Como se não bastasse, as raízes da corrupção brasileira, do executivo ao judiciário, mais tarde seriam depuradas em *a Coroa, a Cruz e a Espada*.

¹¹⁸ NORA, Pierre. *Le retour de l'événement*. In: *Faire de l'histoire*. Paris. Gallimard. 1974. T.1. p 225

¹¹⁹ Em 19 de Abril de 1999, Eduardo Bueno dizia que “não sou exatamente o que se possa chamar de ‘politicamente correto’. Vou até contar como surgiram meus livros sobre o Descobrimento. O primeiro impulso foi escrever a história sob a ótica dos povos indígenas, admirável tentativa que se deve empreender.” Essas conversas, reunindo escritores, poetas, intelectuais e políticos, foram depois editadas e publicadas em livro pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na época administrada pelo PT. Conferir: *Outros 500: novas conversas sobre o jeito do Brasil*. Porto Alegre. Metrópole Indústria Gráfica. 2000. p 16.

¹²⁰ Entrevista ao Autor. Março de 2010. O livro que Eduardo Bueno se refere é BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

¹²¹ BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História - a incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2003. p 112.

¹²² BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degradados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p 9

Pouco antes da “virulência da polícia militar contra índios e não índios”, da impossibilidade “da nau capitânia navegar, além do questionamento de seu preço”, dos informes negativos que corriam a imprensa – “mostrando o fracasso da atuação, nas comemorações, do governo federal” – Bueno seguia seu caminho¹²³. “Suspeitava que mais pessoas” além dele, como dizia, “desconfiassem que nessa névoa que envolve os primórdios do Brasil havia muita aventura e personagens intrigantes”¹²⁴. Para ele, a história não devia ser

(...) uma seqüência tediosa de datas vazias e nomes solenes. História é drama, é fluxo, é sangue – a história pulsa, vívida. A história é múltipla: abrange os padrões e os peões, a selva e as cidades, os bancos e as prisões. A história é épica: refulge nas batalhas e nas galés, nos plenários e nas veredas, nos quartéis e nos cadafalsos. A história freqüentemente é trágica. A história quase sempre é mal-contada. A história do Brasil, freqüentemente trágica, tem sido, quase sempre, mal-contada. Mas é uma história repleta de som e fúria; de aventura, ganância e fulgor. Do primeiro encontro entre índios e brancos, nas areias faiscantes de Porto Seguro, ao impeachment de Fernando Collor, são cinco séculos de sombras e luzes, de cores e nomes, de bonanças e trovões. Por eles, marcham os bandeirantes e rezam os jesuítas. Neles, ecoa o uivo dos piratas e o estalido das chibatadas. A febre do ouro os inflama; o rangido dos engenhos os remói. Ao fundo, ressoam os gritos da independência – podem ser alardes falsos ou brados retumbantes. Se os descaminhos são freqüentes, a esperança é permanente. A história do Brasil é uma peça monumental. Os atores somos todos. Escolha o seu papel.¹²⁵

Entre a aventura e a tragédia, índios e brancos, padrões e peões, a escrita da história de Eduardo Bueno busca encontrar a correspondência entre as muitas demandas da memória, entre as linhas que ligam passado e presente, o(s) tempo(s) ao(s) espaço(s). Não é surpreendente que os profissionais das redações tenham assumido essa tarefa, pois, como observou Pereira, se “o historiador está submetido aos métodos da pesquisa acadêmica”, o “jornalista está mais diretamente submetido à lógica do mercado”¹²⁶. Como mais tarde confessaria Bueno, “planejei esses livros com um olhar de jornalista no texto e com um olhar de editor de livros como produto”¹²⁷. Dotado do orgulho de um *self made man*, o autor revelou-se mais do que ansioso por afirmar que a *Coleção Terra Brasilis* foi idealizada como:

¹²³ OLIVEIRA. op. cit. p 199

¹²⁴ CÔRTEZ, Celina. *O Historiador Pop*. Entrevista com Eduardo Bueno. Revista IstoÉ 24/2/99

¹²⁵ BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. Zero Hora/RBS Jornal. Porto Alegre. p 3.

¹²⁶ PEREIRA. op. cit. p 224.

¹²⁷ BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010.

(..) um produto para o mercado. Desde o início era um produto fechado: sete volumes, com aquele formato específico, papel específico, diagramação específica feita pela Ana Adams, com aquela espécie de Hipertexto¹²⁸

Mais do que isso: Eduardo Bueno reivindica a descoberta de um nicho editorial, a identificação de uma “demanda reprimida” (sic) por “uma abordagem da história feita com as ferramentas do jornalismo”¹²⁹. Por essa e outras afirmações, percebe-se que ele há muito havia percebido as diferentes identidades sociais do presente como grupos consumidores de memória; públicos alvo de uma narrativa sobre o passado.

Como os intrépidos marujos que irrompem ao simples palmilhar de seus livros, o aventureiro da lembrança estava a poucas linhas de singrar o cabo antes intransponível das grandes vendagens e, munido de seus fartos números, colher o ouro e a glória que fizeram os escritores do tempo presente sonhar com a não-ficção do passado. Juntos, os quatro volumes da *Terra Brasilis* venderiam quase um milhão de cópias. (acompanhe as vendagens individuais no Anexo II).

Curiosamente, ao que parece, essa história que não mais era uma sucessão erudita de nomes pomposos e datas notáveis não viria ao reboque de um conjunto de hipóteses a serem verificadas, questões originais formuladas às fontes, problemas pensados em um quadro mais amplo do que a narrativa de seus próprios eventos. Não, bem pelo contrário, Eduardo Bueno parecia rejeitar a reflexão teórica como se ela fosse uma barreira para o entendimento do grande público, sinal da “pernesticidade” acadêmica que buscava tanto fugir. “Não sou historiador, não tenho teoria, tenho história mais narrativa”, dizia, com o objetivo de buscar “prender a atenção pelo texto jornalístico”¹³⁰.

Sem os instrumentos de mediação com o passado, rejeitados como pedantismo formal, a escrita da história vagaria às cegas diante de um presente quase eterno? Incorreria naquilo que Michel de Certeau chamou de “sonambulismo teórico” de uma prática sem teoria, desembocando, “mais dia ou menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’”?¹³¹. Neste caso, estaríamos falando também de *presentismo*. Não no sentido mais comumente utilizado hoje (aquele relacionado ao tempo imediato, à historicização do presente), mas, como em uma

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ BUENO, Eduardo. 5/10/2007. Disponível em <<http://videochat.globo.com/GVC/arquivo/0,,GO10592-3362.00.html>> Acesso em 20/9/07

¹³¹ CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2 ed. 2000. p 66.

curiosa inversão temporal, na *presentificação do passado* através da inserção de valores que lhes são estranhos. Valores pertencentes ao senso comum de um narrador que não se dispôs, como queria Bernard Bailyn, em posição de “controle crítico”, tarefa sem a qual caímos num “óbvio tipo de presentismo, que na pior das hipóteses transforma-se em doutrinação por exemplo histórico”¹³².

Esse “princípio anti-teórico”, como veremos, é a força e a fraqueza da narrativa jornalística da história. Para Rüsen, uma “narrativa histórica torna-se especificamente científica quando obedece a uma regra que imponha ao narrador (historiador) explicitar e fundamentar os critérios (e idéias) que determinam, para ele, a instituição de sentido”¹³³. Emancipado dessas regras e imposições, recusando-as como meros aborrecimentos lingüísticos, a escrita de Eduardo Bueno não abandonaria também todos os mecanismos capazes de defendê-la do fardo do presente, da invasão pouco criteriosa de instituições de sentido impróprias e anacrônicas? Não deveria haver, é claro, nenhum problema em extrair do presente interesses e motivações para a pesquisa histórica, a dificuldade começaria, sim, caso “não percebêssemos isso e nos tornássemos controlados por esse processo”¹³⁴. Aí, teríamos presentismo.

1.8 Simplificar pela via do presente; presentificar pela via da simplicidade

Presentismo e comemoração são dois conceitos que se entrecruzam. Como declarava Pierre Nora no encerramento de seu projeto sobre os lugares de memória: “É o presente que cria seus instrumentos de comemoração”¹³⁵. Sim, o presente, a temporalidade na qual se opera o ato de lembrar: seja pela rememoração individual, seja, como nos interessa aqui, *comemorando coletivamente*¹³⁶. A “era comemorativa”, sorvendo os lugares de memória, visava, talvez, solucionar o problema da distância; distância cavada não apenas entre memória e história, mas principalmente sentida entre

¹³² Apud WOOD, Gordon. *The Purpose of the Past: reflections on the uses of history*. New York: The Penguin Press. 2008. p 293.

¹³³ RÜSEN, Jörn. op. cit. p 120

¹³⁴ LEONE, Mark. P. *The relationship between artifacts and the public in outdoor history*. In: Annals of the New York Academy of Sciences, 376 (1981), 309 Apud LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985. p XXIV

¹³⁵ NORA, Pierre. 1992/1997. p 4696

¹³⁶ Fica claro que o movimento negro, por exemplo, não festeja a escravidão, mas a co-memora (a relembra em conjunto) constantemente como fator de sua própria identidade. No sentido que aqui proponho, comemorar não é o mesmo que celebrar, mas lembrar de modo comum.

a memória como prática social e a memória taxidermizada¹³⁷. Re-praticar o passado, suprir o vazio de sua presença, pulsão que pode ser entendida como fruto de uma memória impedida, uma tendência à repetição, um comportamento, de certo, patológico – tal não é uma das metas claras da comemoração!¹³⁸

Com as vozes sempre dissonantes, alguns acadêmicos aventuraram-se no desafio de abraçar o presentismo, como se dessem de ombros às críticas anti-comemorativas descritas acima, como se ignorassem as falhas do “presentismo do presente” alardeadas por historiadores como François Hartog. Esse foi o caso do teórico alemão Hans Ulrich Gumbrecht. Em *Production of Presence*, sua obra teórica, Gumbrecht volta-se contra aquilo que chama de “centralidade incontestada da interpretação”, seqüela de um legado metafísico e cartesiano que, ao desprivilegiar a “presença” das coisas, foca-se excessivamente no “sentido” do mundo social¹³⁹. O resultado, argumenta o autor, é um crescente desejo de presença nas sociedades ocidentais, expresso nas artes, na cultura de massas e no fascínio pelo passado. O objetivo principal de seu texto, ressalta, é defender “uma relação com as coisas do mundo que possa oscilar entre efeitos de presença e efeitos de sentido”¹⁴⁰

Sintomas de uma crise do tempo? Gumbrecht, discípulo que foi de Koselleck, admite que o “desejo de presença” está em concordância com a dinâmica temporal contemporânea – sua assimetria entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* – típica de um “cronótopo” que não mais aceita o historicismo (e a idéia de que se pode “aprender com a história”) como referência epistemológica. “O desejo de presentificação”, escreve o professor de Stanford, “pode ser associado com a estrutura de um presente largo dentro do qual queremos reter o passado e no qual o futuro está bloqueado”¹⁴¹. Mas qual o problema?

¹³⁷ Por vezes chamada de “memória viva” ou “memória verdadeira” por Pierre Nora, aquela memória que, segundo ele, já não existia mais. Ver NORA, 1984. Entendo esse conceito da seguinte maneira: se um grupo ainda possui determinada prática (como produzir vinho artesanalmente), não possui necessidade, a princípio, de dedicar a essa atividade um museu, de empalhá-la num lugar.

¹³⁸ Ou ainda, como uma memória manipulada. Instrumentalizada, por exemplo, pelo Estado nacional, em uma tentativa de mediação entre memória individual e coletiva, através de uma identidade narrativa, formada na ação e no tempo. RICOEUR. 2007. Principalmente pp 83-99.

¹³⁹ De acordo com o autor: “a palavra ‘presença’ não se refere (...) a um relacionamento temporal, mas espacial, do mundo com seus objetos. Algo que é ‘presente’ é tangível às mãos humanas, o que implica que, inversamente, possa ter um impacto imediato em corpos humanos.” GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p XIII

¹⁴⁰ Idem. p XV. Seguindo o raciocínio, seu livro mais conhecido no Brasil (GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo*. Editora Record. 1999. Rio de Janeiro) foi uma experiência que visava testar os limites do método histórico para o problema da oscilação sentido/presença.

¹⁴¹ GUMBRECHT. 2004. pp 120-121.

Esse “*business* de fazer o passado presente” precisa contar com a utilização de certas técnicas “que produzam a impressão (ou, de fato, a ilusão) de que esses mundos passados podem se tornar tangíveis novamente”¹⁴². As técnicas de presentificação tendem a enfatizar a dimensão do espaço sobre a do tempo: como mostra Gumbrecht, elas visam captar subitamente uma articulação espacial com aquilo que não mais aqui está. É apenas pelo viés do espaço que podemos ter a ilusão de tocar, experimentar e sentir objetos que estão associados com um tempo que já se foi.

Descrever paisagens, sabores, cheiros, esboçar possíveis diálogos, narrar em tom épico, espacializar a história e, por fim, tocar o passado: não é isso que a narrativa jornalística veio fazer? De fato, esse elemento existe – e voltarei a ele no último capítulo – mas a presentificação do passado não é realizada na *Terra Brasilis* exatamente como idealizou Gumbrecht. Para o teórico alemão, o objetivo principal de um estudo histórico deveria ser “confrontar estudantes com a complexidade intelectual, o que significa que gestos demonstrativos (*deictic gestures*) – ou seja, amostras da condensação ocasional dessa complexidade – são no que devemos realmente nos focar”¹⁴³. Se a proposta não é essa, se a teoria é desprezada, se o complexo se esfumaça numa estória que é manancial de identificações, então o que resta, senão os sintomas de uma crise do tempo? O que resta do passado presentificado, senão os próprios desígnios do presente?

Desprovida como estava dessas referências extra-narrativas, da reflexão sobre conceitos – solta em uma “prática sem teoria” – a escrita da história navegava livre para responder à pressão das demandas mnemônicas dos mais variados grupos. Poderia vagar com propriedade entre a aventura e a tragédia, insistir na idéia de saga para, mais tarde, falar abertamente em corrupção do judiciário. Se para isso não escapava à cronologia histórica tradicional, poderia com ela iluminar períodos hoje pouco lembrados, resgatar episódios obscuros e descrever personagens não recorrentes nos livros didáticos da atualidade.

Eduardo Bueno utiliza, no primeiro número da coleção *Terra Brasilis*, majoritariamente os historiadores eruditos do século XIX e início do XX. Ao folhear suas referências bibliográficas, encontram-se em peso menções a Francisco Adolfo de

¹⁴² Idem. respectivamente p 123 e p 94

¹⁴³ Idem. p 95

Varnhagen, Capistrano de Abreu, Jaime Cortesão, dentre outros clássicos da historiografia lusitana e brasileira. É com base nesses historiadores que Peninha originalmente vai constituir o grosso de suas referências bibliográficas; é com base neles que vai compor o seu “arquivo”, organizar o conjunto de dados sobre os quais vai tecer uma narrativa original. (Ver índice das referências citadas na *Terra Brasilis* no Anexo III)

Estaria o jornalista reeditando uma noção de história tradicional, de modo quase folclórico, ares vexatórios, chamada de “positivista”? Um dos argumentos que mais se repetiram dentre seus críticos insinuava que a concepção historiográfica expressa na *Terra Brasilis* era por demais “conservadora”¹⁴⁴. Talvez como resposta, o autor acabou por incluir de maneira gradual – e com grande volume no último livro da coleção – uma bibliografia muito mais atualizada em seus estudos. Já como parte da publicidade de *A Coroa, a Cruz e a Espada*, Eduardo Bueno fez questão de responder a essa crítica, alegando que havia consultado “os novos, surpreendentes e maravilhosos livros da novíssima historiografia portuguesa (Joaquim Romero Magalhães, João José dos Reis e Francisco Bethencourt, entre outros)”¹⁴⁵. (Acompanhe essa progressão no gráfico no Anexo III)

Mesmo antes que fizesse isso, devemos dizer, os paralelismos temáticos com a historiografia dita tradicional ocorrem como respostas às demandas de um presente inquieto, de grupos dispostos como consumidores de uma memória que ainda pode funcionar como fiadora de suas identidades. Esse tempo desnaturalizado, fendido em diversas origens, *mantém-se fiel à cronologia oficial ao passo em que conspira por subvertê-la*. O próprio Eduardo Bueno concordou com essa interpretação:

Veja bem. Tem uma coisa muito importante que vou dizer e que nunca disse para ninguém porque não tive oportunidade. Tem um lado dos meus livros nos quais eles são totalmente convencionais na periodização. (...) Eu me servi dessa estrutura, que é uma estrutura convencional e que poderia ser outra. Estrutura que não quis desafiar. No máximo cheguei a tentar dinamitá-la por dentro.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Ver, por exemplo: SILVA, Fernando Teixeira da. *Historiador teme que Brasil “avacalhe” com seus 500 anos*. Entrevista para o Portal Aprende Brasil. Disponível em <<http://www.aprendebrasil.com.br/entrevistas/>> Acesso em 30/9/07

¹⁴⁵ Ver sua entrevista para a Objetiva disponível em www.objetiva.com.br/objetiva/cs/?q=node/1198 20/04/20 acesso em 20/04/2008

¹⁴⁶ BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010.

Se o próprio motivo da emergência da narrativa jornalística da história é o fenômeno comemorativo – o instante no qual os relógios da nação ressoam aos chamados da memória – por outro lado essa efeméride é o momento propiciador da precipitação e do conflito entre diferentes formas de acessá-la. O Estado e a Nação, se aparecem com insistência nos escritos de Eduardo Bueno, se são resgatados por vezes como seus personagens, o fazem muito mais como uma *herança* freqüentemente trágica e indesejável do que como um *projeto* civilizatório ou uma perspectiva de futuro.

É o fardo do presente que determina os rumos da narrativa jornalística da história. A isso os profissionais das redações dão um nome específico: gancho, ou oportunidade editorial causada por um evento ou conjunto de eventos notáveis que possibilita a publicação de uma matéria; matéria antes inviável, antes pouco interessante, antes pouco lucrativa. Para a escrita da história, talvez a efeméride seja o gancho perfeito, a data redonda, pronta, dada e assim inegavelmente capaz de transformar o passado em notícia. Entretanto ela não é a única. “Se não é a história uma aventura, o que ela será?”, pergunta Eduardo Bueno¹⁴⁷. Dependendo do gancho, como veremos, ela pode vir a ser uma tragédia – mesmo que essa tragédia seja fruto de uma “coincidência auspiciosa”.

¹⁴⁷ NOVAES, Ana Paula. *Uma proposta polêmica: buscar um novo olhar par a História*. Entrevista com Eduardo Bueno. Suplemento Educação. Folha Dirigida. Disponível em http://www.folhadirigida.com.br/htmls/hotsites/suplemento_2007/Cad_06/Pag_63.html Acesso em 10/02/2010

Da Aventura do Descobrimento à Tragédia da Colonização O que resta é, ainda, o presente

Voltemos a 06 de junho de 2005. Sim, sim, o “escândalo do mensalão”: Roberto Jefferson (PTB-RJ), acuado por adversários e abandonado por seus aliados, empregava pela primeira vez o termo. Em entrevista exclusiva a Folha de São Paulo, o então presidente do PTB disse que “congressistas aliados recebiam o que chamou de um ‘mensalão’ de R\$ 30 mil do tesoureiro do PT, Delúbio Soares”¹⁴⁸.

É verdade que denúncias de irregularidades já rondavam o governo desde, ao menos, setembro de 2004¹⁴⁹. Mas foi depois da experiência malograda de Jefferson com os correios, seu isolamento político e posterior contra-ataque, que as revistas, jornais e canais de televisão fizeram do assunto uma matéria de ampla repercussão nacional. Às vésperas do pleito presidencial, a história do mensalão vendia – e como vendia, para absoluto terror do governo.

Em pouco tempo, o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, é derrubado. Um complexo esquema de compra de votos parlamentares, indo do tesoureiro do PT, passando pelo alto escalão federal e chegando até o empresário Marcos Valério de Souza, seria denunciado constantemente nos meios de comunicação. O impacto das inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito – CPMI dos Correios, CPMI da Compra de Votos, CPI dos Bingos – faria ouvir suas repercussões pelo ano de 2006 a dentro¹⁵⁰. Foi a maior crise política enfrentada pelo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Com ela a palavra corrupção seria transportada quase 500 anos no passado.

¹⁴⁸ Folha de São Paulo. 06/06/2005. Uma versão eletrônica da matéria é mantida no site do jornal. *Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT*. Disponível in: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69402.shtml> acesso em 20/12/2009

¹⁴⁹ Ver, por exemplo: OLTRAMARI, Alexandre; CABRAL, Otávio. *10 milhões de divergências*. Revista Veja. Edição 1872. 22 de setembro de 2004.

¹⁵⁰ O jornalista Ivo Patarra propôs uma cronologia dos eventos dos escândalos em um livro lançado na Internet em formato de acesso livre. Nele, os acontecimentos aparecem mês a mês, dia a dia, reunindo 850 eventos pesquisados em 700 laudas. Patarra assume tese frontalmente contrária a idéia de que “o presidente Lula de nada sabia”. Conferir: <http://www.escandalodomensalao.com.br> acesso em 11/10/2009

2.1 O “gancho” como problema historiográfico

Eu tinha conhecimento dessa indústria. Uma indústria sequiosa de historiadores acadêmicos que não sejam aparvalhados, que escrevam bem, que vendam. Só que eles não percebem que esse mercado existe, eles não querem saber que esse mercado existe. Por causa desse medo de romper os paradigmas – paradigmas caquéticos – eles não produzem para o mercado, ao contrário dos historiadores americanos que produzem e que *se submetem ao olhar de um editor*. Editor que vai olhar e dizer “isso você publica como uma tese acadêmica”, “mas nesses pontos eu vou mudar algumas coisas”, claro que sempre com o consentimento do historiador. Os historiadores acadêmicos, além de escreverem a maior parte muito mal, ainda acham que o texto deles é intocável, sagrado. Pelo amor de Deus!

Eduardo Bueno, *entrevista para o autor*¹⁵¹

Qual é a noção de história por trás dos escritos de Eduardo Bueno? Como se sabe, ele defende seus livros a partir do estatuto de uma obra de divulgação. Interessa-se por vazá-los através de uma estrutura narrativa. Fala de personagens concretos, grandes nomes da memória nacional, aventureiros e bandidos, heróis e vilões. Não demonstra a intenção de desenvolver teses, testar hipóteses originais, lançar um novo problema histórico¹⁵². Com isso, acaso o autor da *Terra Brasilis* reeditaria uma *histoire événementielle* nos moldes exatos daquela tão criticada pela tradição dos *Annales*? Com seus livros abertos, olhos firmes em cada linha, desfrutando suas páginas ao sabor de uma grande aventura, o público estaria consumindo uma versão linguisticamente atualizada – quiçá uma tradução objetiva – da historiografia do século XIX e início do XX?

Defender uma tese assim seria como negar o papel da mediação simbólica do comunicador. A prática jornalística, como a historiográfica, possui seus critérios de seleção, maneiras de lidar com o problema da objetividade, algumas regras escritas, outras um tanto silenciosas, seus campos de interesses e suas fórmulas de redação. Mesmo que o trabalho de Eduardo Bueno como vulgarizador historiográfico fuja aos padrões do jornalismo diário, as marcas de seu lugar social fazem-se ainda presentes na enunciação da obra que estudo – sejam como prescrições de trabalho, sejam como atavismos de uma atividade profissional interiorizada.

¹⁵¹ Março de 2010. Grifos meus.

¹⁵² A ausência de problemática já foi notada como uma das diferenças entre a escrita jornalística da história e a prática acadêmico-disciplinar no que se refere ao gênero da biografia. Ver SCHMIDT. op. cit. p 15 PEREIRA. op. cit. pp 133-169 também trabalhou a questão no caso da escrita da história presente nas páginas do *Almanaque Abril*.

A principal delas – diria a primordial – é a questão do gancho. Outro jornalista-historiador, Laurentino Gomes, explica-nos o conceito. No vocabulário das redações essa expressão significaria “motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada”. Gomes também alega que chegou inclusive a ter sua obra temporariamente cancelada “por falta de gancho”¹⁵³. Essa idéia, na verdade, exemplifica mais do que isso. Ela permite que um tema, usualmente visto como sendo desprovido de “interesse público”, seja atualizado no presente. A aparição ou ausência de um gancho jornalístico, como determinação de um lugar, permite ou proíbe. Traduzido ora como o “obviamente relevante para o tempo presente”, ora pela interdição econômico-editorial frente a uma má avaliação do mercado, ele parece ser a *característica inicial* da narrativa jornalística da história.

Ao tornar por um instante o passado presente, o *gancho* cumpre, para o jornalista, a função que o *problema historiográfico* possui para o historiador acadêmico. Faz uma valer pela outra. Com alguma liberdade, poderíamos considerá-lo algo tanto próximo do “método regressivo” atribuído a Marc Bloch, o qual consistia “em partir de uma realidade presente e voltar no passado para conhecer a(s) gênese(s) da situação, as permanências, as inovações e as diferentes temporalidades”¹⁵⁴. Analogias à parte, o certo é que o gancho, como código genético de uma escrita da história, coloca o jornalista em uma posição de vantagem econômica em relação ao historiador.

Nas academias de história existe a figura do orientador ou de uma banca, os quais, enquanto manifestações discursivas do saber-poder institucional, detêm a autoridade de delimitar certos objetos, requisitar a justificativa de uma problemática e, com isso, barrar um projeto, aceitar outro, baseando-se sempre em critérios próprios ao lugar social do historiador¹⁵⁵. No jornalismo, existem os editores, as hierarquias de redação, os contatos editoriais e, como não poderia deixar de ser, questões e interesses de ordem essencialmente econômicos¹⁵⁶. Os critérios de produção típicos do lugar do

¹⁵³ De fato, Laurentino Gomes planejava lançar seu livro sobre a fuga da família real para o Brasil ainda no final do milênio passado, mas alega ter sido barrado por Tales Alvarenga, então seu editor, que o aconselhou a esperar pela data de 2008. Ver GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo. Editora Planeta do Brasil. 2007. p 14.

¹⁵⁴ PEREIRA. op. cit. 139 O autor explica a noção de “método regressivo”, mas a analogia aqui traçada com o gancho jornalístico é de minha responsabilidade.

¹⁵⁵ “(...) O [espaço] que permite e o que proíbe” CERTEAU, op. cit. p 76-77

¹⁵⁶ Pierre Bourdieu, ao criticar os princípios de legitimidade da prática jornalística, fala da falta de autonomia desse campo em relação à esfera econômica, suas dependências para com os índices de audiência e sua venalidade aos interesses privados. BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1996. pp 76-77

jornalista são dessa forma bem mais íntimos aos critérios do mundo dos negócios. Com eles, o princípio inaugural da narrativa jornalística da história dispõe de mecanismos para integrá-la quase que automaticamente dentro do mercado editorial de não-ficção. Como depois explicaria o próprio Eduardo Bueno:

A coleção foi bolada tendo como gancho os 500 anos – gancho no sentido jornalístico da palavra. Eu tinha um projeto de escrever sobre história colonial desde 1985. Porém, por uma série de circunstâncias da minha carreira, especialmente da minha vida, eu sabia que não era o momento. Eu não sabia quando seria o momento, eu sabia quando não era o momento. Em 1997, concluí que sim, tinha chegado a hora – e ela estava vinculada à efeméride. (...) Agora, o fato de sair em 2006 A Coroa, a Cruz e a Espada aconteceu por uma coincidência auspiciosa. Afinal, essa é uma coleção muito auspiciosa, muito bem aventurada, no sentido do mercado. Ela atrasou por causa das circunstâncias que se modificaram de minha vida profissional, como editor. Porque eu pude me tornar autor *barra* editor.¹⁵⁷

Gostaria de lembrar aqui minha hipótese mais geral. Creio que nas ditas “narrativas jornalísticas da história” – condicionadas como são por regras que as lançam a abordagens de apelo atual – desenvolve-se uma representação do passado que se quer espelho de um *suposto* “interesse público” do (e pelo) presente. Cabe-nos então perguntar quais seriam as implicações epistemológicas de uma pulsão de representar o passado tendo em mira, quase de maneira constante, esse interesse geral do presente.

2.2 A questão da objetividade

Muito bem, o jornalista-historiador encontrou seu gancho, teve a idéia certa na ocasião adequada, a editora aprovou a publicação, e então, o que fazer agora, como sua escrita vai representar o passado? Embora não sejam os únicos, os critérios que em tese deveriam garantir a objetividade da comunicação social começam, já se disse, pela noção de “interesse público”.

E pelo que, afinal, presa esse interesse público? Pelo que é notícia, naturalmente – responderia o jornalista em franco truísmo. A definição desses dois termos, no entanto, passa por alguns critérios. Critérios que freqüentemente podem parecer óbvios para um profissional de redação, mas sob os quais, conceitualmente, imperam pouca

¹⁵⁷ BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010

clareza – a prática jornalística, como se vê, também se reserva o direito de possuir suas leis silenciosas.

A questão do valor notícia, dentre elas, dos critérios de noticiabilidade, já pôde por isso ser pautada como problema sociológico. A opinião de que o jornalista trabalha como selecionador de fatos foi desenvolvida ao longo da segunda metade do século XX. Parte de conclusões realizadas a partir de inúmeros estudos de caso. Afere que os critérios de noticiabilidade na prática excedem a dimensão subjetiva dos repórteres e balizam-se, formando zonas-filtro, em um processo ordenado hierarquicamente no cotidiano das redações. A esse fenômeno, a sociologia dos emissores chamou de *gatekeeping*, ou seja, de acordo com ele o jornalista funcionaria como uma espécie de porteiro, determinando quais informações são passíveis de se tornar notícia e quais devem ser descartadas¹⁵⁸.

Vejamos um exemplo muito próximo dessa reflexão. Nos Estados Unidos, o historiador Robert Darnton, que foi jornalista no *New York Times*, buscou estudar as “determinações culturais profundas” da notícia¹⁵⁹. Realizou uma análise a partir da sua, digamos, observação participante, na qual mostrou a definição e os critérios de noticiabilidade através das relações construídas nas salas de redação. Antes dele, Helen MacGill Hughes conduzia a questão através das relações editoriais com o “público”¹⁶⁰; Darnton, ao contrário, disse que os repórteres não escrevem para uma “massa” disforme. Em um contexto hierárquico, eles trabalham para, em primeiro lugar, agradar seus editores (que definem as matérias que saem e os repórteres que as redigem), seus pares (que o legitimam) e, só depois, para algum público particular, e isso apenas no caso de uma especialização profissional.

Sobre a redação propriamente dita, o historiador chamou a atenção para dois pontos. Primeiro, falou da extensiva utilização dos manuais de estilo, nos quais são fixados os critérios de escrita, as regras mais gerais da profissão. Depois, lançou sua hipótese de trabalho, a qual apregoa a influência de antigas formas de contar “histórias”

¹⁵⁸ Sobre esse conceito, ver: WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. Martins Fontes. São Paulo, 2005. p 184.

¹⁵⁹ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Companhia das Letras, São Paulo. 1990. p 91.

¹⁶⁰ HUGHES, Helen MacGill. *Newspapers and the Moral World*. In: The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue canadienne d'Economie et de Science politique, Vol 11, No 2 (May, 1945). p 177.

na moderna concepção noticiosa, a qual o levou a dizer que “as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia¹⁶¹”.

Se, por um lado, a academia brasileira de história deve muito, desde sua fundação, aos *hommes de lettres* franceses, o jornalismo, por outro, possui uma influência norte-americana bem mais acentuada. Assim, por exemplo, no início dos anos 50, a reforma editorial do Diário Carioca acompanhou o processo de modernização da imprensa no Brasil. “Não criei nada: confrontei, via que uma coisa era importante, outra não se aplicava ao Brasil, e assim (...), redigi o primeiro *style book* da imprensa brasileira”, disse Pompeu de Souza, um dos arquitetos das novas regras de redação do Diário Carioca, realizada “sob a influência de jornais americanos e também, um pouco dos jornais franceses¹⁶²”.

A introdução dos manuais de estilo significou um avanço rumo à padronização da linguagem e dos métodos de reportagem e redação. O processo pode ser entendido como parte do que já foi chamado de transição entre “regimes jornalísticos”, entre a era de sua prática político-literária, publicista, e a de uma atividade reconhecida dentro dos moldes informativos de base empresarial moderna¹⁶³. Antes, as notícias eram precedidas por teses, ensaios extensos e quase sempre pouco objetivos. Hoje é comum chamar esse preâmbulo de “nariz de cera” – uma seqüência de palavras rebuscadas, em tom literário de recorrência bacharelesca, com sorte muito subjetivamente relacionadas ao fato que se queria noticiar.

O aparecimento das técnicas modernas de redação e a posterior adoção do modelo da “pirâmide invertida” – no qual as informações são apresentadas em ordem decrescente de importância, com o *lead* respondendo perguntas fundamentais já na introdução da matéria (*o que, quem, quando, onde, por que e quando*) – miraram a superação e até mesmo vieram ridicularizar o emprego do “nariz de cera”. Como veremos no próximo capítulo, a persistência de um jornalismo literário – dentro do qual proponho considerar a narrativa jornalística da história como um subgênero – pode ser encarada enquanto uma reação à tendência reificadora da notícia, que tende com sua suposta objetividade eliminar a dimensão da experiência humana.

Falemos sobre um exemplo conhecido da integração do jornalismo aos padrões de objetividades exigidos pela civilização ocidental. Se Robert Darnton e seus colegas

¹⁶¹ Ou seja, “tudo que couber [nessas concepções culturais], a gente publica”. DARNTON. 1990. p 96.

¹⁶² SOUZA, Pompeu De. *A chegada do “lead” ao Brasil*. Boletim da ABI, set./ou.-78. pp 24-26.

¹⁶³ Sobre essas noções, ver RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. UFRGS Editora, Porto Alegre. 3. Ed. 2003.

tinham em mãos o *Style Book of The New York Times*, no Brasil os repórteres possuem o Manual da Redação da Folha de São Paulo¹⁶⁴. Embora em tese seja válido apenas para seu jornal de origem, os critérios do Manual são bastante comuns à prática jornalística. A Folha, evidentemente, não inventou essa profissão, apenas compilou suas regras em um livro de referência que hoje se tornou um dos mais utilizados em nosso país¹⁶⁵.

O texto fala de eventos de “interesse geral” como acontecimentos que podem “modificar as estruturas políticas, econômicas e culturais de uma cidade, de um país ou do mundo”; a seguir, viriam as notícias de “utilidade pública”, como aquelas que dizem respeito a “tudo que afete fundamentalmente a vida cotidiana dos leitores”; depois, ainda encontra-se espaço para afirmar a importância de acontecimentos que gerem “grande comoção pública”, que “interessam ao jornal à medida que os leitores passam a compartilhar de uma situação que lhes seria possível viver de alguma forma¹⁶⁶”. O manual também define seis critérios de importância da notícia. Em ordem: o ineditismo, a improbabilidade, interesse, apelo (curiosidade), empatia (identificação do leitor), proximidade geográfica¹⁶⁷.

Não é por nada que o primeiro critério de noticiabilidade seja o ineditismo. No mundo anglo-saxão, é claro, tal coisa é bem mais explícita. *News*, notícia em inglês, tem como tradução literal o termo “novidade”. E como seria então o desafio de se pensar o ontem enquanto reportagem, essa *colonial history as news*? Agora tomado enquanto metáfora, o oxímoro de Flaubert – *bien écrire le médiocre* – expõe a necessidade contraditória, sempre diária, dada ao jornalista: procurar a novidade, cotidianamente, no presente¹⁶⁸. Numa narrativa da história, se seguirmos as indicações da prática jornalística, a tarefa não deveria ser menos complexa e patentemente contraditória: seria preciso buscar alguma sorte de novidade – jornalisticamente pensada – no tempo pretérito¹⁶⁹.

Notícia no passado? Desafio interessante pensar a obra de Eduardo Bueno dessa maneira, como uma “reportagem histórica”, cheia de novidades em meio à tradição.

¹⁶⁴ FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da Redação*. PubliFolha, São Paulo. 2001.

¹⁶⁵ Sobre o fato de ser o mais utilizado, ver MOREIRA, Fabiane Barbosa. *Fato jornalístico e fato social*. In: Em questão, Porto Alegre, v. 10, n 2. p 275-285, jul./dez. 2004. p 275

¹⁶⁶ FOLHA DE SÃO PAULO, op. cit. p 22.

¹⁶⁷ Ibid. p 43.

¹⁶⁸ GUSTAVE, Carta a Louise Colet, setembro de 1853. Apud BOURDIEU. op. cit. p 27

¹⁶⁹ Não que os critérios acadêmicos ignorem o ineditismo ou a novidade. De fato, são inúmeras vezes essenciais para a aceitação de um trabalho. No entanto, defendo a idéia de que o considerado “novidade” no jornalismo é distinto do considerado “novidade” na academia, muito mais preocupada no “desenvolvimento do discurso histórico” do que na simples “atração de leitores”, como propõe LEMANN, Nicholas. op. cit. p 790.

Mas, antes de nos entusiasmos com a idéia, devemos levar em consideração as limitações do repórter – o qual não se apóia na erudição dos arquivos, nem no poder simbólico de um diploma – em selecionar os eventos de sua narrativa. Se pensarmos o jornalista como *gatekeeper*, temos de perceber que ele deve sempre referenciar as *autoridades historiográficas*. Neste caso, o porteiro dos fatos nada pode fazer sem prestar contas ao zelador do passado.

2.3.1 Autorizar a representação; representar a autoridade

Ainda no primeiro livro da coleção *Terra Brasilis*, ao descrever os perigos que os navegantes lusitanos enfrentavam ao percorrer o Mar Tenebroso, isto é, o Oceano Atlântico, Peninha lança mão de um artifício jornalístico bastante comum:

Um historiador moderno, o brasileiro Paulo Miceli, já fez a comparação: “Muitos daqueles viajantes enfrentaram os mares como alguém que, hoje, entrasse num avião sem garantia do aeroporto no final da viagem”.¹⁷⁰

A afirmação do diretor do Centro de Memória da Unicamp é uma paráfrase muito conhecida pelos professores de escola. Todos já ouvimos comparações desse tipo. Alguns livros didáticos lançados no calor dos 500 anos, inclusive, falariam da relação entre as grandes navegações e a conquista espacial¹⁷¹. Esse é sem dúvida um comentário didático que visa a *compreensão* de um cenário passado através de uma analogia que o identifique com o presente. Mesmo em uma asserção como essa, tão casual, e que decerto não depende e nem faz justiça à qualificação do historiador, o jornalista parece se abster de responsabilidade. É como se ele dispusesse um microfone à frente do acadêmico, esperando certa declaração autorizada, ou, quem sabe, simplesmente checando uma hipótese de trabalho e credenciando um lugar comum.

Esse tipo de postura rendeu críticas severas, dentre as quais figuram acusações de certa superficialidade de seus textos. É comum ouvirmos que Peninha não vai às fontes (o que não é de todo verdade), que seus textos são apenas uma compilação de diversos estudos sobre a história colonial, uma obra de síntese desprovida de um conteúdo próprio ou original. Recorrente também é o exprobrio que qualifica seus livros

¹⁷⁰ BUENO. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. 1998. p 30

¹⁷¹ Ver, por exemplo, GUILLEN, Isabel. *500 Anos Um novo mundo na TV.* Isabel Guillen, Sílvia Couceiro. Brasília : MEC . Secretaria de Educação a Distância, 2000 (Cadernos da TV Escola 1, ISSN 1518 - 5915) p 16.

como simplificadores e reducionistas. Contra todas essas acusações, o jornalista defende-se:

Eu escrevi um livro que, realmente, é repleto de simplificações e de generalizações correndo o risco consciente de fazer essas generalizações para atingir um número maior de pessoas. Porque é o seguinte: eu acho que falta generosidade, além de uma certa competência de estilo, à produção acadêmica do Brasil. As limitações de estilo existem, mas acho que elas não prejudicam tanto quanto uma certa arrogância na postura de alguns historiadores. De alguns, porque a produção historiográfica brasileira é de primeira grandeza, eu devo muito a ela. A minha obra é uma obra de segunda mão, sim. É uma obra de divulgação, sim. Não sou historiador, sou jornalista.¹⁷²

Eduardo Bueno mais uma vez justifica seus livros a partir do estatuto de uma obra de divulgação produzida por um jornalista. Repete, como vemos, o pensamento de Nicholas Lemann, o qual afirmava que os não-acadêmicos teriam como preocupação fundamental atrair novos leitores. Essa atração desculparia, até mesmo, a alegada superficialidade da obra. Mas para assim habilitá-la, ele não pode, sem perder a legitimidade que a constrói, abster-se do apoio em autoridades historiográficas.

“Obra de segunda mão”, ela é concebida como uma narrativa, composta por um escritor, o qual reivindica o título de jornalista e que apela, quando julga necessário, às autoridades, os historiadores. Por um instante parece dizer, como os sábios da *história eclesiástica* descrita por François Hartog, “não sou *auctor*, mas o autor de minha compilação”¹⁷³. Bem diferente das testemunhas de Charles Péguy, que no século XIX acreditavam se assemelhar aos historiadores, a inversão promovida pelo jornalista é no mínimo curiosa: o historiador é agora transformado em testemunha, reencontrando-se como autoridade livresca, erudita, não de ter visto ou ouvido, mas estudado¹⁷⁴. Ela é chamada à ordem, como no caso de Paulo Miceli, muito mais por sua especialização e seus títulos do que pela originalidade do argumento. Ainda mais uma vez, não é a voz do fenômeno, mas o fenômeno da voz que é digno de menção – não a fala, ou o que ela diz, mas a sua procedência.

¹⁷² BUENO, Eduardo. Entrevista para EXTRA Classe. Disponível em < <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/nov00/entrevista.asp> > (Abril,2000) Acesso em 09/02/09. Grifos meus.

¹⁷³ HARTOG, François. *A Testemunha e o Historiador*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Fronteiras do Milênio. Editora da UFRGS. 2001. p 33

¹⁷⁴ “Charles Péguy, que lamentava isso, observava”, cita Hartog, “Você encontra um homem. Ele não passa de uma testemunha. Você vai encontrá-lo velho. Instantaneamente, ele não passa de um historiador” (...) “ele fala como um livro”. PEGUY. Ch. *Clio. Oeuvres en prose complètes*. Bibliothèque de La Pléiade. Paris: Gallimard. 1992. T.III. p.1.187-1.188. Apud HARTOG. 2001. p 12.

Compilador, Bueno joga com os autores que consulta, dispõe suas teses, de quando em vez endossa uma, critica sutilmente a outra, sempre apoiado numa terceira, em um processo que tem como resultado certo estilo argumentativo próximo do jornalismo diário. “Como notou o historiador”, “escreveu”, “concluiu”, “diagnosticada pelo historiador”, “um dos principais pesquisadores do tema”, são frases recorrentes na coleção *Terra Brasilis*¹⁷⁵.

Autor de uma compilação, Bueno dirige suas fontes, escolhe suas testemunhas, seleciona suas falas, as credencia dentro do fluxo narrativo, chega mesmo a adjetivar algumas, reduzindo a alternativa da suspeita e garantindo a confiança do leitor¹⁷⁶. Nessa representação – *mise en scène* literária – das autoridades, os historiadores são apresentados como figurantes na narração. (ver Anexo IV) São atores e agentes na escrita jornalística – ora delimitando as *condições de possibilidade* de seu sentido, ora deslizando pela tessitura do enredo. Em outras palavras, isto equivale a dizer que as autoridades historiográficas aparecem como *quase-personagens* da intriga histórica¹⁷⁷.

Desprovido de mediações conceituais, os critérios de endosso de um aparte historiográfico parecem ser, por um lado, o bom senso do jornalista e, por outro, “o velho imperativo deuteronomico de pelo menos duas testemunhas” assimilado por sua versão secular, o princípio jornalístico dos “dois lados da história”¹⁷⁸. O problema que transparece é aquele motivado pela contradição latente entre autoridade e representação, causada por um escritor *a priori* desprovido da qualificação escrituraria. Sua resolução passa por um emblemático jogo de palavras: a representação do passado é autorizada pela representação de suas autoridades. O texto credencia-se pelo credenciamento dos historiadores.

Em um nível concreto, essa contradição apresenta-se também como resultado do desinteresse pelo desenvolvimento de novas teses. Pelo viés que um texto de divulgação – ou compilação – alegaria tomar, o qual, a partir daí, autorizar-se-ia através de afirmações, dados e comentários produzidos pela “historiografia brasileira”, que “é de primeira grandeza”, e a qual Bueno diz dever muito.¹⁷⁹ Em um nível mais abstrato,

¹⁷⁵ Respectivamente BUENO. *A viagem do descobrimento*. p 38. *Náufragos, traficantes e degredados*. p 102. *Capitães do Brasil*. p 48. *A coroa a cruz e a espada*. p 134. *Capitães do Brasil*. p 33. Só para citar alguns exemplos esparsos.

¹⁷⁶ Aqui sigo o raciocínio de Paul Ricoeur. “É no credenciamento, enquanto processo em curso, que abre a alternativa da qual partimos entre a confiança e a suspeita”. RICOEUR, op. cit. p 173.

¹⁷⁷ Devo as noções de quase-personagens e intriga histórica a RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Papyrus Editora, Campinas, 1994. pp 251-327.

¹⁷⁸ “O velho imperativo...” HARTOG. 2001. p 27.

¹⁷⁹ BUENO. Entrevista para EXTRA Classe. op. cit.

corresponderia ao princípio jornalístico que define as “fontes qualificadas”¹⁸⁰. Ao profissional da comunicação, caberia compilá-las, bem ao sabor de um jornalismo informativo, supostamente neutro em “opiniões” ou “interpretações”, juízos delegados a autoridades mais competentes¹⁸¹.

Frente à autoridade do “eu estudei isso”, o jornalista parece se calar. Sua função, como comunicador social, deveria ser tão somente mediar o conhecimento acadêmico e o público leitor. Esse fenômeno literário foi descrito como uma “ambição de invisibilidade” – tratar-se-ia de um mecanismo de *ocultamento do narrador*, e, se pensado assim por nós, agora aplicado a um texto sobre história¹⁸². Como explica a jornalista Janet Malcolm, da revista *The New Yorker*:

O “eu” jornalístico é um narrador de toda a confiança, um funcionário ao qual foram confiadas as tarefas cruciais da narração, do roteiro e do tom, uma criação *ad hoc*, como o coro de uma tragédia grega. Ele é uma figura emblemática, uma encarnação da idéia do observador imparcial da vida¹⁸³.

¹⁸⁰ O Manual da Redação da Folha de São Paulo chega a classificar as fontes em quatro tipos, que devem ser hierarquizadas com base em “critérios de bom senso” (...): 1) “Fonte tipo zero – Escrita e com tradição de exatidão, ou gravada sem deixar margem a dúvida: enciclopédias renomadas, documentos emitidos por instituições com credibilidade, videoteipes. Em geral, a fonte de tipo zero prescinde de cruzamento. Para não repetir erros já publicados, evite ter um periódico do tipo jornal ou revista como única fonte para uma informação. 2) Fonte tipo um – É a mais confiável em casos em que a fonte é uma pessoa. A fonte de tipo um tem histórico de confiabilidade – as informações que passa sempre se mostram corretas. Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. Embora o cruzamento de informações seja sempre recomendável, a Folha admite que informações vindas de uma fonte tipo um sejam publicadas sem checagem de outra fonte. 3) Fonte tipo dois – Tem todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico de confiabilidade. Toda informação de fonte dois deve ser cruzada com pelo menos mais uma fonte (do tipo um ou dois) antes de ser publicada. Fonte tipo três – A de menor confiabilidade. É bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis. Na Folha, há dois caminhos para a informação tipo três: funcionar como simples ponto de partida para o trabalho jornalístico ou, na impossibilidade de cruzamento com outras fontes, ser publicada em coluna de bastidores, com a indicação explícita de que ainda se trata de rumor, informação não confirmada. A classificação de uma fonte varia conforme as circunstâncias políticas, o relacionamento pessoal da fonte com o jornalista, a atitude dela em relação ao veículo que o profissional representa. Mesmo uma boa fonte zero pode conter erro de informação: a edição de 1989 da enciclopédia ‘Britannica’, por exemplo, cita o escritor argentino Adolfo Bioy Casares como brasileiro”. FOLHA DE SÃO PAULO. *op. cit.* p 38. Como se percebe, os acadêmicos são freqüentemente citados por Bueno como fontes de tipo 1, ou mesmo, de tipo zero.

¹⁸¹ Como diferencia Fábio Henrique Pereira, “a história não estabelece uma separação entre o registro de um fato e sua interpretação – distinção que marca a definição dos gêneros informativos e opinativos no jornalismo” PEREIRA, Fábio Henrique. *As relações entre jornalismo e história: um jogo de distinção e justaposição entre espaços*. In: Verso e Reverso: revista da comunicação da Unisinos. Ano XX – 2006/2. N. 44. Disponível em <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=8&s=9&a=68> Acesso em 26/02/2009.

¹⁸² Ver ESPERANÇA, Clarice Gontarski. *Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores*. In: Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p 235-251, jun./dez. 2006. p 245.

¹⁸³ MALCOLM, Janet. *O jornalista e o assassino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 159. Apud ESPERANÇA, *op. cit.* p 247.

Essa estratégia tem alguns efeitos fundamentais. Os acadêmicos – apropriados como autoridades, mas vazados como atores – aparecem como sujeitos da ação no texto. São eles – de agora em diante como quase-personagens – *passíveis* de conduzir a remessa intencional da apropriação jornalística ao plano da narrativa e, através da intriga que aí se tece, aos agentes da ação efetiva, isto é, aos personagens históricos. Mas até que ponto um Varnhagen, um Pedro de Azevedo, ou um Capistrano de Abreu – apresentados assim como quase-personagens – vão interferir na composição de sentido da estória que nos é narrada? Ou, invertendo a questão, até que ponto o sentido da estória relatada pelo jornalista vai “colonizar” as assertivas historiográficas, jogar com elas, recompor seus significados, enfatizar certas teses, alguns conceitos, esquecer de outros?

Antes que possamos responder essas perguntas, precisaremos levar em consideração as limitações básicas do trabalho do jornalista quando escritor de história. É a partir dela que é traçado, mesmo que instintivamente, todo potencial de explicação-compreensão de seu texto. Na fase documental de operação, quando consulta sua bibliografia e forma o seu “arquivo”, o jornalista não compreende (ou não se interessa por compreender) suas fontes para além da condição de objetos historiográficos. Não lhe compete tomá-las enquanto sujeitos de seu tempo, sofrendo ações mnemônicas, retrucando-as também com alguma espécie de saber-poder edificante. Se tomarem vida mais tarde, o fazem por força do autor que narra, em uma fase posterior, esboçada através de ensejos do presente – o passado, esse sim está morto, inerte, frio, esperando para ser reavivado por uma “narrativa mais luxuriante”¹⁸⁴.

O documento, em outras palavras, não é um monumento. O jornalista não pode se desvincular dos rastros que liguem suas autoridades (sejam fontes primárias, sejam fontes secundárias) as suas próprias disputas mnemônicas. Ao menos não sem encontrar um historiador que já o tenha feito. Ou, de modo mais ousado, sem ensaiar uma crítica da memória que recoloca cada um dos relatos, depoimentos orais e análises em lugares sociais específicos de produção, os historicizando e relacionando não a partir de uma ordem de veracidade que os ligue ao passado, mas dos termos que os fazem assim representá-lo no presente.

A crítica das fontes – quando dentre a obra de Eduardo Bueno aparece – raramente se faz fora dos marcos mais realistas possíveis. É improvável que se permita desafiar os caprichos do esquecimento. O objetivo do repórter é tentar “extrair a

¹⁸⁴ BUENO. Entrevista para EXTRA Classe. op. cit.

verdade” dos testemunhos, sem refletir exatamente sobre o que seria essa verdade, já a encaixando dentro de fórmulas de exposição¹⁸⁵. Ou, como prefere Darnton, a “concepções culturais prévias relacionadas com a notícia”¹⁸⁶. Por aí parte a representação jornalística do passado, regida por suas próprias lógicas de assimilação dos testemunhos e de relação com o real.

Perguntemos agora sobre a articulação das referências bibliográficas ao longo dos espaços que vão se construindo textualmente. Avaliemos, pois, as formas sub-reptícias com que a ação dos agentes historiográficos, seus avanços, impasses e retrocessos, desenham-se ao longo da *Terra Brasilis*. Vejamos a dimensão da ação das autoridades dentro de cenas estruturadas pelo autor de uma compilação.

2.3.2 A Ação Mediada

Como todo escritor que se preze, Bueno quer vender sua estória. Ele sabe que não apenas deve escrevê-la de forma atrativa, como também embasá-la de maneira convincente. Para manter o seu “pacto ficcional”, utiliza diversos artifícios. Um deles é certamente a intervenção em espaços de polêmica. Começemos então com alguns exemplos nos quais as autoridades historiográficas, como se estivessem em um franco debate, são mediadas através da participação do jornalista.

Ao introduzir a personagem de D. João III, Peninha não pôde deixar de explorar as controvérsias em torno de seu governo, de sua personalidade, de sua memória. “O julgamento que os historiadores fazem” dele, destaca, “varia de rasgados elogios às críticas mais mordazes”¹⁸⁷. Joaquim Romero Magalhães, apresentado como um dos “analistas portugueses mais respeitados da atualidade”¹⁸⁸, aparece apenas para caracterizar o filho de D. Manuel como uma pessoa de poucas capacidades intelectuais. Magalhães é um historiador contemporâneo que foi Comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Da maneira como descreveu D. João III, o rei não se “mostrou na infância e adolescência especialmente brilhante, apesar dos bons mestres que o educaram”¹⁸⁹.

¹⁸⁵ CHIPPA, Marcos (Org). *Entrevista e ética: uma introdução*. São Paulo: Edusc, 1998. p 16.

¹⁸⁶ Ou seja, “tudo que couber [nessas concepções culturais], a gente publica”, título desse capítulo de DARNTON. 1990. p 96.

¹⁸⁷ BUENO, A *Coroa a Cruz e a Espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia*. p 44.

¹⁸⁸ Idem. *Ibidem*.

¹⁸⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero (Cord). *Portugal no Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. In: MATTOSO, José (Dir). *História de Portugal*. Editora Estampa. Lisboa. 1997. p 449

A seguir, Charles De Witte entra em cena para dizer que o monarca lusitano pecava pela indecisão e pela morosidade política nas resoluções. E então, quando tudo parecia indicar a construção de uma personagem desassisada, João José Alves Dias é invocado. O atual diretor do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa é bem mais simpático ao personagem. Ele não tarda por alegar que a suposta lentidão de D. João III, em seus despachos burocráticos e diplomáticos, fazia parte de uma talentosa estratégia política, um instrumento prudente e habilidoso na manutenção da delicada neutralidade portuguesa diante da Espanha do imperador Carlos V e da França do rei Francisco I.¹⁹⁰ “O monarca era a figura chave”, escreveu Alves Dias. “Ao contrário do que se tem dito e redito” – alfineta em nota seu colega Joaquim Romero Magalhães – “não era um homem falho de inteligência e de poder de decisão”¹⁹¹.

A maneira como os argumentos historiográficos são arrançados parece bastante ordenada: primeiro, apresentam o monarca como lento, parvo e taciturno, apenas preparando o terreno para uma grande explicação integradora: era demorado, aparentava inépcia, mas, na verdade, jogava com isso a seu favor o tempo todo. Não é preciso negar os “fatos”, nem sequer conciliá-los em um contexto, mas apenas rever os comentários que lhe foram feitos. Assim, Eduardo Bueno também joga ele mesmo com as adversidades, transformando uma controvérsia historiográfica em um recurso operador de verossimilhança, sem, no entanto, abster-se de se apoiar, no último momento, em uma autoridade historiadora. Vejamos outro exemplo.

No final de seu último livro, ao realizar um balanço sobre o primeiro governo-geral, Peninha chama a atenção para o fato de “vários historiadores dos séculos XVIII e XIX” afirmarem que Tomé de Souza, por um suposto princípio escrupuloso, não tenha querido aquinhoar para si terras na colônia brasileira. O jornalista observa nessa afirmação um “indisfarçável orgulho” e, embora infelizmente não vá além no intento de problematizar essa constatação, relata que, mais tarde, o governador “pediu e recebeu pelo menos uma valiosa sesmaria nos arredores de Salvador”¹⁹². O historiador “orgulhoso” parece ser Rodolfo Garcia em nota à *História Geral do Brasil* de

¹⁹⁰ BUENO, Idem. pp 44-45.

¹⁹¹ DIAS, João José Alves (Cord). *Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*. In: SERRÃO, Joel; MARQUES de Oliveira A.H. (Dir). *Nova História de Portugal* Presença, Lisboa. 1998. p 725. “Na realidade”, segue o historiador, “o protelamento das tomadas de decisão nada tinha a ver com irresolução, humor taciturno ou sensibilidade às opiniões dos que estavam próximos, mas sim com prudência e habilidade política”. Como se faz perceber, Alves Dias racionaliza a personagem, vista como um chefe de Estado moderno. Ver página 725.

1998

¹⁹² BUENO, Idem. p 204-205. Bibliografia comentada em p 267.

Varnhagen, e a constatação do recebimento do latifúndio por parte de Tomé de Souza é feita a partir da *História da Fundação da Bahia*, de Pedro Calmon. Continuemos seguindo o mesmo movimento.

Quando o frei franciscano Antônio Jaboatão descreveu a cena do desembarque do primeiro governador-geral no Brasil, o fez de uma forma pomposa, na qual Tomé de Souza aportava na praia ao som de tambores, guiado por uma grande procissão, desfilando glorioso para o espanto dos nativos. Essa descrição “apesar de improvável”, disserta Bueno, “vem sendo repetida ao longo dos séculos por vários historiadores”¹⁹³. Culpa de uma “aura um tanto fantasiosa” a qual, em realidade, “não encontra base no registro documental”¹⁹⁴.

De fato, frei Antônio Jaboatão escrevera em 1758, mais de duzentos anos depois do ocorrido. Peninha, naturalmente, tem essa informação. E, como seu interesse não é a representação jaboatina do evento, alia-se a outro de seus personagens para se aproximar do real: o historiador baiano Edison Carneiro. A frota lusitana, segundo ele, desembarcava em território possivelmente hostil e uma chegada faustosa poderia facilmente transformar a empresa em tragédia. “A verdade é que simples considerações de estratégia militar devem ter impedido tamanho despropósito”¹⁹⁵, afirma o jornalista com base nos trabalhos do autor de *A Cidade de Salvador*, repetindo-lhe uma frase absolutamente idêntica, sem, no entanto, grafar aspas às palavras¹⁹⁶.

Novamente, a tentativa de pintar um quadro verossímil apóia-se na autoridade historiográfica, aqui somada também a certa *impressão de ineditismo* frente ao que “vem sendo repetido” por “vários historiadores”, mesmo que ele não cite quais esses são. Não seriam eles os mesmos cronistas e comentadores que Edison Carneiro, na década de 50 do século passado, insinuava combater? Sendo a crítica à pátina dos livros escolares e ao caráter bacharelesco dos textos acadêmicos um dos elementos retóricos mais importantes da *Terra Brasilis*, a historiografia receberia, aqui, uma crítica com mais de meio século de atraso.

¹⁹³ BUENO, Idem. p 89.

¹⁹⁴ Idem. Ibidem.

¹⁹⁵ BUENO, op. cit. p 90.

¹⁹⁶ “Simples considerações de defesa militar impediram tal despropósito, que em vez de impor o respeito e o temor aos índios, exporia toda a gente da armada aos seus ataques, se fôsse o caso”. Conferir: CARNEIRO, Edison. *A Cidade de Salvador: uma reconstituição histórica*. Edição da organização Simões. Rio de Janeiro, 1954. p 26. Não sejamos tão rigorosos ao fato de Bueno, aqui, não grafar aspas em uma frase, coisa que pode ter ocorrido por simples descuido editorial.

2.3.3 A Ação Interrompida

Em alguns outros exemplos os quais gostaria de explicitar, Eduardo Bueno demonstra uma característica autoral que é aparentemente ignorada pelos seus críticos: a utilização de documentos primários. Embora Peninha não tenha se deslocado até a Torre do Tombo, diversos textos contendo fontes editadas e publicadas ainda no século XIX ou no início do século XX aparecem nas referências do autor da coleção *Terra Brasilis. Cartas dos primeiros jesuítas, História da colônia portuguesa do Brasil e o Tratado Descritivo* de Gabriel Soares de Souza, são apenas algumas que valeria lembrar¹⁹⁷. São elas que o permitem, quando em vez, desafiar certos testemunhos ou mesmo autoridades historiográficas. Atentemos para alguns desses casos.

Em um deles, Bueno cruza os relatos do frei Vicente de Salvador com o testemunho de Manuel da Nóbrega. Ambos defendem a felicidade de Tomé de Souza em residir na colônia. Ele pode até ter ansiado voltar para Portugal, diz frei Vicente, mas, no último momento, vendo a armada de seu substituto aparecer no horizonte, teria por fim lamentado deixar a colônia. Peninha admite que o frei “realmente conheceu alguns burocratas contemporâneos de Tomé de Souza”, mas, mesmo assim, amparado em cartas do próprio governador, o jornalista afirma que tal coisa “não se ajusta aos fatos conhecidos”¹⁹⁸. Além do mais, diz o escritor gaúcho, assim que aportou em terras lusitanas o ex-governador “não apenas arrumou um bom casamento para a filha, Helena, como se tornou vedor da Fazenda (...), posição que lhe permitiu desfrutar de muito mais poder”¹⁹⁹. Aqui Eduardo Bueno realiza uma crítica dos testemunhos, endossada através de um critério de proximidade temporal e pessoal (as cartas do próprio Tomé de Souza, sua biografia posterior, confrontados com relatos posteriores).

O autor vai mais longe em outro exemplo. Ao traçar o perfil de D. Antônio de Ataíde, homem “ambicioso, inteligente e ardiloso”, critica “alguns historiadores”, os quais afirmam que desde cedo o conde da Castanheira possuía interesses no Brasil²⁰⁰. Refere-se especialmente a Pedro Calmon, mas, como explica, tal “opinião é compartilhada por Carlos Malheiros Dias, Pedro de Azevedo, Francisco de Varnhagen,

¹⁹⁷ Respectivamente: 1) LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. Vol I, II e III. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo São Paulo, 1954. 2) *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, (1921 – 1924). 3) SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>> acesso em 15/02/2009.

¹⁹⁸ BUENO. idem. 204.

¹⁹⁹ Idem. Ibidem.

²⁰⁰ BUENO. Idem. p 48.

Rocha Pombo e Capistrano de Abreu, entre outros historiadores que escreveram no século XIX e início do século XX.”²⁰¹ A idéia de que o conde desde sempre se interessou pelo Brasil parece absolutamente incoerente uma vez que “não é o que se pode inferir de provas documentais”²⁰²:

Em 1542, por exemplo, Ataíde escreveu uma carta para D. João III lamentando os investimentos na colônia sul-americana: “Vossa Alteza tem gasto muito dinheiro (*no Brasil*), e começou a gastar no ano de 1530”, relatou. “Mistério grande foi fazer-se a primeira despesa a fim de cousa que não merecia”.²⁰³

Amparado por fontes primárias – a carta do conde da Castanheira – o jornalista realiza uma crítica das asserções historiográficas. Os historiadores, como testemunhas delegadas, substitutivas, têm sua ação interrompida pela força de sujeitos que parecem mais fortes aos olhos de Bueno – um personagem em particular, uma autoridade qual aponta e diz “ei, eu estive lá, acredite em mim”. Trata-se de Ataíde, um homem de “carne e osso”, enfim sujeito da ação efetiva e fiador do contato com o real.

2.3.4 A ação positivada e a exclusão de alternativas

Mas o melhor exemplo dos historiadores figurando como sujeitos da ação aparece um pouco mais tarde na obra de Eduardo Bueno. Embora, da maneira como pretendo mostrá-la, essa atuação apresente-se como uma construção interpretativa do autor. Sua narrativa, “que mescla minúcias do Brasil colonial com um delicioso clima aventureiro”, como celebrou a crítica apaixonada, segue esse tom ao relatar os primeiros anos da empresa imperial lusitana na América²⁰⁴. *A Viagem do Descobrimento, Naufragos e Degredados* e mesmo *Capitães do Brasil* são textos repletos de “muita aventura e personagens intrigantes”, como o seu próprio escritor descreveu²⁰⁵.

Um dos heróis do seu primeiro livro, D. Henrique o Navegador, “de fato, se tornaria o patrono de uma aventura metódica e científica de caráter ‘moderno’”. Filho de uma escola que não existiu, marujo que raramente cruzou o mar, o Infante olhava

²⁰¹ Idem. Bibliografia comentada. p 262.

²⁰² Idem. p 48

²⁰³ Idem. Ibidem

²⁰⁴ CÔRTEZ, Celina. O Historiador Pop. Revista IstoÉ 24/2/99

²⁰⁵ Idem. Ibidem.

para os oceanos e não via “barreiras intransponíveis”, mas uma “ampla rota comercial ao redor do planeta”. Pouco molhou os pés, como Bueno explica numa de suas retrancas laterais, mas deflagrou uma “saga” intelectual, uma “aventura da mente”²⁰⁶.

É essa aventura mental que vai caracterizar boa parte dos personagens presentes nos três primeiros livros da *Coleção Terra Brasilis*. Os entrelopos franceses, por exemplo, introduzidos já no segundo livro, “não há dúvidas”, tinham um cotidiano ainda mais “aventureiro do que o dos feitores lusos”. “Talvez a própria aura de ilegalidade que cercava a operação” dos contrabandistas – “ligada exclusivamente à *iniciativa privada*” – “concedesse aos franceses um grau de *liberdade* muito maior”²⁰⁷.

Mesmos as expedições guarda-costas que contra a atividade desses entrelopos se voltavam, precisavam contar, dentre suas fileiras, com “aventureiros” de toda a sorte. Muitos deles embarcavam “por contra própria, sem receber soldo”, como escreve Bueno, parafraseando Jaime Cortesão²⁰⁸. Após o estabelecimento das capitânicas hereditárias, começam a se mesclar “duas visões de vida que, embora divergentes, sempre haviam caminhado juntas na história de Portugal, e que tinham ajudado a forjar a alma da nação”. O escritor chega a essa idéia a partir da leitura de Gilberto Freire, o qual opõe capitães e colonos, com sua vida sedentária e dada à agricultura, ao “espírito de aventura e gênio prático” dos degredados e traficantes de pau-brasil²⁰⁹.

Aos poucos, ao somar páginas e páginas de leitura da obra de Eduardo Bueno, ao avançar seu ano de publicação da orla do comemorativo 2000 para a esfera de influência do fatídico 2006, a aventura vai deixando as ações e mentes de seus personagens quinhentistas. Começa a se fazer perceber uma mudança fundamental no modo como a história é contada. O enredo originário vai dando seus primeiros sinais de desgaste. Logo, a expansão romântica deve ceder seu lugar ao projeto colonial. O tom de saga ganha contornos de tragédia. Tragédia que já será predominante em *A Coroa, A Cruz e a Espada*, último livro publicado pela coleção. Nele o próprio termo aventura começa a ser obliterado por vocábulos mais trágicos. E não são apenas os inúmeros desastres naturais, afundamentos de naus e caravelas ou ataques de nativos que compõe

²⁰⁶ BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p 51

²⁰⁷ BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p 75 Grifos Meus.

²⁰⁸ CORTESÃO, Jaime. *Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*. SP. 1954. Apud BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999 p 34.

²⁰⁹ BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. P 175-176. A obra em questão seria: FREIRE, Gilberto. *Novo Mundo nos Trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

esse quadro sombrio que nos é descrito. De forma pela primeira vez decisiva, circunstâncias e sujeitos mais abstratos entram em jogo na narração de Bueno.

“Uma profunda transformação político-administrativa desenrolava-se na península ibérica”, conta-nos Peninha. O Estado lusitano iniciava, “a partir de 1540”, a edificar uma série de mecanismos capazes de lhe aumentar o poder de “cobrar e controlar, vigiar e punir”. Os numeramentos, o alistamento militar obrigatório, o estabelecimento de fronteiras mais bem traçadas, a instituição de um sistema judicial mais “poderoso e intrusivo” associado a taxas mais amplas e a formas de cobrança mais efetivas – esses são os sintomas, listados por Eduardo Bueno, daquilo que “os historiadores chamam de consolidação do Estado moderno”²¹⁰. Os historiadores, no caso, sendo Joaquim Romero Magalhães de *No Alvorecer da Modernidade*, e João José Alves Dias, em *do Renascimento à Crise Dinástica*²¹¹. Esse “novo regime” por eles descrito era “inteiramente incompatível com a ampla liberdade de ação e autonomia” concedidas antes aos donatários do Brasil²¹². Em outras palavras, os aventureiros deveriam agora responder à presença do Estado.

Um segundo fenômeno também viria a ocorrer no período. Igualmente, ele seria, para Eduardo Bueno, fundamental na mudança dos rumos de sua narrativa histórica, para o fim da aventura mental e física de seus personagens. A Espanha, assim como Portugal, viveria um “período de fechamento político e ideológico”²¹³. Uma tendência conservadora, reação contra o perigo protestante, encabeçada pelo “crescente poder concedido à Companhia de Jesus e o fortalecimento da Inquisição”. Igualmente, a data de 1540 é lembrada como o momento a partir do qual os jesuítas se transformariam no “novo modelo ideológico” presente nos “destinos de Portugal”²¹⁴. Em breve eles “condicionariam não apenas os horizontes religiosos, mas as perspectivas intelectuais da América portuguesa”. Esse fenômeno, afirma, seria aquilo que “alguns historiadores portugueses” denominaram de *grande viragem*. Trata-se do arvorar da Contra-Reforma na península Ibérica: “esse ‘movimento rumo à rigidez e à codificação’, e a deliberada ‘exclusão de alternativas’, decretaria o fim daquilo que, com alguma liberdade, se pode chamar de ‘período romântico’ do expansionismo luso”, diz Eduardo Bueno, a partir da

²¹⁰ BUENO. *A Coroa, A Cruz e a Espada*. p 33.

²¹¹ “A expressão [Estado moderno] comum para designar os Estados criados no decorrer do período moderno, é freqüentemente utilizada pelos historiadores portugueses Joaquim Romero Magalhães e João José Alves Dias”. BUENO, Idem. Notas: p 261

²¹² BUENO. Idem. p 33.

²¹³ BUENO. Idem. p 35.

²¹⁴ BUENO. Idem. p 36.

leitura do historiador norte-americano Harold B. Johnson, de *O Império Luso-brasileiro*²¹⁵.

Mas a proposta de periodização dos primeiros anos da história colonial brasileira entre um período romântico, marcado pela aventura, e um outro período, diríamos, “trágico”, marcado pela exclusão das alternativas, tolhimento da liberdade de ação dos personagens e frustração de suas expectativas, parece ser de autoria e responsabilidade do jornalista. Ela é de todo uma interpretação original. Os historiadores, se os pensarmos como quase personagens, são selecionados, dirigidos e postos a atuar dentro de moldes que, se não chegam a lhes passar estranheza, vão seguramente além das palavras por eles de início proferidas. Sua ação é “positivada” no sentido de que autorizam as afirmações de Bueno. O que não quer dizer que os significados de suas passagens não sejam previamente trabalhados pelo autor da *Terra Brasilis*.

Esse novo período coincide com o estabelecimento dos governos gerais na colônia lusitana. Não era mais possível manter o elevado grau de autonomia e liberdade de jurisdição que desfrutavam os capitães dos primeiros anos da experiência colonial. Antes livres das visitas dos corregedores, agora os “aventureiros” deveriam lhes prestar contas. Com a “instauração do Governo-Geral e a criação do cargo de ouvidor-geral”, escreve Harold Johnson, uma das principais referências de Eduardo Bueno no assunto, “acabou a autonomia da justiça local, instaurando-se o controlo pela justiça do rei nas terras dos donatários”²¹⁶.

2.4 A “grande viragem historiográfica” e o “turning-point jornalístico”

O jornalista, escrevendo um texto não-ficcional – portanto sem a mesma liberdade para controlar as ações e o enredo que um romancista teria – consegue, pela seleção ordenada das fontes, sua profundidade e detalhe, construir uma ênfase que caracteriza o *climax* de sua obra, o ponto de tensão máximo do drama histórico que encena.

No instante em que a caravela comandada por Gramatão Teles entrava com as velas desfraldadas na baía de Todos os Santos, na terceira semana de janeiro de 1549, ela não estava vindo apenas para anunciar o desembarque do primeiro governador-

²¹⁵ Idem. *Ibidem*.

²¹⁶ JOHNSON, Harold. *O Império Luso-Brasileiro (1500-1640)* In: SERRÃO, Joel; MARQUES de Oliveira A.H. (Dir). *Nova História da expansão portuguesa*. Editorial estampa. Lisboa. 1998. p 364

geral – marcado para dali a dois meses. Chegava também para estabelecer o início de uma nova era na história do Brasil.²¹⁷

Embora sua bibliografia disponibilize subsídios que possibilitam esse tipo de enfoque, uma interpretação dessa natureza não se fará sem carregar consigo alguns esquecimentos. O próprio Harold Johnson, figurante tão presente nas afirmações de Bueno, chegou a dizer que “a criação de um governador régio na Baía pouco contribuiu para alterar a estrutura da colônia. De facto, ele limitou-se a vestir a pele de um capitão donatário mal sucedido”²¹⁸. O que convém notarmos nesse procedimento de seleção e descarte é, outrossim, uma noção de história assinalada pela crueza do presente, a qual se transporta 500 anos no tempo. O “estatuto ontológico do passado”, com toda a sua pompa, sedução e grandeza, interessa-me neste estágio da pesquisa senão de modo anedótico. O fato é que as restrições realizadas pelo novo aparelho estatal a um *modus operandi* antes baseado na liberdade de escolhas, nas elevadas expectativas de seus atores e na “iniciativa privada”, terá conseqüências, na escrita de Eduardo Bueno, bem mais visíveis do que o simples fim de um período de incertezas e aventuras.

Agora convido o leitor a afastar por um instante este texto, deixar de lado o lápis que o rasura, mantendo as mãos livres para o encontro dos tipos plásticos de um teclado de computador. No site *youtube.com*, ao digitar o nome “Eduardo Bueno”, seguido de “A coroa, a Cruz e a Espada”, encontra-se com facilidade o vídeo promocional da obra, criado pela editora Objetiva ainda no ano de 2006.

Uma musica tanto intensa, certo ar épico, acompanhada de fundo azulado por inscrições cartográficas: “Ministro da justiça desviou verbas públicas (Salvador, 1546)”, “Empreiteiros acusados de superfaturamento na Bahia (Salvador, 1551)” e “Alguma semelhança com os dias de hoje?” (que seria 2006, ano do mensalão). São essas frases que flutuam no vídeo, como que convidando o espectador a agarrá-las, consumi-las de modo a “entender as origens de um Brasil corrupto e burocrata”²¹⁹. Exemplo de um método regressivo, talvez; um gancho, com certeza.

²¹⁷ BUENO. Idem. p 37.

²¹⁸ JOHNSON. op. cit p 235.

²¹⁹ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=CSICWiBDQ6A> acesso em 14/02/2010

Mas o que dizem as fontes de Bueno? Onde ele sugere ver as origens do nepotismo na administração pública, Edison Carneiro pontua o elevado número de escrivães presentes na colônia, “sem dúvida desproporcionais para as coisas do govêrno geral”²²⁰. Duas páginas depois, complementa a informação ao dizer que não eram eles os responsáveis pelos “desvios que houvesse, e sim o almoxarife e, depois dêle, o contador; que os irmãos e os criados do almoxarife tinham as chaves dos armazens e davam e tiravam tudo o que queriam”. É verdade, sim, que também afirmava que “com êsse novo processo, tentava-se fazer pagar à custa da Fazenda Real e da sua honra pessoal, os ‘passatempos’ do almoxarife de parceria com o filho do governador, Álvaro da Costa”²²¹.

Embora indique a ocorrência de “desvios”, o que é repetido nas páginas de *A Coroa, A Cruz e a Espada*, a seleção desses fatos dispõe uma ênfase originalmente inexistente na questão da “corrupção”²²². Ademais, logo a seguir Edison Carneiro relata as sugestões de Tomé de Souza, no sentido de diminuir o número de empregados da Coroa. “Em carta pessoal ao rei”, o governador dizia que “lhe parecia conveniente não nomear Provedor-Mór da Fazenda, pois o Ouvidor Geral poderia acumular o cargo, com o auxílio de dois escrivães, um da justiça, outro da fazenda”²²³. Essas propostas teriam sido bem recebidas pelo monarca²²⁴.

Teodoro Sampaio, estudioso das origens de Salvador, é também muito referenciado por Bueno. Em seu estudo clássico, *História da Fundação da Cidade de Salvador*, o historiador baiano disserta sobre os vícios que se praticavam na nova colônia. Para tanto utiliza, sobretudo, os relatos do Padre Nóbrega, a quem:

Impressionam sobremaneira a sua visão perfeita dos negocios publicos, os remedios que lhe acudiam, a solução habil que lembrava aos problemas do governo, como se fora consumado politico e administrador. Para elle não podia haver prosperidade onde a justiça e a moralidade não reinavam²²⁵.

Justiça e moralidade: esse seria o tom das críticas feitas pelo enviado da Companhia de Jesus à terra do Brasil. Teodoro Sampaio, como historiador erudito que

²²⁰ CARNEIRO. op. cit. p 33

²²¹ Idem. p 35

²²² BUENO. *A Coroa, A cruz e a Espada*. P 35

²²³ CARNEIRO. op. cit. p 37

²²⁴ Idem. p 38.

²²⁵ SAMPAIO. Theodoro. *História da Fundação da Cidade de Salvador*. Tipografia Beneditina LTDA. Bahia, 1949. p 236.

era, ao longo de seu texto tende a emular as fontes, incorporar seus significados, chegando mesmo a – como mostra palavra supracitada – identificar-se positivamente com alguns personagens. Padre Nóbrega, para ele, é um herói civilizador²²⁶. Sabia submeter os índios pela força como também maldizer os abusos dos cristãos²²⁷. No entanto, o tom de condenação moral que existe em Nóbrega e é transposto para *História da Fundação* ganha contornos marginais na obra de Eduardo Bueno. Para o jornalista gaúcho, “Teodoro Sampaio”, dentre outras descrições de práticas corruptas, “analisa o superfaturamento das obras contratadas sobre o regime de empreitada”²²⁸.

Mais importante do que entender o passado em seus termos é buscar nele lições que sirvam para o tempo presente. Um dos exemplos disso é o relato que Bueno faz da construção dos primeiros muros que cercaram Salvador:

Antes do fim do ano de 1550, os muros e seus respectivos baluartes estavam prontos, e as muralhas erguidas com tanta rapidez não parecem ter recebido a devida atenção. Cerca de seis meses mais tarde, no início do segundo semestre de 1551, parte delas desabou após uma chuvarada.²²⁹

É novamente a Teodoro Sampaio (citando carta do construtor Luiz Dias à Dom João III e *Roteiro do Brasil de 1587*) que o autor de *A Coroa, a Cruz e a Espada* deveu essas informações²³⁰. “Em verdade”, lê-se na *História da Fundação*, “a julgar pelo que elles duraram, bem pouco valia a sua fortaleza”²³¹. Mais adiante no texto de 1949, observa-se ainda uma curiosa leitura sobre a ruína das muralhas:

A cidade havia já transbordado do seu recinto primitivo. As suas portas sob o Castello já se não fechavam e os seus muros

²²⁶ Escreve Sampaio, citando Nóbrega, a quem “Dous desejos atormentavam sempre: ‘Um, diza elle, de ver os Christãos destas partes reformadas em bons costumes e que fossem boa semente transplantada nestas partes, que desse cheiro e bom exemplo; e outro, ver disposição no gentio para se lhe poder pregar a palavra de Deus e elles fazerem-se capazes da Graça e entrarem na igreja de Deus, pois Christo Nosso Senhor por elles tambem tambem padeceu, porque para isso fui, com meus Irmãos, mandado a esta terra e esta foi a intenção do nosso Rei, tão christianissimo, que a estas partes nos mandou, e porque para ambas estas cousas eu via sempre por esta costa toda mau aparelho”. SAMPAIO. Idem. Ibidem. Citando: Pe. Manoel da Nobrega – Carta a Thomé de Sousa, escripta da Bahia a 5 de Julho de 1559.

²²⁷ “Como homem experiente e bom conhecedor da natureza humana, o superior dos Jesuitas tinha bem compreendido que sem proceder a conquista, sem se submeter previamente o gentio, baldado seria todo e qualquer tentamen para o fazer mudar de costumes e se converter á religião nova.” SAMPAIO. Idem. Ibidem.

²²⁸ BUENO. 2006. p 265. Nota 32 referente à página 103.

²²⁹ BUENO. 2006. p 104.

²³⁰ SAMPAIO. op. cit. p 193. Citando: Carta a El-Rei D. João III de 15 de Agosto de 1551 e *Roteiro do Brasil de 1587 - Cap V - p 115*.

²³¹ Idem. Ibidem. “cerca de trinta annos mais tarde já não havia ‘memória aonde estiveram’”. Citação em aspas de *Roteiro do Brasil*. Idem. ibidem.

derruídos pareciam dizer que o seu tempo, aquele do gentio bravo e ameaçador, era passado.²³²

Anos depois “a cidade, ao tempo de Luiz de Britto e Almeida, já não tinha muros”. Ela “crescera a exceder de muito o âmbito da primitiva cerca”²³³. Para o historiador baiano, as técnicas europeias empregadas por Luís Dias na fortificação da cidadela eram claramente impróprias. “Sob a acção deletéria deste clima tórrido”, anotou, “as mais solidas construções rápido se desconjunctam e desmancham”²³⁴. Em suma, aonde Teodoro Sampaio vê trabalho inadequado e expansão da área urbana, Eduardo Bueno insinua indícios de corrupção e superfaturamento²³⁵. O foco da narrativa, por mais que esteja ainda referenciado em Sampaio (e que ele indique as “infrações costumeiras” dos colonos), modifica-se profundamente²³⁶. Vejamos o que Peninha nos diz, falando não apenas sobre a questão específica dos muros, mas acerca de todo o problema da corrupção e desvios de verbas ocorridos nos primeiros anos da cidade de Salvador:

Nesse ponto é claro que eu puxei para o presente. Claro que eu fiz a “autópsia”, mais uma vez. (...) Claro que eu tentei fazer com que o leitor traçasse um paralelo entre aquela corrupção e a de hoje. (...) É claro que a metáfora ali é Brasília. E claro que a metáfora – e que isso fique registrado – é a Odebrecht, a OAS e a Gautama, que são inclusive baianas. É deles que estou falando também.²³⁷

Apesar da humildade em se declarar compilador, Eduardo Bueno oferece claramente uma interpretação do Brasil. O Estado brasileiro, em sua origem, estava envelhecido. O fardo do presente cravou-lhe a experiência, assentando-lhe a identidade projecta pelo signo, quiçá anacrônico, da corrupção. Mas a questão aqui não é, insisto em repetir, a *verdade* sobre o passado – se houve ou não “corrupção” na Salvador

²³² SAMPAIO. op. cit. p 225.

²³³ SAMPAIO. op. cit. p 272.

²³⁴ SAMPAIO. op. cit. p 254.

²³⁵ Na verdade, durante toda a *história da Fundação da Cidade de Salvador*, Teodoro Sampaio parece indicar como elemento fundamental de sua narrativa o trabalho de adaptação do europeu aos trópicos. Chega mesmo a dizer, após longo e típico preâmbulo sobre a geografia e condições climáticas da Bahia, que “a Terra era, na verdade, ainda muito verde para se adaptar aos rigores de uma legislação, transplantada e evoluida em meio diverso”. SAMPAIO. op. cit. p 210.

²³⁶ “Os infractores eram costumazes e as penas não passavam de ameaças. Os atravessadores de mercadorias zombavam das medidas, que contra seu commercio aladroadado adoptavam os Officiais da Camara. Os arrendatários dos impostos conluiavam-se contra os mercadores, consentindo que estes fraudassem as almotaçarias” SAMPAIO. op. cit. 211. O contexto dessa citação é, justamente, o de uma terra ainda pouco preparada – ou civilizada – para as legislações europeias.

²³⁷ BUENO, Eduardo. Entrevista para o autor. Março de 2010.

quinhentista deveria parecer perfeitamente verossímil a qualquer pessoa sensata ²³⁸. O que interessa é compreender o movimento que transporta as palavras “corrupção” e “superfaturamento” (termos escassamente utilizados pelos historiadores aludidos na *Terra Brasilis*, mas vulgarizados *ad nauseam* por seu autor) tantos séculos na história.

O lusitanista Harold Johnson é mais incisivo e refinado em suas considerações acerca dessas práticas denunciadas por Eduardo Bueno. Raciocina sobre a “contaminação da esfera do público pela do privado”, um problema para o qual “as medidas tomadas pela Coroa (...) nunca se revelaram suficientemente eficazes” ²³⁹. O escritor gaúcho, desprovido dessas mediações conceituais – possivelmente creditando a elas certo tom acadêmico que deve ser mediado por uma linguagem mais próxima do senso comum de seus leitores – relaciona a reflexão de Johnson diretamente à “corrupção e os desmandos que imperavam na capital” ²⁴⁰.

E quanto à *viragem* de que falam os historiadores portugueses? Ela não parece mais do que uma expressão para a virada do século, XV para XVI, final da idade média e “alvorecer da modernidade” ²⁴¹. Inclui também a percepção do estabelecimento do Estado moderno, da contra-reforma católica, uma intensa consciência da descontinuidade em relação ao medievo – mas não há nessas constatações um juízo de princípio negativo ²⁴². Essa opinião só encontra sentido dentro da estrutura narrativa de Eduardo Bueno. Seu impacto nela é enorme. A “grande viragem historiográfica” torna-se o *turning-point* jornalístico. Como se citasse um clássico literário, parece espalhar o rumor de que, a partir dali, “o sentimento de aventura será, tão simplesmente, aquele da

²³⁸ O problema, em si, talvez seja menos interessante do que se perguntar, afinal, o que significa ser “corrupto” dentro do contexto de um Primitivo Estado Moderno, em pleno século XVI? Mesmo Edison Carneiro e Teodoro Sampaio, escrevendo na primeira metade do século XX, quando dissertam sobre o assunto, o fazem no contexto de uma condenação moral – sentido, alias, emulado das fontes, em especial de Padre Nóbrega. Será que, para entender o problema, não deveríamos estudar os pecados capitais, a moral católica contra-reformada, o jusnaturalismo posterior que a secularizou e permitiu, enfim, o emprego anacrônico do termo “corrupção” ao século XVI?

²³⁹ JOHNSON, Harold. op. cit. p 151

²⁴⁰ BUENO. *A Coroa, A Cruz e a Espada*. p 247 Na página 248, Bueno faz longa citação de Harold Johnson, qualificando-a como “uma das análises mais lúcidas dessa questão”.

²⁴¹ “Se a viragem de meados do século XVI poderia ter concretizado uma outra opção para este volume, não se torna difícil justificar o que se tomou. O Portugal do limite *a quo* apresenta-se muito outro do do limite *ad quem*. Houve profundas modificações em todos os aspectos.” MAGALHÃES, Joaquim Romero (Cord). op. cit. p 15

²⁴² “Em termos de estrutura de sociedade, o Portugal da época da crise dinástica surge-nos significativamente diferente desse mundo fervilhante de mobilidade social do Outono da Idade Média e ampliado pelo primeiro Estado imperial. A sociedade tornara-se crescentemente mais rígida, as hierarquias mais cuidadosamente definidas, a mobilidade social ascendente muito mais dificultada”. DIAS. João José Alves. op. cit. p 336

irreversibilidade do tempo”²⁴³. Melancolia causada pela perda de uma era que só existe no passado, como um fantasma, através da lembrança que se constrói dela no presente. Cinza, neblina, enfim, a náusea de um Antoine Roquentin que se sente amarrado ao presente. Nostalgia a qual se oferece o *pharmakon* de uma narrativa jornalística da história: remédio ou veneno que fecha um círculo do presente.

2.5 Sobre a “implicação ideológica liberal” – notas para uma hipótese

O contrato original da coleção *Terra Brasilis*, realizado com a editora Objetiva, previa o lançamento de sete livros. Em 1999, com o sucesso de *A Viagem do Descobrimento*, primeiro livro da série, e o lançamento de *Náufragos, Traficantes e Degredados*, que seguiu seu sucesso de perto, Eduardo Bueno planejava as próximas publicações:

Canibais, jesuítas e donatários será lançado em 29 de março, dia da fundação de Salvador. O quarto será sobre a França Antártica, que foi a invasão francesa no Rio. O quinto é um dos que mais me entusiasma. Vai se chamar *Os piratas do sertão*, e é sobre os dois grandes ciclos do bandeirismo, de caça aos indígenas e busca do ouro. O sexto será sobre a ocupação holandesa. Provavelmente depois voltarei a um passado ainda mais remoto, ligado à pré-história.²⁴⁴

Nenhum desses livros foi lançado – ao menos não com os nomes propostos. Além de atrasar a entrega dos textos posteriores da coleção, como explicaria mais tarde seu autor, o terceiro volume acabou por se desdobrar em dois. Ele “estava inicialmente previsto para tratar tanto das capitânicas hereditárias quanto do governo geral”. Mas uma vez iniciada a pesquisa, “ficou claro que o período das donatárias era rico e detalhado demais para ter que dividir espaço com o advento do governo geral”²⁴⁵.

O resultado foi o lançamento de um número intitulado *Capitães do Brasil: a Saga dos Primeiros Colonizadores*, e outro chamado *A Coroa, a Cruz e a Espada*. Se a divisão ocorreu de fato pelos caminhos de pesquisa – os quais levaram à consciência de que os episódios e processos eram por demais complexos para serem abordados em conjunto – isso não impediu que o quarto volume da coleção desfrutasse de um novo

²⁴³ “Le sentiment de l’aventure serait, tout simplement, celui de l’irréversibilité du temps” SARTRE, J. P. *La Nausée*. Paris: Gallimard, 1938. p 85.

²⁴⁴ CÔRTEZ, Celina. *O Historiador Pop*. Entrevista com Eduardo Bueno. Revista IstoÉ 24/2/99

²⁴⁵ Entrevista para a Editora Objetiva. Disponível em <http://www.objetiva.com.br/objetiva/cs/?q=node/1198> acesso em 12/10/2008

gancho temático, mesmo que o tenha feito, como já disse seu autor, por meio de uma “auspiciosa coincidência”²⁴⁶.

A publicidade do último livro, de subtítulo *Lei, Ordem e Corrupção no Brasil Colônia*, não escondia as relações que se queriam traçar entre 1549 e 2006. “O tema corrupção”, inquiria o entrevistador da peça publicitária da obra, “nunca foi tão discutido como no último ano do governo Lula”. “Seu livro, portanto”, continuava, “não poderia ser mais oportuno”. Eduardo Bueno intervinha dizendo que achava aquele lançamento “o mais revelador dos quatro livros que compõe a coleção *Terra Brasilis*, justamente porque desvenda o advento e o cerne da corrupção no Brasil”²⁴⁷.

A narrativa jornalística, quando perfeitamente enquadrada dentro de um gancho, tem como principal contribuição a capacidade de lançar uma questão a partir do presente – como no “método regressivo” de Marc Bloch – e, em seguida, selecionar as fontes, delimitar suas passagens, circunscrever uma ênfase e observá-la em uma “origem” como se olhasse num espelho. O passado, tornado presente, carrega no ontem as marcas do hoje, seja pela rejeição aos instrumentos conceituais de mediação (vistos como pernosticidade ou mesmo arrogância acadêmica), seja pela ansiedade deliberada por uma temática “obviamente relevante” à sociedade atual.

O texto jornalístico, escrito em sintonia com os debates públicos, preocupações midiáticas e delegações políticas, flui ao sabor de seu tempo não apenas pelo “dinamismo da narrativa”, mas pelo dinamismo das comemorações²⁴⁸. Perfeitamente integrado numa “economia midiática do presente”, termo que tomo de empréstimo a François Hartog, os livros de Eduardo Bueno atualizam o passado²⁴⁹. Retiram deles os palavreados estranhos, as motivações arcaicas, as vexações cristãs, trocando as denúncias dos pecados da cobiça pelas denúncias de “corrupção”, “superfaturamento” e “nepotismo”²⁵⁰. Converte dessa maneira seus personagens em “homens de carne e osso”, muito mais próximo ao universo moral dos leitores modernos. O passado devidamente contemporaneizado retorna aos dias atuais através das laudas de uma

²⁴⁶ BUENO, Eduardo. *Entrevista ao autor*. Março de 2010.

²⁴⁷ Idem. *Ibidem*.

²⁴⁸ Bueno narraria a história “em ritmo de aventura, graças ao dinamismo da narrativa”. Revista CONTEXTO, 28/10/00. Apud TEIXEIRA, Rosane Siqueira. *Norteando o gosto do leitor*. Grupo de Estudos História e Educação. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara – SP. Disponível em <<http://www.franca.unesp.br/>> acesso em 11/9/07

²⁴⁹ HARTOG. 2003. p 127

²⁵⁰ Exemplo em CCE 138 – 139 história magistra.

narrativa jornalística da história. Quando, após horas absortos na leitura, fechamos por fim suas páginas, encerramos com elas um “círculo do presente”²⁵¹.

Mas os significados propostos pela narrativa jornalística da história revelam uma intencionalidade autoral que, talvez, possa e deva ser analisada a partir de referentes mais concretos. Além de ver neles as origens da corrupção, do nepotismo e da burocracia no Brasil, Bueno interpreta o estabelecimento dos governos gerais como o “primeiro conflito entre o indivíduo e o Estado em terras brasileiras”²⁵². Um dos heróis de *A Coroa, a Cruz e a Espada* é também um herói da iniciativa privada. Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, não apenas foi bem sucedido em sua empresa colonizadora “após vender todas as suas posses no reino e arregimentar duas centenas de colonos”. Ele chegou a combater “o desmatamento e a poluição provocada pelo despejo do bagaço de cana nos rios”²⁵³. A inclusão de um sentido mais ou menos velado dentro da narrativa histórica pode parecer evidente, mas ao que indica não é assumido:

O objetivo de meus livros não é ideológico, no sentido mais rasteiro da palavra. Mas sim que os leitores cheguem as suas próprias conclusões. Só pretendo fornecer dados e informações. Tenho uma certa obsessão pela minúcia de detalhes que permita aos leitores interpretar a história por si. Acredito que seja uma postura muito mais libertária.²⁵⁴

Talvez seus escritos não sejam ideológicos “no sentido mais rasteiro da palavra” (sic), se por isso entendermos a categoria como aquela presente nos trabalhos do jovem Marx, da inversão da realidade em uma *câmera obscura*²⁵⁵. Mas, caso compreendamos o conceito de ideologia como “um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente na práxis social e a atuação sobre ele”, então sua operacionalidade pode vir a tomar forma²⁵⁶. Hayden White, talvez por sua forte influência althusseriana, entendia a escrita da história “primordialmente como uma forma de ideologia”. Por isso, alega um de seus inúmeros críticos, o autor de *Meta-História* privilegiava o tropo da ironia, visto como um tipo imanente de crítica da narrativa histórica capaz de transcender os níveis mais baixos da disputa ideológica²⁵⁷. Porém, White não foi o

²⁵¹ HARTOG. Idem. Utiliza essa expressão nas páginas 115 e 125.

²⁵² BUENO. *A coroa a cruz e a espada*. p 36

²⁵³ Idem. p 145

²⁵⁴ CÔRTEZ. op. cit.

²⁵⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 2002.

²⁵⁶ WHITE. 1992. p 36

²⁵⁷ Ver CALLINICOS, Alex. *Theories and narratives: Reflections on the Philosophy of History*. Duke University Press. Durham. 1995. pp 51-52.

único nome da teoria da história a agarrar-se ao desafio de reabilitar a instrumentalidade do velho conceito marxista.

Em *Ideologia e Utopia*, Paul Ricoeur propõe distinguir três níveis operatórios da ideologia, traçados de cima a baixo, do superficial ao mais profundo²⁵⁸. Seus efeitos são sucessivamente o de distorção da realidade (encontrado no jovem Marx), de legitimação do sistema de poder (lido em Max Weber) e o de integração do mundo via sistemas simbólicos imanentes à ação (percebido nas etnografias de Clifford Geertz). É esse terceiro e último nível que metodologicamente pode nos ser eficaz. Acredito ser profícuo, a partir dele, observar as correlações que se estabelecem entre a representação das motivações humanas e os sistemas valorativos do presente. A ideologia, assim pensada, ganha contornos mais precisos, ao se tornar especificamente em uma *forma de instrumentalizar a memória incorporando-a dentro de um sistema simbólico*, no caso, aquele de um ideário liberal. Os personagens do passado, seus cenários, suas ambições, por meio dela são subsumidos no círculo do presente que os narra através de uma “retórica dos tropos”²⁵⁹.

A própria atividade profissional jornalística, é verdade, pode ser vista como produto da sociedade burguesa liberal. Jürgen Habermas, em sua *Mudança estrutural da esfera pública*, dizia que o incremento do trânsito de mercadorias e de informações na modernidade não podem ser mecanicamente separados em processos de desenvolvimentos distintos. A informação, ela mesma, tornou-se uma mercadoria²⁶⁰. Mesmo que o crescimento da prática jornalística tenha sido alavancado por periódicos patrocinados muitas vezes pelos Estados nacionais, aos poucos sua lógica e seus discursos de legitimação passaram pela idéia da liberdade opinativa.

Como um produto à venda, o jornalismo, em tese, sujeitar-se-ia dentro espaço público às mesmas regras do mercado livre. A síntese do processo de concorrência igualitária de informações seria a constituição daquilo que chamamos de opinião pública. O leitor, livre para escolher o texto que melhor convém as suas expectativas e visões de mundo, agiria como peça fundamental de uma mão invisível que seleciona as informações e enfoques mais capacitados para sobreviver em uma sociedade aberta.

²⁵⁸ RICOEUR, Paul. *Ideologia y utopía*. Editorial Gedisa. Barcelona, 1997.

²⁵⁹ Ao comentar e atualizar suas conclusões em obra posterior, o filósofo diz a respeito desse terceiro estrato da ideologia que “uma correlação notável se estabelece nesse nível fundamental entre síntese simbólica e sistemas semióticos, alguns dos quais dependem francamente de uma retórica dos tropos”. RICOEUR. 2007. p 95.

²⁶⁰ HABERMAS. Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984. p 34-35.

Até que ponto esse ideário corresponde à realidade concreta não cabe aqui analisar. O que interessa é o fato de que, em certa medida, a memória disciplinar do jornalismo reivindica essas referências como parte de sua *deontologia* – no sentido bourdiano, o discurso que um campo realiza externa e internamente como forma de construir sua legitimidade, baseado em um código de conduta ético-profissional²⁶¹.

Sem prejuízo do chiste político, as características liberais das práticas midiáticas e jornalísticas já foram levadas em consideração inclusive pelos seus mais notórios defensores. Gilles Lipovetsky, em *Metamorfoses da cultura liberal*, acena para o papel que a mídia teve, ao longo do século XX, em dar “maior estabilidade à ordem democrática”, auxiliando com que “pela primeira vez, depois do fim do século XIX, as sociedades liberais não tenham outro projeto político”²⁶².

A imprensa brasileira possuiu, como mostra Maria Aparecida Aquino, um importante papel na constituição da memória de resistência à ditadura iniciada em 1964.²⁶³ Como exemplo, mais recentemente, o documentário *Vlado: 30 anos depois* (João Batista de Andrade, 2005) incutiu um novo significado à biografia do repórter Vladimir Herzog. Assassinado nos porões da ditadura militar em 1975, o militante comunista foi perfilado, através da seleção jornalística dos testemunhos, como se fosse um defensor da democracia liberal.

A constituição de uma verdadeira “tradição jornalística liberal” foi comentada por Mateus Henrique de Faria Pereira em sua investigação acerca da escrita da história nas páginas do *Almanaque Abril*²⁶⁴. Nesse contexto, Victor Civita, editor daquele grupo empresarial, afirmava em 1978 que “consideramos a livre iniciativa o único sistema compatível ao mesmo tempo com uma sociedade pluralista, com as liberdades fundamentais do indivíduo, com a eficiência, com o dinamismo, com a inovação”²⁶⁵.

Décadas mais tarde, Eduardo Bueno diria que “a solução do mundo passa pelos direitos do indivíduo”. Para o historiador não-acadêmico, “em países onde as pessoas têm uma visão histórica e política mais completa, elas têm um exercício de sua ação individual mais completa também.” De todo modo, sua posição existencial afirmava-se

²⁶¹ A análise do autor sobre o “campo jornalístico” pode ser encontrada em BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1996.

²⁶² LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Editora Sulina, Porto Alegre. 2004. p 84-86.

²⁶³ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa e estado autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: Edusc, 1999.

²⁶⁴ Ver PEREIRA. op. cit. p 65-66

²⁶⁵ CIVITA, Victor. *Carta do editor*. Apud PEREIRA. op. cit. p 65

categoricamente: “Eu só respeito o indivíduo. Por respeitar a mim eu respeito o indivíduo único, indivisível” ²⁶⁶. Justificando seu sucesso, ele diria:

Eu acredito no mercado. Acredito numa economia de mercado. Acredito no poder da venda e do dinheiro e fiz esses livros para vender. Na melhor acepção da palavra vender. Vender no sentido de obter sucesso. Do mesmo modo que um cantor que grava um *single*, pensa ter uma mensagem há dar, como eu achei que tinha, só que além de ter essa mensagem ainda quer que ela venda e faça sucesso. Então eu lancei um produto. Isso mesmo: um produto.²⁶⁷

Sua posição política também se fez clara: “A popularidade do governo Lula vem de gente que desconhece a própria história, que desconhece a história como está acontecendo, que ganha bolsa família, o que, por um lado, revela que os outros eram ainda piores” ²⁶⁸. Quem sabe como resultado ver-se-ia em *A Coroa, a Cruz e a Espada* que “os males do Brasil são tão antigos quanto seus primeiros habitantes. Corrupção, burocracia, clientelismo (...)” Enquanto que a “teia nepotista de um funcionalismo público leniente, omissa e preguiçosa – embora muitas vezes mal pago – está, por exemplo, nas origens de um sistema previdenciário desequilibrado e de uma carga tributária absurda.” Para completar a peça publicitária desse seu último livro, o jornalista encarnava seu lado *Men with a Mission*: “É gente demais, trabalhando de menos há tempo demais... Chega de tanto cabide de emprego” ²⁶⁹. Ecos de Edison Carneiro? Ou seriam vozes de presença liberal?

Será possível que as demandas por um “Estado mínimo” (típicas no gancho das comemorações) tenham se associado à crítica do inchaço e da corrupção do bem público (que ganha força já em 2006) e integrado a narrativa de Eduardo Bueno em uma fórmula de explicação por implicação ideológica liberal? Simples hipótese, ela revela ao menos uma certeza: da aventura do descobrimento à tragédia da colonização, o que resta é, ainda, o presente.

²⁶⁶ FERLA, Marcelo. *Peninha, vulgo Eduardo Bueno*. In: Suburbia08 – memorabilia, achismos & devaneios. Disponível In: http://suburbia08.blogspot.com/2008/05/peninha-vulgo-eduardo-bueno_04.html acesso em 15/02/2010.

²⁶⁷ BUENO, Eduardo. *Entrevista ao autor*. Março de 2010.

²⁶⁸ NOVAES, Ana Paula. *Uma proposta polêmica: buscar um novo olhar par a História*. Entrevista com Eduardo Bueno. Suplemento Educação. Folha Dirigida. Disponível em http://www.folhadirigida.com.br/htmls/hotsites/suplemento_2007/Cad_06/Pag_63.html Acesso em 10/02/2010

²⁶⁹ Entrevista para a Editora Objetiva. Disponível em <http://www.objetiva.com.br/objetiva/cs/?q=node/1198> acesso em 12/10/2008

Técnicas de presentificação do real e engenharia mnemônica como a narrativa jornalística representa a continuidade histórica

E, se no cômputo da experiência subjetiva, o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é porque um mundo técnica e industrialmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim a alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida

Reinhard Koselleck, *Futuro Passado*²⁷⁰

“O passado é um país estrangeiro; lá, eles fazem as coisas de um jeito diferente.” Assim inicia o romance *The Go-Between* – um início antológico, diga-se de passagem. Leo, o protagonista, encontra e começa a ler o diário que mantinha quando era criança. “Algo veio e se colocou entre nós: o prazer íntimo do reconhecimento, a emoção quase mítica de pertencimento a dias que já se foram – sentimentos dos quais, na casa dos sessenta, eu sentia vergonha”²⁷¹. Vergonha porque o “pequeno milagre da memória”, para usar a célebre expressão de Paul Ricoeur, não se realizaria deixando apenas sinais de identidade²⁷². A obra máxima de L.P. Hartley fala muito mais de diferença e estranhamento do que da redução do narrador ao “eu daqueles dias”, à “criança do passado”, para usar as expressões que afloram em suas páginas²⁷³.

“Que eles fazem as coisas de um jeito diferente”, escreve David Lowenthal sobre *The Go-Between*, “é uma perspectiva fundamental desse livro”. Mas uma perspectiva de recente data – afirma o historiador. Teórico da memória, da identidade e

²⁷⁰ KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/PUC-Rio. 2006. p 16.

²⁷¹ HARTLEY, L.P. *The Go-Between*. New York: New York Review Books. 2002 [1953]. “The past is a foreign country: they do things differently there.” (...) “Something came and went between us: the intimate pleasure of recognition, the almost mystical thrill of early ownership – feelings of which, at sixty-odd, I felt ashamed”. p 17

²⁷² “Mas o pequeno milagre do reconhecimento”, escreve Paul Ricoeur, “é o de envolver em presença a alteridade do decorrido. É nisso que a lembrança é re-(a)presentação, no duplo sentido do re-: para trás e de novo. (...) Mas não é tudo. Resta o fato de que o passado reconhecido tende a se fazer valer como passado percebido. Daí o estranho destino do reconhecimento, de poder ser tratado no quadro da fenomenologia da memória e no da percepção”. RICOEUR. 2006. p 56.

²⁷³ “The self of those days” HARTLEY. op. cit. p 25 – “It was a roll-call in reverse; the children of the past announced their names, and I said: ‘Here’. Only the diary refused to disclose its identity.” Idem. p 17.

do patrimônio, autor de um estudo cujo título e temática encontrou forte inspiração em Hartley, Lowenthal não pôde deixar de dizer que “durante a maior parte da história os homens pouco diferenciaram o passado do presente”. “Até o século XIX”, explica, “o drama histórico foi marcado por grandes mudanças nas vidas e paisagens, mas a natureza humana supostamente se manteve constante”²⁷⁴.

Nada mais diverso do que a trama exposta no clássico de 1953. Leo é obcecado pelo passado. Passado visto como uma “Era Dourada”, época de dias quentes, expectativas vibrantes e pensamentos mágicos. Narrado a medida que a memória emerge nas folhas amareladas dos registros da infância, a ficção autobiográfica desperta aquela *Golden Age* não pelo desejo nostálgico de a ela voltar, mas pela intenção manifesta de torná-la, ainda mais uma vez, viva no presente. “Eu não queria retornar no tempo, mas eu queria que ele retornasse a mim, e ainda quero”²⁷⁵.

Os ares eram tão cheios de *promessas* que, ao escrever sobre o presente naqueles meses, verão de 1900, “o romancista acreditava estar também escrevendo sobre o futuro”. No entanto, “eu e outros autores da atualidade”, dizia Hartley em seu prefácio de 1966, “achamos mais fácil escrever sobre o passado do que sobre o presente”. Após a Segunda Guerra, as modificações pelas quais passaram as sociedades do ocidente – “as mudanças em todo arranjo da civilização material” – foram tão “violentas e rápidas que um romance realista, versando sobre a vida contemporânea, tornar-se-ia ‘datado’ quase no momento em que fosse escrito”²⁷⁶. No pensamento de Hartley e nas experiências de Leo, no contexto e no texto, a consciência da aceleração do tempo soma-se à evidência de sua descontinuidade.

3.1 O paradoxo da narração simultânea

“*Pelamor de Deus que que é isto*” – nos primeiros meses de 1962, Tom Wolfe, ainda um repórter desconhecido, abriu seu exemplar da *Esquire* e deparou-se com uma matéria cujo “início não era nem um pouco parecido com o de um artigo de revista”²⁷⁷. Gay Talese, o autor, fizera em todos os sentidos uma reportagem sobre Joe Louis,

²⁷⁴ LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985. p XVI Grifos meus.

²⁷⁵ HARTLEY, L.P. Author’s Introduction (1966). In: *The Go-Between*. New York: New York Review Books. 2002 [1953]. p 7. “It became for me a kind of Golden Age – almost literally, for I think of it as being the colour of gold. I didn’t want to go back to it but I wanted it to come back to me, and still do”.

²⁷⁶ Idem. pp 8-9

²⁷⁷ WOLFE, Tom. *Como um romance*. In: O Radical Chique e o Novo Jornalismo. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção Jornalismo Literário. 2004. p 20

pugilista norte-americano que beirava seus 50 anos de idade²⁷⁸. Mas o tratamento dado ao tema, com o emprego de descrições, diálogos, onomatopéias e narração cena a cena, deixava a forma do texto tocar os contornos beletristas de um conto.

Mais tarde Gay Talese e Tom Wolfe seriam reconhecidos como duas das mais importantes figuras de uma literatura não-ficcional. A invasão dos repórteres rumo ao panteão literário, a ambição de desbancar os romancistas de seu tempo, foi contada por seus defensores como uma espécie de invasão bárbara; esses jornalistas, lumpenproletários da arte, trabalhadores primitivos das redações, agora ganhavam a república das letras – “Que droga, Saul, os *hunos* chegaram...”²⁷⁹

Mais de três décadas depois, a história do Brasil colonial, a chegada dos portugueses, as primeiras expedições costeiras, a demarcação das capitânicas e o estabelecimento dos governos gerais ganhariam um certo colorido literário. Em nome da comemoração, da divulgação ou do simples prazer, os leitores foram convidados a embarcar nas caravelas, quase sentir alguma náusea do mar, e, passados alguns anos no Brasil seiscentista, se indignar com a corrupção de Duarte da Costa e a sanguinolência de Mem de Sá. Sem nunca, é claro, esquecer-se da busca pela origem:

Então, a cerca de 70 quilômetros da costa, nas *horas de véspera*, mais com alívio do que com surpresa e espanto, o capitão e seus pilotos, os marinheiros e os soldados, os sacerdotes e os degredados, acotovelados todos à mureta das naus, puderam vislumbrar o cume de ‘um grande monte mui alto e redondo’ erguendo-se no horizonte longínquo. Ao entardecer, depois de avançar cautelosamente por mais de 40 quilômetros, a frota deparou com outras serras, mais baixas, esparramando-se ao sul do grande monte. Silhuetadas contra o crepúsculo, cercadas por “terras chás”, elas surgiram vestidas por um arvoredo denso que avançava quase até o limite das águas claras, das quais se separava apenas uma estreita faixa de areia. A 6 léguas da costa (ou cerca de 36 quilômetros), a armada lançou âncoras. Elas mergulharam 34 metros no mar esverdeado antes de tocar o fundo arenoso. Estava descoberto o Brasil²⁸⁰

É possível parafrasear Wolfe e perguntar: o que é que está acontecendo? Eduardo Bueno, autor da coleção *Terra Brasilis*, une a leitura dos registros de época a observação atenta do presente. Narra a chegada da frota cabralina às praias brasileiras,

²⁷⁸ TALESE, Gay. *Joe Louis: o rei na meia-idade*. In: *Fama & Anonimato*. São Paulo: Companhia das Letras. Coleção *Jornalismo Literário* p 460-477.

²⁷⁹ WOLFE, Tom. *O jogo das reportagens especiais*. In: *O Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção *Jornalismo Literário*. 2004. p 9

²⁸⁰ BUENO. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. 1998. p 11-12

apóia-se ora na Carta de Pero Vaz de Caminha, a qual cita aqui e acolá, recompondo-lhe entre aspas, por vez *intuindo dela sentimentos e percepções de seus personagens*, por vez fazendo uso de um artifício, hoje um tanto esquecido, antes muito caro à historiografia do oitocentos. Notório viajante, Bueno conhece a costa brasileira, admira-lhe a fauna e a flora, a cor dos oceanos e a textura de suas areias. Reproduz o fausto da natureza tropical, com o olhar atento do jornalista, naquilo que um dia os historiadores chamaram de autópsia²⁸¹. Cria com ela o clima de um cenário, quase faz o leitor sentir o cheiro dos mares, a sensualidade das índias, a ganância dos portugueses.

Ora como aventura trágica, ora como tragédia romanesca, o passado brasileiro é transcrito sempre como *experiência*, i.e., como a união momentânea do leitor com a realidade. Essa tentativa de imersão, que já fora relacionada a um *desejo de presença* material e sensorial, táctil e corporal com mundos que não mais existem, realiza-se no texto jornalístico através de uma narrativa histórica que se propõe ao desafio de representar o passado em simultaneidade com as demandas do presente²⁸². Tarefa difícil, ela encontra como caminho mais lógico, também devido ao desinteresse pelas mediações conceituais, a atribuição de “sentimentos ou reações típicas de nossa época e de nossa sociedade”²⁸³.

Essa parece ser a idéia que paira sobre os esforços travados no sentido de “humanizar” os personagens do passado – e baseia-se em uma noção tanto universal e a-histórica da natureza do homem. O primeiro livro da *Terra Brasilis* se apresentava como um convite para o leitor “fazer a viagem do descobrimento”²⁸⁴. Era preciso, pensava seu autor, reaproximar a história do Brasil dos habitantes de seu país, de modo

²⁸¹ Tradutor de *On the Road*, entusiasta e divulgador do espírito Beat no Brasil, o Peninha descreve as praias, os mares e as matas com um conhecimento de causa que era visto como prova pelos oitocentistas. Lança mão de uma autópsia, ou seja, uma metodologia pela qual “os historiadores emprestam aos seus trabalhos garantias extratextuais”, como que intervindo enquanto autoridades fiduciárias em suas próprias narrativas históricas. Ver CEZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. Topoi, v.8, n.15, jul-dez. 2007. p 173. Bueno reedita esse procedimento de modo indireto, não como forma de provar, mas como estratégia de fazer-criar dentro da composição de um “clima” narrativo pela descrição minuciosa que faz de seus cenários.

²⁸² “Desejo de presença” é uma expressão muito utilizada por GUMBRECHT, Hans Ulrich. 2004. p 110.

²⁸³ A frase é do historiador Rodrigo Elias, em entrevista para a Revista de História da Biblioteca Nacional. No final de 2007, novo mal estar seguiu-se entre os historiadores com a ida ao ar do quadro “É muito história” no programa Fantástico da Rede Globo e apresentado por Eduardo Bueno e Pedro Bial. O quadro – cujo tom de pilhéria espetacular contrastou severamente com a narrativa sóbria e elegante dos livros de Bueno – causou certo alvoroço na comunidade historiadora. Algumas opiniões foram compiladas na matéria: WREDE, Catharina. *É muita história? In: Revista de história da biblioteca nacional*. 16/10/2007.

²⁸⁴ BUENO, Eduardo. *Convite para a viagem do autodescobrimento: juntar-se à frota de Cabral faz bem ao espírito*. In: Revista Época, 10 de Maio de 1999. N 51. p 62.

que “a pátria dos desmemoriados” decida-se “livrar-se da amnésia endêmica”²⁸⁵. Do modo como Eduardo Bueno nos quer contar, trata-se de uma história – a *nossa* história – contracenada por:

(...) homens de carne e osso – com desejos e temores, com anseios e expectativas, premidos pela fome e pela sede, lutando por glória e por dinheiro. Quando nos colocamos no lugar daqueles grumetes e daqueles degredados, dos comandantes de origem nobre e dos pilotos de vasto saber – enfrentando com eles os perigos do Mar Tenebroso, penetrando nos escuros e insalubres porões de suas diminutas caravelas, desembarcando nas praias paradisíacas do sul da Bahia e seguindo rumo à longínqua Índia –, estamos prontos para fazer a viagem do Descobrimento.²⁸⁶

Bem ao contrário dos sintomas de uma crise do tempo descritos em *Go-Between*, a escrita de Bueno oferece uma saída que aproxima a história ao pequeno milagre da lembrança, na identificação do hoje nos anseios de ontem. Este capítulo visa explorar a hipótese de que a narrativa jornalística da história, tal como executada por Eduardo Bueno, pode ser entendida como um subgênero do jornalismo literário, mais especificamente aquele que se julga herdeiro dos modelos *sixties*. Aqui, entenderei o emprego de técnicas ditas realistas como estratégias de presentificação de cenários e personagens pretéritos, por um lado, e a escolha dos assuntos – a delimitação das temáticas dentro de uma cronologia previamente estabelecida – como uma engenharia mnemônica, um conjunto de construções do passado que se edificam a partir da livre lembrança que se estabelece dele no presente.

A prosa jornalística, caso eu obtenha sucesso em descrevê-la nesses termos, poderá ser pensada como o *ne plus ultra* de um regime de historicidade presentista. Ela carregaria as marcas do esgotamento de um determinado tipo de contato com a realidade. Reagiria à crise com toda a malícia da ingenuidade victoriana, retomando-lhe os métodos e incorporando-lhe os temas. Voltar-se-ia ao passado no momento em que a transcendência para o futuro parece impossível, impedida, bloqueada por uma espera que existe senão como antecipação catastrófica.

²⁸⁵ Carta do Editor. *Bem vindos a bordo*. Revista Época. 10 de maio de 1999. N 51. p 7.

²⁸⁶ BUENO, Eduardo. *Convite para a viagem do autodescobrimento: juntar-se à frota de Cabral faz bem ao espírito*. In: Revista Época, 10 de Maio de 1999. N 51. p 62.

3.2 Mais uma das muitas mortes e ressurreições do realismo

Não é preciso dizer que tu não podes escrever um bom romance a menos que possuas o senso da realidade; mas seria difícil dar-te uma receita para isso. A humanidade é imensa e a realidade tem uma miríade de formas.

Henry James, *The Art of Fiction*²⁸⁷

Difíceis tempos de guerra. Mesmo antes que uma “memória impedida”, em nome da convivência, do olhar para frente, ou do que quer que fosse, manifestasse seus traumas através de enigmas artísticos, a literatura de língua inglesa fluiria suavemente rumo a um certo anti-realismo. Com Georges Orwell, o escritor que outrora quisera ser como Zola, cair-se-ia em um universo bizarro, guardado por cães e dominado por porcos, metáfora do totalitarismo lançada a um mundo fantástico²⁸⁸. Fantásticas eram as crônicas de guarda-roupas, leões, feiticeiros e armários, compiladas pouco anos depois de 1945²⁸⁹. Como eram também as histórias de anões e anéis, de elfos e errantes, contadas por um velho senhor, ao pé da lareira, para que os temores dos infantes pudessem se esvaír como fumaça pela chaminé, em meio ao sibilar das bombas e ao ronco dos aviões inimigos²⁹⁰.

No continente, após o conflito mundial, sem tempo para velar as perdas, por vezes sem corpos para enterrar – sem poder, com isso, lançar-se ao trabalho da memória dos mortos no luto dos vivos – alguns começavam a prestar depoimento (mesmo que com isso estivessem decretando atitudes suicidas). Na França, se é que poderia mesmo fazê-lo, a crítica teve de se esforçar para ver metáforas do nazismo e do holocausto no absurdo de Beckett e nos rinocerontes de Ionescu.

Do outro lado do atlântico, parte considerável dos escritores norte-americanos com pressa decretava a falência de um cansado gênero de escrita. “Havia um sentimento

²⁸⁷ “It goes without saying that you will not write a good novel unless you possess the sense of reality; but it will be difficult to give you a recipe for calling that sense into being. Humanity is immense and reality has a myriad forms”. JAMES, Henry. *The Art of Fiction*. 1884. Disponível em <<http://guweb2.gonzaga.edu/faculty/campbell/engl462/artfiction.html>>, Acesso em 14/12/2000.

²⁸⁸ ORWELL, George. *Animal Farm: A Fairy Story*. Secker and Warburg. London. 1945. “Eu gostaria de ser como Zola por um momento, só para descrever essa hora” é frase que aparece em ORWELL, George. Na pior em Paris e em Londres. São Paulo. Companhia das Letras – Coleção Jornalismo Literário. p 76. Como se nota, livro que hoje é considerado um clássico do “jornalismo literário”.

²⁸⁹ LEWIS, Clive Staples. *The Chronicles of Narnia*. Harper Trophy. (1949-1954).

²⁹⁰ J.R.R. Tolkien escreveu a maior parte de seus livros durante a Segunda Guerra Mundial. Ver “World War I and World War II”. Retrieved 16 June 2006. Disponível em <http://www.nationalgeographic.com/ngbeyond/rings/influences.html> acesso em 16/02/2010 e REYNOLDS, Pat. “*The Lord of the Rings: The Tale of a Text*”. The Tolkien Society. Disponível em <http://www.tolkienociety.org/tolkien/tale.html> acesso em 16/02/2010

difuso de que o romance social realista não era mais uma forma literária viável”, escreveu Ronald Weber²⁹¹. Como resultado, nos anos 50 e 60 do século XX, toda literatura voltava-se “mais e mais em direção ao manifesto direto, à autobiografia, à confissão, às formas de ensaio”²⁹². O próprio *Go-Between* encontrou comentários negativos dessa índole. Mas sua resposta ao problema da aceleração e descontinuidade do tempo – voltar o foco da escrita para anos anteriores – não era de todo uma voz solitária.

Em um ensaio datado de 1961, Philip Roth opinava que “o escritor americano da metade do século XX” tinha “as mãos ocupadas com a tarefa de entender, descrever e tornar crível muito da realidade do país”. O já prestigiado autor de *Goodbye Columbus* presumia que em breve, para cumprir essa tarefa, o literato teria que voltar-se ao romance histórico – coisa que ele mesmo acabou fazendo. Antes inspirador, com seu mistério e magnetismo, o real, entendido como aquele experimentado no presente, tornara-se um fardo, um utensílio de entorpecimento. Ambientar cenários e intrigas na liberdade de dias pretéritos, por vezes lançando a eles “alguns dos grandes fenômenos políticos e sociais de nossos tempos”, aparecia como uma alternativa frente ao esgotamento do potencial criativo realizado pelo ritmo frenético do presente²⁹³.

Mesmo quando o caráter social do realismo, de poder crítico e descritivo, aparecia como mecanismo na mediação do contato com o mundo, seu escritor era invariavelmente apanhado em meio ao “caos da vida contemporânea”²⁹⁴. “A história reside numa casa maluca”, ironizava Norman Mailer²⁹⁵. E se assim o era, “a vida nos anos sessenta” aparentava a muitos querer ser o menos plausível, o mais louca, acelerada e desnorteada possível, enquanto que à literatura realista, como de costume, continuava-se cobrando mais e mais verossimilhança. Essas limitações, avisavam alguns, eram fonte de inibição do imaginário e de mal estar criativo²⁹⁶.

Ronald Weber pontua quatro respostas para esse problema. A primeira delas seria defendida por “um retorno autoconsciente” à fabulação, como se fosse possível fundir realismo e fantasia. Escapando da realidade presente, indo ao abraço de um mundo já *a priori* considerado uma construção, “o escritor, livre dos desacreditados e

²⁹¹ WEBER, Ronald. *The Literature of Fact: literary nonfiction in American Writing*. Athens, Ohio: Ohio University Press. 1980. p 9

²⁹² THOMPSON, John. *Plot, Characters, Etc. Partisan Review*, 28. (September-October 1961), 715; *Other People's Affairs, Partisan Review*, 28 (January-February 1961), 124.

²⁹³ ROTH, Philip. *Writing American Fiction*. Commentary, 31. Março 1961. pp 224-225.

²⁹⁴ WEBER. op. cit. p 10

²⁹⁵ MAILER, Norman. *The Armies of the Night*. New York. New American Library. 1968. p 54.

²⁹⁶ WEBER. Idem. *ibidem*.

fúteis esforços para documentar e registrar o mundo, talvez conseguisse enfrentar os problemas reais de seu tempo”²⁹⁷. Era essa a tônica dos trabalhos de Kurt Vonnegut, Donald Barthelme e Thomas Pynchon. John Barth, também incluído por Weber em tal lista, chegaria a declarar que o realismo literário, do modo como era praticado por mais de um século, não passava agora de “uma aberração na história da literatura”²⁹⁸.

Algumas críticas, complementa Weber, argumentavam que se o realista não poderia documentar a realidade, o fabulista também não poderia dela fugir. O único procedimento viável para a ficção seria retrabalhar seus próprios conceitos. Junto aos praticantes dessa linha “meta-ficcional” estaria Jorge Luis Borges²⁹⁹. O escritor argentino, famoso entre os historiadores pela figura de Funes, o Memorioso, que a tudo lembra sem a nada conseguir raciocinar, enfrentaria com esse tipo de edificação literária “um beco sem saída intelectual”, como exaltou John Barth³⁰⁰. Na América latina, essa tendência, supõe-se que inaugurada por Borges, é frequentemente chamada de “realismo mágico”. O primeiro autor a empregar a expressão foi, no entanto, o venezuelano Arturo Uslar Pietri, ao referir-se a um tipo de narrativa que buscava corrigir certas limitações da prática realista incorporando a ela dimensões poéticas e misteriosas³⁰¹.

Uma terceira proposta para os desafios lançados contra os modelos literários do realismo foi dada pela ficção científica. Jogando seus enredos, cenários e personagens anos à frente, o gênero sinalizava a aceitação de que o estado de coisas não pode ser documentado (uma vez que o futuro obviamente não pode sê-lo), mas sempre construído. O clássico 1984 já havia deixado claras as possibilidades de antecipação social do gênero. A ficção científica que lhe seguiu mostrou-se em igual medida menos uma “composição de um futuro intangível e isolado”, e muito mais uma tentativa de “explicar o presente através de sua relação com os fatos anteriores que lhe deram

²⁹⁷ WEBER. op. cit. p 12

²⁹⁸ BELLAMY, David Joe. *The New Fiction: Interviews with Innovative American Writers*. Urbana: University of Illinois Press. 1974. P 4 APUD WEBER. op. cit. p 12

²⁹⁹ Segundo Patricia Waugh: “Metaficção é um termo dado à escrita ficcional que auto-conscientemente e sistematicamente chama atenção para seu status de artefato com o intuito de questionar a relação entre e a ficção e a realidade. Ao fornecer uma crítica aos seus próprios métodos de construção, tais formas de escrita não só examinam as estruturas fundamentais da narrativa de ficção, elas também exploram a possível ficcionalidade do mundo exterior ao texto literário ficcional” WAUGH, Patricia. *Metafiction*. London: Routledge, 1990. p 2

³⁰⁰ BARTH, John. *The Literature of Exhaustion*. The Atlantic. August 1967. pp 31-33. APUD WEBER. op. cit. p 12.

³⁰¹ Ver PIETRI, Arturo Uslar [1948]. *Letras y Hombres de Venezuela*. Nueva Edición. Caracas. Ediciones Edime. 1958. Na academia, o primeiro a trabalhar o conceito parece ter sido ÁNGEL, Flores. *Magical Realism in Spanish American Fiction*. Hispania 38 (1955): 187-201 Para uma análise mais abrangente, ver MONEGAL, Elmir R. *Borges: uma poética da leitura*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1980.

origem” e de “como esses fatos serão representados em um futuro imaginário”³⁰². Philip K. Dick – autor de *Do Androids Dream of Electric Sheep*, texto hoje mais conhecido através de sua adaptação cinematográfica de 1982 – escreveria livros “ambientados num futuro que quase exatamente apresenta o subúrbio americano dos anos 50”³⁰³.

Para alguns, entretanto, “em um mundo consumido por problemas, a dissimulação desses contadores de histórias parecia um luxo indefensável”³⁰⁴. Para atender essas demandas, sedentas por fatos, histórias de vida e contatos com o real, nos anos posteriores à guerra revistas e periódicos – em especial a *New Yorker* e a *Esquire* – começaram a modificar suas políticas editoriais. Observava-se a inclusão paulatina e progressiva de matérias de não-ficção dentre seus exemplares. Assim como a fabulação, as formas ditas meta-ficcionais e as ficções científicas, esse surto paralelo de obras que tratam “daquilo que realmente aconteceu” pôde ser entendido como reação à perda de fé no realismo literário. “Em outras palavras”, conclui Weber, “se uma resposta ao questionamento crítico do realismo foi de um modo ou de outro abandoná-lo, outra foi a de persegui-lo até suas últimas conseqüências”³⁰⁵.

3.3 O chamado “Novo Jornalismo”

“Nas primeiras horas daquela madrugada de novembro, porém, sons nada costumeiros sobrepuseram-se aos ruídos noturnos normais de Holcomb”. Foram “quatro disparos de espingarda que, no fim das contas, deram cabo de um total de seis vidas”

³⁰² GOMES, Anderson Soares. *Futuro do passado: teorias da história e ficção científica*. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009

³⁰³ ROBERTS, Adam. *Science Fiction*. New York: Routledge, 2000. p 34. Philip K. Dick é hoje o único escritor de ficção científica publicado pela Library of America, cuja coleção reúne nomes como Edgar Allan Poe, Mark Twain, William Faulkner e H.P. Lovecraft. A obra citada é DICK, Philip [1968]. *Do Androids Dream About Electric Sheep*. In: Four Novels of the 1960s. Library of America. 2007. pp 431-608. Sua adaptação cinematográfica ganhou o nome de *Blade Runner* (Ridley Scott, 1982) e foca-se primordialmente no problema da memória como construtora de identidade. O livro, no entanto, possui várias outras temáticas, sendo aquela que lhe dá nome referente a uma obsessão material dos personagens. Como os animais estão quase extintos, torna-se símbolo de status possui-los; cabras, ovelhas, cavalos, cobras, o que quer que fossem. Deckard, o protagonista, é casado e sua mulher insiste para que ele compre uma ovelha verdadeira, já que a da família é elétrica – ou seja, uma réplica mecânica, o que é motivo de segredo e vergonha. É isso que o leva a regressar para sua perigosa vida de caçador de andróides. A metáfora pode ser entendida como uma ironia azeda em relação aos padrões de consumo da sociedade americana dos anos 50-60 e seu “Way of life”.

³⁰⁴ WEBER. op. cit. p 8

³⁰⁵ WEBER. op. cit. p 13.

³⁰⁶. Truman Capote, quase tão famoso quanto foi polêmico, alegava com essas palavras ter inventado um novo gênero literário: o “romance de não-ficção” ³⁰⁷. Talvez não fosse para tanto. É verdade, Joseph Mitchell, ao revelar o *Segredo de Joe Gould*, e John Hersey, descrevendo a *Hiroshima* pós-atômica, são apenas dois dos mais famosos exemplos que comprovariam o contrário, para não mencionar, é claro, o Hemingway jornalista. ³⁰⁸ Se recuarmos ainda mais no tempo, sem demora poder-se-ia constatar que o jornalismo já se apresentou muito mais próximo da literatura do que os padrões ditados pelos *stylebooks* modernos hoje suportariam ³⁰⁹. Em nosso país, a obra de João do Rio não deixaria enganar.

Mas se a história do assassinato da família Clutter, o perfil psicológico dos criminosos e a narrativa que seguiu seus passos, com razão não tenham *inventado um novo gênero*, de alguma forma contribuíram para torná-lo ainda mais popular. O impacto desse tipo de publicação foi tanto que, ao montar uma coleção reunindo seus melhores trabalhos durante os anos sessenta, a *Esquire* decidiu omitir completamente a ficção. Sugerindo uma nova e original leitura do problema da aceleração do tempo, o editor da revista, Harold Hayes, anunciava que a história “parecia se mover depressa demais para permitir que o processo osmótico da arte se mantivesse no mesmo páreo

³⁰⁶ CAPOTE, Truman [1966]. *A Sangue Frio*. São Paulo: Companhia das letras. Coleção jornalismo literário. 2007; p 24

³⁰⁷ Ver SUZUKY, Matinas Jr. *Nem tudo é verdade, apesar de verdadeiro* (Posfácio). In: CAPOTE, Truman [1966]. *A Sangue Frio*. São Paulo: Companhia das letras. Coleção jornalismo literário. 2007 pp 429 Mais tarde, Tom Wolfe diria que “Quando Henry Fielding publicou seu primeiro romance, Joseph Andrews, em 1742, ele protestava que se livro não era um romance – era um novo gênero literário que ele tinha inventado, ‘o poema épico cômico em prosa’. (...) O que ele fazia, claro – Capote faria 223 anos depois – era tentar dar a seu trabalho a chancela do gênero literário dominante de seu tempo, de forma que os literatos o levassem a sério”. WOLFE. op. cit. p 61.

³⁰⁸ MITCHELL, Joseph [1942-1964]. *O Segredo de Joe Gould*. São Paulo. Companhia das letras. Coleção jornalismo literário. 2003. HERSEY, John [1946]. *Hiroshima*. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção jornalismo literário. 2002 Para Mark Kramer, o jornalismo literário tem uma “linhagem própria. Daniel Fedoe, escrevendo logo após o ano de 1700, é o mais antigo nome citado por Norman Sims, um dos poucos historiadores desse campo. A lista de nomes ainda inclui Mark Twain no século XIX e Stephen Crane, no começo do século XX. Antes e logo após a Segunda Guerra Mundial, Hames Agee, Ernest Hemingway, A.J. Leibling, Joseph Mitchell, Lillian Ross e John Steincek tentaram formas de escrever ensaios narrativos. Já Norman Mailer, Truman Capote, Tom Wolfe e Joan Didion seguiram adiante e, em determinado momento, o gênero ganhou vida – ou seja, seus autores começaram a identificar-se como parte de um movimento; e este começou a suscitar discussões e atrair escritores.” KRAMER, Mark. Regras rompíveis do Jornalismo Literário. In: KRAMER, Mark (org) e SIMNS, Norman (org). *Literary Journalism: A New Collection of the Best American Nonfiction*. New York: Ballantine, 1995. Disponível in: http://www.abjl.org.br/detalhe.php?conteudo=f12_0071029210735&category=ensaios&lang. Acesso em: 23/02/2010.

³⁰⁹ Ver, por exemplo: CHORÃO, João Bigotte. *Nótulas sobre Jornalismo Literário do Século XIX*, AA.VV, Camilo Castelo Branco. *Jornalismo e Literatura no Séc. XIX*. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Centro de Estudos Camilianos. 1993. pp. 13-18.

dela”³¹⁰. A oportunidade insinuava-se ao olhar jornalístico, às descrições da realidade, reedição dos diálogos observados, narrativa de suas cenas, fluxos de idéias – tudo isso montado como se fosse... Um romance. Um romance verdadeiro.

Nos anos 60, o maior porta-voz da literatura de não ficção estadunidense atendia pelo nome de Tom Wolfe. Wolfe trabalhava no setor de “reportagens especiais” do *Herald Tribune*: escrevia sobre tudo, “desde pequenos fatos ‘divertidos’, engraçados, geralmente do movimento policial” até “histórias de ‘interesse humano’, relatos longos e quase sempre hediondamente sentimentais”. “Em todo caso”, notava, “as reportagens especiais davam ao sujeito certo espaço para trabalhar”³¹¹. Pois bem, naquela época, como proclamava seu *orador*, descobriu-se, dentro desse jogo das reportagens especiais, “que talvez fosse possível escrever jornalismo para ser... Lido como um romance”³¹². Não era nenhum grupo ordenado, muitos nem sequer se conheciam (embora competissem entre si), mas foi pelo “final de 1966 que se começou a ouvir falar de ‘Novo Jornalismo’”³¹³.

Tom Wolfe fazia pilhéria dos romancistas de seu tempo – “ocupados correndo para trás, pulando e gritando por um canteiro de begônias” o qual chamava de “Neofabulismo”³¹⁴. Na verdade, o defensor do *New Journalism* se exaltava, delirava e por fim afamava-se com a “crise do realismo”, a ponto de ironizá-la de um lugar privilegiado pela *crise da crise*. Os autores de ficção “havia abandonado o terreno mais rico do romance: especificamente a sociedade, o *tableau social*”³¹⁵. E isso era ótimo, maravilhoso, “era a época mais maluca, mais pirada desde os anos 20” e ele, como cronista, sentia que tudo o pertencia praticamente³¹⁶.

Como escreveria Gay Talese anos mais tarde, em 1992, “o novo jornalismo permite, na verdade exige, uma abordagem mais imaginativa da reportagem”³¹⁷. Sim, apropriando-se da carga do realismo social, vociferava Tom Wolfe, “a idéia era dar a

³¹⁰ “Seemed to move too swiftly to allow the osmotic process of art to keep abreast”. HAYES, Harold. *Introduction to Smiling through the Apocalypse: Esquire's History of the Sixties*. Apud WEBER, Ronald. *The reporter as artist : a look at the new journalism controversy*, New York, Hastings House. 1974. p 160.

³¹¹ WOLFE, Tom. *O jogo das reportagens especiais*. In: *O Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção Jornalismo Literário. 2004. p 13-14.

³¹² Idem. p 18

³¹³ WOLFE, Tom. *A tomada do poder*. In: *O Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção Jornalismo Literário. 2004. P 40

³¹⁴ WOLFE, Tom. *O Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção Jornalismo Literário. 2004. p 8

³¹⁵ WOLFE. *A tomada do poder*. p 500

³¹⁶ Idem. p 51

³¹⁷ TALESE, Gay. *Fama e Anonimato*. São Paulo: Companhia das Letras. Coleção Jornalismo Literário. 2004. p 9

descrição objetiva completa, mais algumas coisas que os leitores sempre tiveram de procurar em romances e contos: especificamente, *a vida subjetiva ou emocional dos personagens*”³¹⁸.

No fundo, a tese de Tom Wolfe era ainda mais ambiciosa: “tirando do romance o trono de gênero literário número um”, os novos-jornalistas estariam alçando a não-ficção aos píncaros da glória cultural. “Bellow, Barth, Updike – até o melhor da turma, Philip Roth –, os romancistas todos aí agora revirando a história literária, resistindo, tentando entender a posição que ocupam ”³¹⁹. Wolfe realizava uma curiosa digressão ao século XIX, identificava uma repetição – “repetição absoluta” – dos primeiros dias do romance realista na Inglaterra. As críticas que o Novo Jornalismo estaria sofrendo, sendo chamado de “parajornalismo”, de estilo “superficial”, “efêmero”, seriam as mesmas realizadas mais de cem anos antes pelos defensores do *status quo* literário – da poesia épica e do drama em verso de tipo clássico – contra Balzac ou Dickens³²⁰.

É claro que uma tese dessas hoje pode parecer absurda. Já era refutada por Ronald Weber – o acadêmico que desde cedo acompanhou as reviravoltas da literatura de não-ficção – ainda no final da década de 1970. Mas o que não é absurdo é compreender a emergência desse importante filão editorial, nos Estados Unidos e depois mundo afora, como uma dupla reação.

Primeiro, à tendência que o jornalismo moderno tinha em reificar seus temas, com o peso dos *stylebooks*, padronizando a linguagem e chutando a literatura para baixo da mesa. “Os leitores choravam de tédio e nem sabiam por quê”, esperneava Tom Wolfe. “Ali estava ‘o jornalista’, a cabeça prosaica, o espírito fleumático, a personalidade apagada, e não havia como se livrar do pálido anãozinho, senão parando de ler”³²¹. Contra esses “vendedores de roncos”, o novo-jornalista tinha o dever de reincluir a dimensão da experiência humana dentro da notícia.

E como ele faria isso? Apropriando-se, é claro, das técnicas literárias desenvolvidas e aprimoradas por nomes como Flaubert, Gogol, Tolstoi, Dostoiévski e mesmo Joyce. “Ei! Venha cá! É assim que as pessoas vivem agora – bem assim como estou mostrando a você!” – um grande voto de confiança, um retorno, sem disfarce, à

³¹⁸ WOLFE, Tom. *Como um romance*. In: O Radical Chique e o Novo Jornalismo. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção Jornalismo Literário. 2004. p 37 Grifos Meus.

³¹⁹ WOLFE, Tom. *O jogo das reportagens especiais*. p 9

³²⁰ WOLFE, Tom. 2004. pp 62-64

³²¹ WOLFE, Tom. *Como um romance*. p 32

profissão de fé no realismo social³²². Mas ela iria ainda mais longe. No momento em que o jornalismo parecia sobrecarregado pela teoria da comunicação – a era de Marshall McLuhan, da aldeia global e do “meio é a mensagem” – a ordem era ignorar solenemente as implicações mais filosóficas – tal não foi sua segunda reação!³²³.

Com pouca atenção crítica sobre as narrativas não-ficcionais, o jornalista parecia se sentir livre para explorar seus moldes sem a “debilitante autoconsciência” presa à ficção³²⁴. “É uma forma de baixo-aluguel – sempre foi uma forma de aluguel-baixo – e sempre teve quarto para montes de pancadaria e caminhões de erros”³²⁵. Os hunos estavam chegando! – bradava Wolfe. Como se quisessem – tomando para si a máxima orwelliana – violar a “convenção de Genebra da mente” os bárbaros da literatura recusavam a teoria como fábula, o ensaio como afetação, o existencialismo como mito – as limitações do realismo, em última instância, seriam digeridas já no rumo de uma crítica da crítica.

3.4 O Realismo como técnica

Novas formas de escrita que aparecem e permanecem são ocorrências literárias raras. Ainda assim, escritores sempre irão buscar caminhos através das limitações, entrando nos “gêneros primos” – narrativas de viagem, memórias, ensaios etnográficos e históricos (...) – sendo que todos estes tentam se encaixar dentro de um campo rodeado por cercas frágeis.

Mark Kramer, *Literary Journalism*³²⁶

Em uma reportagem datada de domingo, 10 de abril de 1994, Eduardo Bueno – ele mesmo, o Peninha – brincava com o *lead* ao discorrer sobre o que era o novo jornalismo, quando ele surgiu, onde ele apareceu, como e porque o fez³²⁷. O gancho da matéria era a publicação, no Brasil, de três livros relacionados ao tema: uma *biografia* de Truman Capote, *O Teste do Ácido do Refresco Elétrico*, de Tom Wolfe e *O Fantasma da Prostituta*, livro em dois volumes sobre a CIA, assinado por Norman Mailer. Com vinte anos de atraso – o *velho new journalism*, afinal, estava “de volta” –

³²² WOLFE, Tom. *Como um romance*. p 27

³²³ “O meio é a mensagem”, ver MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*. Editora Cultrix. São Paulo. 1969. Principalmente pp 21-38.

³²⁴ WEBER. 1980. p 14

³²⁵ “It’s a low-rent form – always has been a low-rent form – and there’s always been room for a lot of brawling and a lot of mistakes”. APUD BELLAMY, 1974. p 78.

³²⁶ KRAMER. op. cit. pp 1-2

³²⁷ BUENO, Eduardo. *O velho ‘new journalism’ está de volta*. Zero Hora, Porto Alegre, 10 abr. 1994, Segundo Caderno, p 7-10.

Bueno reeditava todos os argumentos originais de Wolfe: tocar o real, digeri-lo sem o tom “lacônico” e “espartano” do jornalismo da época, aproveitar os espaços cedidos pelos escritores fabulistas... “Saul Bellow, John Updike, Philip Roth” tremiam na base com a chegada dos “novos bárbaros”³²⁸.

O jornalismo literário, na esteira do sucesso mundial dos novos modelos norte-americanos, teve importante impacto no Brasil, influenciando diversos autores. Muitos dos quais, como João Antônio, lançavam mão de complexos recursos narrativos, jogos de palavras e figuras de linguagem de modo a esquivar-se do faro dos censores de 1964³²⁹. Antônio recebia os trabalhos e provocações de Capote, Mailer e Wolfe com entusiasmo, adicionando-lhes certa inquietação por adaptá-los às especificidades nacionais. “Grande parte dos escritores que depõe hoje sustentam preocupações vinculadas à forma, sob denominação de um ‘ismo’ qualquer”. Faltava, de acordo com ele, “um compromisso com a realidade brasileira, sem retoques, imposturas e embelecamentos mentais”³³⁰.

Em João Antônio, a volta aos mananciais literários do realismo social – com sua “análise crítica” – de fato fazia eco ao que de longe clamava Tom Wolfe. Somava-se, no entanto, a certa censura dos moldes intelectuais predominantes na academia e nas letras, uma vez que no lugar da descrição da realidade estariam dispostos “os realismos fantásticos, as semiologias translúcidas, os hipermodelismos pansexuais, os supra-realismos hermenêuticos, os lambuzados estruturalismos processuais”. “Enquanto isso”, novamente reeditando em solo nacional um dos argumentos centrais de Wolfe, “os aspectos da vida brasileira estão aí, inéditos, não tocados, deixados para lá, adiados eternamente e aguardando os comunicadores, artistas e intérpretes”³³¹.

A revista realidade, lançada em 1966 como uma publicação mensal – portanto em parte descomprometida com a premência do tempo – pôde incorporar algumas das cores dessa nova onda literária em seu jornalismo³³². Não seria de nenhuma maneira a

³²⁸ Idem. p 7

³²⁹ Ver, por exemplo, a entrevista que João Antônio realizou com Darcy Ribeiro, ex-ministro e exilado político de 1964. O professor havia conseguido permissão para regressar ao Brasil para tratar de um câncer de pulmão que se acreditava mortal. O jornalista narra a vitória de Darcy Ribeiro sobre a doença e a trata como metáfora do regime ditatorial. Conferir em ANTÔNIO, João. *Casa de loucos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976. Originalmente a matéria apareceu no artigo: ANTÔNIO, João. Olá, Professor, há quanto tempo! Londrina: Panorama. 27 mar 1975. Ano I. N 19. p 14

³³⁰ ANTÔNIO, João. *Corpo-a-corpo com a vida*. In: Caderno de Sábado. Porto Alegre. Correio do Povo. 24 jan. 1976. p 14.

³³¹ ANTÔNIO. Idem. p 15.

³³² Para um tratamento mais extensivo do tema, ver LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993

única. Nos anos seguintes, com razão até os atuais, o dito *new journalism* manteve-se como a menina dos olhos para volumosas parcelas dos estudantes de comunicação social e repórteres da mídia impressa, apesar das constantes lamúrias pela falta de condições em exercê-lo³³³. É comum perceber alguma ansiedade nos formandos em jornalismo, ávidos por transformar suas monografias de conclusão em *livro-reportagem*: a fuga da teoria talvez explique em parte a obsessão³³⁴.

Não seria para menos. Com seu feitio de “baixo aluguel”, o jornalismo literário estava pronto para abraçar o emprego formal do realismo sem ter que prestar contas a uma era clivada pela incerteza ontológica. Indo além, fazê-lo insinuava-se, seja para Wolfe nos Estados Unidos, seja para João Antônio no Brasil, como perda de tempo – senão como fuga da realidade. Aparentava um regresso a Émile Zola, 1868, prefácio de *Thérèse Raquin*, pregando uma escrita que seja *cópia exata e minuciosa da vida humana*, contanto que dessa vez a elevasse ao máximo, por meio da não-ficção³³⁵. Ao descartar todas as operações teórico-conceituais como diligência ou zelo setencioso, advogava-se, como no caso da “ingenuidade victoriana”, por uma experiência realista carente de mediações com a realidade³³⁶. Um século depois de Humboldt e Ranke, o pacto ficcional era novamente mantido pelo selo daquilo que “realmente aconteceu”³³⁷.

Como já advertiu Ian Watt, a relação entre o realismo filosófico e sua contrapartida literária deve ser meramente analógica. “O que é importante no realismo filosófico para o romance”, anotou em seu *Rise of the Novel*, “é mais a moderação geral do pensamento realista, os métodos de investigação que utiliza e os problemas que levantou”³³⁸. Em resumo: a primeira noção, ao que nos consta “filosófica”, é

³³³ Nos anos noventa, Gay Talese já lamentava o esgotamento do gênero que o consagrou: “(...) me vejo na contingência de admitir, com tristeza, que aquelas notáveis matérias do passado (apuradas à exaustão, organizadas de maneira criativa, distintas pelo aspecto e pelo estilo) agora estão cada vez mais raras, em parte devido à relutância dos editores de revistas em financiar os custos crescentes desse tipo de trabalho (...)”. TALESE. op. cit. 508

³³⁴ Ver as primeiras páginas de BELO, Eduardo. *Livro-reportagem*. São Paulo: Editora Contexto. 2006. Confira também o capítulo V: “teoria é bom, mas prática é melhor”. pp 67-126.

³³⁵ “Une copie exacte et minutieuse de la vie humaine” ZOLA, Émile. Préface de Thérèse Raquin. O texto de 1868 está Disponível para consulta na rede, através do endereço que segue: http://fr.wikisource.org/wiki/Thérèse_Raquin#Pr.C3.A9face_de_la_deuxi.C3.A8me_.C3.A9dition acesso em 04/02/2010

³³⁶ Sobre o debate da “ingenuidade victoriana”, ver LEVINE, George. *The Realistic Imagination. English Fiction from Frankenstein to Lady Chatterley*. Chicago: University of Chicago Press. 1981. p 12

³³⁷ WOLFE. op cit. 57

³³⁸ WATT, Ian [1957]. *The Rise of the Novel. The Novel. An Anthology of Criticism and Theory 1900–2000*. Ed. D. Hale. Oxford: Blackwell. 2006. 464. Existe tradução em português: WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

relacionada à epistemologia; a segunda, aquela que de fato aqui interessa, à estética³³⁹. De todo modo, o realismo como técnica, seu *emprego formal*, fora muito bem notado por Eduardo Bueno quando ele resolveu definir o *new journalism* como tão somente “a aplicação de técnicas ficcionais a textos de não-ficção”³⁴⁰. Anos mais tarde o autor da *Terra Brasilis* encontraria adaptação para alguns desses recursos em seus textos sobre história. Afinal, Peninha sempre foi “gritantemente influenciado pelo *new journalism*”³⁴¹.

3.5 Abrindo o caminho para uma narrativa jornalística da história

Literatura em todas as formas, ficção ou não ficção, parece ter perdido terreno dentro da vida intelectual, mas se algum tipo de escrita pode competir com o cinema e a televisão, *para não dizer palavra sobre a história*, a sociologia popular ou a psicologia e mesmo o jornal diário, esse tipo parece ser a escrita de não-ficção

Ronald Weber, *The Literature of Fact*³⁴²

Se Ronald Weber não diz palavra sobre a história, digamos algumas. No final dos anos 60 e durante a década seguinte, quando a literatura de não-ficção exercida pelo chamado Novo Jornalismo batia à porta dos lares americanos, na França observava-se o sucesso midiático daquela que ficou conhecida como a terceira geração dos *Annales*³⁴³. E não aconteceu apenas lá: o impacto de uma “Nova História” foi sentido em grandes partes do planeta, muitas vezes associado a uma clivagem culturalista mais ou menos centrada no interesse pelas mentalidades³⁴⁴.

Como explicar o surto desse outro tipo de “literatura de não-ficção”, ou seja, de uma prática dedicada ao estudo, compreensão e apresentação do passado às grandes

³³⁹ O realista, o grande realista, possuía autoconsciência dos limites de seu aporte com o mundo exterior. Os grandes, inclusive, sempre jogaram com isso a seu favor (exemplo: Machado de Assis, através do defunto Brás Cubas, conversando com o leitor sobre a ponta de seu nariz). Por isso insisto: a dita ingenuidade victoriana é maliciosa. É método, técnica, não epistemologia.

³⁴⁰ BUENO, Eduardo. O velho new journalism... p 7

³⁴¹ BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010.

³⁴² WEBER. op. cit. p 9 Grifos meus

³⁴³ Sobre essa periodização geracional, ver BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

³⁴⁴ Os exemplos são inúmeros, de modo que só recorrerei a dois dos mais célebres autores. Na Itália, o primeiro livro de Carlo Ginzburg fazia uso conceito de mentalidades, ver GINZBURG, Carlo [1966]. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988 (embora no mais famoso estudo posterior, Ginzburg utilize a categoria de modo crítico). Ainda nos anos oitenta, os trabalhos de Robert Darnton poderiam formar um bom exemplo da tentativa de uma história das mentalidades fora da França. Ver DARNTON, Robert [1984]. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Editora Graal. São Paulo. 2006.

audiências mundiais? Proponho pensá-lo como mais um curioso resultado da aceleração do tempo. Quando L.P. Hartley acreditava ser mais fácil discorrer sobre o passado, falava das inúmeras mudanças do pós-guerra, da dificuldade de acompanhar a cadência do presente, refletir sobre ele e, principalmente, transcende-lo. À era de promessas que se anunciava com o século XX, às vésperas dos distantes anos 1900, seguiu-se a frustração de todas suas expectativas, ao acúmulo de experiências que, nos personagens de *The Go-Between*, pode ser entendida como uma metonímia de toda civilização ocidental.

Com o presente em constante modificação (mesmo que transmitindo, aos poucos, o sentido do futurismo para o de um presentismo) tornava-se difícil empreender sua análise realista sem cair em fórmulas e modelos por demais experimentados. Neste primeiro momento, ao escritor parecia necessário voltar a dias já decorridos; afinal, apenas neles ainda existiam aventuras a serem vividas e promessas a serem cumpridas. Mesmo quando se escrevia sobre o futuro, como no caso de Philip. K. Dick, sua representação aparecia como uma antecipação social da contemporaneidade que o descrevia.

No pós-guerra, como vimos, no entanto aumentaram as demandas por uma literatura capaz de suprir o vácuo deixado pelo esgotamento do romance realista. Quem tentou cumprir esse papel foram os jornalistas, fazendo uso das técnicas de reportagem associadas às literárias e, de posse delas, incentivando abordagens factuais da realidade. Neste segundo momento, o editor da *Esquire* chegaria a insinuar que a arte, com seu ritmo lento e artesanal, havia perdido os meios mais adequados e convincentes de se adaptar o registro do mundo ao passo de sua aceleração; o “novo jornalismo”, mais dinâmico, moderno e industrial, deveria herdar o seu lugar.

Em um terceiro momento, a expansão do mercado de não-ficção pode ter alcançado as ciências sociais, a psicologia e mesmo a história. A emergência e popularidade de uma “Nova História”, vinculada à terceira geração dos *Annales*, seria no mínimo uma coincidência embaraçosa. Caso nos propusermos, em compensação, trabalhar a idéia de uma quarta linhagem surgida já nos anos oitenta, devemos atentar para o estranho – e de certa forma melancólico – destino dos *lugares de memória* de Pierre Nora³⁴⁵. De um começo ambicioso, formulados como instrumentos que

³⁴⁵ Uma história que “por virtude de seu conceito, método e mesmo título, seja uma história do tipo contracomemorativo”. NORA, Pierre. *L'ère de la commémoration*. In: *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992/1997, v. 3. P 4697. Para Andreas Huyssen, os lugares de memória “compartilham a sensibilidade compensatória que reconhece uma perda de identidade nacional e comunitária, mas crê na

propunham ressaltar a distância crítica, terminam apoderados pela memória e, pior, travestindo-se no “principal instrumento da comemoração”³⁴⁶. Aquele que deveria ser o maior feito dos franceses desde *Faire de l’histoire* aparentemente fracassou³⁴⁷. O êxito editorial da historiografia dos *Annales*, sua insistência na reconstrução de quotidianos perdidos, por vezes aproximando-os do retrato de mundos etnograficamente exóticos, por outras ponderando a historicidade da lembrança, foi seguido rapidamente por ondas de memória³⁴⁸.

De certa maneira essas tendências memorialistas – e com elas, a era das comemorações de que tanto nos falava Nora – aquinhoaram os esforços conceituais da historiografia, aspiraram seus resultados, fazendo um uso completamente diferente do passado por ela posto em registro. Essa dinâmica pode atestar, por um lado, uma obsessão pública pelo passado, mas, por outro, também a incapacidade (ou desinteresse) da história acadêmica em cumprir o papel de narrar a continuidade da experiência humana no fluxo do tempo. Com a historiografia profissional fazendo coro à alta literatura – centrando-se nas descontinuidades, mudanças e rupturas – a tarefa de desenhar identidades retorna, como se viu no primeiro capítulo, à memória.

O jornalista, aluguel-baixo, motivação descritiva alta, não encontraria muitas dificuldades para configurar sua escrita dentro dos padrões sedutores do memorialismo. Sem o peso disciplinar de uma “debilitante autoconsciência”, encontrava-se livre para, tão somente, narrar o passado a partir de uma oportunidade comemorativa. A efeméride é dessa forma assimilada como um mote editorial capaz de transformar o ontem em notícia, a história colonial em atualidade. Com ela chegava ao mercado um produto para ser comercializado e consumido pelas demandas identitárias dos mais variados grupos que habitam a *federação da memória*. A narrativa jornalística da história, se é que podemos pensar como acima, manifestar-se-ia enquanto gênero historiográfico comemorativo *par excellence*.

nossa capacidade de compensá-la de algum jeito”. Ver HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquiteturas, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p 29.

³⁴⁶ NORA, Pierre. 1992/1997. p 4687

³⁴⁷ Sobre o ambicioso projeto dos lugares de memórias, Paul Ricoeur comenta que “à segurança do tom do primeiro capítulo sucede a exasperação suscitada pelo confisco do tema por parte da paixão de comemoração”. RICOEUR. 2007. p 412

³⁴⁸ Sobre os “aspectos nostálgicos e contemplativos da historiografia da ‘nova história’” ver REAIS, José Carlos. Tempo, história e evasão. CAMPINAS, SP: Papyrus. 1994. pp 165-190. Apud ARAUJO, Valdei Lopes. *Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht*. In: *Varia História*. Belo Horizonte. Vol. 22. N 36. Jul/Dez 2006. p 326

3.6 Experiência do tempo e modos de narrar o passado

“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Com essas duas categorias, a que chamou de antropológicas ou meta-históricas (pois acreditava remeterem a uma condição humana universal), Reinhart Koselleck propunha compreender os processos de determinação entre passado e futuro, dentro dos quais viria a se constituir “algo como um ‘tempo histórico’”³⁴⁹. A primeira categoria, *experiência*, farias as vezes do “passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”. A segunda, *expectativa*, “também se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado”³⁵⁰.

Anos mais tarde, François Hartog, leitor atento de Koselleck, uniria as categorias de *experiência* e *expectativa* à reflexão de Marshall Sahlins sobre a percepção do tempo entre os *Kauai*, habitantes do Havaí no século XVIII³⁵¹. Com esse diálogo entre antropologia e história, Hartog propôs identificar a existência de maneiras diversas de se experimentar, perceber e agir sobre o tempo, o qual deveria determinar diferentes *ordens*, isto é, formas históricas de organizar as noções de presente, de passado e de futuro. Para analisar a manifestação dessas ordens do tempo, Hartog propôs então seu instrumento heurístico: regimes de historicidade³⁵².

Koselleck já havia afirmado que “na era moderna, a diferença entre expectativa e experiência aumenta progressivamente”, ao limite da ruptura, com a identificação da vida humana em um *tempo novo*, aquele do progresso e da aceleração. “Ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as

³⁴⁹ KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/PUC-Rio. 2006. p 16

³⁵⁰ KOSELLECK, Reinhard. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/PUC-Rio. 2006. p 309

³⁵¹ François Hartog explica que já tinha esbarrado na idéia de regimes de historicidade ao ler a investigação de Marshall Sahlins acerca das formas de história próprias às ilhas do pacífico. O antropólogo americano afirmara que aqueles povos possuíam uma visão temporal que não respeitava as distinções ocidentais entre passado, presente e futuro. Hartog, por sua vez, ao refletir sobre o mundo pós-1989, chegara, surpreso, a mesma conclusão. Neste ponto, ele já havia se familiarizado com as categorias de horizonte de expectativa e espaço de experiência tal como as trabalhou o historiador alemão Reinhart Koselleck. Esses conceitos, aplicados ao problema do presentismo, permitiram um diálogo entre Koselleck e Sahlins, entre a história e a antropologia. Ver HARTOG, François. *Regimes d'historicité: Présentisme et expérience du temps*. Éditions du Seuil. Paris, 2003. Principalmente pp 33-51

³⁵² Esse esforço foi, antes de mais nada, uma tentativa de problematizar a própria temporalidade, seguindo o caminho que lhe foi aberto há algumas décadas pelas provocações de Michel de Certeau. “A objetivação do passado”, escrevia o autor de *A escrita da história*, “fez do tempo o impensável de uma disciplina que não cessa de utilizá-lo como um instrumento taxonômico”. CERTEAU. op. cit. p 68

expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”, acentuava o autor de *Futuro Passado* ³⁵³.

Assim como Koselleck, Hartog defendeu que a experiência do tempo moderna é marcada por uma palavra: aceleração. Aceleração dos acontecimentos, da percepção da realidade, da informação e, por fim, do próprio futuro. De uma ordem do tempo marcada pela espera, por uma cosmogonia escatológica na qual o homem é passivo frente à passagem dos anos, chega-se a idéia de que a humanidade não apenas faz parte da história, como, de todo modo, a fabrica. O regime de historicidade moderno encontra o ápice de sua manifestação frente às grandes revoluções, processos nunca antes tentados, nos quais nada ou muito pouco se sabia dos resultados e, por esse mesmo motivo, depositavam-se enormes esperanças. Esperanças de mudar o mundo, colocá-lo de cabeça para baixo, inscrever nele uma nova ordem política.

Nova ordem do tempo, igualmente. A aceleração proporcionou à historiografia a percepção de que o passado, personificado nos exemplos da *historia magistra vitae*, já não era mais a temporalidade determinante. Mas ela, da mesma maneira, ao carregar em si todas as esperanças e anseios da modernidade, pouco a pouco, proporcionou ao futuro a sensação trágica do alargamento do presente. O acúmulo da experiência, registros do impossível ou imponderável, minou paulatinamente as promessas esclarecidas com os signos da utopia estraçalhada. O *espaço de experiência*, antes um recipiente vasto, sedento pela vida e pela história, agora se encontra delas apinhado, quase transbordante, a ponto de obstruir a visão de nosso *horizonte de expectativa*.

Brechas puderam ser sentidas na aceleração da modernidade e, com elas, manifestaram-se paulatinamente os sintomas de uma crise do tempo. A queda do muro de Berlim, em 1989, não significou apenas a desintegração de um regime ou ainda a vitória de um sistema econômico sobre o outro. Marcou também o esfacelamento do projeto comunista de um por vir revolucionário. Deficiência do amanhã evidenciada por F. Furet em 1995, quando falava da “ameaça da incerteza” que se unia ao “escândalo de um por vir fechado” ³⁵⁴. Mas elemento já presente nos críticos da modernidade ao longo de todo o século XX: com Walter Benjamin e Paul Valéry, a continuidade e os processos dão lugar às descontinuidades e rupturas ³⁵⁵. Intuição também acompanhada

³⁵³ Idem. p 314.

³⁵⁴ FURET, François. *Le Passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XXe siècle*, Paris. Robert Laffont. Calmann-Lévy. 1995. P 808. Apud HARTOG. 2003. p 13.

³⁵⁵ STÉPHANE, Mosès. *L'ange d'histoire*. Rosenzweig, Benjamin, Scholem. Paris. Ed Du Seuil. 1992. Apud HARTOG. 2003. p 13.

por Lucien Febvre e Hannah Arendt, ela encontra sua força máxima no maio de 1968, quando o conceito de progresso encontra forte contestação.

Do futurismo passou-se a um momento presentista. Essa é a conclusão de Hartog em seu, digamos, trabalho de continuação dos pressupostos koselleckianos. Embora ele trate a formulação de um novo regime de historicidade calcado no hoje apenas como uma hipótese, para o historiador francês o futuro encontra-se bloqueado e a história já aparece como um imenso presente. “Eu, assim como muitos outros, observo a rápida ascensão da categoria do presente diante da imposição de um presente onipresente. É a isso que nomeio presentismo”, escreveu³⁵⁶.

As principais conseqüências apontadas por François Hartog dizem respeito a aspectos bastante práticos e visíveis em nossas vidas diárias. Ao problema da *World Heritage*, da preservação dos vestígios de outras ordens do tempo, somam-se as preocupações contínuas de a tudo arquivar. Em um debate com os *lugares* de Pierre Nora, o autor de *regimes de historicidade* chega a dizer que o patrimônio aparece como alterego da memória. No caso da historiografia, mais precisamente, observamos o surgimento de uma história do tempo presente, ainda nos anos 70, do abraçar caloroso dos deveres de memória e da ascensão e predomínio dos instintos comemorativos³⁵⁷.

Mas estaria a história acadêmica respondendo completamente a esse possível novo regime de historicidade? Ou ainda resistindo-lhe, de alguma forma através de sua memória disciplinar, dos instrumentos de mediação com o passado que ainda não permitem a subsunção total de sua lógica às demandas do presente?

Nos Estados Unidos, e na literatura histórica de língua inglesa em geral, o emprego do termo “presentismo” (*presentism*) talvez seja mais antigo do que na França. Possui, em igual medida, um sentido tanto diferente, embora não seja de todo contraditório àquele esboçado por Hartog. Robert Darnton, na introdução de seus *Dentes Falsos de George Washington*, oferece alguns indícios dessa discussão. Mostra que a palavra – da maneira como é pensada na academia norte-americana – revela um tipo de anacronismo. “Não cometerás anacronismo”, explana Darnton, “é o primeiro mandamento do historiador”. “O perigo do ‘presentismo’, como às vezes é chamado, é mais insidioso do que parece”³⁵⁸.

³⁵⁶ HARTOG. 2003. p 18.

³⁵⁷ A pulsão de tornar a realidade histórica já no imediatismo de sua ocorrência levou ao aparecimento do famoso artigo: NORA, Pierre. *Le retour de l'événement*. In: *Faire de l'histoire*. Paris. Gallimard. 1974

³⁵⁸ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. Companhia das Letras. São Paulo. 2003. p 10

Anos antes, ainda no início da década de 70, David Hackett Fisher publicou um polêmico estudo consagrado a catalogar, depurar e denunciar os falsos argumentos utilizados pelos historiadores. Dentre as “falácias de narração”, figurava, em destaque, aquela do presentismo. Vejamos como o historiador norte-americano conceitua o problema:

*A falácia do presentismo é uma forma complexa de anacronismo no qual o antecedente numa narrativa é falsificado ao ser definido ou interpretado nos termos do conseqüente. Às vezes chamado de falácia do *nunc pro tunc*, trata-se da idéia equivocada de que a maneira mais correta de se fazer história é podando os galhos mortos do passado e preservando os botões e brotos verdes que cresceram dentro da floresta negra de nosso mundo contemporâneo.*³⁵⁹

Pode-se dizer que o historiador presentista garatujou, mesmo que de modo intuitivo, uma narrativa ou descrição que sublinha os elementos do passado numa analogia direta ao presente. “Podar os galhos mortos”, resguardando o cultivo dos “brotos verdes” que encontram terra fértil dentre as pautas do nosso cotidiano significa exercer não apenas um tipo específico de seleção factual, mas, igualmente, de ênfase ou mesmo significação. O “método presentista”, para David H. Fisher, abusa da historicidade ao coibir seus rumos em nome da “relevância e utilidade” dos assuntos pretéritos³⁶⁰. Em outras palavras, essa visão propõe um uso do passado no qual a referência centrípeta é aberta ou de modo velado os dias presentes.

Mas o escritor presentista tende a criar uma forma sedutora de narração. Ela implica em uma “simetria retrospectiva”, ou seja, em uma relação perfeita entre o ontem e o hoje³⁶¹. Em suma, representa uma continuidade histórica desprovida de mediação. Torna com isso o passado acessível, simples, matéria de fácil compreensão: afinal, ele não é mais do que um espelho de hoje. Talvez por seu caráter simplificador, “a falácia do presentismo é uma falha comum na escrita da história quando realizada por pessoas que nunca foram treinadas na disciplina”³⁶². “Poucos historiadores” – desabafaria Robert Darnton – “garimpam o passado em busca de lições morais ou imaginam Washington como um de nós, vestindo trajes de época”³⁶³. Finalmente, como cogitou

³⁵⁹ FISCHER, David Hackett. *Historians' Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought*. New York: Harper Torchbooks, 1970. p 135

³⁶⁰ FISHER. op. cit. p 136

³⁶¹ Idem. p 140

³⁶² Idem. p 137

³⁶³ DARNTON. 2003. p 10

David H. Fisher, “com os historiadores começando a encher suas monografias com análises cada vez mais sofisticadas, as tentações por essas espécies de simplicidade tendem a diminuir”³⁶⁴.

Leitora de Benedetto Croce, a tradição historiográfica norte-americana também compartilhou das preocupações de Lucien Febvre – para quem o anacronismo é “o pecado mais imperdoável de todos” – como demonstrou a paráfrase de Darnton³⁶⁵. Desde cedo, pois, os historiadores daquele país denunciaram o presentismo como uma prática subjetivista, avessa aos esforços disciplinares pela busca de um conhecimento objetivo da história³⁶⁶. Esse nobre sonho, embora devesse ser perseguido, todavia era em muitos aspectos já visto como irrealizável; mais ainda, observar o passado de uma posição totalmente desconexa daquela do presente poderia soar como uma falácia antiquarista³⁶⁷.

Como diria mais tarde Bernard Bailyn, sempre existe a necessidade de extrair do passado “algum tipo de suporte para os problemas contemporâneos, alguma mensagem, comentário ou instrução para a era do escritor, e assim ver refletidos no passado aspectos familiares do presente”³⁶⁸. Mas a esse procedimento deveria se unir um controle crítico. Nos mesmos padrões defendidos por Darnton, essa maneira de agir envolveria “subjugar o elemento presentista implícito em qualquer retrato do passado tomando consciência dele e colocando-o bem à vista”³⁶⁹. Para fugir das seduções do presentismo, sem, no entanto, cair nos desígnios diletantes do antiquário, ou, ainda pior, no *othering* ou *passéisme* delirante frente aos mundos que já se foram, uma palavra tornar-se-ia essencial: mediação³⁷⁰.

³⁶⁴ Idem. p 139

³⁶⁵ Sobre a frase de Febvre a respeito do anacronismo, ver FEBVRE, Lucien. *Le Problème de l'incroyance au XVIIe siècle*. La Religion de Rabelais. Paris, A. Michel, 1962. p. 6. Sobre a famosa sentença de Benedetto Croce, de que “toda história é história contemporânea”, conferir: CROCE, Benedetto. *A História, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. Poderíamos também citar a posição de COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Presença. 1981. Para Peter Gay, Collingwood seria igualmente um dos representantes da postura intelectual “presentista”. Conferir: GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, especialmente o capítulo conclusivo, pp. 167-196.

³⁶⁶ Na historiografia americana, essa discussão pode ser recuada até o artigo de BEARD, Charles A. *That Noble Dream*. In: *The American Historical Review*, Vol. 41, No. 1. (Oct., 1935), pp. 74-87.

³⁶⁷ David Hackett Fisher afirma que a falácia do antiquário é, justamente, o oposto da falácia do presentista. Ver FISHER. op. cit. p 140-142

³⁶⁸ APUD WOOD. op. cit. 293

³⁶⁹ DARNTON. 2003. p 11

³⁷⁰ Escreve Darnton: “Também podemos ser capazes de combater uma ameaça que vem do extremo oposto, e que os franceses chamam de *passéisme*. Uma obsessão pelo passado pode distorcê-lo ao amplificar tudo o que o torna peculiar e ao dar um destaque desproporcional a suas singularidades. Esse pecado recebe um nome diferente entre os antropólogos: *othering* (“alterização”). Idem. *Ibidem*.

“Mas esse compromisso”, sempre conceitual e dado à reflexão teórica, “tem um preço, pois os historiadores profissionais freqüentemente escrevem uns para os outros, isolados do público em geral por um muro protetor de erudição”³⁷¹. Para aqueles que não devem a Clio senão um baixo aluguel, tal compromisso soaria fútil, impróprio, senão mesmo como afetação. O desafio de tornar a história acadêmica acessível se torna mais simples na medida em que propõe desvinculá-la de todo seu éthos-profissional. É por isso que Eduardo Bueno alega sempre ter se declarado um jornalista: “não para me proteger, mas para proteger o trabalho do historiador, que não pode usufruir das vantagens que eu posso me dar o luxo de empregar”³⁷².

3.7 Presentificação do passado

Os empenhos da historiografia norte-americana compilados logo acima podem ser entendidos como tentativas de responder a uma crise no tempo: aquela mesma retratada por François Hartog, da aceleração e das suspeitas sobre o realismo, a qual se arrastou ao longo da modernidade e ganhou força durante o século XX. A crítica do presentismo proclama os domínios de uma disciplina que se constrói não apenas com sua visão de futuro – a de se fazer ciência – mas também através da permanência de seus avanços passados e presentes. O progresso das pesquisas, seus caminhos transformados em métodos, suas conclusões em conceitos, serão lembrados e codificados em uma forma de memória disciplinar a qual os historiadores com freqüência e de modo tanto livre chamam de teoria da história. Como saber-poder, essa teoria não suporta negações, por mais fascinantes e atraentes que sejam, chegando mesmo a arremessá-las para fora da catedral da razão classificando-as entre “falácias”.

Mas o fascínio pelo passado recrudescer. “Os prospectos de ruína econômica, sangria de recursos, de holocausto nuclear, fazem do passado um paraíso crucial”³⁷³. Com a frustração das promessas da modernidade nossa relação frente aos dias pretéritos se torna de todo diferente. O que antes era uma “vaga cultura nostálgica transforma-se” agora “em um *desejo de viver no passado*”. Mas não, não se trata mais “do passado profundo da cultura histórica”, e sim de “um tipo de passado superficial, caracterizado por sua materialidade e possibilidades de usos em cenários de simultaneidade de

³⁷¹ Idem. Ibidem.

³⁷² BUENO, Eduardo. *Entrevista ao autor*. Março de 2010.

³⁷³ LOWENTHAL. op. cit. p 11

referências”³⁷⁴. Se o passado é um país estrangeiro, satiriza David Lowenthal, “a nostalgia fez dele o país estrangeiro com o melhor mercado turístico do mundo”³⁷⁵.

Presentificar cenários e personagens que se foram, ações que se desenrolaram, tal é o desafio que se propõe o jornalista. E ele o toma no momento certo. Uma vez que nossa experiência com o tempo – considerada como fundamento das identidades presentes – parece em crise, a narrativa jornalística oferece um *pharmakon* aos colapsos identitários que vivenciamos “como resultado das mudanças dramáticas que quase literalmente nos dilaceram do passado”³⁷⁶.

A força das produções de presença realizadas no texto jornalístico é voz que ignora as recomendações de Gumbrecht³⁷⁷. Sobre a via do confronto dos estudantes e leitores com “amostras da condensação” da complexidade do passado, capaz, inclusive, de oferecer novas perspectivas ao espaço de experiência, nada haverá, senão apenas porções fortuitas retiradas de citações acadêmicas; alusões que sem demora são “traduzidas” ao grande público através de vocábulos capazes de solucionar a estranheza do ontem através do senso comum contemporâneo.

Voltemos, simplesmente então, à “aplicação de técnicas ficcionais a textos de não-ficção”. Tom Wolfe, o “Andy Warhol das letras”, o homem que “incorporou as latas de sopa Campbell, as cintilâncias do neon, o tilintar do dinheiro fácil, o colorido faiscante do imaginário pop (...) ao vocabulário contemporâneo” – este homem não acreditava na plausibilidade da idéia romântica de gênio³⁷⁸. Naquele ideário arcaico, embora predominante entre os beletristas, “o artista era visto como uma fera sagrada que, de alguma forma (...) recebe relances da divindade conhecida como criatividade”³⁷⁹. Não, para Tom Wolfe o “poder extraordinário” do escritor repousava sobretudo na

³⁷⁴ ARAUJO. op. cit. p 320 “Esse desejo de viver no passado, em grande parte sufocado pela obsessão com o futuro (...) é liberado quando o futuro é esvaziado de seu caráter emancipador”.p 322

³⁷⁵ LOWENTHAL. op. cit. p 4

³⁷⁶ ZERUBAVEL, Eviatar. *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*. University of Chicago Press: Chicago and London. 2003. p 38

³⁷⁷ Lembremos que, para Gumbrecht, o objetivo principal do acadêmico deve ser o de “confrontar estudantes com a complexidade intelectual, o que significa que gestos demonstrativos (deictic gestures) – ou seja, amostras da condensação ocasional dessa complexidade – são no que devemos realmente nos focar”. GUMBRECHT. 2004. p 95

³⁷⁸ O perfil é de BUENO, Eduardo. *O velho ‘new journalism’ está de volta*. Zero Hora, Porto Alegre, 10 abr. 1994, Segundo Caderno. p 9

³⁷⁹ WOLFE. op. cit. p27

aplicação de quatro recursos. Vejamos como podemos pensar cada um deles aplicados à narrativa histórica de Eduardo Bueno.

A técnica básica, segundo Wolfe, é a construção cena-a-cena, contar a história passando de cena para cena recorrendo o mínimo possível à narrativa linear. Bueno utiliza largamente esse procedimento, diversas vezes emulando e reescrevendo passagens escritas por historiadores tradicionais. Todos os quatro volumes da coleção *Terra Brasilis* começam com prólogos. Mesmo que não sejam assim chamados, eles introduzem a temática de cada livro, adiantando-lhe os personagens, tecendo o clima da intriga e o colorido dos cenários; o expediente é amarrado ao longo das páginas, materializando-se em “pontos de mudança” narrativos que desabam em digressões para, mais além, retomar a linha de Ariadne. O ponto-zero de *A Coroa, a Cruz e a Espada*, para citar exemplo, é reeditado a partir de obra clássica sobre a cidade de Salvador:

Restavam apenas destroços. Ainda assim, tão logo a caravela comandada por Gramatão Teles contornou a ponta do Padrão e penetrou na baía de Todos os Santos, o capitão e seus homens avistaram a Vila do Pereira – ou o que sobrava dela. (...) Antes mesmo de desembarcar, os recém-chegados *devem ter percebido que*, virtualmente, nada poderia ser aproveitado do vilarejo que fora a sede da capitania da Bahia. (...) As casas de barro e palha haviam sido arrasadas, e as casas de pedra, chamuscadas e sem telhado, só abrigavam insetos. *Quando o vento soprava de sudeste, portas e janelas batiam lugubrememente.*³⁸⁰

O jornalista reescreve essa passagem de acordo com a narrativa inicial de Edson Carneiro, *Cidade de Salvador*, obra muito citada e referenciada nos últimos dos livros da coleção. “Pouca cousa restava da capitania da Bahia à chegada de Gramatão Teles, emissário do rei, com uma carta para Diogo Álvares, anunciando a vinda do governador”, havia escrito o historiador baiano³⁸¹. Bueno, como se nota, inclui nesse prólogo uma série de elementos ficcionais amarrados a uma lógica de probabilidades, como janelas batendo e a possível percepção dos personagens envolvidos no evento. Algo muito similar se sucede duas publicações antes, em *Náufragos, Traficantes e Degredados*:

A praia estava deserta. Não havia ninguém ao longo da enseada e nem nas matas que a cercavam. A areia, porém, se encontrava repleta de pegadas, num sinal claro de que a terra era habitada. Tal evidência não impediu que os marujos recém-

³⁸⁰ BUENO. 2006. p 23 Grifos meus

³⁸¹ CARNEIRO. op. cit. p 2

desembarcados gravassem seus nomes e o de seus navios nas árvores e nas rochas costeiras e, a seguir, imprimissem o dia, o mês e o ano de seu desembarque, tomando posse daquele território em nome da Coroa de Castela.³⁸²

A descrição dessa cena, seguida de uma digressão narrativa que a contextualiza, visava introduzir o fato de que em “26 de janeiro de 1500 (...) os homens chefiados pelo capitão Vicente Yañes Pinzón tinham acabado de descobrir o Brasil”³⁸³. Ao que parece retomada das observações do almirante Max Justo Guedes, essas informações funcionam igualmente como prólogo de um dos livros de Bueno – e são igualmente recheadas de conteúdos senão intuídos das fontes os quais, sem timidez, funcionam como elemento extra-referencial para um “efeito de realidade” diante do leitor.

O segundo recurso – o diálogo realista – não pode ser reconhecido na coleção *Terra Brasilis* senão de modo completamente indireto, críptico ou mesmo abstrato. Bueno, contudo, descreve com minúcia as cenas nas quais possíveis diálogos aconteceram. Com isso, cerca seus significados e remete à imaginação do leitor a construção da ordem das falas, ajudando a pressentir nas fontes seu conteúdo e sentido através de comentários tecidos em parágrafos imediatamente posteriores.

Durante essa caminhada, o rei permitiu que Pedro Álvares Cabral se mantivesse ao seu lado. D. Manoel e o homem que ele escolhera para comandar aquela nova viagem haviam tido várias entrevistas privadas. Cabral fora informado de que o primeiro objetivo de sua missão era impressionar o Samorim com a pujança da frota lusitana³⁸⁴

Após a composição dessa cena, o autor faz rápida citação das fontes e retorna ao fio condutor do texto com ponderações a respeito do episódio. Em outras partes da *Coleção*, trocas de informação entre os personagens têm suas conseqüências debatidas diretamente através das fontes. Logo depois de citar um trecho da *Lettera* de Américo Vespúcio para Piero Soderini – “nessa costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil” – Bueno afirma que “deve ter sido exatamente esse o teor do relatório” que o navegador italiano “entregou para o rei D. Manoel, em julho de 1502, logo após desembarcar em Lisboa”³⁸⁵.

³⁸² BUENO. *Náufragos...* p 11

³⁸³ Idem. *Ibidem*.

³⁸⁴ BUENO. *A viagem do Descobrimento*. p 18

³⁸⁵ BUENO. *Náufragos...* p 57

Mais adiante, já nos *Capitães do Brasil*, o jornalista descreve uma cena na qual os membros do Conselho Real decidem consultar D. Diogo de Gouveia a respeito dos planos franceses em relação ao Brasil. Bueno afirma que “não se conhece a resposta dada por Diogo Gouveia naquela ocasião”. No entanto, adiciona que “não é difícil supor qual tenha sido”. A seguir, recorre às fontes para presumir a opinião de Gouveia, aparentemente favorável às “ofertas particulares para colonizar” a América como forma de manter a nova colônia protegida do assédio dos entrelopos vindos da França³⁸⁶.

O terceiro recurso considerado por Wolfe como indispensável para o escritor de não-ficção é o chamado “ponto de vista da terceira pessoa, a técnica de apresentar cada cena ao leitor por intermédio dos olhos de um personagem particular, dando ao leitor a sensação de estar dentro da cabeça do personagem”³⁸⁷. Embora ainda mais improvável do que o uso de diálogos, alcançar mesmo que de longe um tímido “fluxo de consciência” é ambição constante do jornalista. Sem abrir mão de fazê-lo dentro da segurança de uma lógica das probabilidades, o que lhe confere certa legitimidade autoral, Bueno no entanto arrisca-se a atribuir significados aos “silêncio das fontes”³⁸⁸. Essa vontade de conhecer os personagens do passado, retratar, quando possível, seu perfil psicológico e entender seus sentimentos e emoções é um dos elementos que aproxima as figuras históricas do entendimento dos públicos contemporâneos.

Se não vejamos. Em *Capitães do Brasil*, Eduardo Bueno anota que seria “impossível conjecturar o que Duarte Coelho, o donatário de Pernambuco, pensou ao se encontrar com Aires da Cunha, ao final da manhã de 1536, quando o velho companheiro de armas aportou em frente a Olinda comandando uma enorme frota”. Cunha estava “encarregado da arriscada mas fascinante missão de conquistar o Peru pela via do Amazonas”. Precisamente aqui o jornalista, sempre simpático à pessoa do capitão pernambucano – como vimos um de seus heróis – considera “justo supor que Duarte Coelho sentisse uma pitada de inveja com relação ao objetivo de Aires da Cunha”³⁸⁹.

De um lado, o senhor de Olinda representaria – ao que indica a interpretação de Bueno um tanto contra sua vontade – o sedentarismo e a “resignação”. De outro, Aires da Cunha – “o velho companheiro de armas” – era o “espírito da aventura”, a “audácia” tão admirada pela saga eminentemente romanesca dos primeiros títulos da *Terra Brasilis*. A inveja de Coelho demonstrava, ainda, a tensão existente em uma das origens

³⁸⁶ BUENO. *Capitães do Brasil*. p 71

³⁸⁷ WOLFE. op. cit. p 54

³⁸⁸ Expressão utilizada algumas vezes por Bueno. Ver, por exemplo: 2006. p 68

³⁸⁹ BUENO. *Capitães do Brasil*. p 174-175

poéticas da formação portuguesa e quem dera brasileira: aquela advinda do choque de “duas visões de vida que, embora divergentes, sempre haviam caminhado juntas na história de Portugal, e que tinham ajudado a forjar a alma da nação”³⁹⁰.

Do mesmo modo, quando traça o perfil de Diogo Álvares, o Caramuru, Bueno ressalta que “é difícil imaginar o que um homem como ele, isolado no Novo Mundo havia quatro décadas (...) há de ter sentido ao receber, nos confins da América portuguesa, um comunicado lacrado com o selo de rei”. Logo a seguir, apesar desse recuo inicial e estratégico, o autor da *Coleção* sustenta categoricamente que “Diogo Álvares percebeu que (...) era chegada a hora de dar o melhor de si para apoiar o projeto de colonização proposto pelo rei”³⁹¹. A digressão introdutória, sobre a impossibilidade de redesenhar a possível reação do Caramuru frente a atenção que lhe dispensou o monarca, serve tão somente para intimar o leitor ao exercício de imaginação e, desse modo, ingressá-lo emocionalmente dentro do narrativa, constituindo uma trilha direta à experiência de imersão no passado.

“O silêncio das fontes”, escreve com certa dramaticidade, “não impede que se imagine”³⁹². De fato, a imaginação participa ativamente dos rumos narrativos da coleção *Terra Brasilis*. Eduardo Bueno entretém o leitor contando a história da chegada dos portugueses em meio às descrições da beleza natural do Brasil de 1500, imergindo-o dentro dela até que o sinta próximo do passado, mesmo na expectativa do iminente futuro narrativo, e do que estava acontecendo naquele exato instante. A viagem do Descobrimento, os demais quatro livros que a seguem, não chegariam a lugar nenhum sem a participação da imaginação dos leitores.

O que Bueno cria, afinal, não é uma pilha de parágrafos, mas séries emocionais e, por vezes, até mesmo experiências morais que se poderiam quantificar. Mas a condução dessas sensações, o momento certo de cada epifania – “ah! agora me sinto como em 1500!” – é guiada enquanto experiência identitária na medida exata da capacidade narrativa de Eduardo Bueno. “Nenhum documento registra como Pero Fernandes Sardinha se portou durante...” “Mas não restam dúvidas de que...” são frases cuja fórmula paradoxal poderia ser repetida às dezenas, e cujo contexto, neste momento, pouco importa.

³⁹⁰ Idem. p 175

³⁹¹ BUENO. 2006. P 42

³⁹² Idem. p 68

O último recurso literário frisado por Wolfe – a descrição realista – é em toda medida o mais amplamente aproveitado por Eduardo Bueno. Já falamos sobre essa técnica durante as primeiras páginas deste último capítulo. Seria interessante acrescentar ainda que a autópsia – por vezes também “social”, de estilo balzaquiano – é o que permite aos historiadores acadêmicos notar no texto jornalístico um retorno, “pela porta dos fundos”, da “história tradicional, descritiva e linear”, “não pelos fatos políticos chatos, mas pelos agradáveis fatos do cotidiano”³⁹³.

Para Tom Wolfe, trata-se do “registro dos gestos, hábitos, maneiras, costumes, estilos de mobília, roupas, decoração, maneira de viajar, comer, manter a casa (...), além dos vários ares, olhares, poses, estilos de andar e outros detalhes simbólicos do dia-a-dia que possam existir dentro de uma cena”. Empilhar mais e mais detalhes: eis uma obsessão do jornalista literário e, igualmente, do Eduardo Bueno escritor de história. Atentemos senão a uma das centenas de exemplos que nos são disponíveis:

Se assim era no reino, *não é difícil de imaginar* como terá sido em Salvador. Além de escuro, pouco ventilado e diminuto, o espaço interno das residências era despojado. Dentro daquelas paredes de taipa, que raras vezes tinham mais de 40 centímetros de largura, erguidas sobre alicerces também de taipa, havia pequenos tamboretos, uma ou outra cadeira de espaldar com encosto de pele de porco e ‘baús de boi’ (ou couro). Eventualmente, utilizam-se tapetes de pele de onças-pintadas, mas nunca faltava a rede de algodão, chamada ‘rede de bugre’, cujo uso os portugueses tinham aprendido com os indígenas e que, nos trópicos, substituíam, com vantagens, a cama.³⁹⁴

O autor utiliza-se do mesmo recurso descritivo no primeiro título da *coleção*, ao debater sobre os hábitos alimentares e condições de vida a bordo das naus e caravelas à época das navegações; procede de maneira igual no segundo livro, quando fala dos degredados e expedições iniciais etc. Esse modo de explicação já foi chamado por Hayden White de “formista” e identificado pelo autor de *Meta-história* precisamente nos “historiadores romanescos” como Herder, Carlyle e Michelet, ou em “qualquer historiografia em que a descrição da variedade, do colorido e da vividez do campo histórico é tomada como o objetivo central do trabalho do historiador”³⁹⁵. Esse tipo de expediente permite ao leitor reconhecer, nas vidas passadas, elementos análogos a sua (ou a de seus contemporâneos), seja por oposição das circunstâncias de vida, seja por

³⁹³ PEREIRA. op. cit. p 139

³⁹⁴ BUENO. 2006. p 116.

³⁹⁵ WHITE. op. cit. p 29

identificação direta. É o que permite ao escritor, como veremos a seguir, dançar “na ladeira da memória” daquele que posta o olhar dentre suas páginas³⁹⁶.

3.8 Enfim, as origens...

O “pequeno milagre do reconhecimento”, a identificação dos habitantes do hoje, através de suas lembranças pessoais, aos exemplos do passado, parece ser o objetivo final da narrativa jornalística da história. Quanto mais desterramos a “profundidade histórica”, para usar um termo caro a Eviatar Zerubavel, quanto menos, em suma, estendemos as medidas de nossos laços genealógicos, mais conseguiremos solidificar nossas identidades sociais. Ao extremo, chegaremos à velha busca pelas origens (ao momento em que nossa complexidade atual fora reduzida ao mínimo e éramos “todos iguais”), cuja comemoração social não é “de modo algum confinada apenas às nações”³⁹⁷.

Mas não existe uma única origem no Brasil de Eduardo Bueno. É possível encontrar cerca de uma dúzia de momentos primordiais que articulam herança às identidades dos dias atuais. Dessa forma, talvez a *Terra Brasilis* consiga simular a proposta pluralista de Zerubavel em *Time Maps*:

Um balanço histórico mais impassível, não militante e, portanto, imparcial, iria solicitar certa vontade por considerar múltiplas narrativas, as quais inevitavelmente implicariam na possibilidade de contemplar múltiplas perspectivas ao passado.³⁹⁸

O certo é que a narrativa jornalística da história acaba contemplando diversos grupos sociais do presente – quem sabe vários dos habitantes da *federação da memória* brasileira. Essa verdadeira engenharia mnemônica, que joga entre o passado (mesmo que recorrendo à cronologia tradicional como uma espécie de meta-história, ou “lei mascarada”) de maneira a assinalar episódios, esquecer outros, a partir de um conjunto

³⁹⁶ A expressão é de WOLFE. op. cit. p 22

³⁹⁷ ZERUBAVEL. op. cit. p 102 No século XIX, é claro, a busca das origens possuía esse viés oficial. Varnhagen começa o prólogo de sua História Geral do Brasil justamente citando Tocqueville: “Os povos resentem-se eternamente de sua origem” (...) “Estas poucas linhas de autoridade insuspeita”, escrevia o historiador brasileiro, “servirão de carta de recomendação para aqueles que imaginem de menos interesse o estudo de nossa história”. Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil : antes da sua separação e independência de Portugal*. 3. ed.integral São Paulo : Melhoramentos, 1927. VI p VII.

³⁹⁸ ZERUBAVEL. op. cit. p 109

de interesses originais, é o que possibilita ao jornalista solidificar múltiplas trilhas de continuidade³⁹⁹.

Dessa forma, ainda no primeiro livro da *coleção*, a “perspectiva da praia”, em oposição à “perspectiva da proa”, permitiria ao leitor indígena perceber-se no passado no momento da chegada da nau cabralina⁴⁰⁰. Recuando no tempo, as origens do Brasil podem ser captadas também nos primórdios de Portugal⁴⁰¹. O “descobrimento sociológico do Brasil”, frase de Capistrano de Abreu, que “evidentemente coube aos portugueses”, funcionaria como uma terceira origem⁴⁰².

No segundo livro da coleção, os *Náufragos, Traficantes e Degradados*, assim como as viagens dos espanhóis Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe, são tratados como uma quarta origem. Essas figuras obscuras da história do Brasil, “ignoradas pela historiografia oficial”, podem ser consideradas como “os primeiros brasileiros – no sentido literal da palavra”. Pois, “sem a perseverança, o esforço e ambição desse elenco de personagens extraordinários, o destino do Brasil ao longo de suas três primeiras décadas teria sido inteiramente diferente”⁴⁰³.

Investindo em um período de baixa densidade memorial – essas primeiras décadas do século XVI –, nunca antes vistas como “um processo orgânico e coerente, nem narrada com os detalhes e a dramaticidade que a trajetória individual dos homens que a forjaram parece exigir e impor”, Bueno julgava redefinir a topografia do passado: “quase quinhentos anos depois, náufragos, traficantes e degradados ainda não recuperaram seu lugar na história”, disparava⁴⁰⁴. De certa forma, esse ato guarda em si uma curiosa maneira de saciar o velho desejo de integrar os “excluídos” na história, por meio da narrativa jornalística.

Uma quinta origem para o Brasil bueniano pode ser encontrada no projeto português das capitâneas hereditárias, descritas já no terceiro livro da coleção *Terra Brasilis*. Em *Capitães do Brasil*, o Peninha nota que a estrutura fundiária do futuro país, “a expansão da grande lavoura canavieira, a estrutura social excludente, o tráfico de

³⁹⁹ “Lei mascarada” é um dos termos sempre poéticos de CERTEAU. op. cit. p 96 tópico: “Cronologia, ou a lei mascarada”.

⁴⁰⁰ “Abandonando momentaneamente a perspectiva proa, pode-se reler o instante daquele primeiro encontro pela perspectiva da praia, pela ótica daquele grupo de nativos nus que vislumbrou, surpreso, a aproximação de velas enfunadas nas quais se realçava o assombroso símbolo da cruz da Ordem de Cristo.” BUENO. *A Viagem do Descobrimento*. p 79

⁴⁰¹ “Acompanhar essa viagem desde seus primórdios ajuda a compreender o que estamos fazendo aqui e agora”. Idem. p 40

⁴⁰² BUENO. Idem. p 108

⁴⁰³ BUENO. *Náufragos...* p 8-9

⁴⁰⁴ BUENO. Idem. p 9

escravos em larga escala, o massacre dos indígenas: tudo isso se incorporou à história do Brasil após o desembarque dos donatários”⁴⁰⁵.

Uma sétima origem estaria, como vimos no segundo capítulo, no “conflito entre indivíduo e Estado” que se estabelece com o advento dos governos gerais. Esse ponto é o único que de certa forma cria uma descontinuidade na narrativa da *Terra Brasilis*; é o fim do “período romântico” da expansão portuguesa e marca, com o choque do *clímax*, a epifania do leitor contemporâneo. Forma-se ali a identidade do Brasil dos dias atuais que, em 2006, tinha seu cotidiano dominado por escândalos de “corrupção”, “superfaturamento” e todo tipo de “ladroagem pública”, termos banalizados em *A Coroa, a Cruz e a Espada*.

Com a narrativa dessas múltiplas origens associada a descrições realistas, o escritor ilustra também cenas sensoriais, alcançando um nível de familiaridade que estimula os leitores a partir de suas próprias experiências e sensações, construindo uma conexão entre o texto e o nível psicológico daqueles que o lêem. A realização da identidade histórica (ou memorialística) dos grandes públicos é, na verdade, algo que Eduardo Bueno constrói junto àqueles que prestam atenção em seus escritos.

Como já debatemos repetidas vezes, os instrumentos de mediação teórico-conceituais com o passado são desprezados pela narrativa jornalística da história; quando muito, aparecem como uma espécie de afetação discursiva, elitista e despropositada. Ao invés dessas “pontes de inteligibilidade” com as culturas e dias pretéritos, um tipo de relacionamento “privatizado” – para usar a expressão de F.R. Ankersmit – ganha espaço⁴⁰⁶. No lugar dos enfadonhos conceitos historiográficos, Bueno apresenta sua cartada mortal: o uso dos adjetivos. Cada personagem, cenário ou situação do passado ganha um, dois, cinco ou dez dessas “portas da linguagem por onde o ideológico e o imaginário penetram em grandes ondas”, como ensinou Roland Barthes⁴⁰⁷. (Confira alguns exemplos no Anexo V)

Nota final de uma “humanização” dos personagens do passado – no sentido de assemelhá-los ao presente e o presente a eles – o uso dos adjetivos torna a história “real

⁴⁰⁵ BUENO. *Capitães do Brasil*. p 11

⁴⁰⁶ Sem o uso de conceitos “Nosso relacionamento com o passado ficou ‘privatizado’ no sentido de que é primeiramente um atributo do historiador como indivíduo e não mais de um sujeito disciplinar histórico coletivo (...).”ANKERSMIT, F. R. *The Postmodern “Privatization” of the Past*. In: *Historical Representation. Cultural memory in the present*. Stanford: Stanford University Press. 2001. p 153-154

⁴⁰⁷ “O brio do texto (sem o qual, em suma, não há texto) seria a sua vontade de fruição: lá onde precisamente ele excede a procura, ultrapassa a tagarelice e através do qual tenta transbordar, forçar o embargo dos adjetivos - que são essas portas da linguagem por onde o ideológico e o imaginário penetram em grandes ondas”. BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. Editora Perspectiva. 1987. São Paulo. p 23

até demais”, fácil de compreender e “ainda assim, ou por isso mesmo, espantosamente” próxima, “uma história *viva, volátil, vibrante. A nossa história*”⁴⁰⁸. Com um conceito universal, quase iluminista, talvez, da natureza do homem, a possibilidade de se buscar exemplos no passado ganha novamente vida. Em pleno 2006, com a popularidade do governo Lula despencando entre o público letrado de classe média, Eduardo Bueno poderia finalmente insinuar que “como Azevedo e Varnhagen, vários historiadores consideram D. Duarte um dos mais incompetentes governantes da história do Brasil, *embora existam outros concorrentes para o posto*”⁴⁰⁹.

A descrição realista, no mesmo momento em que recria cenários que já se foram, presentificando objetos, pessoas e suas emoções, proporciona (quando associada a um sem número de adjetivos e com eles inevitável julgamento de valor) que o leitor recolha experiências análogas de sua memória. Isso permite ao escritor “dançar na ladeira da memória”, disparando “as lembranças que o leitor possui de seu próprio status de vida, de suas ambições, inseguranças, prazeres, desastres, mais as mil pequenas humilhações e *coups* do status na vida cotidiana”⁴¹⁰.

O passado não é mais do que uma colônia do presente; lá, *nós* fazemos as coisas de um jeito muito parecido.

⁴⁰⁸ Esses são os comentários esboçados por Eduardo Bueno na orelha da Capa de um livro da historiadora Mary Del Priore, colega de editora e pessoa com quem o jornalista gaúcho mantém amigável relação literária. Ver: PRIORE, Mary Del. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro. Objetiva. Grifos meus.

⁴⁰⁹ BUENO. 2006. p 201 Grifos meus.

⁴¹⁰ WOLFE. *A tomada do poder*. p 56.

Que droga, Certeau, os hunos chegaram...

Os historiadores não levam muito a sério Eduardo Bueno e Laurentino Gomes. Deveriam. Com suas obras, eles introduzem no imaginário da sociedade uma versão ordenada e facilmente assimilável da nossa História. (...) Se relatos jornalísticos de episódios históricos contém equívocos ou omissões, se reforçam clichês ou preconceitos, do ponto de vista acadêmico, os historiadores deveriam se esforçar para entender por que esses livros fazem tanto sucesso e tentar, eles próprios, alcançar o grande público.

Luciano Trigo, jornalista e editor⁴¹¹

Mas eles têm a mídia! Só Deus sabe quantas vezes ouvi esse argumento nos últimos anos. O que mais surpreende é ouvi-lo de pessoas que com certeza considerariam essa frase economicista, simplista ou vulgar caso fosse empregada para quaisquer temáticas que fugissem dos calores de uma disputa de campo que nos é contemporânea. Esse tipo de proposição pode, é claro, incentivar o balançar vertical de algumas cabeças ávidas por munição contra gente como Eduardo Bueno ou Laurentino Gomes. O fato é que ela pouco ou nada acrescentaria ao nosso “senso comum acadêmico”. Pois a pergunta permanece: afinal, o que significaria “ter a mídia”?

Ao longo dos três capítulos desta dissertação, pensei a *Coleção Terra Brasilis* como uma *narrativa jornalística da história*. Como narrativa, ela ordena, interpreta, simplifica e representa a experiência humana no fluxo do tempo. Ordena-a (1) através da seleção de eventos e personagens dentro de uma cronologia previamente estabelecida pelas autoridades historiográficas; interpreta-a (2) reduzindo o código historiográfico existente às demandas do presente, às condições de um produto de divulgação; representa-a (3) como uma estória, compondo um enredo, quase sempre dramático, dotado de vilões e heróis – grandes em nomes, pequenos em anonimato. Estória clivada por um *turning-point* determinado por uma complexa relação entre cronologia e periodização, a qual força o “compilador” a se transformar em “autor” (mesmo que de modo velado, “autor de uma compilação”), oferecendo os historiadores como quase-

⁴¹¹ TRIGO, Luciano. *O fenômeno Laurentino Gomes: historiadores acadêmicos não levam a sério o livro 1808. Deveriam.* Disponível em <http://colunas.g1.com.br/maquinadeescrever/2008/11/07/o-phenomeno-1808-de-laurentino-gomes/> Acesso em 15/11/09

personagens ao mesmo tempo em que joga com suas asserções de modo a fazê-las corroborarem a intriga tecida.

Inspirado pela leitura que Paul Ricoeur faz da operação historiográfica de Michel de Certeau, pensei os três capítulos desta dissertação como se fossem dedicados, em seqüência: à fase documental, à fase explicativa-compreensiva e à fase literária da escrita da história. Não compreendidas como etapas contínuas – ou assim pensadas apenas em abstração – essas três fases de certo modo entrecruzaram-se nos capítulos que redigi. A primeira etapa chegou mesmo a ser analisada do ponto de vista das condições de emergência do jornalista-historiador no Brasil, de seus interesses de pesquisa, *dos fatores que o levaram a escolha de textos que remetessem às tradições mais canônicas da memória nacional*, da narrativa de episódios inclusive estereotipados pelos livros didáticos. Oferecer um “frescor narrativo” a esses personagens “estigmatizados pelos manuais escolares” fora, como diria mais tarde Eduardo Bueno, o grande diferencial da *Terra Brasilis*⁴¹².

Por isso, no prólogo do primeiro capítulo retomo o episódio da quebra do Relógio dos 500 anos, realizado em Porto Alegre, 22 de Abril, cinco séculos depois de Cabral. Descrevi a cena através do olhar do observador que fui, impressionado ao ver-se diante do choque simbólico entre dois modos antagônicos de comemoração. Entre a aventura e a tragédia, a multiplicidade das formas de lembrar o passado confere a tônica do primeiro capítulo. Como confere também a incapacidade ou desinteresse da academia – a história disciplinar que se quer ciência – em abraçar as representações mais diretas de continuidade. Essa renúncia por participar dos processos de construção da identidade social – hoje fragmentada em uma *federação* – faria com que os ensejos da memória e da comemoração encontrassem melhor acolhida nos parágrafos grafados pelos profissionais das redações jornalísticas.

Essa “era comemorativa” brasileira, se é que poderíamos assim chamá-la, aconteceria mesmo que os historiadores acadêmicos, em geral, divagassem sobre sua validade, questionassem sua importância ou mesmo criticassem suas prerrogativas. Mais do que isso, ela contou com a ação Estatal de modo mais iniciativa do que diretiva. Coube à imprensa reivindicar o papel de mestre-de-cerimônias da comemoração. Em 1900 tivemos Capistrano de Abreu e seu *Livro do Centenário*. Próximo a efeméride de 1950, apareceram as publicações de Jaime Cortesão: *O Caráter*

⁴¹² Entrevista ao autor. Março de 2010.

Lusitano do Descobrimento e sua transcrição da *Carta de Pero Vaz*⁴¹³. Gostemos ou não, a obra mais lida durante as comemorações realizadas cinquenta anos mais tarde seria *A Viagem do Descobrimento* de Eduardo Bueno.

Por esse motivo escrevi que de uma “política pública da memória” chegamos a uma “economia midiática do presente”. O próprio governo brasileiro – ao menos de acordo com o retrato feito dele pela imprensa – parecia incapaz de contemplar todos os grupos que reivindicavam o passado cotidianamente. Talvez a narrativa histórica de Bueno possuísse essa qualidade, uma vez que sua *Coleção Terra Brasilis* vendeu quase um milhão de exemplares, algo impensável para livros dessa natureza. E o faria – nas palavras de seu próprio autor – tentando transformar seus leitores em “testemunhas presenciais” dos eventos narrados⁴¹⁴. Para tanto, encontraria os historiadores do século XIX e início do XX, reeditaria suas descrições, seus personagens – adicionando-lhe o colorido das paisagens tropicais. Mas utilizaria essas autoridades ainda de modo tanto original, concebendo um produto para o mercado, atualizando as teses historiográficas através de um gancho jornalístico.

O segundo capítulo visou precisamente trabalhar a aplicação das regras da prática jornalística – com foco especial na questão do gancho – a um texto sobre história. Comecei com uma breve narrativa sobre os escândalos do mensalão, de como eles possibilitaram um novo mote à *Coleção* – mesmo que esse mote tenha se realizado, como confessou mais tarde Eduardo Bueno, por uma “auspiciosa coincidência”⁴¹⁵.

O gancho jornalístico é definido como a oportunidade editorial de trabalhar um tema ou assunto de interesse. Na prática, quando pensado para um livro de história, ele atualiza o passado. Permite, para usar novamente as palavras do próprio escritor da *Coleção*, auxiliar o jornalista na transformação do leitor em “testemunha presencial” dos eventos narrados e dos cenários descritos.

Mas esse jornalista, como autor de uma compilação, não pode proferir sentença sem recorrê-la à chancela das autoridades historiográficas. Como divulgador, sustenta-se nelas e constrói seu discurso lançando mão de passagens, deixando outras de lado, habilitando sua fala pelo credenciamento dos historiadores como figurantes de uma intriga cujo narrador mantém-se oculto.

⁴¹³ CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Paris-Lisboa. Aillaud & Bertrand. 1922. CORTESÃO, Jaime. *O caráter lusitano do descobrimento do Brasil*. Lisboa. Império. 1941. CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro. 1943.

⁴¹⁴ Entrevista ao autor. Março de 2010.

⁴¹⁵ Idem.

É nesse processo de descarte e escolha que a mediação técnica da atividade que se reivindica jornalística pode ser pensada como uma mediação simbólica. Para transformar o seu leitor em “testemunha presencial” – ao invés das pontes disciplinares de inteligibilidade com o passado, das categorias historiográficas e das reflexões sobre a distância – Bueno atualiza os valores coletivos, ações e motivações dos personagens individuais. Percebe-se até mesmo uma interpretação de todo original – na verdade, uma proposta de periodização – que divide os primeiros anos da história colonial brasileira entre uma era romântica e uma era trágica, curiosamente iniciada com os primórdios do projeto estatal e com o advento dos governos gerais. A oposição entre “iniciativa privada” e “exclusão de alternativas” me fez lançar, precisamente nesse ponto, a hipótese da implicação ideológica liberal como forma de explicação historiográfica.

No terceiro e último capítulo, invoco L.P. Hartley e seu *The Go-Between*. Espécie de *Em Busca do Tempo Perdido* inglês do pós-guerra, no clássico de 1953 ao invés do olfato ou paladar o que faz emergir a memória do protagonista Leo é a sensação térmica. O tempo quente (quente para um britânico!), com o termômetro alcançando sofrivelmente a marca dos trinta graus *Celsius* (86° *Fahrenheit*), faz o narrador lembrar-se de uma Era Dourada, de múltiplas promessas e pensamentos mágicos. Escrever sobre ela, explicou Hartley, era mais fácil do que descrever o presente: o ritmo dos tempos fazia o hoje tornar-se fugidio; o passado, com o futuro bloqueado pela incerteza, aparecia como a terra da inocência perdida. Mas aquela já era antes de mais nada uma terra estranha.

Todo o último capítulo, como o foi na verdade também o primeiro, constitui-se num esforço de historicizar o fenômeno editorial da literatura de não-ficção, o qual atingiu – tardiamente no caso brasileiro – a escrita da história. Se o capítulo inicial tratou do problema da fragmentação das identidades, de vários grupos demandando diferentes histórias ou modos de lembrá-las – portanto, focado na dimensão espacial da experiência mnemônica – o último capítulo centrou-se no problema da consciência da descontinuidade, na dimensão propriamente temporal da experiência humana e nos modos de narrá-la.

Trato a narrativa jornalística da história em igual medida como um sintoma e uma resposta incipiente a uma crise do tempo, aquela mesma retratada por Nora Hartog, também o último Koselleck e seu discípulo Gumbrecht. O futuro, impedido, e o presente, paradoxalmente fugidio e dominador, transformam o passado num atrativo. Mas a resposta jornalística, bem integrada numa economia midiática do tempo, não

acompanha a consciência das “falhas do presente” (Arendt/Hartog), a necessidade de “confronto com o complexo” (Gumbrecht) ou da busca por libertar o horizonte de expectativas.

A proposta jornalística é eminentemente presentista também no sentido norte-americano. É conscientemente anacrônica e joga com isso a seu favor. Nela, os personagens, motivações, ações e cenários não são estranhos ao universo moral de seus leitores. Como uma “forma de baixo aluguel” (Wolfe) – leia-se, livre da carga disciplinar da ciência histórica – o jornalista abraça os métodos do realismo como se vangloriasse reeditar a *victorian naïveté*. Na verdade, reencontra o curioso terreno comum que um dia compartilharam o romance oitocentista e a nascente historiografia, ambas encaixadas, para autores como Stephen Bann, no contexto de desenvolvimento de uma idéia moderna de passado⁴¹⁶. Então teremos, diria a crítica, Eduardo Bueno o “positivista tardio”⁴¹⁷!

Mas essa “ingenuidade victoriana” é um sedutor embuste lotado de malícias⁴¹⁸. Quando Oscar Wilde sentenciou que “a beleza, a verdadeira beleza, some ao contato com a primeira expressão intelectual”, ele não o fez pelos seus próprios lábios, ou mesmo proferiu essa frase pelos de Dorian Gray, mas a disse pela boca de Lord Henry, o arquétipo do aristocrata falido⁴¹⁹. Eduardo Bueno, como escritor realista, não ruma entre néscios no lodaçal do intelecto. Bem ao contrário, evocando a metáfora de Chateaubriand (tão cara a François Hartog), forçamos acrescentar que, se o historiador nada às cegas entre duas ordens temporais, o jornalista – esse magnata das fronteiras do tempo – com os bolsos cheios de dinheiro nos abana da outra margem⁴²⁰.

Para alcançar seu sucesso de vendas a narrativa jornalística da história de fato preocupa-se em resolver outro problema da historiografia: representar a continuidade do

⁴¹⁶ Essa idéia, difusa em toda sua obra, é trabalhada especificamente em BANN, Stephen. *The Clothing of Clio: a Study of the Representation of History in Nineteenth-Century Britain and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. Outros autores, como Hayden White, também consideraram esparsamente o problema. Ver WHITE. op. cit.

⁴¹⁷ SILVA, Juremir Machado da. op. cit. p 44 O colunista gaúcho por diversas vezes refere-se ao jornalista dentro dessa “generalização caricatural”, embora não a lance especificamente contra o autor da *Terra Brasilis*.

⁴¹⁸ Críticos literários como George Levine já voltaram-se contra a idéia de uma “ingenuidade victoriana” em inúmeras ocasiões. Ver LEVINE, George. 1981. “Não existia coisa como realismo ingênuo – simplesmente fé na correspondência entre palavra e coisa – entre os escritores victorianos mais sérios.” Pelo contrário, “o que existia era um compromisso em dizer a verdade”. Para Levine, o realismo era a tentativa de “fazer a literatura aparentar descrever não uma outra linguagem mas a realidade por si só” (op. cit. p 8).

⁴¹⁹ WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. Editora Abril Cultural. 1972. p 13. No original: “But beauty, real beauty, ends where intellectual expression begins”.

⁴²⁰ François Hartog por diversas vezes vale-se da metáfora de François-René de Chateaubriand para fazer referência a momentos de crise (ou rearticulação) do tempo. Ver, por exemplo, HARTOG. 2003. p 207.

tempo e das ações humanas. Transformando seu leitor em “testemunha presencial” através de diversas estratégias literárias, narrativas e descritivas, ela eleva o presente ao passado e o passado ao presente. Certa vez, como já dissemos, Pierre Nora declarou que “a história do presente faz conscientemente surgir o passado no presente (e inconscientemente surgir o presente no passado)”⁴²¹. Hoje, dado o desenvolvimento da questão, deveríamos pensar seriamente em retirar a segunda frase dos parênteses, dando a ela a relevância e centralidade que parece impor. O passado, apropriado como *nosso*, mostrou-se de fato um cenário tangível, evocado por efeitos sinestésicos?

Quando apresentei alguns textos meus para o Eduardo Bueno, tentando com isso iniciar às conversas que depois levariam a série de entrevistas que realizamos, ele fez questão de ressaltar que a dissertação deveria manter o foco em um aspecto que lhe pareceu tanto marginal em minha reflexão: o de que seus livros são um *produto* e que foram feitos para *vender*. Como Bueno explica na entrevista que segue em anexo, tudo foi “calculadamente” pensado na *Coleção Terra Brasilis*: do tema da narrativa ao tipo de papel, da quantidade de números à tiragem de exemplares, das imagens e colunas laterais ao formato do livro. Demonstrando certo orgulho de um *self made man*, o Peninha que entrevistei é personagem completamente consciente do papel mercadológico de sua obra, assim como é ciente das limitações historiográficas de uma obra de divulgação.

Eduardo Bueno nunca se declarou “um grande investigador historiográfico”. “Longe disso, nem teria condições” de sê-lo, disse-me, e, caso “tivesse, não o faria, porque talvez não vendesse tanto”. Ele continua defendendo seu texto como fruto das ferramentas que a profissão jornalística lhe proporcionou. Ferramentas que, acredita, fazem da tarefa de transformar o leitor em “testemunha presencial” do passado bem mais factível do que seria em mãos dos historiadores profissionais.

Se não articulei como deveria o uso dessas ferramentas com uma reflexão mais concreta sobre o mercado editorial e a realidade da história como produto à venda, certamente não o fiz por idealismo ou predileção teórica centrada unicamente nos problemas mais abstratos enfrentados pela historiografia. Se não o articulei, procedi assim, na verdade, pela mesma deficiência de formação que faz o trabalho dos

⁴²¹ NORA, Pierre. *Le retour de l'événement*. In: *Faire de l'histoire*. Paris. Gallimard. 1974. T.1. p 225

historiadores acadêmicos povoar as estantes das bibliotecas universitárias enquanto o jornalista ganha o grande público. Nunca fui treinado, preparado ou mesmo advertido para a realidade do mercado editorial brasileiro. E duvido que muitos acadêmicos tenham sido. Essa é uma questão fundamental da qual não deveríamos fugir.

A formação de historiador não inclui instrução direcionada àqueles que são os *instrumentos de contato com o grande público dentro de uma economia de mercado*. Quem sai de um curso de Bacharelado em História, pouco ou nada sabe sobre a diferença entre *Publishers e Editors*, o que significa um livro “viajar bem”, o papel de um gancho ou mesmo quem são os grandes editores do país. Essa é uma crítica válida e relevante que deveríamos escutar.

Abdicar de compreender os mecanismos da indústria livreira é (repito: dentro de uma economia de mercado) dar de ombros à tarefa de vulgarização do conhecimento acadêmico. “É isso que penso que os historiadores deveriam ouvir”, vocifera Eduardo Bueno: “existe um mercado” aguardando a historiografia. “Existe um produto que tu podes fazer”, o qual vai se revelar “mais ou menos rentável, viável, e que além de movimentar uma máquina editorial ainda vai movimentar a academia”⁴²². Na entrevista publicada como anexo desta dissertação, o autor da *Coleção Terra Brasilis* indica alguns elementos interessantes para essa discussão:

- 1) O historiador deve aproveitar a efeméride, não para lançar uma velha tese sobre o tema, mas para elaborar uma nova, atento aos problemas que emergem no presente. A comemoração apropriada como gancho possibilita ao produto historiográfico aproveitar certa “publicidade gratuita” realizada pelos meios de comunicação.
- 2) O historiador *não deve* lançar seu livro em meio à efeméride, mas antes dela, de modo que sirva como uma espécie de “abre alas” do fenômeno, utilizando toda sua abrangência temporal.
- 3) O texto deve ser pensado para um público mais amplo, escrito com cuidado literário e deve, ao menos, flertar com a idéia de transformar seu leitor em “testemunha presencial”, por mais que a carga disciplinar da historiografia profissional dificulte essa intencionalidade.
- 4) O autor de uma obra historiográfica deve se sujeitar ao parecer de um editor. “Editor que vai olhar e dizer ‘isso você publica como uma tese acadêmica’,

⁴²² Entrevista ao autor. Março de 2010.

‘mas nesses pontos eu vou mudar algumas coisas’, claro que sempre com o consentimento do historiador. O historiador deve reconhecer que seu texto não é “sagrado”. Mas pode e deve também negociar as mudanças do processo de edição.

São esses os procedimentos que permitiram aos jornalistas invadir com sucesso territórios antes inexplorados pelas grandes casas editoriais, confinados às teses acadêmicas ou vulgarizados em qualidade duvidosa pelos manuais escolares. Mas são os mesmos artifícios há muito utilizados por historiadores acadêmicos na França e nos Estados Unidos. Robert Darnton – para ficar em um exemplo muito lembrado por Eduardo Bueno na entrevista que segue anexada – afirmou em seus *Dentes Falsos de George Washington* ter o propósito de “romper a barreira” que mantém a produção historiográfica enclausurada nas universidades. Mais do que isso, propôs “fornecer uma perspectiva histórica para questões atuais”⁴²³.

Os bárbaros estão chegando! Se utilizarmos novamente a imagem evocada por Tom Wolfe trinta anos atrás, hoje os tais hunos pareceriam ter alcançado terras historiográficas. Dessa vez não é a literatura que será tomada pela não-ficção. É a própria realidade do passado que figura aquinhoada pelos senhores do acontecimento. Livres do peso de uma memória disciplinar – portanto, como uma forma de “baixo-aluguel” – os jornalistas, possibilitando uma curiosa relação com frase idêntica de Paul Veyne, vieram escrever seu “romance verdadeiro”⁴²⁴.

Seu resultado é essa *Grande Reportagem* (no estilo que grafou o *New Journalism* norte-americano, dada à maior apuração e checagem das fontes, digressões narrativas e emprego de técnicas ficcionais) que é, agora, realizada sobre o passado. Uma *aventura da mente* contra o *desejo de perpetuar a ignorância*, Padre Nóbrega e Mestre Simão versus D. Henrique e Duarte Coelho, vilões e heróis: o que a *Terra Brasilis* vende a seus leitores não está, unicamente, no papel. Ela esboça experiências

⁴²³ DARTON. 2005. p 11.

⁴²⁴ “Os historiadores narram acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator; a história é um romance verdadeiro”. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Ed. 70, 1971. p 10 Sobre o “romance verdadeiro” no jornalismo literário, ver o já exaustivamente citado WOLFE. op. cit. principalmente pp 20-40.

empolgantes e marcantes, quem sabe próximas às sensações cinematográficas, e não à simples leitura de um livro. Com suas induções e ilações, jogos de metáforas e alegorias do presente, Eduardo Bueno brinca com a linguagem e a lembrança de seus leitores, arremete descrições e adjetivos, capta suas atenções e, junto daqueles que seguem suas linhas, edifica uma narrativa em um círculo fechado no presente. A expectativa dos personagens do passado, não seria exagero dizer, parece ditada pelos espaços de experiência dos leitores contemporâneos. Como a *Recall Incorporated* de *Vendemos Lembranças no Atacado* o jornalista-historiador comercializa “memórias extra-factuais”⁴²⁵.

Se o preço dessa aproximação empática da história com o grande público é a simplificação do passado, a criação de um universo “real até demais”, fácil de compreender e “por isso mesmo, espantosamente próximo”, caberia ao historiador o desafio de produzir uma obra de divulgação que escape aos desígnios mais delirantes do presentismo⁴²⁶. Caberia ao historiador acadêmico, em outras palavras, expor a complexidade dos dias passados dentro de um formato igualmente adequado à indústria editorial. Com isso, desenvolver-se-ia meios de divulgação que não dependam exclusivamente da mediação técnica e simbólica da atividade jornalística.

A enxurrada de revistas de história (muitas, porém não todas, assinadas por historiadores renomados) poderia ser um ótimo começo⁴²⁷. Mas é ainda um início tímido que nem de longe é capaz de saciar toda a “demanda reprimida” por narrativas históricas voltadas para o grande público⁴²⁸. O historiador como profissional, salvo tais exceções honrosas, aparece cada vez mais no espaço público como um *figurante* de texto jornalístico. Surge como autoridade em um texto de jornal ou hebdomadário, por ocasiões após longa entrevista, apenas para perceber, muitas vezes irado, que os critérios de seleção de sua fala diferem em muito daqueles que seriam empregados pelo seu próprio sistema de valores. E se o historiador possuir a ambição de fugir desse jogo

⁴²⁵ DICK, Philip K. *We Can Remember it For You Wholesale*. In: *The Collected Histories of Philip K. Dick*. Carol Publishing Group Editors. New York. 1995. pp 35-52. Esse conto é hoje mais famoso por sua adaptação cinematográfica de 1990: *O Vingador do Futuro (Total Recall)*, com Arnold Schwarzenegger. O atual governador da Califórnia vive Douglas Quail, operário cujo sonho é visitar o planeta Marte. Sem dinheiro para pagar essa cara viagem, ele recorre à *Recall Incorporated*, empresa que vende “memórias extra-factuais”, ou seja, implantes mnemônicos que dão ao cliente todo um conjunto de lembranças das mais variadas naturezas, no caso, aquelas relativas a uma visita ao Planeta Vermelho.

⁴²⁶ Ironicamente, “real até demais, mezinho, limitado, medíocre – e, ainda assim, ou por isso mesmo, espantosamente próximo” foi o comentário laudatório que escreveu Eduardo Bueno a respeito do *Príncipe Maldito* da historiadora Mary Del Priori. Conferir a orelha do livro: PRIORE, Mary Del. *op. cit.*

⁴²⁷ Curiosamente, alega Eduardo Bueno, maioria quase absoluta desses periódicos foi lançado na esteira do sucesso dos livros da *Terra Brasilis*. Ver BUENO, Eduardo. *Entrevista para o autor*. Março de 2010.

⁴²⁸ “Demanda reprimida” é um dos termos preferidos de Eduardo Bueno para a questão. Idem. *Ibidem*.

cujas regras escapam freqüentemente a seu controle? Será que escrever um livro de divulgação, debelando-se pela lógica empresarial, significa irremediavelmente modificar o “sentido” ou mesmo a “implicação ideológica” de uma obra historiográfica? Ou será possível que o acadêmico, submetido ao olhar de um editor, como sugere Eduardo Bueno, possa negociar com ele os termos do *final cut*?

Impressiona-me como o senso comum acadêmico por vezes ainda esbarra na falsa polêmica do escrever bem/escrever mal. É possível que uma profissão como a do historiador, que já fez historicizar as mais intrincadas noções, ainda preste homenagens eventuais ao mito romântico do gênio? Ou, como prefere o crítico Ian Watt, à noção liberal de talento inato? ⁴²⁹ “Saber escrever” pode ser entendido, por um lado, como sintoma da interiorização e desenvolvimento de um conjunto específico de técnicas literárias e, por outro, da formatação dessa escrita de acordo com moldes digeríveis por determinado público alvo, dentro da qual as lógicas editoriais, em uma economia de mercado, parecem exercer franca influência ⁴³⁰.

Precisamos admitir que em uma economia de mercado a história é um produto. Nela, o passado é um objeto de consumo: se não for aquele do historiador, será o do memorialista ou, ainda, aquele do profissional das redações. Mesmo que existam formas de relacionamento com o tempo que não se sujeitam à lógica do mercado, aquelas que sustentam um contato com as grandes audiências devem em algum grau irremediavelmente fazê-lo.

Já se escreveu que diante da invasão comemorativa, dos abusos da memória, “certos autores salientaram a necessidade de uma virada ética na reflexão

⁴²⁹ Sobre a idéia de talento inato, ver WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. Principalmente a parte dedicada à Robinson Crusoe.

⁴³⁰ Para responder a esses dois aspectos do mesmo problema, os cursos de bacharelado em história – aqueles cuja graduação implicaria na profissão de historiador – talvez devessem iniciar uma reflexão curricular. De um lado, incluir em suas formações disciplinas voltadas exclusivamente à redação, nos moldes, quem sabe, daquelas oferecidas pelas faculdades de comunicação social, só que obviamente ministradas por historiadores e organizadas de acordo com os critérios próprios ao seu lugar social e epistemológico de produção (Falo dos aspectos formas de redação, e não da prática de pesquisa propriamente dita). De outro lado, deveriam disponibilizar instrução relativa à realidade do mercado editorial brasileiro, preparando com isso os futuros historiadores para os desafios da divulgação científica, seja no trato com os entrevistadores, seja na redação de seus próprios textos.

historiográfica”⁴³¹. Talvez a invasão jornalística implique na urgência de uma virada estética no trabalho do historiador. Quem sabe seja hora de os profissionais da historiografia examinarem a possibilidade de incluir nas grades curriculares de seus cursos de formação matérias que dialoguem com o problema da vulgarização de seus conhecimentos e, assim, corresponder ao apelo do último Paul Ricoeur em advogar por uma “política da justa memória”⁴³². Quisera desse modo, mesmo sem adiantar resultados, podermos flertar com um retorno a uma suposta origem, escutar ainda mais uma vez a voz que um dia dissera que o estilo do historiador precisava ser “nobre, correto, porém simples e claro”, compondo uma narrativa, antes de mais nada, “escrita para o povo”⁴³³.

Quisera libertarmo-nos, ainda um dia, dos intermediários, dos *atravessadores* do conhecimento, daqueles que compõe sínteses para nós conceitualmente errôneas, não problematizam as fontes e escrevem a História do Brasil, reconhecidamente, no “método confuso de Mendes Fradique”⁴³⁴.

⁴³¹ A autora refere-se a Dominick La Capra e Tzvetan Todorov, ver LORIGA, Sabrina. *A tarefa do historiador*. In: memórias e narrativas autobiográficas. GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2009. p 23

⁴³² Nas palavras de Paul Ricoeur: “perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá (...) uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos”. Ver RICOEUR. 2007. p 17.

⁴³³ MARTIUS, Von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Rio IHGB, 1991. p 25.

⁴³⁴ BUENO. *Entrevista para o autor*. 2010.

ANEXOS

Anexo I – O Relógio dos 500 Anos



Crédito da imagem: <http://www.hansdonner.com/> acesso em 10/02/2010

Anexo II – Número de exemplares vendidos

Coleção Terra Brasilis:

Livro	Ano	Editora	Venda até 2009	Previsão para 2010
Viagem do Descobrimento	1998	Objetiva	387.000	390.600
Náufragos, Traficantes e Degredados	1998	Objetiva	292.000	295.600
Capitães do Brasil	1999	Objetiva	195.000	198.600
A Coroa, a Cruz e a Espada	2006	Objetiva	61.000	64.600

Fonte: Eduardo Bueno

Outras obras sobre história:

Livro	Ano	Editora	Venda até 2009	Previsão para 2010
Brasil: terra à vista	2000	L&PM	67.000	N/I
Brasil: uma História	2003	Ática ⁴³⁵	96.000	196.000
Pau-Brasil	2003	Axis Mundi	12.000	N/I
Grêmio: nada pode ser maior	2004	Ediouro	36.000	N/I
Passado a limpo	2007	Gabarito	27.000	N/I

Fonte: Eduardo Bueno

Total de exemplares vendidos pela *Coleção Terra Brasilis* até dezembro de 2009:

935.000

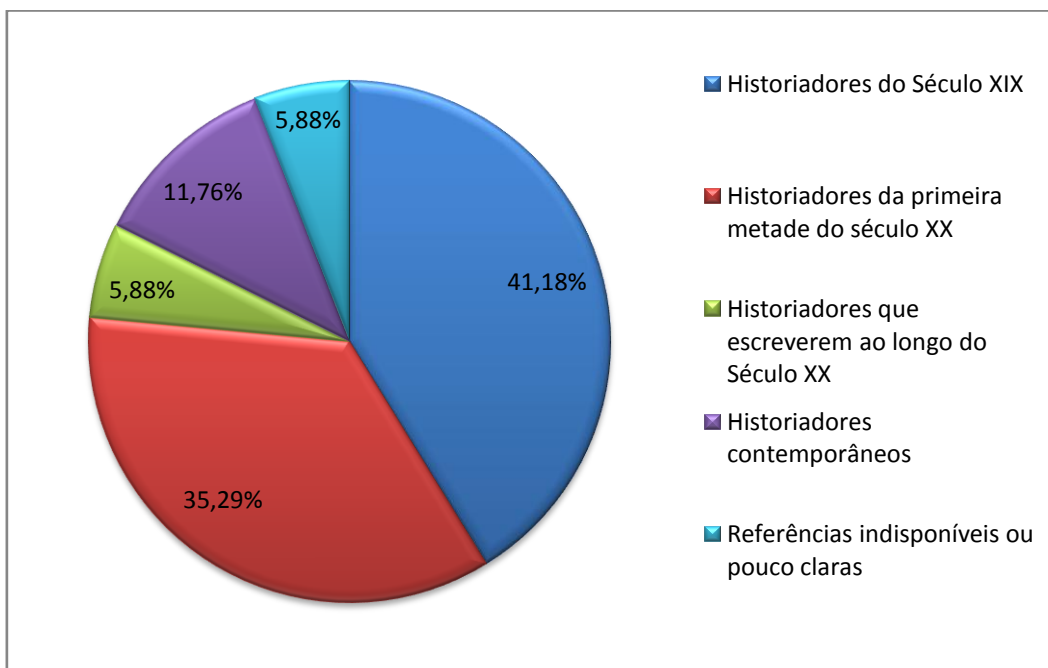
Total de exemplares vendidos por todos os livros de história escritos por Eduardo Bueno:

1.173.000

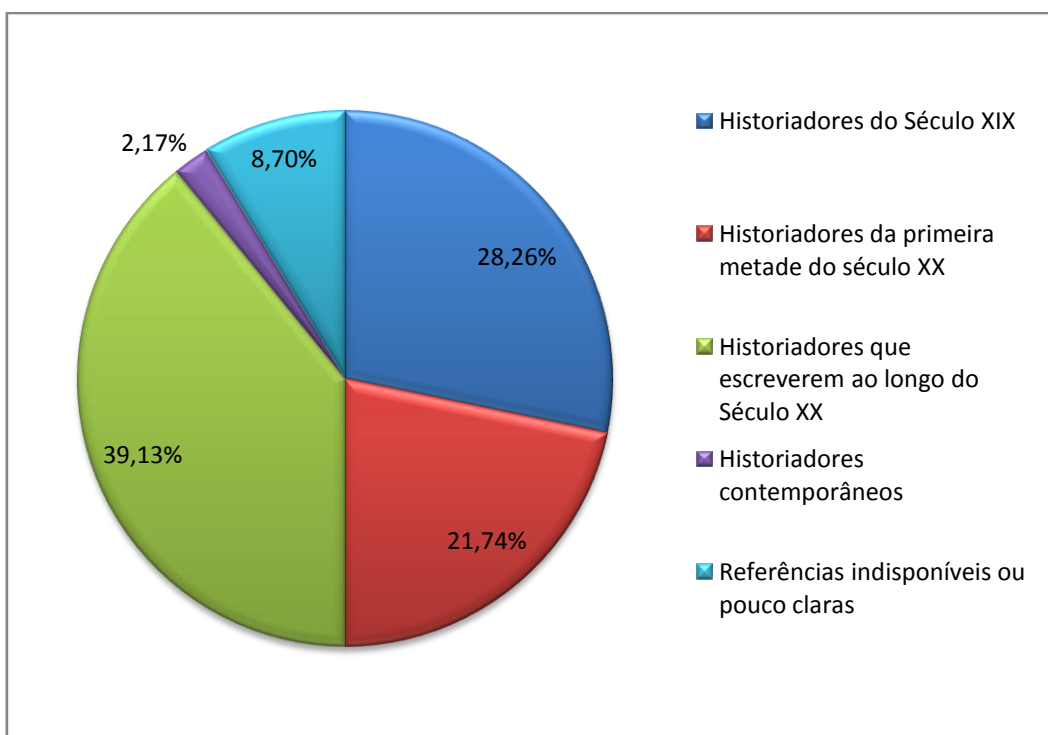
⁴³⁵ O livro foi relançado em agosto de 2010 pela editora Leya. Conferir: www.brasilumahistoria.com.br

Anexo III – Índice de referências citadas na coleção *Terra Brasilis*

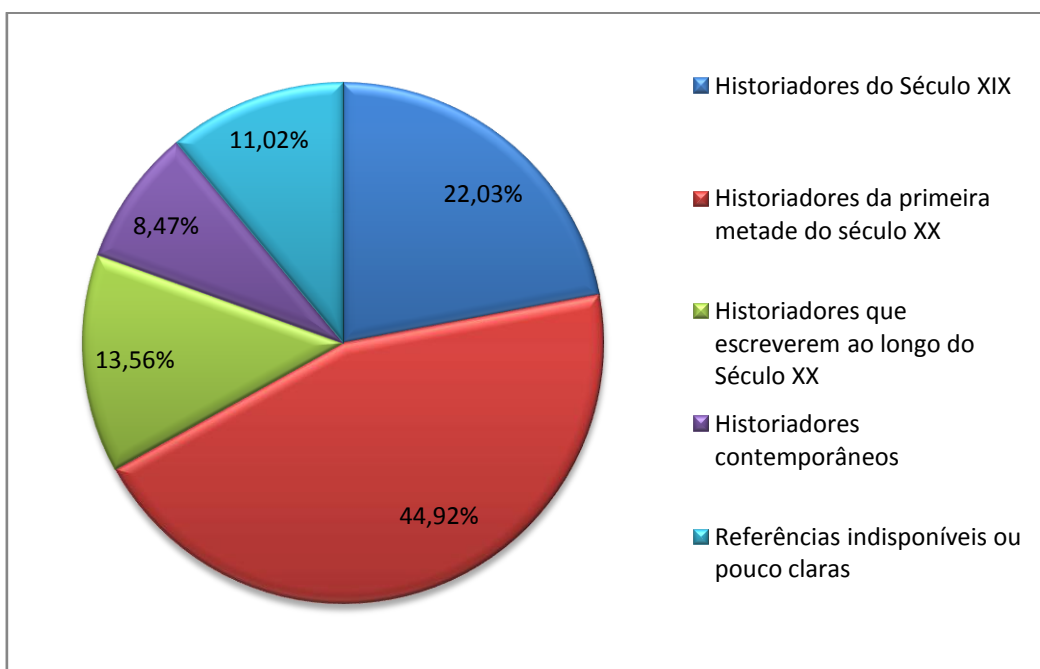
Volume I. *A Viagem do Descobrimento*:



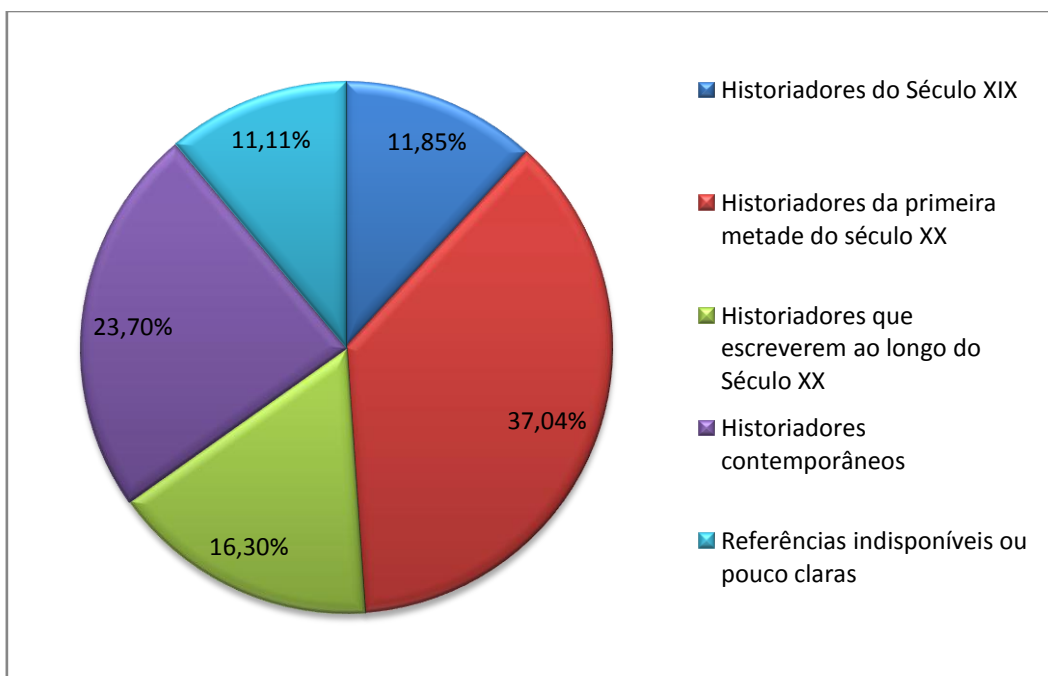
Volume II. *Náufragos, Traficantes e Degredados*



Volume III. *Capitães do Brasil*



Volume IV. *A Coroa, a Cruz e a Espada*



Anexo IV – Tabela de predicados e descrições atribuídas a historiadores

Historiador	Predicado	Referência
Paulo Miceli	“Historiador moderno”	I – 30
F.A. Varnhagen	“Um dos mais profícuos historiadores”	II – 25
Capistrano de Abreu	Autor de “admirável livro”	II – 37
Jaime Cortesão	“Um dos principais pesquisadores”	III – 21
Eugénio de Castro	“Maior especialista”	III – 53
Pedro de Azevedo	“irmão do Aluísio e o mais devotado dos biógrafos de Tomé de Souza”	IV – 55
Edison Carneiro	Realizou “minuciosa investigação”	IV – 68
F. Braudel	“Grande historiador francês”	IV – 106
Teodoro Sampaio	Autor da “reconstituição mais vívida”	IV – 117
Lourenço Fernandes	“Baseado em longa pesquisa” concluiu	IV – 162
Serafim Leite	“O biógrafo mais atento”	IV – 181
Harold Johnson	Realizou “Uma das análises mais lúcidas”	IV – 248
Pero Vaz de Caminha*	A “precisão meticulosa com a qual (...) tratou de narrá-lo não figura apenas uma lição de rigor jornalístico, mas de exatidão antropológica”	I – 81-82

Legenda:

I refere-se ao primeiro livro da *Coleção Terra Brasilis: A Viagem do Descobrimento*

II refere-se ao segundo livro da *Coleção: Naufragos, Traficantes e Degredados*

III refere-se ao terceiro livro da *Coleção: Capitães do Brasil*

IV refere-se ao quarto livro da *Coleção: A Coroa, a Cruz e a Espada*

O número que se segue faz referência à página em que se encontra a citação.

* Obviamente se trata de um cronista. Mantive a menção, no entanto, pela curiosa relação de identidade que parece se manifestar entre Eduardo Bueno e o autor da Carta. Notar o “rigor jornalístico” e a “exatidão antropológica” atribuídas pelo autor da *Coleção a Caminha*.

Anexo V – Tabela de adjetivos, predicados e descrições atribuídas a personagens

Personagem	Predicado	Referência
D. Manoel	“Esperançoso e ativo”	I – 19
D. Filipa	“Mulher ativa e enérgica”	I – 42
João Afonso de Alenquer	“Elo de ligação entre os interesses da nação, da nobreza cristã e da burguesia mercantilista”	I – 44
D. Henrique	“alto, forte e loiro”	I – 50
D. João II	“Com uma visão simultaneamente utópica e arrogante, grandiosa e arriscada”	I – 68
Fernando de Magalhães	Sentiu-se “Humilhado e ofendido”	II – 107
Francisco A. Pigafetta	“Nobre aventureiro”	II – 109
Aleixo Garcia	“Devia ser um sujeito tremendamente arrojado”	II – 117
Bacharel da Cananéia	“Um dos personagens mais sombrios da história do Brasil” e “mais misterioso degredado”	II – 128 e III – 21
João Ramalho	“figura insólita” e “patriarca dos mamelucos”	II 143/144 ou III 58
Imperatriz D. Isabel	“Mulher lindíssima”	III – 31
“Homens do Sul” – Irmãos Adorno ⁴³⁶	“Eram homens temerários e ousados, de poucos escrúpulos e imensa determinação”	III – 77 e IV – 164
Francisco Pizarro	“Cruel conquistador”	III – 88
Damião de Góis	“um dos mais ilustres humanistas do século XVI”	III – 128
Vasco Fernandes Coutinho	“tratava os criminosos que infestavam a costa brasileira (...) com irresponsabilidade”	III – 134
Hans Staden	“um aventureiro”	III – 195
Felipe de Guillen	“é possível retrazar os percalços de uma existência repleta de ação e desengano”	IV – 192
Tomé de Souza	“laborioso governador”	IV – 198
D. Duarte	“um dos mais incompetentes governantes da história do Brasil”	IV – 201

⁴³⁶ Deixados por Martim Afonso em São Vicente e Piratininga – “*um elenco* de gente arrojada e intrépida. A partir daquele momento, as trajetórias individuais de vários deles iriam se misturar com os rumos do Brasil”. III – 77

Anexo VI – Transcrição da entrevista realizado em Março de 2010 com Eduardo Bueno, autor da *Coleção Terra Brasilis*.

A entrevista que segue foi realizada em Março de 2010 durante a fase final de redação desta dissertação de mestrado.

- 1) Por diversas vezes você reivindicou a identidade jornalística dos teus tetos sobre história. Até que ponto acredita que essa identidade realmente exista, através de critérios técnicos, ou até que ponto esse é na verdade mais um estatuto profissional, ou até certa humildade (entre aspas) em não se considerar historiador?**

Humildade nunca foi meu forte. Então na verdade se digo que sou jornalista é por um apreço às ferramentas que a minha profissão me deu e que apliquei plenamente ao exercício desses livros sobre história. Eu raramente utilizei as ferramentas que penso ser propriamente aquelas do historiador, embora esteja bem consciente que isso tenha se modificado e que o historiador esteja – infelizmente por um lado – longe de ser o rato de arquivo, o sujeito partindo numa busca incessante, incansável, virtual, pelo documento, pela fonte originária, pela descoberta de novos registros os quais se supõe que existam.

Posso dar um exemplo: se diz que no arquivo de Simancas, na Espanha, há toda uma documentação sobre o período da União Ibérica que ainda não foi plenamente abordado por historiadores brasileiros. A Mary Del Priori, minha querida amiga, que foi diretora do Arquivo Nacional, naquela época se revelou espantada com a pequeníssima frequência de historiadores de ofício por lá; via bolsistas, via jornalistas, via uma série de pessoas e via cada vez menos historiadores.

Em minha opinião o historiador propriamente dito é quem se empenha na busca de fontes primárias e se possível de documentos inéditos, quase inéditos ou esquecidos. Eu jamais fiz isso. E justamente por não fazer isso, mas acima de tudo por olhar para a história colonial do Brasil com um olhar eminentemente jornalístico, com um propósito jornalístico, com um texto jornalístico que eu resolvi dizer, enfim, que era muito mais um jornalista do que um historiador.

Agora, também, em alguns momentos estive consciente de que isso evitaria alguns confrontos, os quais chamo “corporativistas”, com a classe dos historiadores. Não que

eu não estivesse disposto a certos conflitos com a classe dos historiadores – aliás, estava e continuo estando – tanto é que quando se criou uma polêmica com aquele programa do Fantástico fiquei felicíssimo, e o Bial e eu dávamos entrevistas e as pessoas perguntavam “e aí, o programa está agradando?” e a gente respondia, “sim, ele está agradando” porque teve pico de audiência no Fantástico em praticamente todos os seus oito episódios, então a gente acrescentava, “sim, ele está agradando, mas o melhor de tudo é que também está desagradando”. E estava desagradando a quem? A facções mumificadas da classe acadêmica. A historiadores que tenho todo o interesse em provocar, porque acho que fazem parte de uma facção que afastou e ainda afasta as pessoas da história. E eu acredito que este país só pode ser transformado através do conhecimento; e o conhecimento histórico sobre a trajetória brasileira é chave para você interpretar a realidade de hoje. Eu acho que esses senhores nos privaram de abordagens históricas que poderíamos fazer cotidianamente – isso se muitos deles não tivessem transformado a história nessa chatice que eles transformaram.

Mas, finalizando, acima de tudo, eu sempre me senti como jornalista. A minha formação é de jornalista, o meu olhar é de jornalista. Eu planejei esses livros com um olhar de jornalista no texto e com um olhar de editor de livros como produto. Porque esses livros são um produto. Eu acredito no mercado. Acredito numa economia de mercado. Acredito no poder da venda e do dinheiro e fiz esses livros para vender – na melhor acepção da palavra vender. Vender no sentido de obter sucesso. Do mesmo modo que um cantor que grava um *single* pensa ter uma mensagem há dar, como eu achei que tinha, só que além de ter essa mensagem ainda quer que ela venda e faça sucesso. Então eu lancei um produto. Isso mesmo: um produto.

2) A sua obra de certa forma abriu caminho para um surto editorial de jornalistas que escrevem sobre história. Antes de você, a maioria dos livros do gênero eram compostas por biografias históricas do tipo a de Jorge Caldeira ou Fernando Morais. Como autor, você se reconhece na obra de outros jornalistas-historiadores, que não são biógrafos, como por exemplo o Laurentino Gomes? Existem outros que você lê e recomenda?

Como gênero, certamente. Embora eu ache que ele (Laurentino Gomes) tenha tentado uma coisa um pouquinho diferente dos dois que eu vou citar.

Falemos sobre uma das várias coisas que me abriram os olhos para como esse nicho existia, para como havia – e agora vou usar um termo maravilho – uma “demanda reprimida” para textos de história com olhar jornalístico. Várias coisas me abriram os olhos, mas não há dúvida de que duas delas foram os livros do Fernando Moraes e as obras do Jorge Caldeira, que eu conheço pessoalmente há anos (já conhecia antes de escrever meus livros e já tinha um relacionamento com ele como jornalista) e quem, embora seja um pobre torcedor da Portuguesa de Desportos, sou amigo.

Agora, há algumas diferenças fundamentais entre o que eu faço e o que eles fazem. A principal delas é o período histórico. Eles elegeram temas de um Brasil imediatamente reconhecível, quase de um Brasil contemporâneo. Porque embora o Mauá seja um personagem típico do século XIX – a cara do Segundo Reinado, ou do que o Segundo Reinado deveria ter sido – e a Olga seja um personagem de um Brasil varguista – embora ainda presente em muitos aspectos da superestrutura do país – eles são claramente reconhecíveis como “arautos da contemporaneidade”. Especialmente o Mauá, mas também de certa forma o Prestes e a Olga.

Acima de tudo – e essa é a diferença – aqueles não eram personagens estigmatizados pelos manuais escolares. Eles não estavam no imaginário das pessoas, não eram remetidos diretamente ao banco escolar. Minha proposta era trabalhar com o século XVI. Eu sempre fui muito mais interessado no século XVI; ele é meu século favorito, um século que penso – claro que de forma romântica, conscientemente romântica, na verdade – ser mais luxuriante, com suas matas virgens, com mais frescor, personagens aventurecos, piratas, quase capa e espada.

Estou consciente de que essa é uma visão romantizada, mas ela me insuflava, me soprava para esse frescor. Sempre vi a história do Brasil colonial se desenrolando num cenário virginal. Um cenário que eu próprio freqüentava naquelas praias desertas de Santa Catarina que tanto me influenciaram no que resolvi escrever.

Então havia todo um universo novo que poderia ter esse sopro de frescor – que era o Brasil colonial – e havia, o que me servia, todo um universo caquético, esclerosado, desse Brasil colônia aprisionado nos manuais de escola.

Foi seu Cabral... Foi seu Cabral... Pero Vaz de Caminha, Cabral... Eram nomes instantaneamente reconhecíveis. Capitâneas hereditárias? Pelo amor de Deus – Afasta de mim esse cálice! Pensei: é nesse período histórico que eu tenho que soprar um frescor narrativo, um frescor de olhar.

Então não era uma proposta de investigar esses acontecimentos com um novo olhar historiográfico. Longe disso, nem teria condições de fazê-lo e, se tivesse, não o faria, porque talvez não vendesse tanto. E como quero dizer desde o início – e é isso que penso que os historiadores deveriam ouvir, dentre outras coisas se possível na minha voz – é que existe um mercado pra isso. Existe um produto que tu podes fazer a partir disso e é um produto que vai se revelar mais ou menos rentável, vendável, e que além de vender e movimentar uma máquina editorial de mercado ainda vai movimentar a academia. Ainda vai movimentar os neurônios deles. Ainda vai acrescentar para as pessoas, para o público geral, conhecimento.

Era uma alquimia que se formava. Era um produto, um frescor de olhar, uma tentativa de renascimento desses personagens que estavam lá aprisionados dentro da sala de aulas. Era também uma vingança minha contra meus antigos professores de história que me faziam chorar de tédio – era a confirmação de uma convicção de que era óbvio que outras pessoas queriam esse tipo de história. Esse foi o caminho que eu segui.

E esse caminho foi tão extraordinariamente bem sucedido que, sim, gerou toda uma leva de outros jornalistas escrevendo sobre história, dos quais evidentemente o mais bem sucedido é o Laurentino Gomes, com o 1808, provando que eu tinha aberto um nicho de mercado que estava “escancarado” e que ninguém via.

Acima de tudo gerou uma explosão de revistas de história que, se não foram todas que surgiram a partir do sucesso da minha obra, com certeza as duas primeiras foram nominadamente – confirmadamente, pelos seus próprios criadores – inventadas a partir do sucesso dos meus livros. O Pedro Correa do Lago, então presidente da Fundação Biblioteca Nacional, lançou a revista e declarou na Folha de São Paulo que havia resolvido criá-la a partir do horizonte que o sucesso dos livros de Eduardo Bueno abriu. Houve também o caso da revista Aventuras da História, do grupo Abril, criada por um colorado fanático, Adriano Silva, editor executivo. No editorial do número um – número aonde tem um artigo meu – dá a entender que o sucesso de meus livros divulga a existência de um grande mercado de pessoas sequiosas por uma abordagem da história feita com as ferramentas do jornalismo. Silva apresentou um projeto para o Victor Civita – que é leitor dos meus livros – usando-me como exemplo. Assim eu fui consultor do projeto de criação da Aventuras da História.

Para concluir, penso que Jorge Caldeira é o principal dos jornalistas-historiadores. Ele é disparado o melhor, em muitos aspectos bem melhor do que eu, embora a minha obra tenha tido um alcance popular maior que a dele, mas o significado e o lastro que ele

deixou é enorme. Ele criou e dirigiu a editora Mameluco. Lançou aquela coleção Formadores do Brasil. Pegou um personagem que é uma figura chave da história nacional, o Mauá, e trouxe-o para as luzes de volta. Por que nenhum historiador fez isso? Será que os historiadores não se envergonham perante o que o Eduardo Bueno e o Jorge Caldeira fizeram? Porque, como eu já declarei uma vez, toda minha obra é fruto da vergonha que eu sentia por conhecer tão pouco da história do meu país.

3) Por que o subtítulo de *A Viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral* mudou para *um outro olhar sobre a expedição de Cabral*? O que não deixa de ser irônico, se for, realmente, um jogo de palavras com a sentença de Proust, “Um outro olhar” seria justamente a verdadeira viagem... [“A verdadeira viagem da descoberta consiste não em buscar novas paisagens, mas em ter olhos novos”]

Ah, claro que mudou. Afinal, essa foi a única coisa que eu não fiz: o título. Uma coisa importante que fique claro na Coleção Terra Brasilis é que eu a idealizei como um produto para o mercado. Desde o início era um produto fechado: sete volumes, com aquele formato específico, papel específico, diagramação específica feita pela Ana Adams, com aquela espécie de Hipertexto (aquelas notinhas laterais são um achado, porque elas escapam da mesmice da nota de rodapé e ao mesmo tempo permitem um hipertexto).

E porque o primeiro livro não tem tantas notas de rodapé? Porque o editor não queria a citação de fontes diretas, aquele numerozinho embaixo dizendo “apud alguma coisa”, “Vainfas 2009, sei lá o que” – ele não queria isso. Fui proibido. Ele achou que isso afastaria o público a que ele se dirigia. Acho que estava certo. Embora pessoalmente tivesse gostado de fazer diferente; até para evitar insinuações e alguns problemas que tive.

Várias vezes que eu não citei coisas eu não o fiz para evitar interromper o fluxo de leitura do leitor. Ou achas que eu tentei esconder que aquela abertura – e graças a Deus tu viu – de A Coroa, a Cruz e a Espada era tirada do Edison Carneiro? Um autor que eu venero! Era quase uma homenagem a ele. Evidentemente tirada dele. Tanto é, que quando fiz aquela abertura que tu também observou, de Náufragos, Traficantes e Degredados eu nem queria citar o Max Justo Guedes ali, porque dá um rompimento.

E quanto ao editor, o Roberto Feith? Ele é um sujeito de formação jornalística que nem eu, um dos mais famosos do Brasil nos anos 70 e 80, criador do Globo repórter, mentor do Lucas Mendes e da carreira do Pedro Bial, esse sujeito, que foi a primeira voz inteligente na televisão brasileira, que te fazia ligar o aparelho e pensar “olha ali alguém dizendo na TV alguma coisa que significa algo, o que raios ele está fazendo na TV?”. Ele era feio, totalmente fora do padrão, cabeludo, narigudo – tipo eu – aparecia na TV e tu dizias “esse aí não está de acordo com o padrão Globo de jornalismo. E, no entanto, ele estava ali. Por quê? Porque ele tinha algo a dizer. Era um jornalista no melhor sentido da palavra. Completamente determinado a revelar suas fontes – quando isso é necessário – e não fazer nada que não tenha comprovação.

Esse sujeito leu todos os livros da coleção Terra Brasilis fazendo sua exegese. Dizia “de onde é que veio isso?” “Qual é a fonte para aquilo?” “Por que tu estás escrevendo assim?” “Da onde tu estás intuindo aquilo outro?”. E ele é quem sugeriu o tal “pode-se supor quê”. Ele dizia, “vem cá, isso é uma suposição, não é”? E eu respondia, é óbvio que sim, mas é uma suposição evidente! Porque eu mergulhei nesses personagens, Dom Antônio de Ataíde é uma figura a qual eu me entreguei – era óbvio que ele mandava no Brasil...

Depois, tive a sorte e a benção de conhecer o Joaquim Romero Magalhães, meu amigo. Tu tinhas que falar com o Joaquim Romero, com o Keneth Maxwell – com o Hobsbawm tu não vai conseguir falar mesmo – mas com o Nicolau Sevchenko e com o Leslie Bethel e perguntar o que ele acham de mim. Eu realmente estou interessadíssimo em saber o que a UFRGS e a PUCRS, por exemplo, tem a dizer sobre mim depois de ter sido elogiado pelo Eric Hobsbawm, pelo Leslie Bethel, pelo Keneth Maxwell, pelo Nicolau Sevchenko e pelo Joaquim Romero Magalhães. Pronto, para mim basta.

E esses historiadores sempre souberam entender, por um lado, a dimensão mercadológica do meu trabalho, o significado dele como dotado de uma grandeza – e agora eu incluo essa palavra – *pop* e, por outro, souberam compreender a “pequenez” historiográfica do que eu faço. Ou alguém vai pensar que esses historiadores acham que eu sou um investigador historiográfico? Eles não acham que eu seja. Porque não sou.

Voltemos ao Feith porque é importante. O Feith é quem disse “não tem que ter nota de pé de página”. “A bibliografia tem que ser uma bibliografia comentada, ao final do livro”, remetendo o leitor à fonte. Se ele quiser saber, ele que vá atrás da fonte. “Porque o nosso tipo de leitor não vai querer o número da página da fonte que tu tiraste”. É óbvio que alguns leitores vão querer saber qual é a bibliografia e é evidente que eu

exigiria publicá-la – altruisticamente até, no sentido de remeter às fontes – porque uma das coisas que eu mais gostaria na vida é que todos os brasileiros tivessem lido o livro Cidade de Salvador, 1549, de Edison Carneiro.

E tu acha que eu teria algum problema deles perceberem o quanto desse livro esta presente em A Coroa, A Cruz e a Espada? De forma nenhuma! É que eles não iam ler o Edison Carneiro, eles iam ler o Eduardo Bueno. E eles não iam, muito menos, e daí sim, ler o Teodoro Sampaio que é outro livro ao qual eu devo todos aqueles detalhes de Salvador. Mas é óbvio que eu também percorri todas as ruas da primeira capital do Brasil depois de ler o Edison Carneiro e o Teodoro Sampaio à exaustão.

Eu via tudo! Fui à praia de Naufragados, em 1977, 1980 novamente. Acampeí lá. Eu via todos aqueles personagens, aqueles náufragos, piratas, traficantes e degredados, Gonçalves da Costa, Melquior Ramires. E generosamente quis compartilhar a experiência que tive com essas figuras. Compartilhá-la com um universo muito maior. Qual o historiador que fez isso? Em minha opinião, sou o altruísta e eles são os egoístas. Então, esse sujeito que não quis que tivesse pé de página, foi o mesmo que me cobrou cada detalhe. E ele me fez – e em muitos aspectos, agradeço – tirar várias induções, várias ilações. Tu notaste diversas e as citou, mas haviam mais. E ele dizia “isso aqui não, até acho que foi assim, mas não”. “Vai nos incomodar”, ele falava. E era essa atitude de ir aos lugares que me levava às induções.

Pois então, o livro original era um produto. Eu fiz toda a coleção. Capa, contracapa, orelha, tudo. Escrevi o livro em 44 dias que por uma incrível coincidência é o mesmo número de dias que a viagem do Cabral durou. Escrevi também o release para a imprensa. Entreguei tudo pronto. Chamei o livro simplesmente de “O Descobrimto do Brasil”. Só que quando chegou na editora eles disseram que tinha que ter um subtítulo.

Aí o Feith, que é jornalista, ligou para mim e disse “o Descobrimto do Brasil”? “Que é isso?” “É piada?”. Eu respondi dizendo que ele que inventasse um nome melhor, se não gostou. Ele desligou. Cinco minutos depois ligou de novo dizendo: “que tal A Viagem do Descobrimto”. E era perfeito, por causa da viagem do Kerouac, eu sou um viajante – viajandão – então eu disse ok. Mas a subeditora dele inventou que deveria ter um subtítulo, e propôs um.

Não é que o subtítulo dela foi o mais desastroso possível? “A Verdadeira História da Expedição de Cabral”. Em primeiro lugar eu não acredito na verdade como absoluta, segundo, se existisse essa verdade histórica, certamente o portador dela não seria eu. Ainda mais sobre uma verdade do século XVI. E aí quando eu tive a chance de reeditar

o livro eu disse, pelo amor de Deus, “um outro olhar sobre a expedição de Cabral”. O subtítulo anterior me causou alguns problemas, saiu uma resenha em Portugal, um historiador me detonou na revista Oceanos – em parte por causa dele.

E aí o livro foi para a gráfica com esse subtítulo. Mas quando teve uma reedição eu mudei para um outro olhar, no conceito proustiano de que um outro olhar talvez já estivesse mais do que na hora de aparecer e estivesse, ironicamente, mais próximo de uma noção mais abstrata e profunda de verdade.

4) Qual o papel efetivo dos consultores técnicos da coleção? O Ronaldo Vainfas e a Sheila Faria, como eles trabalhavam?

Trabalhei bastante com o Ronaldo Vainfas. Com a Sheila Faria não tive nenhum contato. Quanto a isso, mais uma vez observa-se o mérito do Roberto Feith. Certa feita, veio ter comigo e disse: “concordo em fazer essa coleção com uma condição, a de que tenha um historiador que a avalie, que dê o seu aval”. Era tudo que eu queria.

As minhas intenções eram as melhores. Por isso me sinto muito tranquilo. Porque é óbvio que meus livros têm defeitos, falhas, mas nenhuma é de má fé, de aproveitamento – são todas em função da minha incapacidade. Nunca tentei ludibriar ninguém. Na verdade acho que são livros generosos, altruístas, nesse sentido de entrega, “olha, ta aqui o que eu pesquisei, quero facilitar a vida de vocês e estou dando de mão beijada”.

Por quê? Por causa do seguinte: o leitor é o meu freguês. O meu cliente. Sabe aquela expressão repugnante, “encantar o cliente”? É esse o meu propósito! Muito dos historiadores acadêmicos escrevem para espantar o leitor, como se dissessem “eu sofri tanto para saber tudo isso, e agora tu vais sofrer também, seu filho da mãe”. Parece que é isso que eles fazem. “Eu sei isso e se tu quiseres saber o que eu sei, tu vais ter que passar por uma *via crucis*”. O meu propósito é o inverso. Eu digo “olha, eu me esforcei o máximo que podia, li coisas que eventualmente são consideradas chatas, e estou facilitando a tua compreensão delas”, embora eu queira que em algum momento fique registrado que não acho nem sequer o Varnhagen, nem muito menos o Capistrano de Abreu, enfadonhos. E eu venero o Teodoro Sampaio!

E então quando ele falou que queria um consultor eu respondi “ótimo, tudo bem”. Tinha proposto tudo, o nome da coleção, o tamanho da coleção, o formato, todos os títulos. Quando ele argumentou “eu quero que tenha um consultor técnico” o primeiro nome que me veio à mente foi o de Ronaldo Vainfas. Vainfas parecia afeito aos

comportamentos desviantes, como a obra dele comprovava. Mas eu resolvi não dizer quem era o meu nome preferido, porque não sabia nada dele, a não ser a obra, e o Feith poderia pensar que eu estava atrás de um profissional que me “protegesse”. Aí ele olhou para mim e disse “Ronaldo Vainfas”. Então eu vi que tudo se encaminhava para o sucesso, embora eu não pudesse achar que seria esse sucesso – achei que deveria vender 30 mil exemplares, que para o Brasil é um enorme sucesso, e vendeu 387 mil exemplares.

E aí veio o Vainfas. Os livros foram enviados para ele. Ele fazia observações pontuais. Eu tinha que responder às observações dele. Mas eu estava muito cansado e dava muito trabalho responder por escrito. E dentre meus inúmeros méritos – e eu sou um sujeito cheio de méritos, acima de tudo a modéstia, afinal, minha modéstia é a maior do mundo – foi o de ter gente me controlando. Eu nunca escrevi como falo, com essa figura caricata e histriônica, porque sempre tive, no fundo, um olhar para o mercado – e também sempre tive gente me controlando. Afinal, ironia não vende. O Brasil é o país aonde a gente tem que explicar a ironia.

Mas, retomando, embora eu tenha inúmeras qualidades, o poder de síntese não é uma delas. De modo que era muito difícil responder tudo por escrito para o Vainfas. Resolvi ir para o Rio de Janeiro. No Rio, ele observava e eu argumentava, várias coisas mudei, sou grato a ele. Mas a palavra final, claro, sempre era minha.

Depois tivemos um desentendimento. Posso falar em *on*. Ele fez um livro chamado Dicionário do Brasil Colônia, usou informações minhas de Capitães do Brasil em alguns verbetes dos donatários, mas não me colocou na bibliografia. Ele achou que eu não era digno suficiente de estar na bibliografia. Naquele dia eu disse para o Feith: o nome dele nunca foi tão lido quanto como consultor dessa coleção.

Em troca, o Vainfas ligou para o Feith falando que estava incomodado porque eu tinha dado várias entrevistas dizendo que os historiadores escreviam mal e que muito do sucesso da minha obra se devia ao fato dos acadêmicos serem péssimos escritores e eu escrever bem. O que é um absurdo. Talvez alguém tenha publicado assim porque todos sabemos como o jornalismo pode ser fugidio e incompetente.

Por meses eu gostei de estar do outro lado do balcão! Mas foi nesse momento que lembrei quanta gente já devo ter prejudicado fazendo as sacanagens que o jornalismo faz. Eu fiz muitas delas como jornalista. Fiz muita coisa errada. E daí, de repente, eu me via do outro lado do balcão, com eles publicando um monte de bobagens sobre mim. E

o mais grave é que publicaram coisas na minha boca que eu não disse. Repórteres que não gravam, que escrevem “Eduardo Bueno disse que”, e eu disse nada daquilo.

Eu falei que haviam historiadores que escreviam mal. Mas existem historiadores que escrevem maravilhosamente bem. Quer que eu cite alguns? Eu te dou vários agora: Ronaldo Vainfas, Lilia Schwartz, Alberto Costa e Silva, Nicolau Sevcenko, José Murilo de Carvalho. Tem um monte! A produção historiográfica brasileira é de primeira ordem. Primeira ordem, pelo amor de Deus! E os livros didáticos – esses é que são os ruins – não são feitos por historiadores. Agora, tem muita coisa acadêmica ruim. E eu só falei isso. E ele, Ronaldo Vainfas, sempre foi um nome que eu gostei. O mesmo que ligou para o Feith e disse que estava incomodado porque eu andava espalhando que os historiadores escreviam mal. Poxa, eu gosto até do Varnhagen, se tu queres saber.

Eu sou considerado um moderninho, por causa dos *beats*, por causa do Bob Dylan, mas na verdade eu sou – como disse uma vez minha ex-mulher – um homem atrás do meu tempo. Sou zero moderninho. Olha as coisas que eu gosto! O Dylan é um velho! Os *beats* estão todos velhos!

Eu gosto dos velhos. Gosto do Teodoro Sampaio. Gosto do Capistrano e até do Varnhagen. Claro que ele não escreve bem, mas não me irrita. O que me irrita são os historiadores de “esquerda” e os historiadores supostamente analíticos que em minha opinião não analisam nada.

Fluidez e tem idéia são fundamentais. Penso que a idéia está em primeiro lugar. Se o autor escreve mal, mas tem idéia, eu ainda o absolvo; se escreve mal, mas captei a idéia, pra mim está bom. Agora, o autor que além de escrever mal ainda tem uma idéia estúpida! Foi tudo que falei, porque eles estavam me atacando e eu reagi. Mas o Vainfas vestiu a carapuça, ficou se mordendo de inveja, ligou pro Feith e disse: “estou incomodado com o Eduardo Bueno”.

Mas o Ronaldo Vainfas me livrou de boas. Meus livros tinham muitas generalizações e simplificações. Algumas eram propositais. Outras eram equívocos. Por exemplo, eu falei que quando se estabeleceu o Governo Geral se encerrou de vez o regime das capitânicas. Aquele pano rápido do jornalismo. E o Vainfas disse que não. Que não havia se encerrado. O Governo Geral foi instalado no Brasil, mas algumas capitânicas continuaram sob a administração dos seus donatários. Isso foi na última frase dos Capitães do Brasil. No *turning-point* para entrar nos Governos Gerais. E isso é algo que eu devo ao Vainfas e sou grato, dentre outros erros mais específicos que ele corrigiu.

Nota de pé de página: o cara é um mala, o Vainfas. Fumava cigarros em cima de cigarros, nós sentávamos para discutir o livro por, digamos, uma hora. E nessa uma hora ele fumava vinte cigarros. E eu tinha que ficar sentindo aquele fedor, na minha roupa, na minha cara.

Depois me vem com aquele dicionário do Brasil Colônia, pega trechos inteiros dos meus livros – porque não há nenhum lugar em que se encontre perfis pessoais e “psicológicos” dos donatários como têm nos Capitães do Brasil. Eu compilei todas as informações que existiam para retratar eles. Quem era o Aires da Cunha, quem era o João de Barros, quem era o Duarte Coelho, que sabes que eu venero, quem era o Vasco Fernandes Coutinho, quem era o Pedro Tourinho. Isso tem em algum lugar? Não tem, não tem, não tem! Aí o Vainfas faz um “Dicionário do Brasil Colônia” e é óbvio que ele incluiu como verbetes (e não sei se ele o faria caso a Terra Brasilis não existisse) donatário por donatário. Pega trechos que eu sei que chupou de mim. Eu sou jornalista, eu sei! Conheço essas sacanagens! E não me põe na bibliografia...

Liguei para o Feith e disse “esse cara não é mais o consultor”. É óbvio que eu tenho milhões de defeitos. É óbvio que estou longe de ser perfeito – ou aperfeiçoável, o que é pior... – só que eu sou um sujeito decente! Sou decente! Até com colorado eu falo.

Em suma: os consultores foram importantes. O Vainfas me salvou de várias. Mas, a partir de A Coroa, a Cruz e a Espada, eu não precisava mais deles, assim como não precisava mais do aval de ninguém.

5) Próximo ao ano 2000, seus textos foram auxiliados pelo gancho das comemorações. Em 2006, apareceu *A Coroa, a Cruz e a Espada* trabalhando a temática da corrupção, em meio aos escândalos do mensalão. No seu entender, qual o papel do gancho jornalístico para a escrita dos teus livros? O atraso do quarto livro se explica pela espera por uma melhor oportunidade editorial?

Não, não se explica de forma nenhuma. Mas a pergunta é procedente e faz todo o sentido. A coleção foi bolada tendo como gancho os 500 anos. Gancho no sentido jornalístico da palavra. Eu tinha um projeto de escrever sobre história colonial desde 1985. Porém, por uma série de circunstâncias da minha carreira, especialmente da minha vida, eu sabia que não era o momento. Eu não sabia quando era o momento; eu

sabia quando não era o momento. Em 1997, conclui que sim, tinha chegado a hora. E ela estava vinculada à efeméride.

Porém, a minha experiência como editor comprovava que lançamentos em cima de efemérides no exato momento em que elas estão ocorrendo é uma roubada. Porque em 1989 se fizeram dezenas de lançamentos sobre os 200 anos da revolução francesa. Em 1988, antes disso, se fizeram diversos lançamentos sobre os 100 anos da abolição. Em 1989 se fizeram também montes de lançamentos sobre a república no Brasil. Como, estupidamente, se farão lançamentos sobre a independência do Brasil em 2012. E o momento não é de se fazer quando da efeméride – é de se fazer antes da efeméride, ser como um “abre alas” daquela coisa.

E isso é algo que os historiadores acadêmicos poderiam compreender, porque eu advogo por uma conexão entre a produção acadêmica de melhor qualidade e o mercado. Esses autores tem que produzir coisas que sirvam também para o mercado. Vai ser bom para o Brasil e vai ser bom para eles. E ao produzir para o mercado eles vão ter que se submeter a determinadas regras da indústria editorial que vão dinamizar determinados tipos de texto. Mas eles não aproveitam a efeméride! E quando o fazem, o fazem em cima do laço. Pior: não pensam dentro da abordagem de transportar o leitor para o passado. O leitor quer estar lá, quer ser testemunha presencial...

É óbvio que é mais difícil para o historiador de ofício transformar o seu leitor em testemunha presencial. Mas se ele pudesse ao menos flertar com isso, como a mim é concedido... É por isso que nunca quis competir com historiador. É em defesa do historiador. Porque ao usar as ferramentas do jornalismo tenho muito mais chance e oportunidade de transformar o meu leitor em testemunha presencial do que o historiador teria.

O historiador teria que se esforçar muito mais do que eu para transportar o seu leitor para a cena do que eu posso me permitir. Então por isso – e aí falo novamente – por isso eu sempre quis dizer que era jornalista. Não para me proteger, mas para proteger o trabalho do historiador, que é um trabalho que não pode usufruir das vantagens que eu posso me dar o luxo de empregar. Luxo que me leva a transformar o meu leitor em testemunha presencial!

Para um historiador fazer isso, exige uma dose de empenho e talento, muito maior do que exige de mim. Não que eu não ache que eles devessem se submeter a esse desafio. Olha o Robert Darnton. Ele te põe lá, na cena da Revolução Francesa. Tu acompanhas a Revolução Francesa com ele. Mas por quê? Porque esse é jornalista. Mas o Peter Burke

também consegue isso de certa forma em *A Fabricação do Rei*. *A Fabricação do Rei* te desvenda o advento da revista *Caras*!

O Gancho da efeméride foi usado. Mas essa coleção é uma coleção tão bem aventurada que embora por uma série de questões profissionais e pessoais o quarto volume tenha atrasado tanto, ele saiu em 2006 por pura coincidência. O início da coleção, não. Foi feito em função da efeméride. Sem dúvida. Usando como gancho no sentido jornalístico da palavra.

Agora, o fato de sair em 2006 *A Coroa*, *a Cruz* e *a Espada* aconteceu por uma coincidência auspiciosa. Afinal, essa é uma coleção muito auspiciosa, muito bem aventurada, no sentido do mercado. Ela atrasou por causa das circunstâncias que se modificaram de minha vida profissional, como editor. Porque eu pude me tornar autor *barra* editor. Eu sou um dos únicos autores brasileiros, assim com o Jorge Caldeira, e não há de ter sido coincidência, que, por descobrir o nicho do mercado da história pude fazer a transição e se tornar um autor/editor. Ou seja, ter controle, ter o *final cut*, a edição final. Foi em função dessas alterações que resolvi voltar para o mercado, cumprir o contrato e concluir o quarto volume. E deu sorte dele sair em cima do mensalão. E não foi proposital, embora seja muito revelador.

6) Certa vez, num *Chat do Terra*, você disse que o projeto apresentado para a editora objetiva era bem “espetinho”. Poderia explicar exatamente no que ele era esperto? O projeto incluiu algum plano de marketing?

Já falamos um pouco sobre isso. Vamos acrescentar que eu sabia que o livro tinha que ser visual. Sabia que tinha que ter “figurinha”.

Eu li uma frase do Alice no País das Maravilhas. Lembra dessa fábula? Começa com ela entediada, num dia abafado, tipicamente porto-alegrense, deitada numa grama, com a gata ronronando ao lado, bichos dormindo, mocinha dormitando e querendo vencer o tédio. Alice pega um livro, folheia o texto e diz “pô, não tem figurinha, qual a graça de um livro sem figurinha?”. Adoro citar essa frase para provocar. E certas vezes remeto ela a historiadores acadêmicos. Qual é a graça de um livro sem figurinha? É óbvio que estou falando do recurso iconográfico.

7) Entre o terceiro e o quarto livros identifiquei um “turning-point” na narrativa da *Terra Brasilis*. Como você explica no início de *A Coroa*, *a Cruz*

e a Espada, o estabelecimento dos governos gerais decretaria o fim do que, com certa liberdade, se poderia chamar de “período romântico” do expansionismo português. Ao que parece, a idéia de um período romântico é atribuída a Harold Johnson. Eu não consegui encontrar essa menção na obra dele. Seria essa proposta de periodização uma leitura sua da história do Brasil?

Veja bem. Tem uma coisa muito importante que vou dizer e que nunca disse para ninguém porque não tive oportunidade. Tem um lado dos meus livros nos quais eles são totalmente convencionais na periodização. O primeiro livro: descobrimento, cronologia tradicional, estanque. Sempre bem convencional, porém com uma ginga diferente.

Por exemplo, o fato de eu ter chamado aquelas três décadas de “décadas perdidas” é muito interessante. Porque foi usada aquela expressão sobre a década de 80 como sendo a década perdida do Brasil, país não cresceu, não evolui, época do Sarney. E eu chamei as primeiras décadas do século XVI de “décadas perdidas” por que são menos estudadas mesmo, as pessoas abordam elas com menos dinamismo e vigor. Quase ninguém escreve sobre elas. Mas é uma periodização. Depois as tais capitânicas hereditárias que é um dos marcos historiográficos mais tradicionais e caretas, coisa do Varnhagen e do IHGB.

Depois vêm os governos gerais. Dediquei um livro para cada um desses marcos. Eu me servi dessa estrutura, que é uma estrutura convencional e que poderia ser outra.

Estrutura que não quis desafiar. No máximo cheguei a tentar dinamitá-la por dentro. A passagem do terceiro para o quarto livro com certeza foi um *turning point*. E isso se deve um pouco a uma visão muito romântica minha da vida e da história, do meu lado *beatnik* e estradeiro. Quando tu não tens o poder estabelecido, plenamente, enquanto o reino ainda não conseguiu exercer inteiramente o seu poder sobre o novo território, eu identifico esse período como uma época mais romântica e dada à aventura. Eu sei que não é exatamente assim. Ou que se foi assim poderia haver outra leitura. Mas essa foi a minha leitura.

8) Certa vez você disse que seus livros estavam para ser publicados em língua inglesa pela *Bloomsbury*. Isso aconteceu? Vai acontecer? Pode acontecer?

Meus livros foram lançados em Miami. Fizeram muito sucesso em Portugal e na Espanha também, venderam bem. O Feith é muito amigo do pessoal da Bloomsbury. Então eles perguntaram para ele: “o livro viaja bem?”. E essa é uma pergunta que no jargão editorial quer dizer que o livro, traduzido, vai emplacar em outros países. E o Feith disse “sim, muito”. Ainda mais que o Brasil é um país emergente, estava ligado aos 500 anos, o mundo todo ávido por informações da nossa história. Só que daí eu tive um desentendimento com a minha agente no Brasil. O livro estava vendido para a Austrália, para o Japão e para a Bloomsbury.

Uma coisa importante: qualquer livro em qualquer país do mundo que passe de 100 mil exemplares atrai a atenção dos *scouts*, dos agentes literários, dos olheiros das letras. O Brasil tem a oitava maior indústria editorial do mundo. O que quer dizer que a indústria editorial brasileira está muito acima do seu país, se é que podemos dizer assim. Ela é moderna, dinâmica, e nela gira muito dinheiro, perto de 2 bilhões de dólares por ano. É um mercado pujante e dinâmico.

Os grandes editores brasileiros, Luís Schwartz da Companhia das Letras, Roberto Feith da Objetiva, Sérgio Machado da Record, entre outros, são mundialmente conhecidos. Porque toda a indústria se reúne na feira de Frankfurt, um grande conagraçamento da indústria que ocorre todos os anos. Eu fui 11 anos seguidos lá. Aprendi sobre o mercado do livro. Por isso que esses textos têm todos os aspectos que permitem pensá-los como um produto. Calculadamente um produto.

Eu tinha conhecimento dessa indústria. Uma indústria sequiosa de historiadores acadêmicos que não sejam aparvalhados, que escrevam bem, que vendam. Só que eles não percebem que esse mercado existe, eles não querem saber que esse mercado existe. Porque, ao que parece, eles tem medo desse mercado, medo de se confrontar com as suas próprias limitações acadêmicas. E por causa desse medo de romper os paradigmas – paradigmas caquéticos – eles não produzem para o mercado, ao contrário dos historiadores americanos que produzem e que se submetem ao olhar de um editor. Editor que vai olhar e dizer “isso você publica como uma tese acadêmica”, “mas nesses pontos eu vou mudar algumas coisas”, claro que sempre com o consentimento do historiador.

O Roberto Feith me sugeriu grandes mudanças. Apesar de ele ser *Publisher*, também atuou como Editor, mexendo no meu texto. Os historiadores acadêmicos, além de escreverem a maior parte muito mal, ainda acham que o texto deles é intocável, sagrado. Pelo amor de Deus! Nem o texto do Norman Mailer é sagrado. Norman Mailer se

submeteu a editores. Quando o Gore Vidal, com seu monstruoso ego, entrega um livro e o editor diz “ei, tem que mudar isso daqui, tem que abrir assim, mudar assado”, ele consente. Óbvio que a palavra final é do autor. Como a minha também era.

9) Quais lugares descritos na Terra Brasilis você já visitou? Qual o papel que visitar esses lugares teve na escrita de seus livros?

Penso que um dos problemas graves que o Brasil tem de não se entender como nação é uma falta de *sense of place*, a sensação ou sentido do lugar, relacionado a uma certa topofilia, aos laços afetivos que deveriam existir entre os seres humanos com os ambientes que os cercam. Na verdade o processo que me levou a desenvolver interesse pela história iniciou pelo sentimento de deslocamento que eu sentia, tanto na sociedade, família colégio, cidade. Cheguei a aviltar a possibilidade, inclusive, de me sentir um *outcast* por desconhecer a história dos lugares em que vivia. O primeiro lugar no qual eu me senti em casa foram as praias de Santa Catarina. Fiz parte da segunda leva de gaúchos a “descobrir” as praias daquele estado. Praia do Rosa, Ibiraquera, Praia do Silveira, conheci algumas delas quando ainda eram totalmente desertas.

Mas para me sentir de fato em casa naqueles lugares eu percebi que precisava saber a história das praias. Meu primeiro flerte com a história foi através da geologia – a história da formação geológica dos lugares. Eu penso que uma das lacunas enormes que existem na produção científica do Brasil é um livro de geologia que não seja escrito em “geologês”. Comecei primeiro, portanto, a estudar a formação geológica das praias de Santa Catarina e fui à UFSC, com 18 anos de idade, fazer um levantamento bibliográfico a respeito do tema. Quando fiquei mais familiarizado com a questão, descobri que o cenário estava vazio... E que na verdade esse cenário vazio não possuía tanto atrativo. Conclui que precisava humanizá-lo, para entender como as pessoas perceberiam aquele lugar, a topofilia dos diferentes habitantes que lá estiveram.

Foi aí que me interessei por pesquisar quais foram os habitantes originais daquele litoral. Então encontrei a questão dos sambaquis, conheci o Arno Kern, flertando pela primeira vez com a arqueologia. Cheguei mesmo a conhecer o Padre Arlindo Horn, um dos maiores arqueólogos da história do Brasil e o maior especialista em sambaquis, a quem conheci já na casa dos seus 80 anos, embora, é claro, hoje suas pesquisas já estejam há muito ultrapassadas. Em função dele acabei conhecendo o Padre Ignácio Schmidt, um dos mestres do próprio Arno.

Toda minha incursão nesse tema deveu-se ao fato de, primeiro, eu ter pesquisado o cenário para, depois, tentar humanizá-lo, introduzindo-lhe personagens como se fosse em um palco – por isso mesmo utilizo propositalmente o termo “cenário”, “o cenário estava montado, mas vazio”.

Então eu necessitava de atores históricos nesse cenário, e preferi colocar os índios, mas por quê? Porque, como um hippie, vivendo da mãe natureza, identifiquei-me completamente com os indígenas. Na verdade eu comecei a pesquisar os índios históricos, ou seja, aqueles que tiveram contato com os brancos, no caso de Santa Catarina, os Carijós. Mas logo recuei pouco mais no tempo, pois os Carijós não eram autóctones daquela região e sim os tais “homens dos sambaquis”. Dos sambaquis voltei novamente para os Carijós e conclui, no entanto, que ainda faltava um outro elemento dramático.

Na mesma época, minhas mãos encontraram um livro que se tornaria chave em minha vida, *Bury my heart at wounded knee*, “Enterrem meu Coração na Curva do Rio”. O Dee Brown, autor, é historiador de formação, da universidade de Austin no Texas que – e aí vem uma frase pedra de toque – *escreve como um jornalista*. Tem um texto totalmente fluente, evidentemente voltado para o mercado.

Além de ir aos lugares que me interessam, eu costumo ir atrás das pessoas que me interessam: visitei Austin no Texas, encontrei o Dee Brown, fui atrás dele, sem receios, quando passeava pelos Estados Unidos em uma de minhas viagens estilo Jack Kerouac. Dee Brown disse-me que, como qualquer autor americano publicado para o mercado – porque o livro lá é um produto –, ele passava por uma edição, cujo filtro do editor visava encontrar a maneira do texto atingir o maior número de pessoas.

Mesmo os historiadores brasileiros, até os que escrevem mal – embora fiquei aqui a ressalva de que muitos escrevem bem – tem o desejo, não tão secreto assim, de atingir o maior número de pessoas possíveis. É estranho que alguns tenham quase vergonha de admitir para si mesmos que escrevem para ser lidos. Mas sim, eles escrevem para ser lidos, ninguém escreve para não ser lido. Quem é que escreve para nunca ser lido? Os humanos escrevem porque eles querem que as suas idéias passem para outros. Infelizmente, muitos historiadores brasileiros escrevem para serem lidos, sim, mas para serem lidos por seus pares. Embora isso já tenha mudado, foi assim durante muito tempo.

Quando você quer ser lido pelo público, você transforma o seu livro num produto. Quando você transforma seu livro num produto da indústria cultural você pode se

submeter às regras, no caso, da indústria editorial brasileira. Que, como frisamos, é uma indústria editorial não apenas moderna e dinâmica, mas também conectada à indústria editorial mundial, da qual o Brasil é parte bem ativa e muito respeitada em Frankfurt.

Então perguntei ao Dee Brown se ele escrevia assim, maravilhosamente bem, de bate pronto, ou se alguém editava o texto. Ele me respondeu, com sinceridade, que obviamente seus livros passavam por um filtro editorial. Mas a palavra final, evidentemente, era dele.

Enterrem meu Coração é um *turning-point* definitivo na minha vida. Naquele livro, naquela época, 1980, eu decidi que algum dia ia escrever sobre história colonial do Brasil. Porque percebi ser óbvio que o confronto entre brancos e indígenas no Brasil tinha sido tão dramático, tão intenso e sanguinolento quanto aquele que ele descrevia, quanto o processo de genocídio das tribos norte-americanas.

Só que o Brasil, tão pouco afeito a produzir mitologia sobre si próprio, teve a maior corrida do ouro do mundo e onde está o Jack London que registrou isso? E a pouco aconteceu outra em Serra Pelada, quem registrou? Imagina as bandeiras, o que daria de filmes sobre isso? Os bandeirantes tiveram sua atuação 250 anos antes da corrida para o oeste americana, matando e escravizando índios, destruindo missões. O único filme que existe sobre as missões que vale a pena é o de Roland Joffé, *A Missão*, com Robert De Niro e Jeremy Irons. Por que o Brasil não produz essa própria mitologia da sua história? Tiradentes é outro personagem que daria uma figura fantástica mas, quando aparece, temos aqueles filmes enfadonhos lotados de chavões, da época do “Brasil Grande”. E Dom Pedro? Imaginem a quantidade de filmes ou biografias se poderiam fazer com ele. Quando li aquele livro e falei com o Dee Brown pensei que esse era um território que eu poderia explorar. Eram obsessões minhas, mas sabia que o tema era mercadológico. Essa é a verdadeira gênese da coleção Terra Brasilis. Portanto, ela se dá 18 anos antes dos livros saírem.

Em função dessas viagens para os Estados Unidos, de minha experiência hippie, em função de eu por vezes me imaginar como um índio em praias virginais, acabei vinculando-me antes com a cultura pop americana, com a geração *beat*, com Bob Dylan, etc. Traduzi *On the Road* em 1982, com o livro saindo em 1984. Acabei me vinculando com a indústria editorial brasileira por outro viés, *pop* e *beat*, indicando esse livro para a Brasiliense – fez muito sucesso, vendeu 122 mil exemplares – abrindo-me as portas de várias editoras. Escolhi a LP&M, pois na época não queria me mudar de Porto Alegre.

Comecei a editar muitos livros da geração *beat*, como *Charles Bukowski*, *John Fante*, etc.

Mas também encontrei uma brecha para editar pela LP&M uma coleção chamada “LP&M História”, na qual publiquei Bartolomeu de Las Casas, *Brevíssima história da relação das índias ocidentais*, que eu chamei de Paraíso Destruído. Muita gente não gostou desse título, mas eu o defendo, pois era para vender mesmo, e não me envergonho disso, pois acaso preferem que as pessoas leiam ou não leiam Bartolomeu de Las Casas? Depois fiz os *Diários da Descoberta da América* do Cristovão Colombo, mais tarde *As Cartas do Américo Vespúcio*, Cabeza de Vaca – embora agora esse Paulo Marcum esteja se apresentando como “descobridor do Cabeza de Vaca”, algo patético – mesmo eu, que publiquei muito antes, não me considero descobridor de ninguém.

Esses livros venderam muitos. Marco Pólo, que recebeu publicação tanto diferente, entrou na lista dos mais vendidos da Veja. É raríssimo um livro de domínio público entrar nesse tipo de lista. Só entram livros que tem autor conhecido, que possui direitos vigentes. O mercado se protege, nesse sentido é muito interessante, dificultando emplacar um domínio público como mais vendido. E o Marco Pólo chegou em terceiro lugar na lista da Veja de não-ficção, vendendo mais de 10 mil exemplares, na época, o que é muito. Tudo isso foi me provando que havia essa “demanda reprimida” por livros de história, que as pessoas gostam de história, especialmente quando ela é apresentada para eles por um viés que tenha ação e aventura.

Tudo mostrava que havia um público para “aventuras na história”. Depois isso me mostrou que para haver essas aventuras era preciso existir um frescor do cenário. A ação tinha que se desenrolar num *setting*, numa locação. Eu que já havia viajado vários lugares fora do Brasil, conhecia pouco o país. Aí comecei a ir nos lugares nos quais a história tinha se desenrolado, isso depois de ler boa parte dos relatos de viajantes. O que é ainda mais interessante: muitos desses lugares, locações históricas, ainda seriam, 500 anos mais tarde, paraísos hippies: praia de Naufragados, Porto Seguro, região de Garopaba, Arembepe (aonde o Caramuru naufragou), ilha de Itamaracá. Por ir a esses lugares, anos depois me senti preparado para escrever os livros.

10) Essas técnicas “realistas” como a descrição das cenas e paisagens – a autópsia, como chamavam no século XIX – de certa maneira lembra a prosa do jornalismo literário. No seu texto sobre o *New Journalism*, de 1994, Zero Hora, você cita uma frase do Tom Wolfe – “os bárbaros estão chegando”. Seria os jornalistas agora os novos bárbaros da historiografia?

Penso que sim. Penso que foram. E penso que os historiadores deveriam estar muito atentos para o que os jornalistas tem a ensinar para eles. A própria frase deve soar como afronta, mas eu não estou a dizendo como afronta. Eu gosto de ser afrontoso, desde que esse enfrentamento tenha um propósito e– com exceção do futebol – só me meto em confrontos que têm um propósito. Mas nesse caso, não quero confronto, não é provocação; eles deveriam perceber, e muitos já estão percebendo, que os jornalistas que escrevem sobre história aprenderam com os historiadores, devem isto aos historiadores, pois eles pegaram o que os historiadores tinham de melhor, e pegaram também (e principalmente) o que eles tinham de pior. Pegaram temas eventualmente similares, ou temas esquecidos, para vestirem isso com uma nova roupagem. E era um roupagem meramente estilística, de texto. Eu penso que Fernando Morais e Jorge Caldeira, para ficar em dois exemplos mais próximos, que considero mais eficientes que o Laurentino Gomes, embora tenham vendido menos do que ele, são muito menos influenciados pelo *new journalism* do que eu. Eu sou gritantemente influenciado pelo *new journalism*. Infelizmente muito aquém dos mestres, quem me dera eu tivesse a capacidade de escrever como os quatro principais dali: Truman Capote (embora não se identificasse por completo com o fenômeno), Tom Wolfe, Gore Vidal e Gay Talese. Acabei conhecendo pessoalmente o Tom Wolfe e Gay Talese, entrevistei Norman Mailer por telefone. Naquela velha obsessão por conhecer e procurar as pessoas de quem eu gosto. Li todos os livros desses quatro que caíram em minhas mãos. Eles foram uma influencia muito grande no meu trabalho.

Acho que fiz uma coisa muito esperta. Nenhum desses jornalistas que escrevem sobre Brasil pegou um período tão remoto. Nenhum foi até a história colonial do Brasil. E o próprio Dee Brown, que nesse sentido é uma influencia ainda maior para mim, também não trabalhou exatamente um período colonial, embora tenha escrito sobre ele também, brilhantemente, porque o período que interessava a ele era de 1870-1890, realmente quando se dá o massacre final das tribos do oeste americano, falando muito pouco do leste. O leste me interessa muito. Às vezes eu sonho em escrever um livro sobre a

Virginia, Massachussets, os *Pilgrims*, os primeiros, o John Smith, o cara que casou com a Pocahontas e também os espanhóis do sul. Penso que é uma questão que nos EUA faria muito sucesso, caso vestissem com a mesma roupagem que vesti, e até gostaria de fazer isso um dia.

Além de ser influenciado por todos esses autores, ainda peguei a história colonial. Esses personagens que faziam parte da cartilha...

11) Você sempre se apresentou como uma figura “caricata e histriônica”. No entanto, seus livros possuem um tom sóbrio que de certa maneira contrasta com a figura que é vendida em suas entrevistas.

Penso que dentre os preconceitos que existem na academia com relação ao meu trabalho, um deles é a figura física, minha *persona*, meu comportamento, o qual eu evidentemente não pretendo mudar.

Conheces aquela frase do Rimbaud, *eu sou um outro*? Quem escreve é quase um outro. Claro que pessoalmente, fechado, dentro de minha casa, não sou outro. Mas aliás, se existe um outro para consumo externo é esse personagem, o Peninha. Agora, o Peninha é um personagem que me protegeu uma centena de vezes. Então é claro que pela “lei do *Yin Yang*” ele também deveria vir a me prejudicar. Dentre elas essa figura pública que faz com quem um monte de gente ligada à academia me critique.

Mas os historiadores que me interessam, aqueles que eu gosto e respeito, com exceção do Boris Fausto, todos eles me leram e foram elogiosos. E o foram na medida certa, pois perceberam de imediato as fragilidades da minha “obra” como investigação historiográfica. Só que eles perceberam ao que eu me propus e, nesse sentido, minha obra é um imenso sucesso, não só para o Brasil, mas para o mercado editorial e ao propósito primordial de divulgação da história. Não em função da altíssima vendagem, dos meus livros mas também por ter criado um outro nicho, o que gerou, como já falamos, aquelas revistas de história, o interesse da TV Globo num programa dedicado ao tema, e não me refiro só ao quadro do Fantástico, mas há dentro da TV Globo um estudo para fazer um programa de história. Então esses senhores que tem preconceito comigo deveriam me ler primeiro. Vejam só, o tal Moacyr Flores, capaz de dizer pérolas como “não li e não gostei”. Além disso escreve mal, é um chato, embora seja um bom investigador.

Certa vez fui a um programa de TV. A Ivete Sangalo se dirigiu até mim e disse “sou sua fã”. E eu abomino a música da Ivete Sangalo, eu odeio a música da Ivete Sangalo. Fiquei congelado e limitei-me a soltar um pálido “obrigado”. Porque nesse tipo de programa, nessa panelinha cultural brasileira, nesse círculo midiático supostamente ligado à cultura – que eu mal consigo achar cultural – quando alguém diz ser seu fã a resposta deve ser “eu também”. Mas era impossível dizer isso para ela. Então não disse nada.

Um dia eu entro numa bienal do livro e lá estava o Boris Fausto. Fui direto esticando minha mão para ele dizendo “sou seu fã”. E me ocorreu que ele poderia me odiar do mesmo jeito que eu odiava a Ivete Sangalo. Então antes de falar qualquer coisa contei para ele a história da Ivete e disse que, depois de contá-la, ele poderia falar o que quisesse da minha obra, mas que eu era fã dele. Então ele respondeu que nunca tinha lido o que escrevi, nada poderia falar, pois não tinha tempo nem disposição para dedicar aos meus livros. Achei maravilhoso. Poderia soar uma frase agressiva, mas pelo jeito e olhar que me dirigiu, não foi. Por que o Boris Fausto tem que me ler? O que ele vai ganhar me lendo? Nada, ele não precisa me ler. Ele já tem uma obra sólida o suficiente e, além de tudo, já escreve com fluência. Quando se tem a idade dele não se lê um autor como eu. Agora, vários outros estão perdendo seu tempo. Deveriam me ler. Até se quisessem falar mal.

12) O quarto livro da *Coleção Terra Brasilis* é dedicado a explorar as origens da corrupção brasileira no período colonial. Os historiadores utilizados para isso, Edison Carneiro e Teodoro Sampaio, no entanto, quando utilizam a expressão “corrupto” o fazem emulando as fontes, a saber, os escritos do Padre Nóbrega. E o teor das menções do jesuíta é, em geral, o de uma condenação moral entendida em um contexto teológico específico. Como lidas com essa “tradução” direta para o presente?

Padre Nóbrega realmente fala em “corrupção” no sentido moral, como um jesuíta, um típico proselitista. Óbvio que ele se referia à moral, mas várias vezes ele menciona como os funcionários eram insatisfeitos, como só queriam lucrar e ir embora, que a feição deles não estava nesta terra. Depois ele foi um sujeito que se chocou diretamente contra o Sardinha. Embora o contexto daquele conflito seja em torno de Reforma e Contra-Reforma, e ele soubesse que o cisma tinha começado por causa da venda de

indulgências – e, por tanto, houvesse todo um revestimento teológico e um debate moral no confronto dele com o Sardinha – eu penso que fica claro que ele também se mostra irritado com o fato de, além de tudo, o bispo roubar no sentido literal. Mas reconheço que essa seja uma preocupação menor dentro do embate teológico – e uma preocupação maior dentro dos debates atuais.

Quanto ao funcionalismo ele também se preocupa muito mais moralmente, tu tens toda a razão. Nesse ponto é claro que eu puxei para o presente. Claro que eu fiz a “autópsia”, mais uma vez, e é claro que tentei trazer para o tempo presente. Claro que eu tentei fazer com que o leitor traçasse um paralelo entre aquela corrupção e a de hoje. Porque é como eu disse: *I feel like a man with a mission*. Eu me sinto um homem com uma missão mesmo. Eu acredito que tenho talento para a escritura, talento verbal e penso ser uma voz positiva no Brasil. Eu tenho três filhas e quero um país melhor. Então eu fiz isso com esse propósito, embora não pense que em nenhum momento tenha sido infiel às fontes. Mas é claro que é uma transposição, uma tradução, como no caso do Teodoro Sampaio, quando ele descreve não apenas as empreitadas, mas também os leilões da hasta pública, quando ele solta aquela frase: “quando se abre o envelope não havia nenhuma surpresa”. E o “superfaturamento”, embora em nenhum momento ele fale nisso, tu percebes como eu me interei dos preços – tem até uma tabela de preços – que retirei de um outro livro que pouco referenciei (embora tenha citado na bibliografia final) chamado “cidades indo-portuguesas”, deveria ter sido mais explícito até, pois nesse livro tu percebes que as cidades na Índia custavam muito mais barato que aqui. Para isso usei a conversão do Pardal para o Cruzado e do Cruzado para o Real. Então se conclui que aqui foi muito mais caro. Pedro Carvalhais, o trato do Cal, como eles iam pagar por isso? Era de graça. Os tijolos, a muralha que ainda caiu, mesmo saindo atrasada e superfaturada. E a revolta e a indignação do primeiro arquiteto do Brasil, que não foi pago, não recebeu salário: todos esses são indícios claros de que cobraram do Rei mais do que deviam e entregaram menos e atrasado.

É claro que a metáfora ali é Brasília. E claro que a metáfora – e que isso fique registrado – é a Odebrecht, a OAS e a Gautama, que são inclusive baianas. É deles que estou falando também.

13) Você tem preocupações ecológicas esparsas pela *Coleção Terra Brasilis*. Com a atualidade do tema, já pensou em explorar o gancho num texto de história?

Na verdade o que eu gostaria mesmo é escrever sobre pré-história e geologia do Brasil. Mas eu pretendo antes aumentar a Coleção Terra Brasilis, para desespero dos meus detratores, que tem hoje 7 volumes previstos, para 15 volumes. E eu já tenho os 15 planejados. A questão é que minha carreira entrou em outro momento, quando passei a fazer meus próprios livros.

Quero retomar a coleção, talvez comigo mesmo como editor, porque não estou mais disposto a me submeter a algumas pressões de uma casa editorial. E eu tenho certeza de que não preciso ter consultores históricos. Claro que vou dar meus livros para outras pessoas lerem antes. Adoraria, por exemplo, que o Nicolau Shevchenko os lesse, mas ele não tem tempo para isso.

Vou escrever o sétimo sobre o Brasil holandês, depois um chamado Terra de Ninguém, sobre a ocupação do sul do Brasil. A seguir virá um número intitulado A Missão, sobre os jesuítas, um falando da Corrida do Ouro, outro a respeito da França Equinocial, depois A Conquista da Amazônia – tudo isso sem sair do século XVIII. No máximo chegarei até um pouco antes da inconfidência.

Hoje reconheço que não preciso mais da efeméride.

14) Como é a experiência de trabalhar com essas histórias institucionais?

A produção acadêmica brasileira de ponta é admirável. Coloco dentro dela inclusive a Mary Del Priori, embora ela já esteja fazendo uma transição para as obras de divulgação. Vejamos, o Nicolau Sevchenko, o Evaldo Cabral de Melo, pelo amor de Deus! Aqui no sul, o Sérgio da Costa Franco. Todos grandes escritores.

Por outro lado, a produção acadêmica brasileira que não sai das teses e dissertações me parece, em geral, lastimável. Ela não parece interessada em dialogar com a sociedade – não só por falta de apelo mercadológico, mas também por não explorar temas pujantes relegados ao esquecimento. Então quando eu comecei a produção de livros institucionais, acabei fazendo coisas que nunca ninguém tinha feito.

O fato de não existir uma história da Caixa Econômica Federal no Brasil é algo que deveria cobrir de vergonha os mestrados, os formandos de história. O fato de haver

duas e fraquíssimas histórias da Loteria no Brasil, é absurdo. Como não há uma história da Loteria Esportiva no Brasil? O fato de que não existia nenhuma história da propaganda de medicamentos no Brasil – eu o fiz, e fui o primeiro – é vergonhoso. Não tinha nenhuma história da higiene no Brasil. Tinha, é claro, mas não uma síntese, fechadinha. Tudo bem que o Câmara Cascudo, quem acho um gênio, já praticamente esgotou o tema – dentro de sua época, é verdade – fazendo aquela História da Alimentação no Brasil. Mas onde está a Nova História da Alimentação no Brasil? Onde está a história da Soja no Brasil? Onde está a história da lavoura de cana no Brasil? Onde está a história do Álcool no Brasil? Dos transportes? Das estradas brasileiras? E um livro maravilhoso sobre os transportes no Rio Grande do Sul é escrito por um jornalista! Onde está a história da Erva Mate no Brasil, dos coronéis do Mate, escrita para que as pessoas possam ler, que entre no mercado?

Peguei um tema que já foi amplamente abordado – a história da indústria no Brasil e, depois, a história da indústria no Rio Grande do Sul. E o que havia antes de mim? Se tu olhares as histórias da indústria no Brasil, ou o livro da história da Indústria do Rio Grande do Sul, da Sandra Pesavento, que não é ruim, até é bom, vais rapidamente constatar que são todos livros marxistas! São livros de esquerda nos quais os operários são heróis e os empreendedores são criminosos aproveitadores. Em 2010!

Tudo bem que em 2010 o Lula declarou que a questão dos dissidentes cubanos é uma questão interna, que não se mete em questões internas de outros países, alegando que o “companheiro Obama” – ainda chamou o presidente dos EUA assim – deveria saber que esses subsídios do algodão são uma das causas da miséria na África. Aí, nesse caso ele se mete nos assuntos internos de outros países! Mas no caso da tragédia humana e ideológica que é Cuba, a morte desses dissidentes, daí ele não se mete.

Eu tenho fama – que até alimentei, é verdade – de que sou de direita. Porque quando você não é de esquerda no Brasil você é de direita. Pelo amor de Deus, um cara com a minha trajetória, cheio de rebeldia, ser de direita? Evidentemente não sou de direita, nem de esquerda, nem estou em cima do muro. Meu objetivo inclusive é dinamitar o muro. Aliás eu estava em Berlim o dia que o muro caiu, junto com o Rubem Fonseca e com o Pedro Bial, e ajudei a dar as minhas picaretadas no Muro. Embora não sei se isso tenha sido um ato de direita ou não. Talvez além das picaretadas que já dei no Brasil quem sabe a minha picaretagem no Muro de Berlim também não me configure como um cara de direita...

Mas em 2010 tu escrever a história da indústria no Brasil, que não é uma indústria muito mais pujante por causa do governo brasileiro (por causa desse atual governo que ainda tem grande ranço estadista) é ridículo. Então eu pode escrever uma história da indústria no Brasil a convite da CNI que em nenhum momento foi subserviente ao ideário da direita e do neoliberalismo e que mesmo assim foi plenamente aprovada pela CNI. Esse estudo, inclusive, teve um lançamento em que foram todos os maiores industriais brasileiros: o George Gerdau, o próprio Norberto Odebrecht – blerg! –, o Benjamin Stainbrook, o Emílio Gauer, etc. Todos receberam o livro, muitos deles o leram, ao menos aqueles que sabem ler o fizeram, já que não são todos.

Escrevi a história da indústria no Rio Grande do Sul fazendo uma louvação eventual, mas propositalmente exagerada, de certos empreendedores que como tal foram gigantes. Dentre eles o AJ Renner e vários outros.

Isso me mostrou que essa história cem por cento ideológica – e ao dizer isso já estou dizendo que é óbvio que é uma história de esquerda – está datada e velha. É claro que qualquer escritura é ideológica, qualquer coisa que você escreva é ideológico, qualquer recorte editorial é ideológico. É uma escolha, ao fazer uma escolha você faz um exercício ideológico. Então é óbvio que eu sei que meus livros são ideológicos. Agora você vai dizer que meus livros são de centro, de esquerda ou de direita? Eu acho que eles são no máximo humanistas, no mínimo ingênuos.

Essa vertente dos livros institucionais me abriram duas possibilidades: primeiro, consegui fazer uma coisa na qual essa ideologia estava só no substrato, não era explícita, mas estava ali. E segundo: me dá liberdade de ter o *final cut*, o controle definitivo sobre o meu produto. E o meu produto é um livro.

Por que tantas vezes eu insisti em dizer que eu era jornalista e não historiador? Claro que teve um lado que era para me proteger de determinados confrontos. Mas era sobretudo para proteger os historiadores. Porque eles não podem usufruir das ferramentas que eu pude lançar mão.

Eu estou consciente de que se vocês tivessem que lidar com os temas que lidei essa produção teria que circular dentro de uma moldura formal e conceitual muito mais apertada que a minha. E teria que ter uma escrita submetida a determinadas normas (as quais eu respeito e penso serem muitas delas corretas) que não permitiriam o grau de arejamento e de liberdade que eu tenho. Então eu não posso comparar a minha obra a de um historiador porque eu estaria sendo injusto com o historiador. Se eu me declarasse

historiador, chamasse os acadêmicos para um confronto, esse seria um confronto injusto, porque eu possuo meios muito mais sólidos para alcançar grandes vendagens.

Eu sempre estive do lado da história e dos historiadores. Tudo que eu fiz eu devo aos historiadores. Mas estou fazendo uma crítica construtiva e generosa, o grosso da produção, que envolve a ti e a pessoas como tu, tem que mudar de foco. Tem que evoluir. Essa é uma crítica que mantenho.

As pessoas chegavam pra mim, perguntavam se eu era historiador. Eu respondia, sim, claro, com “I” maiúsculo. Uma ótima piada!

Certo dia, em Parati, o Eric Hobsbawm veio pra mim e disse que a anedota era inteligente, mas que eu não poderia mais utilizá-la, pois ia me dar um autógrafo que era mais do que um rito de passagem. *For one historian to another*. De um historiador para outro, foi o que ele escreveu. Ou seja, ele deu sua bênção para mim como historiador, coisa que não penso e nem busco ser. Mas isso porque ele leu o meu livro, entendeu exatamente o que já comentamos, a grandeza e a pequenez do trabalho que faço.

Para mim está tudo resolvido, tudo em paz. Só que sou muito desafiador. Quando surgem personagens enfatuidos como o finado Lopes ou mesmo o Moacyr Flores, eu perco meu tempo querendo discutir com eles. Agora, se tiver alguém com disposição para discutir de verdade, então eu discutirei. Mas a crítica no Brasil é patética! Ou as críticas que saíram foram totalmente laudatórias, coisas do tipo “contou histórias que ninguém nunca havia contado”, o que obviamente não é verdade, referindo-se ao Peabiru, Aleixo Garcia, dos naufragos daquela região. Como assim ninguém contou? Sérgio Buarque de Holanda contou milhões de vezes e muito melhor. Não há nenhuma história que eu contei que não tivesse já sido contada. Quem me dera tivesse descoberto. Ou foram feitas críticas por pessoas que, de cara, já não gostavam de mim. Como aquele escroto e mal caráter do Diogo Mainardi, um sujeito repleto de recalques, que lançou aquele livro horroroso “Contra o Brasil”, e que escreveu que meus livros eram manuais ginásianos. E na revista Cult um jornalista fez a comparação entre a minha obra e a do Mainardi, perguntando-se do que nós precisávamos mais, se dele ou de mim. Minha mãe, Beatriz Bueno, não teria feito uma coisa me defendendo desse jeito. O sujeito parece que é meu irmão, nem sei quem é ele, liguei três vezes para a revista Cult para agradecer e não consegui falar com ele. Ele arrasou com o Diogo Mainardi na comparação, isso aconteceu antes dele entrar para o Manhattan Connection, que pra mim acabou.

Uma das tragédias do Brasil é não ter uma crítica literária competente. Se tivesse haveria uma análise séria, dado a grandeza do fenômeno editorial que eu represento, numa página inteira de jornal, no Estadão, na Folha e no Jornal do Brasil. Minha obra deveria ter sido analisada, primeiro, por um jornalista, depois, por um historiador e, por último, por um crítico literário.

O jornalista possivelmente diria que meu texto é jornalisticamente bom, pega temas clássicos da historiografia e os trata como uma Grande Reportagem. O historiador provavelmente diria que meu texto tem uma importância de divulgação – embora, comicamente, os que disseram isso o tenham feito como se proferissem uma afronta! Graças a Deus faço livros de divulgação, sim. Óbvio que o historiador diria que meu texto tem diversas fragilidades, cuja maior parte deve ser relevada, tem um frescor narrativo, faz uma mistura estimulante entre autores antigos que ninguém mais lê com coisas atuais, se serve de um, deixa outros de lado, sempre fazendo um jogo a seu favor (no melhor sentido), que quando quer pegar um historiador antigo o reescreve, e quando quer utilizar um novo o referenda, cita suas fontes, embora poderia tê-las citado de uma forma mais pontual, formal.

Eu mesmo não lotei o texto de notas por dois motivos: primeiro, o editor não queria – e acho que ele teve razão; segundo, porque sou muito desorganizado, escrevo a história do Brasil pelo método confuso do Mendes Fradique, faço uma bagunça, um caos, não mais sei onde vão os livros que pesquisei.

Escrevi esses livros com muita rapidez. Viagem do Descobrimento em 44 dias. Náufragos, Traficantes e Degradados em 62 dias. Capitães do Brasil em 95 dias. E não é escrever. Eu escrevi e editei! Fiz todas aquelas notas laterais, fiz tudo, entrega o livro pronto. Quero ver quem é que lida com esses prazos. Nunca fui treinado para as citações corretas, embora, claro, eu as conheça.

Mas mesmo com essas limitações, o que aconteceu? Mais de dez crianças e adolescentes chegaram e disseram para que seriam historiadores por minha causa. Quantos historiadores já ouviram a frase: “foi o primeiro livro que li na minha vida”? Mais de cinco pessoas me disseram isso. Quantos acadêmicos foram lidos por taxistas, enfermeiras, guardas de trânsito, ascensoristas, carteiros, presidentes e seus motoristas? Eu fui lido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Em Brasília, quando ele me chamou para um encontro, o chofer dele revelou que o presidente havia falado tanto da Coleção Terra Brasilis que ele mesmo se sentiu obrigado a ler, e que havia achado maravilhoso.

Bibliografia Geral

ALTHUSSER, L. P. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ÁNGEL, Flores. Magical Realism in Spanish American Fiction. *Hispania* 38 (1955)

ANKERSMIT, F. R. *Historical Representation*. Stanford: Stanford University Press. 2001.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa e estado autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: Edusc, 1999.

ARAÚJO, Valdeí Lopes. *Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht*. In: *Varia História*. Belo Horizonte. Vol. 22. N 36. Jul/Dez 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico V Centenário do Descobrimento do Brasil. Comemorar, celebrar, refletir*. São Paulo, Edusc, 1999.

BANN, Stephen, *The Inventions of History: Essays on the Representation of the Past* (Manchester University Press), New York, 1990

BANN, Stephen. *The Clothing of Clio: a Study of the Representation of History in Nineteenth-Century Britain and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

BELO, Eduardo. *Livro-reportagem*. São Paulo: Editora Contexto. 2006

BEARD, Charles A. *That Noble Dream*. In; *The American Historical Review*, Vol. 41, No. 1. (Oct., 1935)

BONALDO, R. B. *Como se deve escrever a História do Brasil: de Von Martius a Peninha*. In: *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia*. Ouro Preto: Edufop, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1996.

BURGUIÈRE, André (org). *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris, PUF, 1986.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

CALLINICOS, Alex. *Theories and narratives: Reflections on the Philosophy of History*. Duke University Press. Durham. 1995.

- CAPOTE, Truman [1966]. *A Sangue Frio*. São Paulo: Companhia das letras. Coleção jornalismo literário. 2007
- CARNEIRO, Edison. *A Cidade de Salvador: uma reconstituição histórica*. Edição da organização Simões. Rio de Janeiro, 1954.
- CARVALHO, José Murilo. *O historiador às vésperas do terceiro milênio*. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo*. Edições NUDOC-UFC. Museu do ceará. Fortaleza, 2005.
- CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2000.
- CEZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. Topoi, v.8, n.15, jul-dez. 2007.
- CEZAR, Temístocles. *Presentismo, memória e poesia*. In: Escrita, Linguagem, Objetos: leituras de história cultural / Sandra Jatahy Pesavento (org). Bauru, SP: Edusc, 2004.
- COGO, Denise. *Mídia e multiculturalismo: a produção de sentido sobre os 500 anos de Descobrimento do Brasil*. In: Rastros: revista virtual de estudos em comunicação.
- CÔRTEZ, Celina. *O Historiador Pop*. Entrevista com Eduardo Bueno. Revista IstoÉ 24/2/99
- CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Paris-Lisboa. Aillaud & Bertrand. 1922.
- _____. *O caráter lusitano do descobrimento do Brasil*. Lisboa. Império. 1941.
- _____. Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro. 1943.
- CUNHA, E.L. *O Brasil no imaginário português*. In: Semear. Rio de Janeiro. V.1. N. 6. 2002.
- _____. *As comemorações dos descobrimentos na mídia*. In: ComCiência (SBPC). 2001.
- _____. *O Brasil ao alcance de todos: imagens da nacionalidade e comemorações dos 500 anos do descobrimento*. In: Semear. Rio de Janeiro. V.1. N.5. 2002.
- CHIPPA, Marcos (Org). *Entrevista e ética: uma introdução*. São Paulo: Edusc, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *O que comemorar?* In: Projeto História, 20. Sentidos da comemoração. São Paulo, 4/2000.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Presença. 1981

- CHORÃO, João Bigotte. *Nótulas sobre Jornalismo Literário do Século XIX*, AA.VV., Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Séc. XIX. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Centro de Estudos Camilianos. 1993.
- CROCE, Benedetto. *A História, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Editora Graal. São Paulo. 2006
- _____. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Companhia das Letras, São Paulo. 1990.
- _____. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. Companhia das Letras. São Paulo. 2003
- DIAS, João José Alves (Cord). *Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*. In: SERRÃO, Joel; MARQUES de Oliveira A.H. (Dir). *Nova História de Portugal* Presença, Lisboa. 1998.
- DICK, Philip [1968]. *Do Androids Dream About Electric Sheep*. In: Four Novels of the 1960s. Library of America. 2007.
- DICK, Philip K. *We Can Remember it For You Wholesale*. In: The Collected Histories of Philip K. Dick. Carol Publishing Group Editors. New York. 1995.
- DOOLEY, Brendan. *From literary criticism to systems theory in early modern journalism history*. Journal of the History of Ideas, Vol. 51, No. 3. (Jul. - Sep., 1990)
- DOSSE, François. *Entre Histoire et Memoire: une histoire sociale de la memoire*. In: Raison presente. Paris, Centre National du Livre. Septembre 1998.
- ESPERANÇA, Clarice Gontasrki. *Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores*. In: Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 2 jun./dez. 2006.
- FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo, Companhia das Letras. 2009.
- FAY, Brian. *Unconventional History*. In: History and Theory, Theme Issue 41. Dec 2002
- FEBVRE, Lucien. *Le Problème de l'incroyance au XVIe siècle*. La Religion de Rabelais. Paris, A. Michel, 1962.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da Redação*. PubliFolha, São Paulo. 2001.
- FISCHER, David Hackett. *Historians' Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought*. New York: Harper Torchbooks, 1970.

- FREIRE, Gilberto. *Novo Mundo nos Trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- TALESE, Gay. *Fama & Anonimato: o lado oculto de celebridades, a fascinante vida de pessoas desconhecidas e um inusitado perfil de Nova York, por um mestre da reportagem*. São Paulo: Companhia das Letras. Coleção Jornalismo Literário
- GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990
- GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. *O campo da história e as 'obras fronteiriças'*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 48, p. 13-30, 2009.
- GOMES, Anderson Soares. *Futuro do passado: teorias da história e ficção científica*. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varela (orgs.). Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009
- GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). *Memórias e Narrativas Autobiográficas*. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2009.
- GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo. Editora Planeta do Brasil. 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- _____. *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo*. Editora Record, Rio de Janeiro
- GUIMARÃES. M.L.S. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N. 1.
- _____. *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- GUILLEN, Isabel. *500 Anos Um novo mundo na TV./ Isabel Guillen, Sílvia Couceiro*. Brasília : MEC . Secretaria de Educação a Distância, 2000 (Cadernos da TV Escola 1, ISSN 1518 - 5915)
- GINZBURG, Carlo [1966]. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das letras. 1988
- HANNOUM, Abdelmajid. *What is an Order of Time?* In: History and Theory. October 2008

- HARTOG, François. *A Testemunha e o Historiador*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Fronteiras do Milênio. Editora da UFRGS. 2001.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité: Présentism et Expériences du Temps*. Paris: Éditions Du Seuil. 2003
- _____. *Temps et histoire: "comment écrire l'histoire de France?"*. Annales HSS. 50^e année, n 6^e (nov./dec. 1995)
- HARTLEY, L.P. *The Go-Between*. New York: New York Review Books. 2002 [1953].
- HABERMAS. Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.
- HALBWACHS, M. *Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- JAMES, Henry. *The Art of Fiction*. 1884. Disponível em <<http://guweb2.gonzaga.edu/faculty/campbell/engl462/artfiction.html>>, Acesso em 14/12/2000.
- HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, C.A.M. *E La Nave Va... As Celebrações dos 500 anos no Brasil* In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 14, n 26. 2000.
- HERSEY, John [1946]. *Hiroshima*. São Paulo. Companhia das Letras. Coleção jornalismo literário. 2002
- HOBBSAWM, Eric. *Tempos interessantes*. Cia das Letras. São Paulo, 2007
- HUGHES, Helen MacGill. *Newspapers and the Moral World*. In: The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue canadienne d'Economique et de Science politique, Vol 11, No 2 (May, 1945).
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquiteturas, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- ANTÔNIO, João. *Corpo-a-corpo com a vida*. In: Caderno de Sábado. Porto Alegre. Correio do Povo. 24 jan. 1976.
- ANTÔNIO, João. *Olá, Professor, há quanto tempo!* Londrina: Panorama. 27 mar 1975. Ano I. N 19.
- JOHN. Gillis (org). *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton: Princeton University Press. 1994.
- KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/PUC-Rio. 2006.
- KRAMER, Mark. Regras rompíveis do Jornalismo Literário. In: KRAMER, Mark (org) e SIMNS, Norman (org). *Literary Journalism: A New Collection of the Best American Nonfiction*. New York: Ballantine, 1995. Disponível in:

<http://www.abjl.org.br/detalhe.php?conteudo=f120071029210735&category=ensaios&lang>. Acesso em: 23/02/2010.

LEMANN, Nicholas. *History solo: non-academic historians*. The American Historical Review, Vol 1. 100, No.3. (Jun, 1995).

LEWIS, Clive Staples. *The Chronicles of Narnia*. Harper Trophy. (1949-1954).

LEVINE, George. *The Realistic Imagination. English Fiction from Frankenstein to Lady Chatterley*. Chicago: University of Chicago Press. 1981.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1996

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993

LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfozes da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Editora Sulina, Porto Alegre. 2004.

LISBOA, Wellington Teixeira. *Imagens do Brasil em Portugal: Mitos e mídia na construção de identidade*. In: Estudos de Comunicação. Curitiba. V.9. N. 20. Set/dez 2008

LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

MACMILLAN, Margaret. *Dangerous Games: The Uses And Abuses of History*. New York: Modern Library Chronicles. 2009.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (Cord). *Portugal no Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. In: MATTOSO, José (Dir). História de Portugal. Editora Estampa. Lisboa. 1997.

MAILER, Norman. *The Armies of the Night*. New York. New American Library. 1968.

MAINARDI, Diogo. *História sem graça*. Revista VEJA, 09/12/98.

MALCOLM. Janet. *O jornalista e o assassino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MARTIUS, Von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Rio IHGB, 1991.

MITCHELL, Joseph [1942-1964]. *O Segredo de Joe Gould*. São Paulo. Companhia das letras. Coleção jornalismo literário. 2003.

MONEGAL, Elmir R. *Borges: uma poética da leitura*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1980.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. *Fato jornalístico e fato social*. In: Em questão, Porto Alegre, v. 10, n 2. p 275-285, jul./dez. 2004.

- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Jornalismo e configuração narrativa da história do presente*. pp. 26-27. In: CONTRACAMPO. Niterói, UFF IACCS, v. 12, 1º Semestre de 2005.
- NEVES, Margarida de Souza. *De Intérpretes e Interpretações*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 14, n 26. 2000.
- NORA, Pierre. *Le retour de l'événement*. In: *Faire de l'histoire*. Paris. Gallimard. 1974. T.1.
- NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire*. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, v. 1.
- NORA, Pierre. *L'ére de la commémoration*. In: *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992/1997, v. 3.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 14, n 26. 2000.
- OLTRAMARI, Alexandre; CABRAL, Otávio. *10 milhões de divergências*. Revista Veja. Edição 1872. 22 de setembro de 2004.
- ORWELL, George. *Animal Farm: A Fairy Story*. Secker and Warburg. London. 1945.
_____. *Na pior em Paris e em Londres*. São Paulo. Companhia das Letras – Coleção Jornalismo Literário.
- PEREIRA, Fábio Henrique. *As relações entre jornalismo e história: um jogo de distinção e justaposição entre espaços*. In: Verso e Reverso: revista da comunicação da Unisinos. Ano XX – 2006/2. N. 44. Disponível em <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=8&s=9&a=68> Acesso em 26/02/2009.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A Máquina da Memória: Almanaque Abril. O tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru, SP. Edusc. 2009.
- PIETRI, Arturo Uslar [1948]. *Letras y Hombres de Venezuela*. Nueva Edición. Caracas. Ediciones Edime. 1958.
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, v. 5, n.10. 1992.
- PRIORE, Mary Del. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro. Objetiva.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os Nomes da História: Um Ensaio de Poética do Saber*. Educ/Pontes: São Paulo. 1994
- RAVAZZOLO, Ângela. *O repórter e o historiador - diálogos e distanciamentos*. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor, 2006, Porto Alegre.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I e III. Papirus, São Paulo. 1994

- _____. *Ideologia y utopía*. Editorial Gedisa. Barcelona, 1997.
- _____. *L'écriture de l'histoire et la représentation du passé*. Annales HSS, Paris, n.4,juil/aut. 2000.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.
- ROBERTS, Adam. *Science Fiction*. New York: Routledge, 2000.
- ROCHA, W. M. “*Jubileu Nacional*”: *a comemoração do quadricentenário do descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional*. UFRJ. Dissertação de Mestrado. 1998.
- RODRIGUES, Laécio Ricardo de Aquino. *Intelectuais, Mídia e Estado nas Comemorações dos “500 Anos” do Brasil*. Ten. Mund, Fortaleza, V. 3. N. 5. Jul/dez. 2007.
- BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. Editora Perspectiva. 1987. São Paulo
- ROTH, Philip. *Writing American Fiction*. Commentary, 31. Março 1961.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. UFRGS Editora, Porto Alegre. 3. Ed. 2003.
- RÜSEN, Jörn. *A razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Editora UNB. Brasília. 2001.
- RUNIA, Eelco. *Burying the dead, creating the past*. In: History and Theory, 46. Oct 2007.
- SAMPAIO, Theodoro. *História da Fundação da Cidade de Salvador*. Tipografia Beneditina LTDA. Bahia, 1949.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.
- SARTRE, J. P. *La Nausée*. Paris: Gallimard, 1938.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória Coletiva e História*. In: História, São Paulo, 20. 2001
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “*Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, n 44. 2002
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Historiador teme que Brasil “avacalhe” com seus 500 anos*. Entrevista para o Portal Aprende Brasil. Disponível em <<http://www.aprendebrasil.com.br/entrevistas/>> Acesso em 30/9/07

SILVA, Juremir Machado da. *A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Porto Alegre, editora Vozes. 2000.

SOUZA, Pompeu De. *A chegada do "lead" ao Brasil*. Boletim da ABI, set./ou.-78.

TEIXEIRA, Rosane Siqueira. *Norteando o gosto do leitor*. Grupo de Estudos História e Educação. Disponível em <http://www.franca.unesp.br/> Acesso em 19/07/2009

THOMPSON, John. *Plot, Characters, Etc. Partisan Review*, 28. (September-October 1961), 715; *Other People's Affairs, Partisan Review*, 28 (January-February 1961),

TRIGO, Luciano. *O fenômeno Laurentino Gomes: historiadores acadêmicos não levam a sério o livro 1808. Deveriam*. Disponível em <http://colunas.g1.com.br/maquinadeescrever/2008/11/07/o-fenomeno-1808-de-laurentino-gomes/> Acesso em 15/11/09

WATT, Ian. *The Rise of the Novel. The Novel: An Anthology of Criticism and Theory 1900–2000*. Ed. D. Hale. Oxford: Blackwell. 2006.

WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997

WEBER, Ronald. *The Literature of Fact: literary nonfiction in American Writing*. Athens, Ohio: Ohio University Press. 1980.

WILDE, Oscar. *O Retrato de Dorian Gray*. Editora Abril Cultural. 1972

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Edusp. São Paulo, 1992.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. Martins Fontes. São Paulo, 2005.

WOLFE, Tom. *O radical chique e o novo jornalismo*. Cia das Letras. São Paulo 2004.

WOOD, G.S. *The Purpose of the Past: reflections on the uses of history*. New York: The Pinguin Press. 2008.

WREDE, Catharina. *É muita história?*In: Revista de história da biblioteca nacional. 16/10/2007.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil : antes da sua separação e independência de Portugal*. 3. ed.integral São Paulo : Melhoramentos, 1927. V1

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Ed. 70, 1971

ZOLA, Émile. *Préface de Thérèse Raquin*. O texto de 1868 está Disponível para consulta na rede, através do endereço que segue: http://fr.wikisource.org/wiki/Thérèse_Raquin#Pr.C3.A9face_de_la_deuxi.C3.A8me_.C3.A9dition acesso em 04/02/2010

ZERUBAVEL, Eviatar. *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*. University of Chicago Press: Chicago and London. 2003.

ZAMMITO, John H. *Are We Being Theoretical Yet? The New Historicism, the New Philosophy of History, and "Practicing Historians"* *The Journal of Modern History*, Vol. 65, No. 4. (Dec., 1993)

Livros, artigos e entrevistas de Eduardo Bueno

- BUENO, Eduardo. *Grêmio: nada pode ser maior*. Porto Alegre. Ediouro. 2005.
- BUENO, Eduardo. *O velho new journalism está de volta*. Zero Hora, Porto Alegre, 10 abr. 1994, Segundo Caderno, p 7-10.
- BUENO, Eduardo. *Caixa: uma história brasileira*. Porto Alegre: Buenas Idéias Metalivros. 2002.
- BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Indústria de Ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Buenas Idéias Metalivros. FIERGS/CIERGS. 2009.
- BUENO, Eduardo. *Passado a Limpo*. São Paulo: Gabarito. 2007.
- BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. Porto Alegre: Zero Hora/RBS Jornal. 1997
- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História. A incrível saga de um país*. São Paulo. Ática. 2003.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998
- BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998
- BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999
- BUENO, Eduardo. *A coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006
- BUENO, Eduardo. *O velho almirante e o novo ministro. A celebração dos 500 anos já está atrasada*. In: Revista Época, 17 de Maio de 1999. N 52.
- BUENO, Eduardo. *Contador de histórias*. Entrevista para EXTRA Classe. Disponível em < <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/nov00/entrevista.asp> > (Abril,2000) Acesso em 09/02/09.
- Carta do Editor. *Bem vindos a bordo*. Revista Época. 10 de maio de 1999. N 51
- BUENO, Eduardo. In: *Outros 500: novas conversas sobre o jeito do Brasil*. Porto Alegre. Metrópole Indústria Gráfica. 2000.
- NOVAES, Ana Paula. *Uma proposta polêmica: buscar um novo olhar par a História*. Entrevista com Eduardo Bueno. Suplemento Educação. Folha Dirigida. Disponível em

http://www.folhadirigida.com.br/htmls/hotsites/suplemento_2007/Cad_06/Pag_63.html

Acesso em 10/02/2010

FERLA, Marcelo. *Peninha, vulgo Eduardo Bueno*. In: Suburbia08 – memorabilia, achismos & devaneios. Disponível In: http://suburbia08.blogspot.com/2008/05/peninha-vulgo-eduardo-bueno_04.html acesso em 15/02/2010.

Entrevista para a Editora Objetiva. Disponível em <http://www.objetiva.com.br/objetiva/cs/?q=node/1198> acesso em 12/10/2008

BUENO, Eduardo. *Convite para a viagem do autodescobrimento: juntar-se à frota de Cabral faz bem ao espírito*. In: Revista Época, 10 de Maio de 1999. N 51.